ISSN 2448-3907 | e-ISSN 2448-3923

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS AFRICANOS

Brazilian Journal of African Studies



Porto Alegre, v. 4, n. 8
Jul./Dez. 2019

UFRGS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

CEGOV
CENTRO DE ESTUDOS INTERNACIONAIS SOBRE GOVERNO

NERINT

CEBRAFRICA
UFRGS | BRASIL

Revista Brasileira de Estudos Africanos	Porto Alegre	v. 4	n. 8	p. 1-234	Jul./Dez. 2019

SOBRE A REVISTA

A Revista Brasileira de Estudos Africanos é uma publicação semestral, em formato digital e impresso, dedicada à pesquisa, à reflexão e à difusão de estudos sobre temas africanos. A RBEA publica artigos científicos inéditos com ênfase nas análises de Relações Internacionais, Organizações de Integração, Segurança e Defesa, Sistemas Políticos, História, Geografia, Desenvolvimento Econômico, Estruturas Sociais e Correntes de Pensamento. A RBEA é um veículo estritamente acadêmico, ligada ao Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A RBEA tem como público alvo pesquisadores, professores e estudantes interessados nas especificidades do continente africano e de sua inserção internacional. Combinada a esta perspectiva, a Revista pretende ampliar o debate sobre a projeção brasileira e seus esforços de cooperação (inclusive em Defesa) com os países africanos no perímetro do Atlântico Sul e a construção de uma identidade regional frente a um cenário de transformações geopolíticas.

INDEXADORES

Este trabalho foi apoiado pelo Programa de Apoio à Edição de Periódicos (PAEP) - UFRGS

Programa de apoio à Edição de Periódicos

EQUIPE EDITORIAL / EDITORIAL TEAM

EDITOR CHEFE /CHIEF EDITOR
Analúcia Danilevicz Pereira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

EDITOR ADJUNTO /DEPUTY EDITOR
Paulo Visentini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

CONSELHO EDITORIAL /EDITORIAL BOARD
Ajay Dubey (Jawaharlal Nehru University, Índia)
Ángel Dalmau Fernández (CIPI, Cuba)
Antônio Joaquim Calundungo (Universidade Agostinho Neto, Angola)
Beatriz Bissio (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)
Chris Landsberg (University of Johannesburg, África do Sul)
Cyril Obi (Social Science Research Council, EUA)
Fábio Morosini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)
Hilário Cau (Instituto Superior de Relações Internacionais, Moçambique)
Ian Taylor (University of St. Andrews, Escócia)
Kamilla Raquel Rizzi (Universidade Federal do Pampa, Brasil)
Karl Gerhard Seibert (UNILAB, Brasil)
Li Anshan (Peking University, China)
Luiz Dario Teixeira Ribeiro (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)
Vladimir Shubin (Russian Academy of Sciences, Rússia)

ASSISTENTES DE EDIÇÃO /EDITION ASSISTANTS
Camila Taís Ayala (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)
Igor Estima Sardo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

CONSELHO CONSULTIVO /CONSULTATIVE BOARD
Alfa Oumar Diallo (Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil)
Andrei Tokarev (Russian Academy of Sciences, Rússia)
Aparajita Biswas (University of Mumbai, Índia)
Diego Pautasso (Escola Superior de Propaganda e Marketing – Sul, Brasil)
Eduardo Migon (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Brasil)
Fantu Cheru (American University, EUA)
Gladys Lechini (Universidad Nacional de Rosário, Argentina)
Henry Kam Kah (University of Buea, Camarões)
Igor Castellano da Silva (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil)
John Akokpari (University of Cape Town, África do Sul)
José Carlos dos Anjos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)
José Rivair Macedo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)
Leila Hernandez (Universidade de São Paulo, Brasil)
Lito Nunes Fernandes (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, Guiné-Bissau)
Lotfi Kaabi (Institut Tunisien des Études Stratégiques, Tunísia)
Mamadou Alpha Diallo (UNILA, Brasil)
Mamoudou Gazibo (Université de Montréal, Canadá)
Marina de Mello Souza (Universidade de São Paulo, Brasil)
Nathaly Silva Xavier Schütz (Universidade Federal do Pampa, Brasil)
Paris Yeros (Universidade Federal do ABC, Brasil)
Tim Murithi (Free State University, África do Sul)
Renu Modi (University of Mumbai, Índia)
Wolfgang Adolf Karl Döpcke (Universidade de Brasília, Brasil)

Esta edição também contou com a avaliação dos pesquisadores Ana Simão, Anselmo Otavio, Arnaldo Massangaie, Daniel Aguiar dos Santos, Maíra Baé Baladão Vieira, María Noel Dussort, Nilton Cardoso e Yoslán Silverio González.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS AFRICANOS
Brazilian Journal of African Studies

© Centro Brasileiro de Estudos Africanos – UFRGS

Acompanhamento Editorial: Michele Bandeira
Capa: Janaína Horn
Projeto gráfico: Janaína Horn
Diagramação: Fernanda Chiodi
Revisão de padrão: Marcos Viola Cardoso
Arte: Tiago Oliveira Baldasso

A *Revista Brasileira de Estudos Africanos* está disponível online em português e inglês em www.seer.ufrgs.br/rbea

CONTATO

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prédio ILEA – CEGOV
Av. Bento Gonçalves, 9500 Prédio ILEA, Sala CEGOV (115)
CEP 91501-970 – Porto Alegre/RS – Brasil
Fone: +55 51 3308.9860 / 3308.7988
E-mail: cebrafrica@ufrgs.br

seer.ufrgs.br/rbea
ufrgs.br/cebrafrica

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

Revista Brasileira de Estudos Africanos / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Centro Brasileiro de Estudos Africanos. – Ano 4, n. 8 (jul./Dez. 2019). – Porto Alegre : UFRGS/FCE/CEBRAFRICA, 2017.

Semestral.
ISSN 2448-3907.
e-ISSN 2448-3923

1. África. 2. Relações internacionais. 3. Integração regional. 4. Segurança internacional. 5. Política de defesa.

CDU 327

SUMÁRIO

EDITORIAL **7**
Analúcia Danilevicz Pereira

ENTRE A POLÍTICA DOMÉSTICA E A POLÍTICA GLOBAL: OS DETERMINANTES PARA A SECESSÃO BEM-SUCEDIDA DA ERITREIA 9
Albano Agostinho Troco

ÁFRICA DO SUL: UM NOVO AMANHECER? 33
Vladimir Shubin

OS FLUXOS MIGRATÓRIOS NA ÁFRICA DO SUL E SEUS IMPACTOS NA ÁFRICA AUSTRAL (1960-2000) 51
Pedro Brites
Yuri Debrai Padilha

UNIVERSIDADE AGOSTINHO NETO: UMA ANÁLISE DOS CONTEXTOS E PROCESSOS DE PRODUÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS 73
Paulo Conceição João Faria

POLÍTICA MINEIRA E A INTEGRAÇÃO SOCIOCULTURAL E SUSTENTÁVEL DOS REASSENTAMENTOS EM CATEME-MOÇAMBIQUE: 2009-2017 95
Cremildo de Abreu Coutinho

USOS, REUSOS E ABUSOS: ATRAVESSANDO "FRONTEIRAS" E "LUSO-AFRICANIDADES" NAS HISTORIOGRAFIAS DE ANGOLA, CABO VERDE E GUINÉ-BISSAU PARA OS SÉCULOS XV, XVI E XVII 115
Alec Ichiro Ito

A AMBIGUIDADE FRENTE ÀS COLÔNIAS AFRICANAS DE PORTUGAL (1953-1985): ASPECTOS DEFINIDORES DA POLÍTICA AFRICANA DO BRASIL 135
Kamilla Raquel Rizzi
Patrick Bueno

ECONOMIA DO TERCEIRO MUNDO E A "BUSCA POR PASTAGENS MAIS VERDES NO DESERTO": FOCO NA NIGÉRIA E SEUS VIZINHOS 157
Emmanuel Osewe Akubor

GRUPOS DE VIGILANTES E DE POLICIAMENTO EM UMA NIGÉRIA DEMOCRATIZADA: NAVEGANDO NO CONTEXTO E QUESTÕES 185
Adeniyi S. Basiru
Olusesan A. Osunkoya

SOBRE LADRÕES E SAQUEADORES: A AMEAÇA DO BANDITISMO RURAL NO NOROESTE DA NIGÉRIA 207
Al Chukwuma Okoli
Anthony Chinedu Ugwu

PARCEIROS 229

NORMAS DE SUBMISSÃO 231

EDITORIAL

Analúcia Danilevicz Pereira

Dezembro/2019

A Revista Brasileira de Estudos Africanos (RBEA), em seu quarto ano de publicação, aborda, nesta edição, questões políticas, econômicas, sociais, securitárias e acadêmicas em vários países africanos. Estas questões são analisadas em cautelosos estudos, como o do peculiar caso eritreu que busca compreender as particularidades da política doméstica e global. Em seguida, são analisados os recentes eventos políticos na África do Sul, observando, também, os conflitos socioeconômicos. Ainda sobre a África do Sul, segue a análise da história recente do país e suas relações regionais no contexto da Guerra Fria com ênfase nos fluxos migratórios ao epicentro sul-africano.

Os desafios do jovem Estado angolano são analisados sob o ponto de vista da formação acadêmica. Tais desafios trazem à tona as dificuldades e os entraves políticos para a consolidação da autonomia no processo de construção de uma categoria intelectual orgânica, tendo como exemplo o caso da Universidade de Agostinho Neto, a mais antiga instituição de ensino superior do país.

O dilema entre a exploração de recursos naturais com vistas ao desenvolvimento do país, e a consequente necessidade de realocar os povos que vivem nessas terras é analisado no estudo de caso que trata do reassentamento em Cateme, Moçambique. Nesta edição são discutidas, também, as noções de fronteira e luso-africanidade a partir de uma análise historiográfica de Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau.

A construção da política externa brasileira para o continente africano, desde Vargas até o fim do Regime Militar é analisada na sequência. Em seguida, discute-se os desafios socioeconômicas de uma das maiores economias do continente – a Nigéria. A fuga de profissionais bem qualificados em direção à Europa devido às recentes instabilidades econômicas, bem como a

crise migratória para os países vizinhos revelam o nível de instabilidade na região do oeste africano, países do Sahel e do Saara.

Todavia são consideradas a recente configuração social de uma Nigéria democratizada, os problemas que impactam o país, além da balcanização do conflito contra o Boko Haram. É analisada, também, a formação de milícias autônomas e de grupos de paramilitares vigilantes que estão sob o comando de forças políticas antagônicas, problemáticas latentes na atual conjuntura nigeriana.

Por fim, é apresentada análise sobre a crescente ameaça dos chamados bandidos de terra no noroeste do país, que têm seu sucesso associado à falta de governança na região. Assim, a Revista Brasileira de Estudos Africanos traz um panorama abrangente e aprofundado da realidade africana atual.

A RBEA publica versão eletrônica e impressa bilíngue (português e inglês). Assim, esperamos a contribuição de colegas do Brasil e do exterior, com os quais pretendemos estabelecer vínculos para o aprofundamento do conhecimento e a construção de uma visão do Sul sobre o continente africano e das relações com eles.

***

Agradecemos aos assistentes de edição Camila Taís Ayala e Igor Estima Sardo e à equipe do CEBRAFRICA que trabalhou na tradução e revisão dos artigos.

ENTRE A POLÍTICA DOMÉSTICA E A POLÍTICA GLOBAL: OS DETERMINANTES PARA A SECESSÃO BEM-SUCEDIDA DA ERITREIA

Albano Agostinho Troco[1]

Introdução

Conflitos de secessão não são uma ocorrência nova no continente africano. Desde o despontar das independências, na década de 1960, uma quantidade de países vivenciou, em seus territórios, rebeliões, nas quais comunidades marginalizadas ou grupos etnolinguísticos demandavam a separação territorial de um Estado existente a fim de dar origem a novas nações independentes. A lista é longa e inclui unidades territoriais em países como Angola (Cabinda), Comores (Anjouan e Mohedi), República Democrática do Congo (Katanga, Kassai do Sul), Etiópia (Eritreia, Ogaden e Oromia, Afar), Mali (Tuaregs), Níger (Tuaregs), Nigéria (Biafra, Delta do Níger), Senegal (Casamance), Somália (Somalilândia) e Sudão (Sudão do Sul) – para mencionar apenas alguns.

Apesar da alta incidência de conflitos de secessão no continente, apenas dois casos obtiveram sucesso, resultando no estabelecimento de novos Estados: a Eritreia, em 1993, e o Sudão do Sul, em 2011. O presente estudo avança ao apresentar uma quantidade de fatores que podem ajudar a trazer sentido à retirada formal da Eritreia da Etiópia em 24 de maio de 1993. Tal evento representa um desenvolvimento extraordinário na África pós-colonial, uma vez que significou a primeira vez em que uma unidade territorial dentro um Estado africano existente obteve sucesso ao separar-se para tornar-se um

1 Departamento de Estudos Políticos, Witwatersrand University, Johannesburg, África do Sul. E-mail: albanotroco@gmail.com.

novo Estado[2]. Além disso, a luta de secessão bem-sucedida da Eritreia e a consequente independência aconteceram em meio a uma estrutura continental particularmente hostil ao surgimento de novos Estados fora do contexto colonial (Troco 2018, 55)[3].

A partir dessa perspectiva, o presente estudo contribui para os debates acerca dos determinantes para secessões bem-sucedidas, com especial referência ao continente africano. O seu argumento principal aponta que o resultado de sucesso da luta secessionista na Eritreia foi resultado de uma firme conjugação de fatores domésticos e externos. Tais fatores incluem as reivindicações eritreias históricas e legais por autodeterminação territorial, as políticas de alienação de Dergue, a efetividade da Frente de Libertação do Povo Eritreu (FLPE), o colapso da União Soviética e o final da Guerra Fria, bem como o papel de apoio desempenhado pelos Estados Unidos da América.

A discussão procede da seguinte maneira: a primeira seção provê um apanhado teórico acerca da temática de secessão. A segunda seção reflete as causas profundas das demandas secessionistas na África, ao passo que a terceira observa a geografia política e a história da Eritreia. A quarta seção descreve as dinâmicas da alienação secessionista e de resistência armada na Eritreia. Por fim, na quinta seção, são expostos os determinantes para a secessão bem-sucedida da Eritreia.

Entendendo a Secessão

Secessão é um conceito contestado (Doyle 2010, 1). Como a maioria dos conceitos em Ciências Sociais, há pouco consenso entre acadêmicos acerca da sua definição (Pavikovic e Radan 2007, 4). Anderson (2013, 344), por exemplo, percebe a secessão como qualquer formação estatal a partir de um Estado soberano já estabelecido. Desta perspectiva, a vasta maioria das antigas colônias na África e na Ásia seria considerada um caso de secessão. Kohen (2006, 1) e Pavikovic e Radan (2007, 1), por sua vez, restringem a secessão aos Estados formados fora do contexto colonial, enquanto Bartkus (1999) enfatiza o papel do reconhecimento por parte de outros Estados como um critério essencial para a condição de "Estado" *per se*.

2 Tentativas de secessão anteriormente reportadas de maneira ampla, Katanga (1960) e Biafra (1967), falharam ao serem efetivamente destruídos pelas Forças Armadas.

3 As polícias da Organização da Unidade Africana (OUA) e da sua sucessora, a União Africana (UA), apoiam e defendem o caráter inviolável das fronteiras herdadas do período colonial pelos Estados africanos.

No centro do conceito de secessão, há a noção de separação, emanada da etimologia da palavra: o verbo latino *secede*, que significa "separar-se" (Pavikovic e Radan 207, 5, tradução nossa). Nesse sentido, Anderson (2013, 345, tradução própria) clarifica que "secessão é sinônimo de afastar-se ou retirar-se". Essa noção é claramente refletida na definição defendida no presente estudo. Assim, secessão é a "criação de uma nova entidade estatal independente por meio da separação de uma parte do território e da população de um Estado existente" (Kohen 2006, 1, tradução própria).

Deve-se considerar, contudo, que a secessão não é um fato instantâneo. Acadêmicos propuseram inúmeras teorias para explicar quando e porque secessões ou tentativas de secessão ocorrem. Essas teorias estão categorizadas em três grupos distintos: (1) teorias explicativas, as quais concernem os fatores sociais, políticos e econômicos que desencadeiam uma secessão[4]; (2) teorias normativas, que focam nas justificativas morais e éticas para a secessão[5]; e (3) teorias legalistas, que confrontam os direitos dos povos à autodeterminação e à preservação da integridade territorial dos Estados, enraizada em uma variedade de documentos legais domésticos e internacionais[6].

Embora teoricamente relevantes, abordagens normativas e legalistas para secessão acabam restringindo a análise acerca dos conflitos secessionistas ao plano das ideias. Uma teoria útil de secessão deve transcender o nível das ideias e engajar fatores estruturais relevantes, tais como os contextos sociais, políticos e econômicos nos quais secessões ou tentativas de secessão acontecem. Como explicado por Keller (2007, 3, tradução própria), "apenas dessa maneira as teorias poderão fornecer um roteiro para que se atinjam entendimento e soluções para conflitos intraestatais motivados pelo desejo de separação por parte de certos grupos".

Teorias explicativas de secessão percebem o fenômeno, primeira e primordialmente, como um processo direcionado à obtenção da condição de independência estatal, muitas vezes implicando uma "complexa série de reivindicações e decisões, negociações e/ou lutas, que podem ou não levar à criação de um novo Estado" (Kohen 2006, 14, tradução própria). Seguindo essa mesma linha, Premdas (2013, 4, tradução nossa) comenta que "a secessão pode ser analiticamente concebida como um processo permeado por

4 O modelo analítico comparativo de secessão apresentado por Wood (1980) e a teoria de estratégia estatal de Butt (2017) encontram-se nessa categoria.

5 A obra de Buchanan (1991) "Secessão: a moralidade do divórcio político de *Fort Sunter* a Lituânia e Quebec" ilustra as teorias dessa categoria.

6 Um exemplo dessa abordagem é Dersso (2012): Direito Internacional e a Autodeterminação do Sudão do Sul.

passos e etapas, causas cumulativas e precipitantes, exibindo, periodicamente, padrões de acomodação e intransigência".

No geral, movimentos e conflitos de secessão emergem quando comunidades etnoculturais sub-estatais, frustradas em sua busca por reconhecimento e por recursos, desafiam o Estado e sua respectiva definição territorial por meio da busca por independência estatal. Haja vista que a fragmentação territorial do Estado é uma ameaça à própria definição da condição de "Estado", governos centrais, frequentemente, tentam subjugar militarmente os grupos separatistas, acarretando, em última instância, no início de guerras civis (Pavikovic e Radan 2011, 1). Esses conflitos armados tendem a ser "prolongados, punitivos e proibitivamente custosos, além de serem lutados com fanática intensidade e inflexível teimosia, resultando em alta incidência de mortes de civis" (Beary 2008, 1, tradução própria).

Tal qual na maioria dos conflitos, Estados externos, com seus interesses e agendas próprios, frequentemente juntam-se às partes beligerantes, adicionando combustível à substância da luta" (Premdas 2013, 5, tradução própria). Isso torna fatores externos, considerações geopolíticas em particular, uma variável crítica para o desenvolvimento e resultado dos conflitos de secessão. Butt (2017, 2, tradução própria), por exemplo, apresenta uma interessante ponderação acerca de como "a secessão altera negativamente a balança de poder, considerando-se ambos o grupo étnico secessionista e o seu Estado existente rival". Horowitz (1985, 230, tradução própria) explica tal visão, de maneira clara, em sua observação de que, "enquanto o surgimento de movimentos secessionistas é determinado, majoritariamente, pela política doméstica – isto é, as relações entre grupos e religiões dentro do Estado –, o sucesso da luta de secessão é também determinado, em ampla escala, pela política internacional, ou seja, pela balança de forças e interesses que se estende além do Estado em questão".

A etapa final no processo de obtenção de condição estatal é o reconhecimento internacional. Como explicado por Wood (1980, 133), uma secessão "bem-sucedida está apenas completa quando se torna institucionalizada em um novo governo, este, por sua vez, legítimo domesticamente e reconhecido internacionalmente". Pavikovic e Radan (2007, 10), compartilham desta visão, elucidando que, uma vez que um território se separa de sua nação de origem, o reconhecimento por parte de outros países completa o processo de obtenção da condição de Estado. Em outras palavras, uma entidade é apenas tratada como um Estado se o resto do mundo a reconhece como tal (Sterio 2009, 8), um processo que é, usualmente, informado por considerações políticas (Ker-Lindsay 2012, 7).

As Causas dos Conflitos de Secessão na África

Como apontado em um estudo prévio, na África pós-colonial, as origens dos conflitos de secessão estão relacionadas, essencialmente, à especificidade das fronteiras interestatais e dos problemas de governança (Troco 2018, 58).

A maior parte das fronteiras africanas foram demarcadas na Conferência de Berlim de 1884 e assim se mantêm, quase inalteradas, até hoje. Nas palavras de um proeminente africanista, tais fronteiras são vistas como "artificiais e arbitrárias, na medida que não correspondem ao que se consideram limites demográficos, etnográficos e topográficos racionais" (Herbst 1989, 693, tradução própria), e "propensas a juntarem povos que, historicamente, viveram sob diferentes, quando não inimigos, sistemas" (Engelbert *et al*. 2001, 1093, tradução própria). A elite nacionalista, contudo, concordou em manter as fronteiras herdadas do período colonial, transformando-as em fronteiras internacionais entre os emergentes Estados pós-independência" (Hughes 2004, 834, tradução própria). Desde então, o respeito pelo caráter sacrossanto das fronteiras africanas tornou-se a política oficial da Organização da Unidade Africana (OUA), posteriormente reafirmada pela sua sucessora, a União Africana (UA).

Outra questão central para os conflitos de secessão na África pós-colonial se relaciona com problemas de má governança. De fato, dinâmicas de marginalização levam grupos a desafiarem o Estado (Ylonen 2013, 131, tradução própria). Ndulo (2013, tradução própria) reporta que "falhas de governança levam grupos minoritários a acreditarem que não estão sendo incluídos nos assuntos correntes do Estado". De acordo com Katz (1995, 183, tradução própria), "essa frustração, com frequência, leva a mobilizações por parte de identidades baseadas em etnias ou em território, com a crença de que os direitos do referido grupo seriam protegidos de maneira adequada sob um território autogovernado". Bamfo (2012, 37) se junta a essa visão, indicando que diferenças ideológicas e de políticas entre uma região ou grupo étnico e o governo central podem levar ao surgimento de um sentimento separatista, o qual pode ou não evoluir para uma guerra de secessão.

Geografia Política e História da Eritreia

Secessão pressupõe a existência de um território habitado por uma população potencialmente secessionista. Assim, antes de proceder à análise

acerca dos determinantes para a secessão bem-sucedida da Eritreia, é crucial que se inicie com uma consideração sobre a localização geográfica da região, bem como sobre a sua população e história desta.

A Eritreia[7] situa-se ao longo da costa Ocidental do Mar Vermelho, ao Norte do Chifre da África, fazendo fronteira, a Norte e Noroeste, com o Sudão, a Sul, com a Etiópia e, a Sudeste, com o Djibouti. Embora o país possua uma população de, aproximadamente, 5,2 milhões de habitantes, a Eritreia é descrita como o lar de um "mosaico de comunidades diversas" (Sherman 1980, 3, tradução própria). Isso inclui os seguintes grupos: Afar, Bilen, Hedareb, Kunama, Nara, Rashaida, Saho, Tigre e Tigrinya. Os últimos dois constituem os dois grupos etnolinguísticos majoritários do país. Os eritreus que falam o idioma tigré são, na sua maioria, muçulmanos e agropastoris, e habitam as terras baixas do Leste e do Oeste, enquanto os eritreus que falam a língua tigrínia são geralmente cristãos e partilham laços étnicos com as comunidades também de língua tigrínia na Etiópia (Mussie 2011, 18).

Figura 1: Mapa Político da Eritreia



Fonte: Nations Online, 2018. Disponível em: <https://www.nationsonline.org/oneworld/map/eritrea-political-map.htm>

7 Os italianos nomearam o território, em 1890, à luz da expressão, em romano, *Erythraeum Mare*, a qual, literalmente, refere-se a "mar vermelho" (Fegley 1995, XV).

A primeira alusão à Eritreia de que se tem registro foi feita pelos egípcios em 3000 a.C. e narra o comércio marítimo entre os faraós do Egito e os chefes locais na costa eritreia do Mar Vermelho (Sherman 1980, 4). Mussie (2011, XX, tradução própria) pontua que "a história eritreia foi caracterizada pela predominância de conflitos, por movimentos populacionais e por intervenção externa". De fato, entre os séculos VIII e XX, a Eritreia esteve, sucessivamente, sob a autoridade de forças árabes (muçulmanos) – século VIII a XV –, turcas-otomanas (século XVI), do Quedivato do Egito (segunda metade do século XIX), italianas (1890-1941), britânicas (1941-1952) e etíopes (1962-1991).

A Eritreia surgiu como uma entidade política moderna em 1º de janeiro de 1890, após a Itália estabelecer a colônia eritreia (Fegley 1995, XXXIII). O mandato colonial italiano sobre o território perdurou até 1941. Durante esse período, os italianos transformaram a Eritreia em uma "colônia de colonos", introduzindo, assim, melhoras nas áreas de administração pública, serviços médicos, agricultura, sistema bancário, produção de manufaturas, indústria leve, sistemas de estradas e de ferrovias, etc. A colônia vivenciou progresso material adicional após 1933, como resultado das preparações de guerra que a Itália empreenderia contra a Etiópia. O domínio colonial italiano sobre a Eritreia findou-se em 1941, após forças Aliadas lideradas pelos britânicos derrotarem o exército italiano empregado no país durante a Segunda Guerra Mundial[8].

Após a Segunda Guerra Mundial, a Itália foi forçada a renunciar à soberania de suas colônias na Líbia, Somalilândia e Eritreia como parte dos termos do Tratado de Paz assinado com as quatro maiores potências vitoriosas (Reino Unido, França, Estados Unidos e União Soviética). Com relação à Eritreia, as quatro potências falharam em acordar um plano de "disposição", dado que continham diferentes visões acerca do assunto: o Reino Unido apoiava uma partição da Eritreia entre Sudão e Etiópia; a França optava pela volta da Itália como poder administrativo; os Estados Unidos propunham uma gestão fiduciária coletiva das Nações Unidas por um período de dez anos, seguida de independência; e os soviéticos mostravam-se favoráveis a uma gestão fiduciária individual (Iyob 1995, 63).

Consequentemente, o destino eritreu tornou-se pauta das Nações Unidas. Uma Comissão das Nações Unidas que contava com representantes da Noruega, Birmânia, África do Sul, Guatemala e Paquistão foi enviada ao

8 Subsequentemente, a Eritreia foi controlada pelos britânicos até 1952. Ao longo da guerra, a Administração Militar Britânica desenvolveu o complexo industrial eritreu para suprir as necessidades de uma economia de guerra.

país, no início de 1950, a fim de preparar um relatório para a Assembleia Geral da ONU. A Comissão deveria considerar as opiniões da população eritreia, a sua capacidade de autogoverno, os interesses regionais sobre paz e segurança da África Oriental, e as reivindicações da Etiópia para que a Eritreia se juntasse novamente a sua "pátria etíope", bem como para que lhe fosse garantido, por motivos de necessidade, um adequado acesso ao mar. Ao final, a Comissão demonstrou-se dividida em suas recomendações: Birmânia, Noruega e África do Sul apontavam para uma associação próxima entre Eritreia e Etiópia, enquanto Guatemala e Paquistão recomendaram a plena independência. Em 2 de dezembro de 1950, a Assembleia Geral da ONU adotou a resolução que federava a Eritreia à Etiópia imperial e, em 11 de setembro de 1952, o Imperador Etíope Haile Selassie ratificou a Constituição eritreia, assim estabelecendo a federação etíope-eritreia (Iyob 1995, 64).

Alienação Secessionista e Resistência Armada na Eritreia

Os direitos e as responsabilidades da Etiópia e da Eritreia no âmbito federal foram definidos na referida Resolução da ONU. De acordo com Fegley (1995, XXXVIII, tradução própria),

> A Resolução da Assembleia Geral da ONU, adotada em votação de quarenta e sete contra dez, estabelecia que a Eritreia deveria ser conectada ao Império Etíope por meio de uma estrutura federal branda, sob a soberania do imperador etíope, mas com uma forma de autogoverno interno. O governo federal, no mesmo modo do governo imperial existente, ficaria encarregado de controlar assuntos exteriores e de defesa, comércio exterior e interestados, transportes e finanças. O controle sobre os assuntos domésticos (incluindo polícia, administração local, e taxação local para atingir seu próprio orçamento) seria exercitado por uma assembleia eritreia, eleita e praticada por um modelo parlamentarista. O Estado eritreu deveria possuir sua própria administração e estruturas judiciais, bem como sua própria bandeira.

Durante os anos de federação etíope-eritreia (1952-1962), contudo, a Etiópia tratou de desmantelar o status federal autônomo da Eritreia por meios diplomáticos, militares e extrajudiciais. A sabotagem levada a cabo por Addis Abeba em relação ao arranjo federal foi atribuída à reivindicação histórica sobre a Eritreia (a qual fora, historicamente, parte da "Grande Etiópia") e a posicionamentos pró-Etiópia que acreditavam que "a autonomia eritreia era inatingível e apenas uma união completa serviria às necessidades de ambos

os países". Assim, durante a primeira parte do período federativo, 1952-1955, "a democracia de fachada da Eritreia foi, gradualmente, sendo erodida pela colaboração da nova administração com membros pró-Etiópia da primeira Assembleia eritreia" (Iyob 1995, 88, tradução própria). O Imperador Haile Selassie declarou a corte federal etíope como sendo a corte de apelação final do território em 30 de setembro de 1952, pondo, assim, a corte federal eritreia sob uma posição de subordinação. Em julho de 1953, a Etiópia promulgou uma lei requerendo que todos os homens eritreus em áreas urbanas portassem carteiras de identidade em todos os momentos, restringindo sua mobilidade.

Após 1955, a violação do status autônomo da Eritreia no âmbito da federação tornou-se mais flagrante, na medida que a intimidação, coerção e poder militar juntaram-se ao jogo (Iyob 1995, 89). Em julho de 1955, Tedla Beiru, o mais alto oficial executivo no governo eritreu, abdicou, citando "a excessiva interferência e pressão por parte do representante oficial do imperador na Eritreia" (Sherman 1980, 27, tradução própria). Um ano depois, o amárico (idioma da elite dominante na Etiópia) foi declarado como idioma oficial da Eritreia, removendo Tigre e Tigrínia de tal posto. Em dezembro de 1958, uma lei foi aprovada descartando a bandeira eritreia e promovendo a adoção da bandeira etíope. No ano seguinte, a Assembleia eritreia votou para substituir as leis eritreias pelo código penal etíope e, em maio de 1960, a Assembleia eritreia alterou seu nome de governo eritreu para administração eritreia.

O regime imperial etíope também decidiu enfraquecer a economia da Eritreia, tornando-a dependente da produção etíope. Para tanto, oficiais etíopes desencorajaram investimentos externos e engajamento comercial com a Eritreia (Mussie 2011, 62). As indústrias eritreias foram forçadas ou a fecharem ou a moverem suas operações para a Etiópia (Keller 2007, 22). Essas políticas tiveram sérios impactos na classe trabalhadora da Eritreia, uma vez que "taxas mais altas de desemprego resultaram em uma migração massiva de trabalhadores eritreus ao Sudão, ao Oriente Médio e à Etiópia, na busca por postos de trabalho" (Mussie 2011, 62, tradução própria).

Finalmente, em 14 de novembro de 1962, "com forte presença do exército etíope no entorno do prédio de administração eritreia, onde a Assembléia se reunia" (Iyob 1995, 94, tradução própria), representantes eritreus revogaram o status federal autônomo da Eritreia, tornando-a a décima quarta província da Etiópia.

A erosão gradual da autonomia da Eritreia, fato que culminou na incorporação forçada do território ao Império Etíope, catalisou a resistência eritreia. Oposição organizada à dominação etíope iniciou-se de forma séria

no início da década de 1950 com três grandes movimentos, os quais promoviam a luta armada pela independência eritreia; eram eles: o Movimento de Libertação da Eritreia (MLE)[9], a Frente de Libertação da Eritreia (FLE)[10] e a Frente Popular de Libertação da Eritreia (FPLE)[11]. A luta armada contra a dominação eritreia evoluiu de emboscadas ocasionais e operações de guerrilha para confrontos militares de larga escala entre movimentos eritreus de libertação e o exército etíope.

Durante a primeira década do conflito, a FLE recorreu a táticas de guerrilha rural devido às suas desvantagens estratégicas em confrontos abertos com as forças de segurança da Etiópia. Os ataques em grupo focavam-se em estações policiais para capturar equipamento militar etíope (Shairman 1980, 73), em assassinatos de indivíduos considerados contrários à causa revolucionária e em atos de sabotagem contra a infraestrutura vital do país,

9 O MLE foi estabelecido em 1958 pelos exilados eritreus no Sudão. O movimento procurava mobilizar apoio dentro da Eritreia e no exterior contra a crescente erosão da federação (Negash 1997, 148). No início, o programa de ação do MLE visava à defesa do status autônomo eritreu contra as invasões etíopes (Mussie 2011, 63). Após, o movimento começou a reivindicar a libertação eritreia por meio de um golpe de Estado (Iyob 1995, 101). O movimento foi, ao fim, dissolvido em 1970, após muitos de quadros o abandonarem por outro, a Frente de Libertação da Eritreia (FLE).

10 A FLE foi fundada em Cairo, em julho de 1960. O movimento enfatizava a resistência armada como única alternativa à dominação etíope. Inicialmente, o movimento não tinha uma linha ideológica clara, expondo uma combinação de fundamentalismo islâmico e de marxismo fervoroso (Iyob 1997, 110). Uma filosofia marxista mais radical surgiu no meio da década de 1970, quando quadros jovens retornaram de campos de treinamento em países árabes radicais, China e Cuba (1997, 110). A chegada de quadros jovens acendeu uma luta de poder entre a nova geração e as lideranças antigas, levando à partição do movimento em três outros: a Frente de Libertação Popular (FLP), a Frente de Libertação da Eritreia – Frente de Libertação Popular (FLE – FLP), e a FLE-Ubel. A FLE continuou a ser destroçada pelas forças centrífugas de ideologia, etnia, religião e sectarismo, ao mesmo tempo que lutava contra grupos nacionalistas emergentes.

11 A FPLE surgiu como um grupo separatista da FLE em setembro de 1973, sob a liderança de Ramadan Mohammed Nur (Secretário-Geral) e Isayas Aferworg (Vice-Secretário-Geral) (Markakis 1987, 64). O posicionamento ideológico do movimento foi descrito como uma "aplicação seleta, pragmática – até eclética – da filosofia marxista, adaptada ao contexto particular da luta nacionalista de libertação da Eritreia" (Iyob 1995, 123). Estrategicamente, a FPLE provou-se uma força militar efetiva atacando o exército etíope em toda a Eritreia. O movimento começou a atrair um grande número de recrutas, especialmente entre a juventude urbana, intelectual e cristã (Figley 1995, XLI). Dois anos após a sua fundação, já possuía cerca de dez mil combatentes. Os seus quadros encorajavam as mulheres a se juntarem à organização e, em 1991, as mulheres constituíam um terço do exército da FPLE (Mussie 2011, 66). O movimento foi bem-sucedido no estabelecimento de alianças políticas e militares com dois grupos etíopes: o Partido Revolucionário Popular da Etiópia (PRPE) e a Frente Popular de Libertação Tigre (FPLT). Essa cooperação desempenhou um papel central na vitória sobre o exército etíope (Mussie 2011, 66).

como tanques de reserva de petróleo, rodovias, ferrovias (Pateman 1990, 85) e aeronaves das Linhas Aéreas Etíopes (Sherman 198, 78). Durante esse período, ajuda material para os insurgentes eritreus veio do Egito, Síria, Iraque, Iêmen do Sul e Líbia (Heraclides 1991, 188).

As autoridades etíopes tentaram conter a FLE explorando rivalidades regionais e religiosas entre a população (estratégia de dividir para conquistar) e atacando zonas de atuação da FLE (política militar) (Pateman 1990, 85). O governo de Haile Selassie dependia significativamente dos Estados Unidos e de Israel para apoio de material militar. Nesse sentido, foi reportado que, "de 1953 a 1970, os Estados Unidos provieram US$147 milhões em assistência militar ao governo de Haile Selassie. Isso contabilizou cerca de metade da assistência estadunidense total aos países africanos nesse intervalo de tempo" (Sherman 1980, 75, tradução própria).

A segunda década do conflito eritreu começou com forte ofensiva diplomática e militar da Etiópia contra os separatistas eritreus, precipitada pela emboscada e homicídio de um comandante eritreu de alto escalão (Sherman 1980, 79). Ao final de 1970, foi declarado estado de emergência em grande parte da Eritreia, seguido de um ataque contra áreas controladas pela FLE, incluindo bombardeios realizados pela Força Aérea da Etiópia, e da implementação de esquemas de reassentamento forçado para cortar o apoio popular aos guerrilheiros (Thomas 2012, 8). Além disso, o imperador procedeu para lutar os eritreus na área diplomática, impedindo-os de receber auxílio militar adicional do Sudão, da China e do Iêmen do Sul (Sherman 1980, 80). Essa ofensiva teve o imediato efeito não apenas de reduzir as operações de guerrilhas da Eritreia, mas também de alienar a população rural, causando o ressurgimento dos membros de movimentos de libertação (Thomas 2012, 8).

O período entre 1970 e 1974 vivenciou a fragmentação dos movimentos de libertação eritreus e o início de uma guerra civil entre a FEL e a FPLE. Tal guerra teve fim em 1974, após o Dergue[12] tornar imperativo que ambos os movimentos formassem uma frente unificada contra o novo regime de Addis Abeba. O Dergue, contudo, persistiu com a política de Selassie de incorporação da Eritreia pela Etiópia (Heraclides 1991, 182). Em 1976, forças eritreias lançaram uma grande ofensiva contra tropas do Dergue, coletando vitória atrás de vitória na arena militar e libertando grande parte das cidades

12 O Dergue, oficialmente Governo Militar Provisório da Etiópia Socialista, foi a junta militar que depôs o regime imperial de Selassie. Governou a Etiópia de 1974 a 1987. Durante esse período, a defesa de princípios Marxista-leninistas alienou os Estados Unidos (maior apoiador etíope sob o Imperador Selassie), ao mesmo tempo que atraiu grande apoio militar por parte da União Soviética e do grande bloco Oriental.

eritreias (Sherman 1980, 87). No início de 1978, a FLE e a FPLE já controlavam todo o território da Eritreia (Markakis 1987, 63).

Os ganhos militares eritreus desse período coincidiram com o realinhamento do Chifre da África em relação às grandes potências e com a invasão somali da região do Ogaden. Em 1977, os EUA passaram a cortar auxílio militar a Addis Abeba, enquanto Moscou começava a preencher tal vácuo (Pateman 1990, 88). Além disso, é argumentado que, durante esse período, o governo etíope, sob patrocínio soviético e cubano, direcionou suas energias a um desafiante internacional mais crível, a Somália, somente retomando sua atenção à Eritreia quando o exército somali fora retirado da Etiópia (Pateman 1990, 88). Essa interpretação é embasada pelo fato de que o exército etíope conseguiu retomar a maioria das cidades dominadas pelos separatistas eritreus seis meses após a guerra do Ogaden[13].

Após a ofensiva etíope de 1978, a luta armada eritreia atingiu um novo impasse estratégico, o qual perdurou até 1984. Esse período marcou o início de uma nova fase de confrontos armados na guerra civil da Eritreia (1980-1981), resultando na derrota da FLE e inaugurando a hegemonia da FPLE (Markakis 1987, 67)[14]. A FPLE continuou a ganhar apoio das massas eritreias e pôde mobilizar os eritreus contra o Dergue. Ademais, um exército etíope enfraquecido e desmoralizado lançou uma série de ataques falhos contra a FPLE, os quais resultaram em um incremento dos arsenais militares da Eritreia, uma vez que eles capturavam grandes quantidades de armas e munições a partir de sucessivas lutas abortadas (Tomas 2012, 12).

O impasse militar foi quebrado em 1984 com a FPLE entrando em um período de ofensiva (Markakis 1987, 68). Em março de 1988, a balança de poder já tendia a favor dos eritreus, após a sua vitória decisiva na batalha de Afabet (Pateman 1990, 80). Mussie (2011, 68, tradução própria) comenta que "a derrota do exército etíope na batalha de Afabet foi uma perda militar imensurável para a Etiópia, mas catalisou fortemente o moral do exército de libertação". Ferozes batalhas continuaram a ocorrer com a FPLE colaborando com a Frente Popular de Libertação Tigre (FPLT) e com a Frente de Libertação Afar (Pateman 1990, 94).

Em 1990, a FPLE capturou a cidade portuária de Massawa, seguido da libertação de todas as grandes cidades eritreias (Mussie 2011). Em 24

13 Sherman (1980, 93, tradução própria) aponta que "o ataque etíope de 1978 foi, em grande parte, planejado pelos soviéticos e realizado pelas forças da Etiópia, Cuba e Iêmen do Sul".

14 Após anos de conflito inter-eritreia entre facções, cooperação e coexistência inquieta, a Frente Popular de Libertação da Eritreia (FPLE) conseguiu empurrar a FLE da Eritreia para o Sudão no início de 1980.

de maio de 1991, a FPLE libertou Asmara, enquanto a Frente Democrática Revolucionária Popular da Etiópia (FDRPE) dominou Addis Abeba quatro dias depois (Iyob 1995, 136). Esses eventos acarretaram uma troca de regime na Etiópia e uma independência *de facto* da Eritreia (Thomas 2012, 12). Dois anos depois, um referendo patrocinado pela ONU foi organizado e 99.8% da população eritreia votou pela independência (Iyob 1995, 136). A Eritreia foi oficialmente admitida à comunidade de Estados em 24 de maio de 1993.

Explicando os Determinantes da Secessão Bem-Sucedida da Eritreia

A questão central que surge da discussão acima concerne os fatores que contribuíram para o sucesso da luta por independência estatal da Eritreia. Esse desenvolvimento político é bastante relevante, considerando que os movimentos de secessão eritreus conduziram sua luta em meio a inúmeros fatores que impediram o sucesso de outros movimentos separatistas em Katanga, Biafra e Casamance. Esses fatores incluíram pouco reconhecimento internacional da sua luta, restrito suprimento de equipamento militar e um consenso internacional acerca do medo de "Balcanização" do continente africano, entre outros.

A presente seção argumenta que a secessão bem-sucedida da Eritreia é resultado de uma firme conjugação de fatores domésticos e globais, tais como as reivindicações jurídicas e históricas do país, as políticas de alienação do Dergue, a eficácia das estratégias da FPLE, o colapso da União Soviética e o fim da Guerra Fria, bem como o papel dos Estados Unidos da América.

Reivindicações Históricas e Legais da Eritreia

O primeiro fator que influenciou o sucesso da separação eritreia da Etiópia relaciona-se com as considerações históricas e legais que governavam as relações entre ambas as entidades políticas. A Eritreia possuía forte fundamentação histórica e jurídica para a sua reivindicação de independência estatal. As políticas de Guerra Fria e a rivalidade entre superpotências, contudo, privilegiava os interesses etíopes sobre as vontades eritreias (Iyob 1995, 138). Esse argumento está de acordo com a teoria de surgimento estatal de Coggins, o qual enfatiza o interesse de grandes potências e a busca por segurança externa como dois dos grandes fatores que levam ao reconhecimento estatal (Coggins 2011, 449).

O governo imperial de Haile Selassie e o regime militar que o substituiu argumentavam insistentemente que a Eritreia não era, historicamente, uma etnia distinta, mas sim uma parte da "Grande Etiópia". Os etíopes asseguravam que ambas as entidades haviam formado o antigo reino Axumita, que existiu entre 100 e 940 d.C. Assim, a incorporação da Eritreia ao império da Etiópia representaria a reintegração dessas duas entidades, que teriam sido artificialmente separadas pelas forças do colonialismo e pela política das grandes potências (Sherman 1980, 29).

Em contraste, os eritreus afirmavam que a Etiópia não possuía reivindicações históricas sobre a Eritreia. O império etíope havia perdido tal direito quando o Imperador Menelik assinou uma série de tratados com a Itália, entre 1886 e 1889, permitindo que cidadãos italianos colonizassem a Eritreia. As ações de Menelik garantiram reconhecimento *de facto* da Eritreia como uma entidade política separada da Etiópia. Assim, o domínio colonial italiano gerou a "Eritreia como um Estado multinacional, com uma identidade política e geográfica definida" (Sherman 1980, 32, tradução própria).

Além disso, os eritreus argumentavam insistentemente que a sua luta não era de secessão, mas sim de autodeterminação. A Eritreia tinha direito à independência estatal devido ao fato de que o seu status de antiga colônia era consistente com os princípios da OUA (inviolabilidade das fronteiras herdadas do colonialismo) em relação ao surgimento de Estados africanos na era pós-colonial. Ademais, a resolução da ONU de federar a Eritreia com a Etiópia reconhecia a Eritreia como uma entidade política distinta, com uma constituição separada, um sistema de governo diferente e corpos executivos e legislativos separados. O documento tornava claro que a Eritreia não deveria ser anexada pela Etiópia. Assim, a abolição do pacto federativo Eritreia-Etiópia pelo Imperador Selassie não era apenas uma provocação à resolução da ONU, mas também uma clara violação do direito internacional.

As Políticas de Alienação do Dergue

Internamente, as políticas do Dergue, o regime militar que substituiu o governo monárquico e feudal de Selassie, facilitou o caminho eritreu à independência. O Dergue governou a Etiópia entre 1974 e 1987. Durante esse período, o regime militar implementou uma série de políticas que isolavam a si próprio de grupos dentro e fora da Etiópia. As atividades desses movimentos de oposição precipitaram a erosão do Dergue, abrindo espaço para negociações favoráveis à independência da Eritreia.

Ao subir ao poder, o Dergue adotou "Etiópia em Primeiro Lugar" como o *motto* de governo. Berhe (2004, 574, tradução própria) explica que "essa ideologia era orientada para tanto o nacionalismo quanto à modernização e, assim, era direcionada ao enfraquecimento do Estado por movimento de secessão". Haja vista que o Dergue considerava a "Etiópia como uma sociedade monolítica", procedeu-se com a declaração de que "quaisquer reivindicações etno-nacionalistas ou demandas por autodeterminação seriam contrárias à unidade e aos interesses etíopes" (Berhe 2004, 574, tradução própria).

Consequentemente, a ligação do Dergue com o Marxismo-leninismo e a cooperação militar com a União Soviética o tornaram impopular entre as nações ocidentais, incluindo os Estados Unidos. Em 1976, a administração do Presidente Carter cortou a assistência militar a Addis Abeba, evocando, dentre outras razões, "severas violações de direitos humanos, incluindo execuções arbitrárias", e o firmamento de um acordo de armas no valor de US$100 milhões junto à URSS" (Sherman 1980, 89). Em 1984, a grande fome intensificou o escrutínio internacional às políticas internas do governo etíope, uma vez que a catástrofe coincidiu com extravagantes comemorações na ocasião da fundação de um partido comunista soviético. De acordo com Negash (1997, 165, tradução própria), "a ideologia comunista seguida pelo governo e a guerra na Eritreia, a qual, nessa altura, já havia se estendido à região Norte do país, foram, a partir disso, consideradas as causas para a grande fome".

O governo etíope também foi criticado pela comunidade internacional devido à maneira autoritária com que tentou reassentar famílias afetadas pela fome para regiões mais férteis do país. Negash (1997, 165, tradução própria) considera que "mais de meio milhão de pessoas foram retiradas forçosamente, deixando para trás outras milhares mortas ora pela longa jornada até casas que não haviam escolhido ora, uma vez no destino, por um habitat mal preparado.

As políticas do Dergue não apenas criaram hostilidade internacional ao governo de Addis Abeba, mas também empurraram milhares de recrutas aos campos dos movimentos guerrilheiros. Em 1989, por exemplo, a FLPT havia crescido a tal ponto que o governo etíope passou a considerá-la mais perigosa do que a FLPE. Em 1991, a FLPT tomou o poder estatal na Etiópia sob o nome de "Frente Democrática Revolucionária Popular da Etiópia (FDRPE) (Berhe 2004, 569).

O Colapso da União Soviética e o Final da Guerra Fria

A obtenção de caráter estatal por parte da Eritreia teria sido difícil sem o colapso da União Soviética e o subsequente realinhamento geopolítico global. A fragmentação da URSS acabou cortando assistência militar garantida ao regime etíope pelo bloco soviético, alterando o quadro Leste-Oeste a partir do qual as superpotências percebiam os desenvolvimentos no Chifre da África e abrindo uma nova janela de oportunidades para o surgimento de Estados-nação.

De 1977 a 1991, o governo etíope dependia consideravelmente do apoio militar da União Soviética e de seus aliados. A URSS tornou-se o maior provedor de armas para a Etiópia após Washington cortar sua assistência militar a Addis Abeba devido a violações de direitos humanos. Foi reportado que, em julho de 1977, a União Soviética havia concordado com o fornecimento de US$500 milhões em armas, incluindo caças a jato e mísseis para os etíopes (Sherman 1980, 90). Equipamento soviético, combatentes cubanos e outros aliados soviéticos sustentavam os esforços de guerra etíopes durante o último quarto da Guerra Fria[15].

A garantida rede de suporte ao regime etíope, contudo, começou a colapsar em 1987, após a nova liderança em Moscou avisar Addis Abeba que já não poderia contar com o suprimento contínuo de armamentos. Autoridades soviéticas informaram Mengistu que o acordo de armamentos URSS-Etiópia não seria renovado depois de 1990. No mesmo ano, tropas de Cuba e da Alemanha Oriental começaram a se retirar da Etiópia (Schraeder 1992, 165). O colapso da União Soviética em 1991 foi seguido pela tomada de Asmara e Addis Abeba, respectivamente, pela FPLE e pela FPLT, sinalizando o fim do domínio de Mengistu na Etiópia.

Em termos de políticas globais, o fim da Guerra Fria levou a mudanças sem precedentes em termos de rivalidades entre superpotências (Iyob 1995, 124). Durante a Guerra Fria, os eventos do Chifre da África e de outras regiões do mundo eram analisados dentro do contexto Leste-Oeste, observando-os como disputas ora para evitar ora para aumentar a área de influência de determinada superpotência. O final da Guerra Fria, contudo, gerou o questionamento de uma série de bases lógicas de tal conflito e de políticas que ele gerava (Schraeder 1992, 571). Consequentemente, os desenvolvi-

15 Como mencionado anteriormente, a assistência militar soviética foi fundamental para a vitória da Etiópia sobre a Somália durante a invasão da região do Ogaden, para a reconquista da Eritreia das mãos de movimentos de libertação eritreus nas ofensivas de 1978, bem como para ataques subsequentes direcionados à destruição de guerrilhas insurgentes na Eritreia e na Etiópia.

mentos políticos na Eritreia passaram a ser vistos a partir das suas próprias dinâmicas e não mais apenas como um apêndice do confronto ideológico entre Leste e Oeste.

Além disso, o processo de reforma da União Soviética iniciado (1986) por Mikhail Gorbachev infundiu "nova vida ao conceito do direito por autodeterminação" (Negash 1997, 163, tradução própria). Conforme apontado por Schraeder (1992, 172), a política de Gorbachev para o Leste europeu implicava "tolerância soviética à queda de Estados comunistas de partido único e reconhecimento da necessidade de permitir que os povos da Europa Oriental determinassem seus próprios caminhos políticos, independentemente do controle soviético". Esse processo pedia a reavaliação do esquema internacional que governava o surgimento de novos Estados soberanos.

Foi em meio a esse clima de relaxamento em relação ao princípio de soberania estatal que os eritreus puderam exercer o seu direito à autodeterminação. Nas palavras de Iyob (1995, 138, tradução própria), "a demanda do povo eritreu pela autodeterminação não era mais vista como um caso isolado que representaria um perigoso precedente, mas apenas um dentre muitos outros casos".

O Papel dos Estados Unidos da América

Os esforços dos Estados Unidos para achar uma solução diplomática para a guerra civil na Etiópia, no final da década de 1980, contribuiu de maneira decisiva para o sucesso da secessão eritreia. Nesse sentido, Paquin (2010, 128) aponta que o destino da Eritreia sempre esteve relacionado aos interesses geoestratégicos dos Estados Unidos da América (EUA). De 1952 a 1991, sucessivas administrações em Washington se opuseram à independência eritreia com o argumento de que queriam manter a estabilidade do Chifre africano. Em 1991, a administração Bush revogou tal política após o Secretário-Assistente para Assuntos Africanos, Herman Cohen, declarar apoio estadunidense ao referendo da ONU acerca da independência eritreia (Schraeder 1992, 570).

A partir de 1989, vários atores externos, incluindo a Itália e os EUA, tentaram facilitar acordos de paz entre e Eritreia e a Etiópia, e entre a Etiópia e diversos movimentos de oposição operando dentro do país (Keller 2007, 24). Os EUA se engajaram em uma série de conversas oficiais e não oficiais com líderes eritreus e etíopes, incluindo tentativas malsucedidas de mediação conduzidas pelo Presidente Jimmy Carter, em 1989 (Paquin 2010, 139). Os EUA intensificaram o seu nível de envolvimento após a saída do poder de

Mengistu, em 21 de maio de 1991. O Secretário-Assistente para Assuntos Africanos, Herman Cohen, foi enviado a Londres para a mediação entre os insurgentes e o governo etíope em colapso.

De acordo com Schraeder (1992, 570, tradução própria) "o resultado em rede do envolvimento estadunidense foi uma contribuição significativa para uma transferência de poder, a qual evitou em larga escala o derramamento de sangue e o conflito clânico ainda evidente na Somália". Como parte dos Acordos, os EUA autorizaram que a FLPT tomasse controle de Addis Abeba e lá estabelecesse um governo de ampla coalizão. Além disso, os Estados Unidos também declararam o seu apoio ao referendo de independência da Eritreia após um período de transição de dois anos.

O apoio estadunidense ao referendo de independência da Eritreia foi uma ferramenta política para parar a guerra civil e promover a estabilidade tanto na Etiópia quanto na Eritreia (Paquin 2010, 140, tradução própria). Nas palavras do próprio autor: "a negação do direito eritreu de secessão talvez tenha causado o retorno da guerra na Etiópia". Oficiais estadunidenses também requeriam que a liderança da FLPE não publicasse uma declaração unilateral de independência após a tomada de Asmara em 1991, porque isso causaria instabilidade adicional à Etiópia. Os EUA concordaram que ambos os governos, eritreu e etíope, necessitavam consolidar seu poder para facilitar uma transição estável para independência da Eritreia.

Por fim, os EUA afirmaram o direito da Eritreia à autodeterminação sem o consenso prévio da OUA, deixando "a organização com poucas opções senão apoiar tal política" (Paquin 2010, 141, tradução própria). Isso se relaciona com as observações de Coggins (2011, 449), que afirma que, quando uma Grande Potência (nesse caso, os EUA) confere legitimidade ao movimento/Estado secessionista, a sua decisão gera um efeito cascata de legitimidade entre os demais membros da comunidade internacional.

As Estratégias da Frente de Libertação Popular da Eritreia

O sucesso da luta eritreia pela condição de Estado soberano foi facilitado pela derrota militar do regime etíope. A derrota do Dergue pode ser atribuída a uma série de fatores, incluindo as táticas militares e diplomáticas dos movimentos de libertação eritreus. Atenção especial deve ser dada às estratégias da FLPE, uma vez que fora o único movimento a engajar o governo etíope na última e decisiva década da luta armada. A luta contra a ocupação etíope formou-se em duas frentes: por meio de campanhas militares contra

o exército etíope e mediante empreendimentos diplomáticos que buscavam explicar as razões para a independência da Eritreia.

Na frente militar, a FLPE adotou uma série de estratégias que se mostraram eficazes. Em primeiro lugar, a FLPE superou a superioridade militar do exército etíope ao aderir a táticas de guerrilha e a práticas de guerra prolongada (Thomas 2012, 1). Em segundo lugar, a FLPE assegurou massivo apoio popular à luta ao adotar uma série de reformas sociais nos territórios sob seu controle, em áreas como propriedades de terra, saúde, educação e relações de gênero (Sherman 1980, 101-106). Em terceiro lugar, a FLPE se apoiava, primordialmente, na Etiópia como fonte de armamento e de equipamento, capturando-os no campo de batalha e em incursões guerrilheiras a alvos específicos (Keller 2007, 24). Em quarto lugar, a FPLE pôs em prática uma política de autossuficiência nas zonas liberadas, estabelecendo indústrias para fabricar e reparar medicamentos, roupas, veículos, armas e equipamentos militares. Por fim, a FLPE estabeleceu alianças com outros grupos da Etiópia que se opunham ao regime de Dergue, como a FLPT e a FLO.

É importante notar que, no final dos anos 80, os vários grupos dissidentes que lutavam contra o governo da Etiópia se uniram sob uma organização denominada Frente Democrática Revolucionária do Povo Etíope (FDRPE). Como afirma Iyob (1995, 134, tradução própria), a aliança da FLPE com a FDRPE "baseou-se no reconhecimento desta última da demanda eritreia de autodeterminação e na convicção mútua da necessidade de livrar a Etiópia do regime de Mengistu". Tanto a FLPE quanto a FDRPE coordenaram suas ofensivas contra as forças etíopes. A FLPE concentrou-se na captura de Asmara, enquanto a FDRPE contou com o apoio logístico da FLPE para a captura de Adis Abeba. Ao fim, as duas frentes derrotaram o exército etíope, tornando-se os principais participantes das negociações de cessar-fogo lideradas pelos EUA em Londres. Em 1993, a Eritreia tornou-se independente com a bênção completa do governo da FDRPE em Adis Abeba.

A luta foi igualmente eficaz na frente diplomática. A FLPE iniciou uma política de conquista da opinião pública internacional para a causa do povo da Eritreia. Para esse fim, foram implementadas três estratégias principais: primeiro, a FLPE reformulou a natureza de sua luta armada, da guerra anticolonial à guerra pelo exercício do direito à autodeterminação (Negash 1997, 163); em segundo lugar, a FLPE emitiu um documento de referendo, declarando que os eritreus deveriam ter a opção de escolher uma das três alternativas a seguir: a) união; b) federação dentro de uma estrutura de autonomia regional; ou c) independência; em terceiro lugar, a FLPE buscou apoio africano para a autodeterminação da Eritreia, apontando para paralelismos

entre a Eritreia e os argumentos históricos e legais usados para justificar os casos de independência da Namíbia e do Saara Ocidental.

A estratégia enfatizando o direito à autodeterminação como a principal causa da guerra obteve enorme apoio na Europa e na América do Norte. Embora, em sua proposta, a FLPE tenha atribuído um papel de supervisão à OUA e à implementação das Nações Unidas da opção de referendo, o governo etíope a negou. A proposta da FLPE era vista como evidência de que o movimento estava tentando encontrar uma solução política para o conflito (Negash 1997, 164).

Conclusão

Ao longo de aproximadamente um século, a Eritreia vivenciou grandes transformações políticas. Foi estabelecida como uma colônia italiana (1890-1941), administrada pela Grã-Bretanha (1941-1952), federada e incorporada à Etiópia (1952-1962), lutou pela independência (1962-1991), finalmente atingindo um Estado independente (1993). Este estudo examinou a dinâmica da secessão e os fatores determinantes por trás da ascensão bem-sucedida da Eritreia ao status de Estado independente.

O senso eritreu de uma identidade nacional distinta emergiu durante as décadas do domínio colonial italiano, intensificado durante os anos da administração britânica, amadurecendo como resultado das experiências do opressivo imperialismo etíope. Uma série de queixas sócio-políticas e econômicas contra o desmantelamento sistemático de Adis Abeba do status federal da Eritreia levou ao aumento de movimentos secessionistas na Eritreia e ao início de quase três décadas de conflito armado, que terminaram com a derrota do exército etíope. Este último evento abriu caminho para um referendo sancionado e monitorado pela ONU sobre a independência da Eritreia e para a ascensão do território ao status de Estado soberano.

Como a luta armada pela independência da Eritreia foi conduzida em meio a vários fatores que impediram as tentativas secessionistas anteriores de serem bem-sucedidas, este estudo argumentou que a secessão bem-sucedida da Eritreia foi resultado de uma forte combinação de fatores internos e externos. Internamente, o exército etíope foi derrotado como resultado das políticas de alienação do Dergue e da eficácia das estratégias da FLPE. Externamente, as reivindicações históricas e legais da Eritreia à soberania, o fim da Guerra Fria e o colapso da União Soviética, bem como o papel mediador

dos Estados Unidos, foram decisivos fatores para garantir o reconhecimento da Eritreia como um estado independente em 24 de maio de 1993.

Referências

Anderson, G. 2013. Secession in International Law and Relations: What Are We Talking About? Disponível em: http://digitalcommons.lmu.edu/ilr/vol35/iss3/1.

Bamfo, N. 2012. 'The Menace of Secession in Africa and Why Governments Should Care: The Disparate Cases of Katanga, Biafra, South Sudan, and Azawad', Global Journal of Human Social Science Sociology Economics & Political Science 12 (10): 37-48.

Berhe, A. 2004. 'The Origins of the Tigray People's Liberation Front', African Affairs. 103 (413): 569-592.

Breary, B. 2008. 'Separatist Movements: Should Nations have a Right to Self-determination?', CQ Global Researcher. 2 (4): 27-57.

Buchanan, A. 1991. Secession: the morality of political divorce from Fort Sumter to Lithuania and Quebec. Colorado: Westview Press.

Butt, A. I. 2017. Secession and Security: Explaining State Strategy Against Separatists. New York: Cornell University Press.

Coggins, B. 2011. 'Friends in High Places: International Politics and the Emergence of States from Secessionism', International Organization. 65 (1): 433-67.

Dersso, S. 2012. 'International Law and the Self-determination of South Sudan'. Institute for Security Studies. Paper 231.

Doyle, D. H. (ed) 2010. Secession as an International Phenomenon: from America's Civil to Contemporary Separatist Movements. Georgia: University of Georgia Press.

Engelbert, P. *et al*. 2002. 'Dismemberment and Suffocation: A Contribution to the Debate on African Boundaries', Comparative Political Studies. 35(10): 1093-1118.

Fegley, R. 1995. Eritrea. Colorado: Clio Press.

Herbst, J. 1989. 'The Creation and Maintenance of National Boundaries in Africa', International Organization. 43 (4): 673-692.

Heraclides, A. 1991. The Self-determination of Minorities in International Politics. London: Frank Cass.

Horowitz, D.L. 1985. Ethnic Groups in Conflict. Los Angeles: University of California.

Hughes, A. 2004. 'Decolonizing Africa: Colonial Boundaries and the Crisis of the (Non) Nation State', Diplomacy & Statecraft. 15(4): 833-866.

Iyob, R. 1995. The Eritrean Struggle for Independence: Domination, resistance, nationalism 1941-1993. Cambridge: Cambridge University Press.

Ker-Lindsay, J. 2012. The Foreign Policy of counter Secession: Preventing the Recognition of Contested States. Oxford: Oxford University Press.

Keller, E. 2007. 'Secessionism in Africa', The Journal of African Policies. 13(1): 1-26.

Kohen, M.G. (ed) 2006. Secession: International Law Perspectives. Cambridge: Cambridge University Press.

Markakis, J. 1987. 'The Nationalist Revolution in Eritrea', The Journal of Modern African Studies. 26 (1): 51-70.

McNamee, T. 2012. The first crack in Africa's map? Secession and Self-Determination after South Sudan. The Brentehurst Foundation. Discussion Paper 2012/01.

Mussie, T.G. 2011. Eritrea. California: Greewood Publishing Group.

NATIONS ONLINE. Political Map of Eritrea. [S. l.], 2018. Disponível em: https://www.nationsonline.org/oneworld/map/eritrea-political-map.htm. Acesso em: 16 ago. 2019.

Negash, T. 1997. Eritrea and Ethiopia: The Federal Experience. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet.

Paquin, J. 2010. A Stability-Seeking Power: U.S. Foreign Policy and Secessionist Conflicts. Quebec: McGill-Queen's University Press.

Pateman, R. 1990. 'The Eritrean War'. Armed Forces & Society. 17 (1): 81-98.

Pavkovi, A & Radan, P (eds) 2011. The Ashgate Research Companion to Secession. Farnham: Ashgate Publishing Company.

_____. 2007. Creating New States: Theory and Practice of Secession. Hampshire: Ashgate Publishing Limited.

Premdas, R. 2013. Secession in the Contemporary World. Disponível em: http://www.isa-sociology.org/publ/E-symposium/E-symposium-vol-3-2-2013/EBul-Premdas-Jul2012.pdf

Schraeder, P.J. 1992. 'The Horn of Africa: US Foreign Policy in an Altered Cold War Environment', Middle East Journal. 46 (4): 571-593.

Sherman, R. 1980. Eritrea: The Unfinished Revolution. New York: Praeger.

Thomas, C. 2012. 'The Road to Afabet: The EPLF, Protracted Warfare, and the Liberation of Eritrea' in Brazilian Army Command (eds). Acta of the XXXVII International Congress of Military History, Decolonization, Colonial, and Independence Wars from the 18th Century to the Present. Rio de Janeiro: ECEME Press.

Troco, A. A. 2018. 'Determinants of Successful Secessions in Post-colonial Africa: The Case of South Sudan', Brazilian Journal of African Studies. 3 (6): 55-74.

Ylonen, A. 2013. 'The State and the 'Southern problem' in Sudan: Marginalisation, self-determination and secessionism', in Ndlovu-Gatsheni, S & Mhlanga, B. The Bondage of Boundaries and identity Politics in Postcolonial Africa: The 'Northern Problem' and Ethno-Futures, Pretoria: Africa Institute of South Africa.

Wood, J.R. 1981. 'Secession: A Comparative Analytical framework', Canadian Journal of Political Science. 14 (1): 107-134.

RESUMO

Contrariamente à vasta maioria de Estados africanos, que adquiriram independência por meio de processos de descolonização de potências coloniais europeias, a Eritreia obteve a condição de Estado independente ao se retirar formalmente de um Estado africano soberano já estabelecido. Tal evento representa um desenvolvimento político memorável na África pós-colonial devido a ao menos duas razões: (i) foi a primeira vez que um movimento de secessão obteve sucesso na sua busca por independência; (ii) a luta por independência ocorreu em meio a um contexto continental particularmente hostil ao surgimento de novos Estados. Baseando-se em fontes de dados qualitativos secundários, o presente estudo examina a secessão da Eritreia contra o pano de fundo acadêmico que enfatiza o contexto social, político e econômico no qual as lutas secessionistas ocorrem. Argumenta-se que a secessão bem-sucedida da Eritreia se baseia na intersecção entre a política doméstica e a política global, combinando fatores como as históricas e legais reivindicações por autodeterminação territorial da região, as políticas de alienação do Estado de origem, a efetividade das estratégias operadas pelos movimentos de secessão, o fim da Guerra Fria, bem como o papel de apoio desempenhado pela superpotência vitoriosa do referido conflito. O estudo também adiciona novas e sistemáticas contribuições ao debate acerca dos determinantes para a secessão bem-sucedida na África pós-colonial.

PALAVRAS-CHAVE

Eritreia; Autodeterminação; Movimentos de Secessão; Separatismo; Conflitos de Secessão; África Pós-colonial.

Recebido em 24 de fevereiro de 2019
Aceito em 3 de agosto de 2019

Traduzido por Rodrigo do Santos Cassel

ÁFRICA DO SUL: UM NOVO AMANHECER?

Vladimir Shubin[1]

No início de Julho de 1991, ocorreu em Durban a primeira Conferência Nacional do CNA (Congresso Nacional Africano) após sua admissão política. Nesta conferência foi formada a nova liderança do partido. Nelson Mandela foi eleito o Presidente do CNA enquanto Walter Sisulu foi eleito Vice-Presidente, ambos sem oposição. Entretanto, a corrida para o próximo cargo, de Secretário-Geral, ocorreu, e Cyril Ramaphosa, líder de longa data da União Nacional dos Mineiros (UNM), ganhou com uma ampla vantagem sobre Alfred Nzo, que anteriormente ocupou este posto por 22 anos.

Tive a honra de participar da conferência e, em minha trajetória de volta para casa, tive uma discussão bastante frutífera no quartel general do CNA em Joanesburgo com Joe Slovo, então Secretário-Geral do Partido Comunista Sul-Africano e membro do Comitê Executivo Nacional do CNA. Slovo encontrava-se bastante contente com os resultados da conferência, e em particular com a composição do Comitê (CEN)[2]: "Ainda não fizemos nenhuma prospecção, mas creio que é o melhor Executivo que poderíamos ter". Camarada Joe, como geralmente o chamamos, tinha uma boa opinião sobre o novo Secretário-Geral do CNA: "Ele não é membro do Partido Comunista (PCSA)[3], mas sempre cooperou com o Partido". Porém, Slovo parou por um momento e disse: "Contudo, nós sabemos que antes da UNM, ele trabalhou para a Corporação Anglo-americana".

Essas palavras de Slovo vieram à minha mente quando eu li sobre a eleição de Ramaphosa ao posto de Presidente do CNA em dezembro de 2017, e posteriormente ao posto de Presidente da República da África do Sul em fevereiro de 2018. Sua trajetória até estes altos cargos não foi fácil. Quando, em meados de 1991, Ramaphosa foi eleito ao cargo de Secretário-Geral do CNA, ninguém menos que Jacob Zuma tornou-se seu Vice. Ademais, ele foi

1 Institute for African Studies of the Russian Academy of Sciences and Russian State University for the Humanities, Moscou, Rússia. E-mail: vladimir.shubin@inafr.ru.

2 Comitê Executivo Nacional, o mais alto órgão do CNA.

3 Partido Comunista Sul-africano.

o segundo colocado depois de Nelson Mandela na lista dos candidatos do CNA na primeira eleição democrática em 1994, e apenas no último momento que foi decidido que o posto de Vice-Presidente da África do Sul não seria ocupado por ele, mas sim por Thabo Mbeki. Caso isto não tivesse acontecido, Ramaphosa teria tido a chance de se tornar líder do CNA lá em 1997, e dois anos depois, Presidente da República da África do Sul.

Por dois anos, Ramaphosa presidiu a Assembleia Constitucional, e após a adoção do mais importante documento, ele foi ao mundo dos negócios, embora tenha permanecido membro do Comitê Executivo Nacional do CNA. Além do mais, ele foi eleito Vice-Presidente do CNA em 2012 e, em 2014, Vice-Presidente do país.

Portanto, após a demissão de Jacob Zuma em 14 de fevereiro de 2019, de acordo com a Constituição da África do Sul, Ramaphosa imediatamente se tornou o Presidente em exercício e, no dia seguinte, a Assembleia Nacional o elegeu unanimemente como Presidente da República da África do Sul. Apenas Primeiro Ministros do Partido dos Combatentes da Liberdade Econômica (EFF, em inglês) se retiraram da Câmara naquele momento, mas eles também se juntaram à ovação – de pé –, após o discurso "Estado da Nação" de Ramaphosa no dia seguinte.

Em seu discurso, Ramaphosa descreveu o programa de seu governo. Em essência, o programa concorda com as decisões da Conferência do Congresso Nacional Africano (CNA) em 2017 e fornece uma "transformação econômica radical", incluindo a possibilidade de expropriação de terras sem compensação, mas também sem comprometer a economia e a segurança alimentar.

No final do discurso, Ramaphosa citou a música do compositor sul-africano recém-falecido Hugh Masekela "Thina Mina" ("Mande-me!"), e terminou com as palavras: "Agora é tempo de cada um de nós falarmos "mande-me". Agora é tempo de todos nós trabalharmos juntos, em honra a Nelson Mandela, para construir uma nova e melhor África do Sul para todos".

Em adição ao slogan "Thina Mina!", simbolizando a vontade de trabalhar para o bem do país, outra expressão tomou um importante espaço no discurso-chave de Ramaphosa – "Novo Amanhecer": "Nós deveríamos colocar toda a negatividade que tomou conta de nosso país para trás, pois um novo amanhecer está à nossa frente" (RAMAPHOSA, 2018).

Todavia, como sabemos, o amanhecer vem após a noite, então quão "escura" era a África do Sul sob a liderança do predecessor de Ramaphosa? Esta expressão parece um exagero poético, porém, por assim dizer, as "manchas escuras" no passado claro também foram consideráveis. Nos últimos

anos, a situação econômica da África do Sul vem se tornando cada vez mais complicada. Contudo, o lado mais "escuro" do último período do Governo Zuma foi o aumento da corrupção, e isso afetou diretamente o Chefe do Estado e suas relações.

Então, a luta contra a corrupção se tornou a tarefa mais urgente que o novo presidente teve que enfrentar. Não obstante, Ramaphosa é conhecido, desde a sua liderança no CEN, como a pessoa que procura resolver os problemas mediante negociações para evitar medidas extremas. Por exemplo, em 2008, ele se opôs à revogação de Thabo Mbeki pelo Comitê Executivo do CNA como Presidente, e depois em dezembro de 2017, na Conferência do CNA, ele pacientemente negociou com Zuma, tentando alcançar sua (pelo menos exteriormente) demissão voluntária, e até mesmo organizou uma festa de despedida com coquetel em homenagem a ele e seu gabinete (Enca 2018).

Portanto, não é de se surpreender que Cyril Ramaphosa, para fortalecer sua posição, usa, antes de qualquer coisa, não medidas administrativas, mas sim o sistema legal do Governo. A Comissão de Inquérito sobre a Captura do Estado, liderada pelo Vice-Comandante de Justiça Raymond Zondo, começou a funcionar em Pretória no dia 20 de agosto de 2018. Zuma, embora depois de muitos atrasos, concordou em formar a Comissão, seguindo recomendações contidas no relatório do Protetor Público Thuli Mandosela, que divulgou o uso indevido pelo aparelho estatal, especialmente pelos irmãos Gupta que vieram da Índia no início da década de 1990.

De acordo com as autoridades, nos anos mais recentes, 100 bilhões de rand sul-africano (ZAR) (cerca de 7 bilhões de dólares) foram roubados por meio da "captura do Estado" e corrupção, e o novo Presidente tem a intenção de devolver o dinheiro ao Tesouro (Marrian 2018). Nas reuniões da Comissão, muitos fatos que foram revelados são prejudiciais ao Presidente anterior. Embora, de acordo com os poderes da Comissão, a informação obtida no curso de seu trabalho não pôde ser utilizada como evidência em tribunais, portanto o mecanismo legal sul-africano "normal" mais uma vez funcionou a favor de Zuma. Já em 6 de abril de 2018, ele apareceu diante da Corte de Justiça em Durban com 16 processos, incluindo fraude, corrupção e extorsão (Nair 2018), com o Promotor relatando 207 testemunhas (Andersen 2018), apesar de que, dado o sistema legal sul-africano, pode levar muitos anos até que o seu destino seja estabelecido. Por exemplo, em uma reunião regular em 20 de maio de 2019, a próxima reunião foi marcada apenas para outubro (Down 2019).

Além de tudo, Zuma continua tendo vários apoiadores, principalmente em sua província natal, KwaZulu-Natal, onde estes se reuniram em

volta do tribunal com placas com os seguintes dizeres: "Mãos fora de Zuma" e "100% inocente", além de se juntarem a Zuma em pensamento na sua música de "coroação" – "Umshini wami" ("Tragam minha metralhadora") (Davis 2018).

Buscando restaurar a ordem no sistema de governança do país, o novo Presidente conta com um número de líderes que possuíam cargos públicos até Zuma subir ao poder. Por exemplo, a comissão especial "sobre a avaliação do mandato, integridade organizacional e potencial" da Agência de Segurança do Estado da África do Sul, liderada por Sidney Mufamadi, que serviu como Ministro da Segurança Pública (Polícia) no governo Mandela, e o relatório preparado por essa comissão continha uma crítica afiada às atividades dos serviços especiais do país durante o mandato de Zuma: "o ponto-chave do painel foi que as políticas de faccionalização da comunidade de inteligência pela última década ou mais resultou em um quase que completo descaso pela Constituição, política, legislação e outras prescrições" (The Presidency 2019). Outra pessoa proeminente, Charles Nqakula, que também ocupou o posto e então serviu como Ministro da Defesa, se tornou o conselheiro de segurança do Presidente.

No que diz respeito à economia, Ramaphosa fez um compromisso público de "gerar no mínimo US$ 100 bilhões em novos investimentos pelos próximos cinco anos". Para atingir este propósito, um grupo de "Enviados Especiais do Presidente para Investimentos" foi criado, e incluía proeminentes economistas, em particular Msebisi Jonas, que havia sido removido por Zuma do posto de Vice-Ministro das Finanças, e que já havia testemunhado contra os Guptas (e, por consequência, contra o antigo Presidente) na Comissão Zondo. De acordo com Ramaphosa, "Eles irão viajar para grandes centros financeiros na Ásia, Oriente Médio, Europa e Américas para encontrar potenciais investidores" (The Presidency 2018).

Um trabalho ativo nesta direção é feito pelo próprio Ramaphosa. Após sua visita à Arábia Saudita (The Presidency 2018a) e aos Emirados Árabes Unidos (The Presidency 2018b), foi anunciado $10 bilhões em investimentos de cada um desses países na economia sul-africana, e após a visita à China, mais $14,7 bilhões foram anunciados (Hunter 2018).

No dia 21 de setembro de 2018, Ramaphosa anunciou "o plano de estímulo e recuperação", que consistia

> em uma série de medidas, tanto financeiras quanto não-financeiras, que seriam implementadas imediatamente para, primeiramente inflamar a atividade econômica; em segundo lugar, para restaurar a confiança do investidor; em terceiro lugar para prevenir futuras per-

> das de emprego e criação de novos empregos; e, por fim, para endereçar alguns desafios urgentes que afetam as condições dos grupos vulneráveis dentro de nosso povo (The Presidency 2018).

O elemento central deste plano era a priorização em gastar com atividades que possuíam grande impacto no crescimento econômico, demanda doméstica e criação de empregos, com ênfase particular em municípios e economias rurais, mulheres e jovens (The Presidency 2018).

O tópico da reforma agrária se tornou extremamente sensível na África do Sul em conexão à decisão adotada na Conferência Nacional do CNA, que estabeleceu a possibilidade de expropriação de terras sem compensação. A discussão ao redor desta questão foi bastante acalorada na conferência e, se é possível acreditar nos relatórios de imprensa, até brigas ocorreram dentro da sessão fechada (African news agency 2017). Ademais, um de meus mais antigos amigos, um proeminente acadêmico sul-africano, compartilhou comigo que preferia a versão estranha dos eventos. Ele acredita que a fórmula "expropriação sem compensação" foi levada adiante por apoiadores de Zuma, que esperavam que essa questão iria ser rejeitada na conferência. Então eles iriam sair do saguão e não haveria a eleição do novo Presidente do CNA.

A adoção da resolução de "expropriação" foi seguidamente interpretada na África do Sul, e especialmente fora do país, como uma decisão que iria tirar as terras de fazendeiros brancos. Porém, a caução que Ramaphosa e seus associados pretendiam levar adiante a reforma agrária foi evidenciada, por exemplo, pelo testemunho do Presidente Nacional do CNA, Gwede Mantashe, que sugeriu que cerca de 12 mil hectares seriam mantidos na posse de um fazendeiro (Mahlase 2018).

Não obstante, o problema da terra na África do Sul é mais complicado. Tirando a crucial lacuna de terras nos assentamentos urbanos, um tópico muito contestado é a Lei de Ingonyama[4]. Este foi estabelecido para administrar as terras "tradicionalmente de posse do povo Zulu" pelo Ato da legislação "pátria" KwaZulu, nas vésperas das eleições gerais de 1994. Controlado pelo então chamado Rei Zulu, Goodwill Zwelithini kaBhekuzulu. O painel de alto nível sobre avaliação da legislação central e aceleração da mudança fundamental liderada pelo antigo Presidente Khalema Motlanthe sugeriu, em seu relatório em 2017, revogar a Lei de Confiança Ingonyama (Larc 2017), mas até o presente momento nenhuma decisão foi feita a respeito desta questão.

4 Ingonyama, leão em Zulu, é um dos nomes do rei Zulu.

A Lei administra 2,8 milhões de hectares (o que equivale a quase 30% das terras em KwaZulu-Natal). As terras teriam que ser usadas para "o benefício do bem-estar material e bem-estar social" das "tribos e comunidades" Zulu (Larc 2015), mas na realidade permanecem sob o controle dos colaboradores do antigo regime Apartheid.

Alternadamente à discussão pública deste tópico, Ramaphosa criou o Painel Consultivo Presidencial sobre Reforma Agrária e Agricultura. Seus membros são "altamente qualificados em virtude do conhecimento acadêmico e da experiência profissional, empreendedorismo social ou ativismo relacionado à economia agrícola e à política da terra", como, por um lado, sua Presidente Drffi Vuyokazi Mahlati, membro feminina da Comissão Nacional de Planejamento e Presidente da Associação de Fazendeiros Africanos da África do Sul; e por outro lado, Daniel Krick, um fazendeiro da província do Estado Livre e Presidente da Agri S.A, uma federação de organizações agriculturais, que se autodenomina como "a guardiã de todos os fazendeiros, independente de raça, religião e gênero" (Agri SA 2018), mas na realidade se tratava predominantemente de fazendeiros brancos, especialmente os Afrikaner.

O painel produziu um detalhado relatório (132 páginas), o qual sugeria que:

> Diferentes fontes de terras seriam endereçadas a diferentes demandas por terras, que iriam incluir diferentes métodos de aquisição, assim como "doações" (voluntárias) dos seguintes segmentos:
>
> (a) Igrejas
>
> (b) Casas mineradoras
>
> (c) Terrenos expropriados de senhorios ausentes
>
> (d) Terras municipais e comuns
>
> (e) Terras governamentais que não estão sob uso benéfico, incluindo terras ganhas pelas empresas com propriedade do Estado
>
> (f) Senhorios urbanos
>
> (g) Agricultores comerciais, incluindo agricultores de jogos e silvicultores
>
> (h) Agronegócio
>
> (i) Fazendas de redistribuição de terras em perigo e prestes a fracassar (Advisory panel on land reform and agriculture 2019).

Em geral, o relatório foi recebido positivamente na África do Sul. Entretanto, isto enfureceu o Rei Zulu. Ele disse que o Painel de Alto Nível de Kgalema Motlanthe realçou o "ódio pela nação Zulu" e que o painel presiden-

cial consultivo de especialistas de terra, "também continuaram a insultá-lo" (Hans 2019). Ele ameaçou ir ao Tribunal "com o intuito de proteger as terras rurais de KwaZulu-Natal que estavam sob controle da polícia fronteiriça de Ingonyama" na África do Sul e fora de suas fronteiras". É bastante peculiar o fato dele se referir aos seus "amigos ingleses", que, de acordo com o mesmo, também estavam consternados com os atentados feitos "contra as minhas terras". Usando o "cartão étnico", ele alegou que "esta Zulufobia é destinada a questionar a existência da nação Zulu" (Hans 2019).

Em geral, parece que, inicialmente, após Ramaphosa subir à Presidência, o CNA amplamente restaurou a confiança perdida durante o "período Zuma". O teste da influência do CNA após a mudança de liderança, assim como a de outros partidos, foi nas eleições de 8 de maio de 2019 do parlamento nacional e das assembleias legislativas de nove províncias da África do Sul.

Durante esse período, uma situação consideravelmente difícil emergiu no campo dos partidos políticos da África do Sul. Dificuldades notáveis na Aliança tripartidária nos anos recentes. A liderança do Partido Comunista (que cresceu em 280 mil membros "auditados" em 2017) (SACP 2018) abertamente advogou a favor da demissão de Zuma[5], embora dúzias de membros do Partido Comunista também eram membros do parlamento, e alguns, inclusive o Secretário-Geral, Dr. Bonginkosi ("Lâmina") Nzimande, eram ministros também[6].

É necessário esclarecer que todos eles foram eleitos ou nomeados aos seus postos como membros do CNA. Entretanto, nos últimos anos de Zuma na presidência, propostas de participação em eleições independentes – e não apenas no quadro do Congresso – foram persistentemente postas em frente aos membros do PCSA e, especialmente na Jovem Liga Comunista. Criticando Zuma por se recusar a consultar os aliados do CNA em assuntos de maior importância, incluindo questões pessoais, o PCSA, em sua conferência em julho de 2017, levantou a questão da "reconfiguração" da aliança tripartidária e decidiu participar de modo independente nas eleições. Assim, isto foi colocado em prática nas eleições em Novembro de 2017, em um dos municípios da Província do Estado Livre. O PCSA ganhou vários mandatos lá, e depois se aliou ao CNA em nível local, sua representante se tornou

5 Anteriormente, precisamente por causa de sua liderança de apoio a Zuma, um número significativo de membros proeminentes do PCSA deixou o partido.

6 Um pouco antes de sua demissão, Zuma removeu Nzimande do posto de Ministro da Educação Superior e Treinamento, mas Cyril Ramaphosa o restituiu ao gabinete como Ministro do Transporte, e, depois da eleição, ele foi apontado como Chefe do Ministério expandido de Educação Superior, Ciência e Tecnologia.

prefeita. Mas no geral, esse passo provocou uma reação negativa no CNA e levou ao enfraquecimento das posições dos membros do PCSA no Comitê Executivo Nacional do CNA; seu Secretário-Geral, Presidente e Vice-Presidente não foram reeleitos. Porém, tendo o apoio de Ramaphosa na luta por postos mais elevados, o Partido Comunista não apenas participou de modo independente nas eleições de maio de 2019 como também contribuiu em larga escala para o sucesso do CNA.

Há cerca de 400 membros na Assembleia Nacional da África do Sul, eleitos de acordo com listas de partidos, e, para que um partido seja representado nestas listas, é necessário que o mesmo tenha apenas 0,25% dos votos. Portanto, não é de se surpreender que um número recorde de partidos registrados nas eleições de 2019 (parlamentar e provincial) foi 48 (Saho 2019) (no total, 611 partidos foram registrados na África do Sul, dos quais 314 – a nível nacional, e o resto – a nível provincial) (Electoral commission 2019a).

Para participar das eleições na África do Sul, os cidadãos devem primeiro se registrar, e embora cerca de 35 milhões de sul-africanos tenham o direito ao voto, apenas 26,79 milhões de pessoas votaram (Electoral commission 2019b), e cerca de 2/3 destas – cerca de 17,76 milhões – se apresentaram nas estações políticas (Elections 2019).

As eleições geralmente coincidem com as previsões. O CNA ganhou 57,5% dos votos (Elections 2019), significativamente menos do que nas eleições parlamentares cinco anos antes, porém mais do que nas eleições locais de 2016. Ao mesmo tempo, uma maior participação de votos na área rural do país foi claramente manifestada quando comparada com a industrial: esse partido ganhou com alta porcentagem de votos em áreas predominantemente rurais em Limpopo e Mpumalanga, e com baixa porcentagem nas áreas industriais de Cabo Ocidental e Gauteng.

O maior oponente do CNA, a Aliança Democrática (AD), ganhou 20,77% (Elections 2019), o que é menos que 2014 e 2016. A diminuição no nível de apoio a esse partido foi particularmente notável em seu "reduto eleitoral", na província de Cabo Ocidental (de 59,4% em 2014 para 52,4%). Enquanto a mudança de liderança no CNA, sem dúvidas contribuiu para seu sucesso nas eleições, uma das razões para a falha da AD foi precisamente a situação na liderança do partido. Pouco depois das eleições de 2016, Helen Zille, uma mulher branca que se demitiu da liderança da AD, abrindo espaço para Mmusi Maimane em 2015, altamente criticado por falar em defesa do colonialismo. Assim, um dano considerável foi feito com o desejo da AD em se livrar da imagem de partido de liberais brancos, e Zille foi forçada a

se demitir de todos os postos do partido, embora ela permaneceu por um tempo como Premiere de Cabo Ocidental.

A seguir, após alegações de má conduta financeira, a prefeita da Cidade do Cabo, Patricia de Lille, que é uma mulher negra, foi forçada a se demitir em outubro de 2018 após muitos meses de discussão interna e até litígio, e então deixou a AD e anunciou a criação de um novo partido com um nome bastante insólito – o BOM Partido[7] (Dlulane 2018).

Forçar De Lille a sair enfraqueceu a posição da AD frente aos cidadãos negros, que são quase metade da população em Cabo Ocidental, e isso dificilmente compensou para a eleição de prefeito para outra pessoa negra, Dan Plato, que já havia ocupado esse posto, de modo bastante inglório.

Diferentemente da AD, o terceiro partido mais influente da África do Sul, os Combatentes da Liberdade Econômica (EFF, em inglês), melhoraram seus resultados, recebendo 10,80% dos votos (Elections 2019). Este é o único partido de sucesso formado na África do Sul nos anos recentes, é liderado pelo antigo líder da Jovem Liga do CNA, Julius Malema, que inicialmente apoiou Zuma de maneira ativa, porém depois começou a criticá-lo pela "esquerda" e, melhor dizendo, de posições populistas[8], advogando em pró da "liberdade econômica" (também o nome usual do partido) e demandando, em particular, a nacionalização da indústria mineradora do país. É importante ressaltar que o próprio Malema não leva um modo de vida "proletário", e o escritório do promotor já o havia acusado de corrupção, fraude e extorsão. Além disso, acusações políticas muito sérias foram feitas contra a liderança do EFF. Baleke Mbete, o porta-voz da Assembleia Nacional, disse: "Essas pessoas (EFF) não estão trabalhando apenas para as pessoas deste país, eles são parte de um esquema maior de coisas, no qual apenas governos ocidentais estão envolvidos" (Mataboge 2015).

Vários partidos "menores" foram criados imediatamente antes das eleições, e pelo menos a liderança de um deles, o Movimento de Transformação Africano (ATM, em inglês) que ganhou dois lugares, estava associado aos apoiadores de Zuma, e o CNA ainda convocou uma comissão para investigar a participação dos membros líderes do CNA na criação deste e de outros novos partidos.

---

7 Pode ser adicionado o fato de Lille ter já fundado em 2013 seu próprio partido, Democratas Independentes, após ela sair do Congresso Pan-Africanista, mas em 2010 ela "foge" da AD.

8 Entretanto, quando o autor começa a caracterizar o EFF de um certo modo em uma discussão com Khalema Motlanthe, ele diz: "Não, este é um partido de estreito nacionalismo": esse termo no CNA se refere aos tribalistas e racistas (Discussão com K. Motlanthe, Joanesburgo, 30 de maio de 2018)

Assim como outros partidos "menores" que conseguiram assentos na Assembleia Nacional, quase todos ganharam menos de 1% dos votos. A exceção foi o Partido para Libertação de Inkatha – 3,38% (em vez de 2,4%) e a Frente a Mais para Liberdade (FF+ em inglês) – 2,38% (ao invés de 0,9%) (Elections 2019). O aumento de votos destes partidos pode ser explicada, primeiramente, pelo caso de demissão de Jacob Zuma, um Zulu, e segundamente, pelo cruzamento com alguns dos antigos apoiadores da AD[9].

A criação de um novo partido merece uma atenção especial. Em contraste com os outros, era antes iniciado pela forte organização A União Nacional dos Trabalhadores de Metal da África do Sul, que possui cerca de 400 membros. Após fortes críticas do Plano de Desenvolvimento Nacional do Governo, como um "documento neoliberal", a conferência da União decidiu, em 2013, recusar apoio ao CNA nas eleições que estavam por vir. A liderança da União anunciou a criação de vários movimentos de oposição – de ampla base de Frente Unida, um partido "revolucionário da classe trabalhadora", baseado no "marxismo-leninismo" e a nova federação nacional ampla de sindicatos. Os congressos constituintes desses 3 movimentos foram planejados em 2017, porém apenas a Federação Sindical Sul-africana (SAFTU, em inglês), consistindo em uniões como as da União (NUMSA, em inglês) – expulsas da SACTU – realmente começaram a operar.

A Frente Unida estava moribunda, enquanto um novo partido, praticamente um rival do PCSA, foi registrado em novembro de 2017 sob o nome atraente de "Partido Socialista Revolucionário dos Trabalhadores", porém foi completamente derrotado nas eleições parlamentares, ganhando apenas 0,14% dos votos (The South African 2019) (Isso significa que o partido era apoiado por não mais do que 5% dos membros dessa união, ainda menos se levarmos em conta os membros de suas famílias). Contudo, as atividades sistemáticas da liderança do NUMSA levaram à diminuição da habilidade das uniões sindicais de influenciar o curso de desenvolvimento do país.

Um desastre completo foi a performance de outro partido "radical", o "Negro Primeiro, Terras Primeiro", que recebeu apenas 0.11% dos votos (The South African 2019). Após a reeleição de Ramaphosa e a inauguração do que simbolicamente seria conhecido como o Dia Africano, 25 de maio, ele anunciou a composição de seu novo governo. O número de pastas foi reduzido de 36 para 28, e de acordo com o princípio de igualdade de gênero, foi introduzida a cota de 50% de mulheres.

9 É notável que Peter Mare (um homem negro) antigo membro da AD e de vários outros partidos, foi nomeado como candidato ao posto de premier em Cabo Ocidental pelo FF+.

A condição-chave nessa turbulência econômica, o posto de Ministro das Finanças foi retido por Tito Mboweni, apesar da oposição das uniões sindicais. O mercado, por outro lado, acreditou que o profissional de 60 anos, que anteriormente já havia liderado o Banco de Reserva da África do Sul, seria hábil para restaurar a confiança do investidor e reviver a economia do país. O Ministro mais novo nomeado foi Ronald Lamola, 35 anos, que se tornou Ministro da Justiça e de Serviços Correcionais. Bastante surpreendente, Lindiwe Sisulu foi movido para o posto de Ministro de Assentamentos Humanos e Água e o Ministério de Relações Internacionais e Cooperação agora é chefiado pelo Dr. Naledi Pandor. Uma verdadeira surpresa foi a nomeação de Patrícia de Lille para liderar o Ministério de Serviços Públicos e Infraestrutura (The South African 2019).

Com grande prestígio de Cyril Ramaphosa e o sucesso do CNA nas eleições, parece que os próximos cinco anos serão de implementação dos planos do novo presidente. Entretanto, logo após as eleições a África do Sul enfrentou novos problemas econômicos e políticos. A situação econômica se deteriorou devido à nova depreciação do Rand e a contínua recessão na economia. Ademais, alguns dias após a posse de Ramaphosa, o órgão governamental de Estatísticas da África do Sul relatou que "a economia caiu acentuadamente nos primeiros 3 meses de 2019, contraindo em 3,2%, sendo a manufatura, a mineração e o comércio os maiores contribuidores para essa queda" (Stats SA 2019).

Sob essas condições, o Tesouro Nacional, liderado por Mboweni, imediatamente publicou um relatório de "Rascunho da Estratégia de Recuperação", que foi criticamente recebido por muitos do CNA e especialmente entre seus aliados. O Comitê Central do PCSA enfatizou em sua declaração que

> O relatório incorpora prescrições econômicas e políticas capitalistas das 'Pesquisas Econômicas da OCDE: África do Sul' e das 'Reformas de Políticas Econômicas de 2017: Rumo ao Crescimento', desenvolvidas pela elite da Organização para o Desenvolvimento e Cooperação Econômicos (OECD, em inglês) em 2017 (SACP 2019).

E continua:

> A soberania nacional democrática de nosso espaço político é sacrossanta. A codificação das reformas econômicas da OECD em "... Estratégica econômica para a África do Sul" e os processos seguidos no desenvolvimento e liberação do documento minado, em primeiro lugar e acima de tudo organizacional, é o papel obrigatório primário da Aliança liderada pelo CNA (SACP 2019).

O documento foi rejeitado também pelo terceiro membro da Aliança, COSATU: "Este Rascunho de Estratégia para Recuperação faz o governo parecer incoerente, confuso e não-confiável. COSATU rejeita o documento e demanda que o Tesouro Nacional se desfaça imediatamente deste documento". Além disso, levanta questões relevantes: "Qual é o status deste documento? Por que liberar um documento ao público antes que o mesmo tenha ido para o Gabinete? Quem será responsabilizado por isso? E se isso for divergente com as políticas existentes"? (Pamla 2019).

A reação foi tão crítica que os líderes do CNA tiveram que se encontrar e montar uma declaração no dia 3 de setembro, que enfatizava a necessidade de discussão do CNA com os seus aliados:

> A reunião resolveu que as estruturas, incluindo ramificações do CNA deveriam estar engajadas e receberiam permissão para fazer comentários sobre o documento em discussão.... A reunião concordou que a Aliança do CNA também deveria receber permissão para discutir este documento em questão dentro de suas estruturas; Os Oficiais Nacionais resolveram que na próxima reunião da NEC iriam decidir o assunto da discussão e considerar todos os pontos, como referido acima (African National Congress 2019).

Além disso, problemas pessoais de Ramaphosa e seus apoiadores apareceram de mais diferenciadas fontes, em particular da Comissão Zondo e do Promotor Público Busisiwe Mkhwebane. Uma das testemunhas da Comissão relatou que vários líderes do CNA receberam subornos (tanto em dinheiro como em serviços) da empresa Bossasa, uma companhia que promoveu serviços ao partido. Ademais, Cyril Ramaphosa cometeu um erro quando replicou a questão de Mmusi Maimane sobre os 500 mil rand alocados por essa companhia. Ele disse que o dinheiro era um pagamento ao seu filho pelo trabalho realizado, mas, logo em seguida, ele mesmo se corrigiu, admitindo que o dinheiro foi uma contribuição da empresa ao CR17, a campanha eleitoral de Ramaphosa ao posto de Presidente do CNA (Mahlati 2018).

Todavia, o incidente permitiu a Mkwebane acusar Ramaphosa de violação da Constituição e do código de conduta ética quando ele "enganou" parlamentares sobre uma doação de campanha da Bossasa (Bloomberg 2019). Ramaphosa está enfrentando as suas descobertas no Tribunal, mas o caso encorajou seus oponentes dentro do CNA e prejudicou seus esforços por um controle mais rígido sobre o partido. Além disso, seu escritório divulgou as fontes das doações do CR17, que inclusive incluíam grandes quantidades derivadas de empresas de pessoas brancas.

Ao mesmo tempo, Jacob Zuma, em seu testemunho na Comissão Zondo e em outras declarações públicas, acusou dois membros proeminentes do CNA, Ngoako Ramathlodi e Sphiwe Nyanda[10] (Dlulane 2019), que já havia sido nomeado por ele para posições ministeriais, sendo espiões no regime apartheid. Então, ele acusou outro antigo ministro, Derek Hanekom, de ser um "agente inimigo", mas perdeu o caso na Alta Corte de Durban. Se espalhou que o tuíte de Zuma "conhecido agente inimigo" sobre Hanekom foi "falso, difamatório e ilegal", e ordenou Zuma a removê-lo e publicar um pedido de desculpas no Twitter dentro de 24 horas, assim como a pagar pelos danos (Broughton 2019).

Como se esses problemas já não fossem o suficiente, no final de agosto e em setembro de 2019, a África do Sul enfrentou uma nova onda de xenofobia, diretamente contra migrantes africanos. O CNA, seu governo e o Ramaphosa em pessoa condenaram esses atos, mas a imagem da África do Sul se deteriorou bastante, especialmente dentro do continente.

Como sabemos, um amanhecer não pode ser longo, e um novo dia sempre chega. Que dia será se a África do Sul fornecer a Cyril Ramaphosa uma vitória na questão do inter-CNA e fortalecer a posição de seu partido? Há muitas opiniões conflitantes sobre as visões políticas do Presidente. Quando ele era Secretário-Geral da União Nacional dos Mineradores, ele abertamente advogou a favor do socialismo, mas, como mencionado acima, ele havia se tornado um homem de negócios e uma das pessoas mais ricas da África do Sul. Quando, alguns anos atrás, um jornalista perguntou para ele se ele continuava sendo socialista, ele respondeu: "Sim, eu sou. Mas eu cunhei minha própria frase, que de muitas maneiras descreve o que eu sou. Eu sou um socialista mas eu opero em um mundo capitalista. Eu sou, antes de tudo, um capitalista com um instinto socialista" (Harvey 2015).

10 Siphiwe Nyanda, bastante conhecido pelo autor foi o segundo em comando da maquinaria armada do subsolo da África do Sul (famosa Operação Vula), Chefe do SANDF e então Ministro das Comunicações. Ele liderou um grupo de militares veteranos do CNA que insistiram na renúncia de Zuma.

Ramaphosa continua preservando seu instinto? Isso influenciará sua política? Até o presente momento, não há sinais disso, por exemplo, é difícil de acreditar que o notável documento foi publicado pelo Tesouro sem o seu conhecimento.

Contudo, nós ainda temos que esperar para ver.

Referências

Advisory panel on land reform and agriculture (South Africa). Final report of the presidential advisory panel on land reform and agriculture. South Africa, 4 maio 2019. Disponível em: https://www.gov.za/sites/default/files/gcis_document/201907/panelreportlandreform_1.pdf. Acesso em: 31 ago. 2019.

African National Congress. Myanc: statement on the draft economic paper released by treasury. [S. l.], 3 set. 2019. Disponível em: https://www.anc1912.org.za/myanc-statement-draft-economic-paper-released-treasury-httpstco6dcnuwfpze. Acesso em: 10 out. 2019.

African news agency (Cape Town). #ANC54: Scuffles during debate on land redistribution without compensation. Cape Town, 21 set. 2017. Disponível em: https://www.iol.co.za/news/politics/anc54-scuffles-during-debate-on-land-redistribution-without-compensation-12495088. Acesso em: 30 ago. 2019.

Agri SA. Agri SA's key priorities focus on. [S. l.], 2018. Disponível em: https://www.agrisa.co.za/. Acesso em: 31 ago. 2019.

Aandersen, Nic. Zuma trial: State releases names of 207 witnesses testifying, Shaik not listed. South Africa, 29 mar. 2018. Disponível em: thesouthafrican.com/news/zuma-trial-state-207-witnesses/. Acesso em: 26 set. 2019.

Bloomberg. Public Protector says Ramaphosa violated the constitution. [S. l.], 19 jul. 2019. Disponível em: https://businesstech.co.za/news/government/330319/public-protector-says-ramaphosa-violated-the-constitution/. Acesso em: 5 set. 2019.

Broughton, Tania. Zuma loses Hanekom 'spy' defamation case, ordered to pay damages. [S. l.], 6 set. 2019. Disponível em: https://www.timeslive.co.za/news/south-africa/2019-09-06-zuma-loses-hanekom-spy-defamation-case-ordered-to-pay-damages/. Acesso em: 9 set. 2019.

Davis, Rebecca. Zuma's Day in Court: Matter postponed to June as cheering crowds pledge loyalty. [S. l.], 6 abr. 2018. Disponível em: https://www.dailymaverick.co.za/article/2018-04-06-zumas-day-in-court-matter-postponed-to-june-as-cheering-crowds-pledge-loyalty/. Acesso em: 4 set. 2019.

Dlulane, Bonga. PATRICIA DE LILLE NAMES HER NEW PARTY 'GOOD'. [S. l.], 2 dez. 2018. Disponível em: https://ewn.co.za/2018/12/02/patrica-de-lille-names-her-new-party-good. Acesso em: 5 set. 2019.

_____. MKMVA REJECTS ZUMA SPY CLAIMS ON NYANDA, RAMATLHODI. [S. l.], 16 jul. 2019. Disponível em: https://ewn.co.za/2019/07/16/zuma-s-state-capture-allegations-are-irresponsible-says-mkmva. Acesso em: 7 set. 2019.

Down, Aisha Kehoe. Zuma's Trial Postponed After He Petitions to Drop Charges. United Stares, 20 maio 2019. Disponível em: https://www.occrp.org/en/27-ccwatch/cc-watch-briefs/9768-zuma-s-trial-postponed-after-he-petitions-to-drop-charges. Acesso em: 19 set. 2019.

Elections (South Africa). National Assembly: Election Results. [S. l.], 2019. Disponível em: https://www.elections.org.za/NPEDashboard/app/mobile.html. Acesso em: 10 set. 2019.

Electoral commission (South Africa). Political party list. South Africa, 2019a. Disponível em: https://www.elections.org.za/content/Parties/Political-party-list/. Acesso em: 9 set. 2019.

_____. Registration Statistics as at 14 Oct 2019. South Africa, 2019b. Disponível em: https://www.elections.org.za/content/Voters-Roll/Registration-statistics/. Acesso em: 9 set. 2019.

Enca (África do Sul). GALLERY: Zuma in good spirits at farewell cocktail dinner. África do Sul, 20 fev. 2018. Disponível em: https://www.enca.com/south-africa/gallery-zuma-in-good-spirits-at-farewell-cocktail-dinner. Acesso em: 17 set. 2019.

Hans, Bongani. King Zwelithini slams 'Zuluphobia' as he fights to protect KZN rural land. Cape Town, 8 set. 2019. Disponível em: https://www.iol.co.za/news/politics/king-zwelithini-slams-zuluphobia-as-he-fights-to-protect-kzn-rural-land-32553522. Acesso em: 11 set. 2019.

Harvey, Ebrahim. Is Ramaphosa still a shoo-in?. [S. l.], 12 set. 2015. Disponível em: https://mg.co.za/article/2015-09-10-is-ramaphosa-still-a-shoo-in. Acesso em: 4 set. 2019.

Hunter, Qaanitah. CHINA TO INVEST $14.7BN IN SA, SAYS RAMAPHOSA. [S. l.], 24 jul. 2018. Disponível em: https://ewn.co.za/2018/07/24/china-to-invest-usd14-7bn-in-sa-says-ramaphosa. Acesso em: 3 set. 2019.

Larc. Land rights under the Ingonyama trust. [S. l.], fev 2015. Disponível em: http://www.larc.uct.ac.za/sites/default/files/image_tool/images/347/FactSheets/FactsheetIngonyama_Final_Feb2015.pdf. Acesso em: 2 set. 2019.

_____. Kgalema Motlanthe's High Level Panel calls for repeal of Ingonyama Trust Act. [S. l.], 30 nov. 2017. Disponível em: https://www.customcontested.co.za/kgalema-motlanthes-high-level-panel-calls-for-repeal-of-ingonyama-trust-act/. Acesso em: 4 set. 2019.

Mahlase, Mahlatse. Land expropriation: Here's how it could be implemented, says Mantashe. Cape Town, 15 ago. 2018. Disponível em: https://www.news24.com/SouthAfrica/News/land-expropriation-heres-how-it-could-be-implemented-says-mantashe-20180815. Acesso em: 30 ago. 2019.

Mahlati, Zintle. Ramaphosa confirms R500K Bosasa payment was to fund ANC presidential campaign. [S. l.], 16 nov. 2018. Disponível em: https://www.iol.co.za/news/politics/ramaphosa-confirms-r500k-bosasa-payment-was-to-fund-anc-presidential-campaign-18149588. Acesso em: 12 set. 2019.

Marrian, Natasha. The 'billions siphoned out' through corruption must be recovered, Ramaphosa tells Gauteng ANC members. South Africa, 20 jul. 2018. Disponível em: https://www.businesslive.co.za/about/. Acesso em: 11 set. 2019.

Mataboge, Mmanaledi. Mbete: EFF are pawns of the West who want to take over SA. [S. l.], 14 fev. 2015. Disponível em: https://mg.co.za/article/2015-02-14-mbete-eff-are-pawns-of-the-west-who-want-to-control-sa. Acesso em: 10 set. 2019.

Nair, Nivashni. Done in 20 minutes: Zuma fraud, corruption case postponed. New York, 6 abr. 2018. Disponível em: https://www.timeslive.co.za/news/south-africa/2018-04-06-done-in-20-minutes-zuma-fraud-corruption-case-postponed-to-june/. Acesso em: 18 set. 2019.

Pamla, Sizwe. COSATU Central Executive Committee Statement: 29 August 2019. [S. l.], 29 ago. 2019. Disponível em: http://mediadon.co.za/2019/08/29/cosatu-central-executive-committee-statement-29-august-2019/. Acesso em: 7 set. 2019.

Ramaphosa, Cyril. Discurso do Estado da Nação, 2018. Disponível em: <http://www.thepresidency.gov.za/state-of-the-nation-address/state-nation-address-president-republic-south-africa%2C-mr-cyril-ramaphosa>

SACP (South Africa). South African Communist Party. [S. l.], 2018. Disponível em: https://www.sacp.org.za/. Acesso em: 6 set. 2019.

_____. SACP Augmented Central Committee statement. [S. l.], 6 set. 2019. Disponível em: https://www.sacp.org.za/content/sacp-augmented-central-committee-statement-0. Acesso em: 10 set. 2019.

Saho(South Africa). South African General Elections 2019: List of Political Parties. [S. l.], 2019. Disponível em: https://www.sahistory.org.za/article/south-african-general-elections-2019-list-political-parties. Acesso em: 6 set. 2019.

South African Government. Government Leaders. South Africa, 2019. Disponível em: https://www.gov.za/about-government/leaders. Acesso em: 7 set. 2019.

Stats SA. Economy stumbles in the first quarter. [S. l.], 4 jun. 2019. Disponível em: http://www.statssa.gov.za/?p=12200. Acesso em: 6 set. 2019.

The Presidency (Pretoria). Statement by President Cyril Ramaphosa on launch of new investment drive: 16 April 2018. Pretoria, 16 abr. 2018. Disponível em: http://www.dirco.gov.za/docs/speeches/2018/cram0416.htm. Acesso em: 4 set. 2019.

_____. President Ramaphosa lauds his Visit to Saudi Arabia. Pretoria, 13 jul. 2018a. Disponível em: http://www.dirco.gov.za/docs/2018/saud0713.htm. Acesso em: 29 ago. 2019.

_____. State Visit of the President of South Africa to the UAE. Pretoria, 13 jul. 2018b. Disponível em: http://www.dirco.gov.za/docs/2018/uae0714.htm. Acesso em: 5 set. 2019.

_____. President Cyril Ramaphosa: Economic stimulus and recovery plan. Pretoria, 21 set. 2018. Disponível em: https://www.gov.za/speeches/president-cyril-ramaphosa-economic-stimulus-and-recovery-plan-21-sep-2018-0000. Acesso em: 12 set. 2019.

_____. President Ramaphosa releases Review Panel Report on State Security Agency. Pretoria, 9 mar. 2019. Disponível em: http://www.thepresidency.gov.za/press-statements/president-ramaphosa-releases-review-panel-report-state-security-agency. Acesso em: 1 set. 2019.

The South African. 2019 Election results: Final totals with all votes counted. [S. l.], 11 maio 2019. Disponível em: https://www.thesouthafrican.com/news/2019-south-africa-election-results-national-provincial-all-votes/. Acesso em: 11 set. 2019.

RESUMO

O artigo analisa os desenvolvimentos recentes na África do Sul após a demissão não voluntária de Jacob Zuma e a eleição de Cyril Ramaphosa para o cargo de Presidente da República. Uma das palavras-chave em seu relatório "Estado da Nação" no dia seguinte à sua eleição foi "Novo amanhecer": "Deveríamos deixar para trás toda a negatividade que perseguiu nosso país, porque um novo amanhecer está chegando. Devemos deixar para trás todos os aspectos negativos que impediram nosso país, porque há um novo amanhecer acima de nós", disse ele. Portanto, o artigo avalia os passos que o novo presidente tomou para manter sua promessa de "mudar o país" e, em particular, para erradicar a corrupção generalizada. É dada uma atenção especial aos resultados das eleições nacionais e provinciais de maio de 2019 na África do Sul.

PALAVRAS-CHAVE

África do Sul; Congresso Nacional Africano; Cyril Ramaphosa; Jacob Zuma; Corrupção.

Recebido em 13 de setembro de 2019
Aceito em 27 de setembro de 2019

Traduzido por Luiza Flores

OS FLUXOS MIGRATÓRIOS NA ÁFRICA DO SUL E SEUS IMPACTOS NA ÁFRICA AUSTRAL (1960-2000)

Pedro Brites[1]
Yuri Debrai Padilha[2]

Introdução

O fim da II Guerra Mundial institui uma nova estrutura geopolítica nas relações internacionais, modificando a dinâmica dessas relações na África Austral, tanto pela mudança dos países europeus em relação aos países da região, quanto pela aceleração dos processos de libertação dos povos africanos. Tal cenário contribuiu para uma modificação nos processos migratórios desse período, ainda apresentando impactos na atual dinâmica migratória na República da África do Sul (RAS).

A presente pesquisa busca investigar os processos migratórios ocorridos durante o longo caminho para a liberdade dos povos africanos, do período de 1960 ao início dos anos 2000. Logo, investiga-se sobre a influência da disputa bipolar da Guerra Fria e dos reflexos que o desenvolvimento capitalista periférico da África do Sul possuiu para os processos de migração do país. Atualmente, esse Estado destaca-se como liderança política e econômica na região, sendo destino de muitos contingentes migratórios. Todavia, parte desse prestígio apresenta bases ligadas ao regime do *Apartheid*, cujo "desenvolvimento separado" implicou em um quadro de desigualdade social, persistindo até hoje no país.

1 Escola de Relações Internacionais, Fundação Getúlio Vargas, Porto Alegre, Brasil. E-mail: pvbrittes@gmail.com.

2 Departamento de Relações Internacionais, Centro Universitário Ritter dos Reis, Porto Alegre, Brasil. E-mail: yuridebraipadilha@gmail.com.

O período que se estende entre os anos 1960 e 2000, na África Austral, é marcado pela presença de movimentos de libertação anticolonial (movimentos formados por partidos, sindicatos, grupos religiosos e outros) que, em alguns casos, formavam redes de apoio e abrigo aos grupos de resistência e a migrantes da região (Braga 2011). Esse cenário caracterizava o amadurecimento do nacionalismo africano e o sentimento africanista, muitas vezes expostos pelos movimentos de negritude[3] e pan-africanista[4] (Visentini e Ribeiro 2013). O ambiente de busca pela libertação, somado ao sentimento apurado de nacionalismo africano, contribuiu para o fortalecimento do sentimento africanista, cujos efeitos também potencializaram a acolhida de imigrantes e refugiados africanos dentro de seu próprio continente.

A década de 1960 ficou marcada pela eclosão de diversos processos de independência. Na África Austral, esse período marcou uma série de violentos conflitos, muitos dos quais, duraram até a década de 1990 (Schütz 2014). Observa-se que muitas destas independências implicaram em novas composições políticas, com velhas práticas opressoras e racistas, motivando a guerrilha armada em muitos países da África Austral (Chanaiwa 2010).

Ainda, a década de 1960 simboliza uma radical mudança na política internacional, influenciada pelo ambiente do pós-Segunda Guerra. Nesse sentido, destaca-se a assinatura do Acordo de *Bretton Woods* (1944), da Carta da ONU (1945), da Declaração Universal dos Direitos Humanos/DUDH (ONU 1948) e a ascensão da disputa bipolar entre EUA e URSS (ambos anticoloniais). Aos países da periferia global, a bipolaridade trouxe efeitos geopolíticos profundos, afinal, as disputas pelo equilíbrio de poder internacional foram deslocadas do centro para a periferia. Assim, as Guerras Locais, que se multiplicaram ao longo dos mais de quarenta anos de Guerra Fria, passaram a ser o epicentro das disputas entre EUA e URSS.

Esse momento político foi marcado pelo surgimento do Movimento dos Não-Alinhados (MNAL), movimento que emergiu na Conferência de Belgrado (1961), influenciado pelo debate desenvolvido em Bandung (1955), onde se criou uma coalizão entre os países terceiro- mundistas. Assim, em 1961 institucionalizaram-se os princípios discutidos em Bandung, em busca da independência desses países, da não violação dos direitos dos povos oprimidos (como a oposição ao *Apartheid*), do equilíbrio de mercado entre as

3 Sentimento de negritude liga-se ao movimento negritude, aquele que objetivara dar maior ênfase à cultura do movimento negro. Para saber mais, sugere-se a leitura de *Post Colonial Studies: The key concepts*, Ashcroft, Bill *et al.* (2000).

4 Por pan-africanismo entende-se o movimento que busca unificar a África em prol de seus próprios interesses. Para saber mais, sugere-se a leitura já citada a cima.

nações e do desenvolvimento econômico e industrial periférico (Pereira e Medeiros 2015).

O debate acerca do desenvolvimento econômico terceiro-mundista, além de gerar a criação do MNAL, também ocasionou a criação da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e do G-77, em 1964. Assim, nota-se a inserção da pauta do desenvolvimento desigual que, com a questão da deterioração dos termos de troca, passou a fazer parte dos debates em organismos internacionais (Pereira e Medeiros 2015).

Na busca pelo melhor desenvolver desta pesquisa, e para atingir seus respectivos objetivos, este trabalho estrutura-se em três etapas. A primeira avalia, de forma regional, o "desenvolvimento separado" no contexto do *Apartheid* e seus efeitos para os fluxos migratórios na África do Sul. Na segunda parte, sob o prisma das migrações para a África do Sul, analisam-se os movimentos de libertação negra priorizando a perspectiva africana para com a luta contra o neocolonialismo inglês e português. Já na terceira etapa, sob a perspectiva sul-africana, se analisam as mudanças sistêmicas que o fim da Guerra Fria representou para a África Austral e seus possíveis impactos para o fluxo migratório da região em direção à África do Sul.

O desenvolvimento separado do *Apartheid* sul-africano e a instrumentalização do trabalho migratório

A África do Sul tornou-se uma república em 1961. Contudo, a nova administração política não rompeu com o regime do Apartheid, que perdurou até 1994 (Pereira 2010). Ainda em 1948, o governo sul-africano aprovou uma série de leis segregacionistas, que colocava a população branca da África do Sul em vantagem às outras (negros, indianos e demais povos de origem não europeia). Esta segregação por meio da cor de pele apresentava reflexos também sobre os fluxos migratórios para o país, como o uso da *Immigrants Regularion Act* (1913), a qual apresentava um caráter xenofóbico e racista, onde o governo determinava que apenas pessoas brancas tivessem a liberdade de migrar e dificultava a vinda (e saída) de pessoas negras do país. Ademais, tal lei apresentava-se como um instrumento facilitador para mão de obra barata nas minas e na agricultura (Almeida 2015).

Em 1960, com a carta "Chamado À Nação", escrita pelo Congresso Pan-Africano (PAC) (1959), um grupo de manifestantes negros reuniu-se

em ato contra a Lei do Passe[5] e pelo aumento do salário mínimo. Entretanto, o poder público, munido de armas de fogo e bombas de gás lacrimogêneo reprimiu a manifestação. Esse evento, conhecido como o Massacre de Sharpeville, culminou com a morte de 72 pessoas e outras 186 feridas, assim representando um dos símbolos da violência do Apartheid (Chanaiwa 2010).

A partir desta data, o governo sul-africano culpou o ANC (Congresso Nacional Africano) e o PAC pela tragédia em Sharpville, proibindo a atividade destas e de demais organizações opositoras ao regime. Até então, as manifestações de libertação africana tinham caráter pacifista, todavia, o estabelecimento da violenta opressão estatal e a proibição dos movimentos de libertação, impulsionaram o surgimento de ramificações armadas de resistência. Assim, em 1961, o PAC formou o Poqo ("Somente Nós") enquanto o ANC, liderado por Nelson Mandela e Walter Sisulu, deu origem ao Umkhonto We Sizwe (MK) ("Lança da Nação") (Braga 2011). O ano de criação do MK também é reconhecido como o ano de fundação do Departamento de Imigração, setor do governo dedicado a incentivar a migração de pessoas brancas à África do Sul, enquanto repelia a vinda de imigrantes negros, com ressalvas para o trabalho destes nas minas (Almeida 2015). Em 1962, a RAS abdicou do acordo de Commonwealth, para fortalecer o projeto sul-africano de "desenvolvimento separado"(Chanaiwa 2010).

Devido às políticas do Apartheid, em 1962, a Assembleia Geral da ONU (AGNU) aprovou a resolução de número 1.761, a qual sugeriu algumas medidas de boicote (econômico, administrativo e diplomático) à RAS, com o intuito de enfraquecer o regime (ONU 1962). Nesta época, a AGNU era composta por 110 Estados, dos quais mais de trinta eram africanos. Nota-se que, após a primeira grande onda de independências da África, os temas africanos passaram a ter maior visibilidade e representatividade nos organismos internacionais.

Wolpe (1972) apresenta o trabalho migratório como peça chave ao arranjo capitalista sul-africano, definido como "desenvolvimento separado". O autor alega que esse tipo de migração servia como uma importante ferramenta para o funcionamento deste sistema, cuja dinâmica era baseada na opressão aos negros – imigrantes e nativos – e na acumulação de capital do país. Tal sistema era alimentado devido à oferta de trabalho apresentada na RAS e a falta de emprego na região austral do continente, o que resultava na vinda de imigrantes das localidades para a RAS. Assim, apesar da situação

5 Anteriormente ao massacre de Sharpeville, a Lei do Passe obrigava aos cidadãos não branco a portar uma caderneta de licença para locais específicos. Foi uma legislação segregacionistas com finalidade de controlar a mobilidade dos operários.

irregular na maioria dos casos, entende-se que a mão de obra barata fornecida pelos imigrantes[6], garantiu o fortalecimento do capital sul-africano, que por sua vez modificou o equilíbrio entre produção e distribuição interna, além de ter prejudicado o desenvolvimento dos países vizinhos, atingindo especialmente na produção agrícola desses. A questão racial envolvida neste regime implicava em grandes efeitos para a economia do país, uma vez que as leis de controle de circulação e de trabalho garantiam a mão de obra barata para o rápido crescimento econômico sul-africano (Wolpe 1972).

Durante o Apartheid, o processo de urbanização na África do Sul se acelerou, fenômeno que contribuiu para o aumento do fluxo migratório para o país. Em paralelo à questão dos imigrantes destinados à força de trabalho nas minas, a oferta de trabalho no setor industrial também se apresentava com as mesmas características separatistas. Assim, Wolpe (1972) observa que muitas indústrias sul-africanas eram instaladas aos arredores das homelands (espaços que limitavam a moradia dos negros no país), facilitando o acesso negro à indústria. O envolvimento de tais trabalhadores com o meio urbano contribuiu para o fortalecimento da consciência política destes, onde, mesmo diante da opressão, a identificação e o relacionamento com os movimentos de libertação se estreitava.

Na década de 1960, o crescimento econômico da RAS colocava o país entre as dez maiores economias do mundo. Assim, o desenvolvimento econômico e industrial sul-africano fez do país o principal polo econômico da África Austral, estabelecendo uma espécie de força gravitacional sobre os vizinhos. Em 1969, o país firmou um acordo de união aduaneira entre Botsuana, Lesoto e Suazilândia, criando laços de dependência das economias vizinhas diante da África do Sul (Pereira 2007).

Se no plano regional o país se afirmava junto aos vizinhos, internamente, as homelands enfrentavam a carência de diversos serviços e recursos,

6 A maior parte dos trabalhadores imigrantes eram empregados em minas, deparando-se com condições de insegurança à própria saúde. Muitos imigrantes negros eram colocados em circunstâncias de trabalho piores que a dos brancos, pois o segundo grupo não aceitava ocupar o mesmo espaço de trabalho que o primeiro, pela recusa de estar em condições iguais a esses. Assim, o racismo imposto tanto pelo governo, quanto o manifestado pela sociedade branca da África do Sul, implicou para que os negros fossem expostos a maiores riscos e, consequentemente, as maiores vítimas do trabalho nas minas (profissão que apresentava risco à saúde de muitos trabalhadores, culminando inclusive em mortes). Ao serem expostos ao trabalho nas minas, os trabalhadores eram afetados por doenças provocadas pelo contato com a poeira, como a tuberculose e demais doenças respiratórias. Diante disso, o governo sul-africano repatriava muitos de seus imigrantes, que recebiam pagamentos e medicamentos por tal invalidez. Entretanto, o regresso destes imigrantes resultou na propagação epidêmica da tuberculose em locais carentes de assistência médica no país (Darch 1981).

alargando a miséria dentro do país mais rico da África (Pereira 2007). Em termos sociais, do breve crescimento industrial do país emergiu um cenário de desigualdade econômica e de transformação demográfica, onde, enquanto os espaços destinados aos brancos apresentavam maior crescimento econômico (e populacional), a população negra era instrumentalizada para sustentar esse modelo (Braga 2011).

Nesse contexto, a RAS passou a ser alvo de algumas sanções internacionais e, para driblá-las, o governo visou a autossuficiência do maior número de áreas possíveis (salienta-se o desenvolvimento militar para manutenção do regime), fazendo valer o "desenvolvimento separado". Entretanto, mesmo em face ao isolamento externo, a economia sul-africana ainda dependia do comércio internacional, que representava em torno de 50% do PIB sul-africano no período (Pereira 2010).

Diferente do isolamento que o governo almejava para o desenvolvimento econômico branco no país, os militantes contra o Apartheid buscaram alianças externas, criando redes internacionais de apoio e, também, instalando-se fora do território da África do Sul. Nesse movimento, procuravam por auxílio técnico, financeiro e, principalmente, militar. Assim, destaca-se a aproximação do MK com a URSS e China[7], das quais obtiveram apoio político e treinamento militar (Shubin 2008).

Se os anos 1960 apresentaram um salto econômico para a África do Sul, o mesmo não pode ser afirmado para as décadas de 1970 e 1980, caracterizadas pela decadência econômica do Apartheid, contribuindo para o colapso do regime (Pereira 2010). Para o sistema internacional, os anos 1970 ficaram marcados pela crise do padrão-ouro, rompendo com a era do crescimento econômico que prevalecia desde o fim da Segunda Guerra. Diante desse quadro, a URSS procurou fortalecer seu posicionamento global através de apoio aos movimentos terceiro-mundistas com o incremento de assistência militar, técnica e, em alguns casos, financeira, para diversos movimentos de libertação (Oslow 2013).

A soma dos desafios internos e regionais levou o Apartheid à estagnação econômica, principalmente em virtude dos altos custos de produção na indústria, para a manutenção do sistema e para os gastos militares que assolavam o país. Os problemas de ordem econômica, manifestados nos anos 1970, acrescidos às questões sociais no âmbito doméstico, regional e

7 Em um primeiro momento, em virtude das rivalidade sino-soviéticas, Pequim optou por uma aproximação com o PAC, em detrimento do ANC (apoiado pelos soviéticos). Entretanto, ao longo da década de 1960, a China passou a se aproximar do ANC que enviou membros para treinamento em Pequim e Nanquim.

internacional, instigaram o debate sobre a reforma do regime do Apartheid. Esse período reflete a incapacidade do governo sul-africano em manipular os acontecimentos na região, especialmente no que tange aos impactos da Revolução dos Cravos (1974), que levou à queda do regime salazarista em Portugal. O fim do regime potencializaria a ascensão de grupos de orientação marxista pela libertação em Angola e Moçambique (Visentini 2016).

O fortalecimento destes grupos revolucionários, posicionados também contra o *Apartheid*, implicou um posicionamento sul-africano mais agressivo para com os seus opositores. Assim, observa-se que a RAS passou a apoiar movimentos armados contra revolucionários na esfera regional. Nesse período, nota-se a aliança do governo sul- africano com os movimentos da União Nacional pela Independência Total de Angola (UNITA) e da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), ambos em Angola, e com a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO). Os três grupos apresentavam-se como antissocialistas e, logo assim, recebiam apoio internacional antissoviético. Se nos anos 1960 a África do Sul mantinha boas relações com seus países vizinhos, na década de 1970, a geopolítica regional foi alterada. Além do colapso do colonialismo português na África, as mudanças nas interações entre Washington e Moscou amplificaram a tendência conflitiva na região (Braga 2011).

Além de aliar-se a movimentos armados de outros países da região, a RAS intervinha diretamente em territórios alheios, como no caso da Namíbia, onde o governo sul-africano desconsiderou as sugestões da ONU de desocupar o país e não mais administrá-lo. No território de Angola, a África do Sul passou a investir pesadamente em aparatos militares, pois já não recebia apoio militar estadunidense, com vistas a combater os grupos de resistência que obtinham apoio direto da URSS e de Cuba (Vichinsk 1987). Tais intervenções geraram desequilíbrios orçamentários na África do Sul e, ademais, as limitações e o desgaste das tropas sul-africanas colocaram em xeque seu poder estatal, afinal o regime não conseguiu enfraquecer a influência socialista na região e exaurir os movimentos de libertação (Pereira 2007).

Regionalmente, reconheceu-se as carências econômicas e militares do *Apartheid*, mobilizando a sociedade civil sul-africana a intensificar a resistência contra o regime. Entretanto, em resposta, o governo também intensificou a violência no âmbito interno diante de manifestações anti-Apartheid. A partir de 1976, uma nova onda de revolta se disseminou entre diversos núcleos da sociedade negra sul-africana. Este período ficou conhecido como a "Revolta de Soweto" (Braga 2011).

O cenário de decadência econômica e de intensificação das manifestações civis, apresentados no decorrer anos 1970, fortaleceu-se na década seguinte. Em 1983, criou-se a Frente Democrática Unida (UDF) para aumentar a resistência ao Apartheid, mobilizando frentes em todo o país, o que levou o governo a declarar Estado de Emergência. Internacionalmente, os anos 1980 marcam a queda do preço do ouro no mercado internacional, intensificando a crise econômica que assolava a África do Sul, onde o desemprego aumentava e atingia a população branca do país, que já se manifestava contra o regime. Além disso, o período de 1980 marcou a independência da Rodésia do Sul (1980), passando a chamar-se Zimbábue (Braga 2011).

Apesar da situação econômica que prejudicava a sociedade sul-africana, o governo da África do Sul mantinha suas políticas intervencionistas e prestava assistência para alguns grupos armados que agiam nos países vizinhos, como Zimbábue e Botsuana, incentivando também golpes (ou tentativas) militares na região, buscando dissolver a soberania dos demais Estados da região. Ademais, para desestabilizar os países que faziam frente ao Apartheid, o governo da RSA abrigava grupos militares que atuavam contra os Estados da Linha de Frente (do inglês, FLS)[8], financiando e prestando demais tipos de suporte para diferentes grupos (Pereira 2007).

Em 1988, militares do Apartheid foram derrotados pelas Forças Populares de Libertação de Angola (FAPLA), na região de Cuito Cuanavale, ponto crucial para o fim do cessar fogo entre África do Sul e Angola e do intervencionismo militar sul-africano em Angola e Namíbia, resultando mais tarde na independência da Namíbia (1990) (Horing 2015). Um ano após a Batalha de Cuito Cuanavale, F. W. de Klerk assume a presidência da África do Sul, sendo o último governante do Apartheid no país.

Ao assumir o poder, De Klerk começa a afrouxar o regime de segregação[9]. Em 1990, Nelson Mandela foi libertado da prisão, depois de 28 anos de encarceramento. Após a soltura de Mandela, intensificaram as tratativas de dissolução do regime Apartheid e a migração para o regime democrático. Este período de transição foi caracterizado por diversos conflitos políticos e até mesmo pela morte de importantes lideranças políticas do país. O referente momento de transição ascendera os conflitos entre negros e brancos

8 *Frontline States*, ou Países da Linha de Frente, é um grupo formado em 1970 por países situados na região da África Austral, para trabalhar com políticas anti-*Apartheid*. O FLS chegou a ser formado por Angola, Botsuana, Lesoto, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia, Suazilândia e Zimbábue.

9 Ainda em 1989 o governo legalizou todos partidos e organizações anti-*Apartheid* banidas anteriormente, além de liberar sete prisioneiros políticos e invalidar algumas leis segregacionistas.

na África do Sul, tratando-se de um delicado período que poderia culminar em uma avalanche de acontecimentos prejudiciais ao desejado fim do Apartheid (Branco 2003).

Durante o período transitório (1990-1994) aprovou-se a Lei de Controle de Estrangeiros de 1991, que regeria a entrada de estrangeiros na África do Sul (*Aliens Control Act 1991*). Perante tal legislação, o imigrante que viesse para África do Sul passaria pela avaliação de um Conselho de Imigrantes, formado por brancos que julgariam os possíveis casos de permanência no país. Nota-se, então, que essa lei, uma das últimas manifestações do Apartheid, foi criada sob bases segregacionistas e servia para limitar o acesso da imigração negra ao país (Aliens Control Act 1991). Ao observar a *Aliens Control Act* (1991), Almeida (2015) analisa que:

> Os pedidos de permanência na África do Sul sempre passavam pelo Conselho de Imigrantes, fazendo com que a decisão fosse extremamente subjetiva. Em outras palavras, o migrante teria que ser assimilado por esse Conselho, ou seja, pela população branca. Por isso, a entrada de negros no país foi restrita, porém, como migrantes trabalhadores eles eram muitas vezes aceitos (Almeida 2015, 223).

Ainda no âmbito das migrações para a África do Sul ocorrentes nos anos 1990, identifica-se que o país mantinha-se como o principal destino das migrações de trabalho em toda África Subsaariana. Estima-se que em 1992, a soma da força de trabalho imigrante encontrada nas minas sul-africanas chegava a aproximadamente 166 mil, enquanto o setor agrícola empregava cerca de 100 mil imigrantes. Além disso, observa-se que o baixo poderio econômico dos países vizinhos, como Lesoto e Suazilândia, fortalecia uma relação de dependência econômica para com o Estado sul-africano (Acosta 2011).

Em novembro de 1993 deu-se o fim das negociações que oficializaram a queda do Apartheid[10]. Em abril de 1994 realizou-se a histórica eleição onde negros, mestiços, indianos e brancos votaram pela presidência da África do Sul, elegendo Nelson Mandela (eleito pelo ANC) como o primeiro presidente negro do país, para o mandato 1994-1998. Mandela assumiu a missão de reposicionar a África do Sul no contexto regional e internacional, além de dar início ao desmantelamento das barreiras segregacionistas em seu país, que já encontrava novos desafios estruturais deixados pelo regime anterior (Branco 2003).

10 O acordo para o fim do Apartheid na África do Sul, problema africano resolvido por meios africanos, resultou na atribuição do Prêmio Nobel da Paz a Mandela e De Klerk (Branco 2003).

Apesar de o governo Mandela significar uma nova era para a África do Sul, a política do país ainda apresentava antigos atores pró-Apartheid, com poder de influência na formulação de políticas públicas. Nesse cenário, guiado pela disputa entre anti e pró antigo regime, aprovou-se uma Emenda para a Lei de Controle de Estrangeiros e a Lei 88 de Cidadania Sul-Africana, em 1995. A partir destas, definia-se como *alien* toda e qualquer pessoa que não fosse de cidadania sul-africana. A partir da Lei 88, a justiça sul-africana passou a interpretar que qualquer pessoa que não comprovasse sua regularização no país estaria sujeita a deportação (South African Citizenship Act 1995). Também, durante o governo de Mandela ratificou-se a nova Constituição sul-africana (1996), avançando em defesa da DUDH para todas as pessoas na África do Sul (Constitution of the Republic of South Africa, 1996). Além disso, o ano de 1996 representa a data de ratificação da Convenção de Genebra (1951) sobre o direito das pessoas refugiadas, o mesmo para a Convenção da Unidade Africana (1969) sobre refugiados (Almeida 2015).

Em 1998, o Parlamento da República da África do Sul ratificou o Refugees Act (Lei do Refúgio), de acordo com a Convenção de Genebra (1951), que definia a questão dos refugiados e seus direitos. Além da Convenção de Genebra, a Lei do Refúgio de 1998 também era influenciada pela Convenção da Organização da Unidade Africana que rege os Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados na África (1969). Assim, em contraste à Lei de 1991 e suas respectivas emendas, nota-se avanço do governo sul-africano perante as normas internacionais referentes aos refugiados (Refugees Act 1998) e posicionamento favorável à causa das migrações.

Após Mandela, Thabo Mbeki (ANC) assume a presidência do país, no ano de 1999. Neste período, a África do Sul enfrentara dificuldades em combater as heranças social, política e demográfica deixadas pelo Apartheid. Entende-se que, mesmo usufruindo do maior desenvolvimento econômico e industrial da região, o referente país também expunha antigos e novos obstáculos a serem combatidos, como a expansão do vírus HIV e da tuberculose, que comprometia grande parte da sociedade sul-africana (Branco 2003).

Os movimentos migratórios na África Austral e suas relações com os movimentos de libertação africana: uma perspectiva regional

A etapa anterior conferiu uma análise sobre os fluxos migratórios na África do Sul sob o Apartheid, momento em que o país era constituído

por bases segregacionistas e objetivava seu "desenvolvimento separado". Para aprofundar a compreensão do fluxo migratório da África Austral para a África do Sul, a presente etapa dispõe-se a analisar a África Austral à luz dos movimentos de libertação africanos na região, especialmente no que refere-se as migrações à África do Sul, durante o período dos anos 1960 ao início dos anos 2000.

Antes, o domínio inglês caracterizava-se por distintos meios de dominação dos territórios africanos, legitimados como uma extensão da metrópole. Os britânicos buscaram dominar territórios africanos através de alianças econômicas e militares, e pelo uso da força. Como contraponto a presença inglesa na região, observa-se o fortalecimento dos movimentos de libertação africana, que favoreceram a criação de novos países de governos autônomos, porém a economia ainda ligava-se à ex-metrópole (Ribeiro e Visentini, 2013).

Mesmo dando legitimidades administrativas de autogoverno aos novos Estados africanos, entende-se que o neocolonialismo inglês mantinha suas tradicionais alianças que privilegiavam elites locais e inglesas. Assim, o neocolonialismo inglês se apropriava de suas ex-colônias, visando a manutenção dos sistemas de exploração de recursos naturais com os países africanos. A exemplo disso vê-se que as ex-colônias inglesas na África, ao se independentizar, juntavam-se à dinâmica econômica da Commonwealth (1931), dando manutenção ao domínio inglês na região. Ademais, percebe-se que com o fortalecimento do capitalismo econômico do pós-Guerra Fria, intensificava-se a ideia de que a região serviria como um mercado consumidor para o sucesso financeiro inglês (Pereira 2010).

Internacionalmente, o Apartheid sul-africano resultou na alienação da África do Sul perante o arranjo regional. O rompimento de relações que tal país logrou com a Inglaterra impactou com o apoio inglês no processo de independência de alguns Estados da região. Nesse sentido, observa-se a relação de Londres com os territórios da Alta Comissão, forma que era chamada a extensão da Bazutolândia, Bechuanalândia e da Suazilândia. O fortalecimento do Apartheid durante os anos 1960 ameaçava os interesses geopolíticos e econômicos da coroa inglesa na África Austral. Assim, em 1966, com o apoio da Inglaterra, Bazutolândia (Lesoto) e Bechuanalândia (Botsuana) se tornaram independentes. Para a população que buscava fugir do regime sul-africano, a independência desses países vizinhos se apresentava como um local de refúgio, principalmente após a revolta de Soweto, que intensificou os confrontos armados no país (Chanaiwa 2010).

Ainda sobre as independências na África Austral, apoiadas pelos ingleses, nota-se a independência da Suazilândia (1968), conquistada sob a

forma de protetorado inglês após uma conferência constitucional organizada na Inglaterra (Darch 1981). Já a independência moderada de Botsuana, Suazilândia e Lesoto, os BSL-states (Estados BSL), garantia soberania sob influência inglesa nestes territórios, o que culminaria no estreitamento das relações comerciais entre os Estados BSL, levando-os a um acordo de união aduaneira firmado ainda em 1969 (Pereira 2007). A referente aproximação contribuiria com o avanço das políticas migratórias trabalhistas dos Estados BSL para a África do Sul. Tais países serviram como fornecedores de mão de obra migratória para a RAS, junto de Malauí, Moçambique, Namíbia e Zimbábue (Darch 1981).

O processo de dissolução da Federação da Rodésia e da Niassalândia (1953-1963) ocorre junto à independência da Zâmbia (ex-Rodésia do Norte), em 1964, que aconteceu sob o fortalecimento da mobilização popular, influenciada pelos movimentos nacionalistas africanos da época (Visentini 2012). Com o fim da Federação da Rodésia e da Niassalândia, as elites política e econômica da Rodésia do Sul divergiam com as propostas inglesas, no que resultaria em um referendo sobre a independência do país, tornando a Rodésia do Sul independente da Inglaterra, em 1964. O novo governo sul-rodesiano foi responsável pelo desenvolvimento de um regime de segregação similar ao sul-africano, que oprimia os movimentos de libertação negros e implementava leis que limitavam o espaço de vivência da população negra no país (Chanaiwa 2010).

Não obstante, a Rodésia do Sul entraria em guerra contra o Exército Africano de Libertação Nacional do Zimbábue (ZANLA), a União Nacional Africana do Zimbábue (ZANU) e o Exército Revolucionário do Povo do Zimbábue (ZIPRA), além de prender algumas das lideranças revolucionárias. Assim, a opressão no país potencializaria um conflito de guerrilha que permaneceria até 1979. O regime racista terminaria no ano seguinte, quando Robert Mugabe fora eleito à presidência do Zimbábue. O país passaria a ser governado pelo fundador da União Nacional Africana do Zimbábue – Frente Patriótica (ZANU-FP) (Zimbabwe African National Union – Patriotic Front – ZANU-PF) e, também, um dos protagonistas na luta contra o regime segregacionista em seu país. Esta mudança também apresenta o momento em que o país passou a se chamar Zimbábue[11]. Devido à proximidade territorial com a RAS, esse Estado sofreu constantes agressões armadas, que apenas cessaram com o fim do Apartheid sul-africano (Visentini 2013).

11 Ao considerar o ambiente de opressão do governo, da fragilidade econômica a qual os negros zimbabuanos estavam submetidos e da insegurança que os 15 anos de conflito armado apresentavam, pode-se considerar que o fluxo de imigrantes do Zimbábue para África do Sul, volta-se também ao acesso ao mercado de trabalho (Wolpe 1972).

A independência política administrativa dos países da África Austral não expressava a emancipação econômica e social esperada pelos africanos, que fortaleciam as reivindicações para libertação destes povos. Assim, Chanaiwa (2010) observa que os referentes movimentos de libertação eram caracterizados pelos seguintes pontos:

- A rejeição absoluta do imperialismo, do colonialismo, do racismo e do capitalismo, bem como a sua indefectível ligação com os princípios da autodeterminação, do pan-africanismo, do não alinhamento e dos direitos fundamentais da pessoa humana;
- Relações privilegiadas com o proletariado urbano, com a massa camponesa e com os intelectuais progressistas, considerados como a ponta de lança revolucionária do processo de libertação;
- A adoção das teses do socialismo científico marxista-leninista, em matéria de produção, de distribuição, de consumo e de relações sociais;
- A recusa em inscreverem-se no quadro das relações de dependência ou de subordinação com outros países e o fortalecimento da solidariedade com os outros movimentos de libertação e com os outros povos oprimidos do mundo (Chanaiwa 2010, 319).

Em Angola e Moçambique, os movimentos de libertação recebiam apoio internacional do MNAL, do Comitê de Libertação da Organização da União Africana, da China, da URSS e demais movimentos globais de solidariedade (Chanaiwa 2010). Por outro lado, as elites coloniais desses países, somadas ao apoio das elites brancas da África do Sul e Rodésia do Sul, provinham de suporte advindo da Alemanha Ocidental, EUA, França e Inglaterra (Chanaiwa 2010).

Na África Austral, as primeiras vitórias das guerrilhas anti coloniais foram logradas nos países colonizados por Portugal. Observa-se que os ideais destes movimentos não só influenciaram africanos, como também impactaram a população portuguesa[12].

Em 1974, o sistema internacional enfrentava um momento de crise devido ao aumento no preço do barril de petróleo. Entretanto, tal período também marcou o fim do fascismo de Salazar em Portugal, na chamada Revolução dos Cravos. A queda do regime salazarista implicou para a assinatura

12 Sobre os efeitos das guerras coloniais para a população portuguesa: "Por volta do fim dos anos 1960, elas (as guerras) absorviam cerca da metade do seu orçamento anual e, enquanto os elementos conservadores, o estado-maior do exército, assim como os dirigentes financeiros eram favoráveis ao prosseguimento da guerra, a opinião pública, por sua vez, perdera o entusiasmo." (Chanaiwa 2010, 320).

dos acordos de Lusaka, reconhecendo provisoriamente as independências de Angola e Moçambique, ambas proclamadas independentes em 1975, com apoio de movimentos – armados e clandestinos – de libertação nacional, ideologicamente influenciados pelo marxismo-leninismo (Acosta 2011).

A independência destes países resultou em efeitos-chave para a geopolítica da região e na intensificação dos conflitos na África Austral. Em Moçambique, o conflito armado iniciou em 1964, quando a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)[13], decidiu combater militarmente a opressão branca exercida pela Frente Nacional Moçambicana (RENAMO), partido que recebia apoio do governo sul-africano, Malauí e Rodésia do Sul. Conforme mencionado, a independência do país fora conquistada em 1975, com a proclamação da República Popular de Moçambique (Onslow 2013).

No que se refere ao fluxo migratório de Moçambique para África do Sul, identifica-se que a Guerra Civil em Moçambique resultaria na fuga de aproximadamente 350 mil moçambicanas para a África do Sul. Porém, os refugiados moçambicanos tiveram seus respectivos pedidos de refúgio negado. Só em 2000, o governo sul-africano regularizou a situação destes migrantes concedendo-lhes visto de residência no país (Crush 2008). Este fluxo era caracterizado pelo trabalho migratório, onde trabalhadores agrícolas fugiam do conflito armado em Moçambique e partiam rumo à RAS (Adepoju 2008).

O conflito armado entre a FRELIMO e a RENAMO teve fim em 1992, com o acordo de paz que selaria o fim da Guerra Civil, por meio da abdicação da orientação marxista leninista em Moçambique, seguido da abertura econômica do país. As primeiras eleições multipartidárias ocorreram em 1994, quando se elegeu Joaquim Chissano (FRELIMO), que governou de 1986 até 2004 (Visentini 2012). Estima-se que, com o fim do conflito moçambicano, cerca de 20% da população que migrou para a África do Sul regressaria para o país de origem, enquanto o restante permaneceria em território sul-africano, estimulados pelo contexto pós Apartheid (Crush 2008).

Quanto ao processo de libertação em Angola (1961-2002), nota-se que os movimentos pela libertação de Angola identificam-se em três principais grupos: a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) (1954), o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) (1956) e a União para a Independência Total de Angola (UNITA) (1966). Em 1975, por decorrência

13 A FRELIMO (1962) foi resultado da fusão da União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) (1960) com a União Nacional Africana de Moçambique (MANU) (1961). O movimento era composto por trabalhadores rurais e urbanos, homens de negócio e, também, de intelectuais. Para saber mais, sugere-se a leitura de Chanaiwa (2010).

da Revolução dos Cravos (1974), reconheceu-se um governo de transição entre Portugal e os três movimentos acima listados. Todavia, devido à falta de coesão política e ideológica, se travou uma Guerra Civil, potencializando o ambiente de Guerra Fria na África Austral[14] (Visentini 2013).

A guerra em Angola representa significativos impactos para geopolítica da região, por tratar-se da mais rica e estratégica colônia de Portugal na África, que passou a ser representada por um governo socialista em ascensão. Além da questão regional, o conflito em Angola teve a participação direta e indireta de atores internacionais, apresentando um espaço de conflito armado com distintos propósitos e interesses. Como exemplo, analisava-se a intensificação dos conflitos armados entre África do Sul e a guerrilha do MPLA, militarmente apoiado por Cuba e URSS (Schmidt 2013).

O confronto entre África do Sul e o MPLA também impactou no movimento de libertação na Namíbia. Nesse contexto, a Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO, do inglês) apresentava-se como o principal braço armado na busca pela liberdade de seu povo diante da ocupação sul-africana. O governo sul-africano ocupava ilegalmente o país, utilizando isso a favor do Apartheid, forçando a população local ao trabalho migratório nas minas em ambos os países. Diante disso, a SWAPO recebia apoio da MPLA, bem como de Cuba e da URSS, na luta contra os sul-africanos, que por sua vez, recebia apoio da Alemanha Ocidental, Estados Unidos, França, Inglaterra e Israel. Porém, com o fortalecimento da mobilização internacional contra o Apartheid, os boicotes à RAS foram crescendo, implicando no isolamento do país e na perda de apoio internacional. Nesse cenário, em 1988, após a derrota do exército sul-africano em Cuito-Cuianavale, ocorre a retirada das tropas cubanas de Angola, resultando na independência da Namíbia (1990) (Schmidt 2013).

O conflito em Angola resultou no surgimento de milhares de refugiados de guerra, bem como no crescimento do tráfico de mulheres e crianças vindas desse país. Porém, tal fluxo migratório não visava a África do Sul como destino, uma vez que o país não se apresentava receptivo à migração negra (SIHMA 2014). Em 1991, já se negociava o cessar-fogo da guerra civil angolana, mas que apenas resultaria em pausas no conflito. Assim, no âmbito

14 Referente à participação externa à luz da Guerra Fria, no conflito em Angola, identifica-se o seguinte tabuleiro: A FNLA recebia apoio dos EUA e do Zaire, mas à partir dos anos 1970, China, Coréia do Norte e Romênia também passaram a apoiar o movimento; enquanto a o MPLA era inicialmente apoiado por China e URSS, passando também a ser apoiado por Cuba, Coréia do Norte e de alguns países do leste europeu; enquanto a UNITA recebia suporte advindo da China, África do Sul, Portugal (vide participação de Portugal na OTAN). Para saber mais, verificar em Schmidt 2013.

do Conselho de Segurança das Nações Unidas, gerou-se a Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA) (1997-1999), criada através da Resolução 1118 para promoção da paz e integridade angolana. O fim deste conflito apenas ocorreria em 2002, pondo fim ao período que representa a mais severa crise econômica e social de Angola (Visentini 2012).

África do Sul: os reflexos do pós-guerra fria e do fim do Apartheid para os fluxos migratórios

Conforme visto ao longo dessa pesquisa, muitas das conquistas pela liberdade dos povos africanos ocorreram através de conflitos armados, através dos movimentos de guerrilha versus governos de severa opressão à população negra. Para a questão dos movimentos migratórios, além de observar o aumento do fluxo de refugiados de guerra oriundos da África Austral, nota-se o fluxo dos movimentos armados nas regiões fronteiriças, onde tais grupos eram abrigados em territórios vizinhos, para auxiliar na obtenção dos objetivos da luta armada de cada grupo.

Mesmo que o presente trabalho disponha-se em analisar os movimentos migratórios da região austral da África para África do Sul, percebe-se que a compreensão das questões política e econômica inseridas nos contextos regional e internacional são de fundamental importância. Desta forma, a última etapa deste estudo volta-se a examinar os reflexos do ambiente pós-Guerra Fria, como também do fim do Apartheid e dos últimos anos da guerra em Angola e seus respectivos efeitos para os fluxos migratórios direcionados à RAS.

Como já mencionado, o fim do padrão dólar-ouro (1971) impactou sobre a economia da África Austral, a qual dependia da exploração do ouro. Tal mudança implicou na contratação de mais imigrantes para as minas sul-africanas, resultando mais tarde na Conferência sobre Trabalho Migratório a África Austral, em 1978 (Darch 1981). Dado o papel subimperialista da África do Sul na região, apesar do declínio econômico do regime do Apartheid, apenas após a queda do muro de Berlim (1989), e o declínio sensível da URSS, que as pressões internacionais cresceram sobre o regime segregacionista (Chanaiwa 2010).

Com o fim Guerra, marcado pela percepção da unipolaridade e pela disseminação da globalização liberalizante, o continente africano perdeu importância estratégica na agenda de política externa e de segurança das Grandes Potências. Assim, os países da região perderam o seu poder de

barganha. Ademais, diante desse quadro, ocorreu a desarticulação dos temas africanos, com a diminuição de conflitos armados da região, embora o período seja também marcado pelo crescimento da pobreza e o avanço de doenças epidêmicas na África Austral, como o cólera, o HIV, a tuberculose e demais doenças letais (Visentini 2013). Destarte, verificou-se a marginalização africana e o descaso dos países centrais do sistema capitalista para com o continente.

No que se refere à África do Sul no contexto do pós-Guerra Fria, com o fim do Apartheid e a eleição de Mandela, houve o surgimento de uma nova África do Sul, voltada à políticas de cumprimento da DUDH e à reinserção regional e global. Nota-se, assim, a busca sul-africana em se reaproximar dos atores regionais para lograr um ambiente de cooperação e solidariedade entre seus povos, bem como o almejo do papel de liderança regional em espaços internacionais por consequência do potencial apresentado na nova África do Sul (Otavio 2015).

Em consonância com as mudanças políticas apresentadas na África Austral e com o final do Apartheid, a África do Sul passou a ser vista como um novo destino aos migrantes, notando o aumento do quadro de imigrantes africanos no país. O governo sul-africano estima que cerca de 160 solicitantes de refúgio chegaram ao país no decorrer dos anos 1994 e 2004.

Por outro lado, a Lei de Controle de Estrangeiros, assinada em 1991, apenas seria radicalmente modificada no século seguinte, no ano de 2002. Quanto à legislação para refugiados, somente em 1998 que se aprovaria a Lei do Refúgio (Refugee Act, 2000)[15], que entrara em vigor em 2000, mostrando que, apesar do contraste entre a antiga e a nova África do Sul, as leis e políticas migratórias levariam tempo até lograr significante progresso (Crush 2008).

Conclusão

As quatro décadas que compreendem o período entre os anos 1960 e 2000 representam uma etapa de radicais transformações para os Estados e sociedades africanas. O fim de grande parte dos conflitos armados e a libertação dos povos africanos impacta para o progresso da região. Ainda assim, esta nova página da história africana traz consigo a herança de mais de 500 anos de exploração (Chanaiwa 2010). Nesse sentido, entende-se que a nova agenda dos países africanos lidou com desafios herdados dos intensos períodos de intervenções branca no continente.

15 Para saber mais sobre a Lei do Refúgio (2000), sugere-se consulta ao site oficial do governo sul-africano.

Ao relacionar esse importante momento da história africana, conforme apresentado nesta pesquisa, com enfoque aos fluxos migratórios da África Austral para a África do Sul, aponta-se que a majoritária presença do trabalho migratório voltado ao referente país. Deste modo observa-se que tal dinâmica de migração gerou impactos na economia, sociedade e saúde da África do Sul e região. No que se refere à economia regional, pode-se apontar que a fuga de trabalhadores (em grande parte rurais) rumo à África do Sul, serviria como instrumento para o "desenvolvimento separado" desse país, no que mais tarde deixaria a região em desvantagem diante do avanço da globalização.

Quanto aos efeitos deste período para a sociedade africana da região, nota-se que o pós-Guerra Fria apresentara a reestruturação da sociedade africana, diante dos prejuízos estruturais deixados pelos conflitos regionais da Guerra Fria. Quanto à questão de saúde relacionada à dinâmica do trabalho migratório, aponta-se que a população migrante era deixada em situações de risco iminente à saúde, potencializando a expansão de doenças encontradas nos ambientes ao qual tais migrantes eram condicionados. Ademais, visualizou-se a presença de novos atores internacionais na região, como a aproximação da África do Sul com China, o MNAL e um o novo fluxo migratório da África Austral para o referido país. Ademais, aponta-se sobre a ascensão de novos problemas para África do Sul, como o alto índice de desemprego, as epidemias do HIV e da tuberculose, bem como os desafios estruturais deixa-los pelo antigo regime segregacionista.

Por fim, esta pesquisa considera que o regime sul-africano oprimia os negros (nacionais e migrantes) não somente pela cor da pele, mas também pela classe econômica a qual esses pertenciam. Mais do que isso, a lógica do Apartheid obedecia a um ajuste na relação com a mão de obra do país, contribuía para o controle do desemprego, dos salários e da alocação da força de trabalho. Claramente, o regime impôs graves deformações sociais, seja pelo senso de inferioridade imposto, bem como pelo projeto subimperialista que afetou a estabilidade de toda a região. Nesse sentido, conclui-se que as ações do regime foram o principal catalisador de transformações que afetaram a demografia na África Austral.

Referências

Acosta, María Elena Álvarez (coord.). 2011. "Africa Subsahariana: sistema capitalista y relaciones internacionales". Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). 1.ed.

Adepoju, Aderanti. 2008. "Current African Issues: Migration in sub-saarian Africa. Uppsala: Nordiska Afrika institute. N, 27.

Almeida, Alessandra Jungs de. 2015. "Legislação Sul-Africana". Curitiba: Juruá. In: REDIN, Giuliana; MINCHOLA, Luís Augusto Bittencourt. Imigrantes No Brasil: Proteção dos Direitos Humanos e Perspectivas Político-Jurídicas.

Braga, Pablo de Rezende Saturnino. 2011. "A rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do Sul". Brasília: FUNAG.

Branco, Luís Bernardo Nunes Mexia Castelo. 2003. "A Política Externa Sul-africana: do *Apartheid* a Mandela." Portugal: Tese (Doutorado) - Instituto Universitário de Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Chanaiwa, David. 2010. "Capítulo 10 - A África Austral". In: Mazrui, Ali A.; Wondji, C. (Eds.). SP: Unesco, História geral da África.

Darch, Colin. 1981."Trabalho Migratório na África Austral: um Apontamento Crítico sobre a Literatura Existente". Maputo: Estudos Moçambicanos. n. 3.

Onslow, Sue; Wyk, Anna-Mart Van. 2013. "Southern Africa In The Cold War, Post-1974". 1. ed. Washington: Woodrow Wilson International Center for Scholars (Wilson Center).1. ed.

Otavio, Anselmo. 2015. "Por uma Nova Inserção Regional: o Legado de Mandela na Política Externa da África do Sul". Marília: Brazilian Journal of International Relations, Marília, v. 4, n. 3.

Pereira, Analúcia Danilevicz. 2007. "África do Sul e Brasil: Dois Caminhos para a Transição ao Pós-guerra Fria – 1984-1994". Porto Alegre: Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,

_____. Analúcia Danilevicz; Medeiros, Klei. 2015 "O Prelúdio da Cooperação Sul-sul: da Conferência de Bandung à Conferência de Buenos Aires (1955-1978)". Porto Alegre: I Seminário Internacional de Ciência Política.

Schütz, Nathaly Silva Xavier. 2014. "Integração na África Austral: a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e os Condicionantes Históricos e Políticos da Integração". Porto Alegre: Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Schmidt, Elizabeth. 2013. "Foreign intervention in Africa: from the Cold War to the War on Terror". Nova Iorque: Cambridge University Press, 1.ed.

Shubin, Vladmir. 2016. "África do Sul: cenário político atual. Revista Brasileira de Estudos Africanos", Porto Alegre, v. 1, n. 2.

South African History Online. 2017. "Rivonia Trial 1963-1964". Disponível em: http://www.sahistory.org.za/topic/people-involved-rivonia-trial-1963-1964.

Vichinski, M. P. 1987. (ED.). "Sul da África: o Apartheid, o colonialismo, a agressão". Edições Progresso: Traducao I Chaláguina; G Mélnikov. s.l.

Visentini, Paulo Fagundes. 2016. "Revoluções e Relações Internacionais: o Caso Africano". Porto Alegre: Revista Brasileira de Estudos Africanos, v.1, n.1.

_____. Paulo Fagundes; Ribeiro, Luiz Dario Teixeira; Pereira, Analúcia Danilevicz. 2013. "História da África e dos Africanos". Petrópolis: Vozes, 2.ed.

_____. Paulo Fagundes Vizentini; Pereira, Analúcia Danilevicz. 2010. "África do Sul: história, estado e sociedade". Brasília: FUNAG/CESUL, 1. ed.

Wallerstein, Immanuel. 2017. "The World-System and Africa". Nova Iorque: Diasporic Africa Press, 1.ed.

Wolpe, Harold. 1972. "Capitalism and cheap labour-power in South Africa: from segregation to apartheid". Londres: Economy and Society, v. 1, n. 4.

RESUMO

A presente pesquisa investiga os processos migratórios ocorridos da África Austral à África do Sul durante o período de 1960 ao início dos anos 2000. Diante deste recorte, sob à luz dos fluxos migratórios, investigam-se as influências do regime do Apartheid, da disputa bipolar da Guerra Fria, dos movimentos de libertação africanos, dos reflexos do desenvolvimento capitalista periférico na África do Sul e os desafios que tais eventos representaram para o país.

PALAVRAS-CHAVE

Fluxos Migratórios; Apartheid Sul-africano; África Austral.

Recebido em 16 de abril de 2018
Aceito em 14 de agosto de 2018

UNIVERSIDADE AGOSTINHO NETO: UMA ANÁLISE DOS CONTEXTOS E PROCESSOS DE PRODUÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS

Paulo Conceição João Faria[1]

Introdução

Uma análise do contexto, processo e produção de trabalhos científicos exige uma compreensão bem documentada do ambiente de pesquisa institucional existente, com base em evidências observáveis. Este artigo visa, em particular, a Universidade Agostinho Neto (UAN) para avaliar os processos de formação para doutoramentos em três faculdades ou unidades orgânicas (UOs). Ao fazer isto, o presente artigo reconhece a crucial conexão entre a Universidade e as esferas de produtividade do mercado. Reconhece, igualmente, que países diferentes possuem diferentes trajetórias, padrões e modelos de desenvolvimento no Subsistema do Ensino Superior (SES) o que, algumas vezes, pode prejudicar ou tornar possível essa conexão. Embora este tema seja de grande importância devido ao seu potencial de, empiricamente, impedir estudos relevantes, este artigo segue um caminho diferente, pois visa explicar como contexto e processo têm influência na produção de trabalhos científicos na UAN.

Enquanto a mais antiga Universidade pública de Angola, a UAN não pode ser dissociada de um meio político-social mais alargado que apresenta duas faces: por um lado ajuda a definir a UAN como uma fonte de produção de conhecimentos de vanguarda e, por outro lado, funciona como um obstáculo para este objetivo. Apesar do tom negativo, a UAN atravessa, hoje, um momento de balanço e de procura da sua própria essência. Precisa

1 University of Kent, Cantuária, Reino Unido. E-mail: paulocjfaria12@gmail.com

se reinventar, deixando de ser um mero receptáculo passivo das receitas do estado para se tornar numa instituição completamente integrada, regional e internacionalmente, libertando os seus recursos humanos para trabalharem com o mundo exterior, quer através de projectos conjuntos de pesquisa, quer de planos de mobilidade dos estudantes, dentro das universidades africanas. Para isso, são necessárias, não apenas redes de trabalho e integração, mas também um conjunto de políticas direcionadas a extrair da UAN o seu melhor e a estabelecer novas estruturas de gestão do ensino superior nacional, semelhantes ao Conselho Nacional para o Ensino Superior da África do Sul (*National Council on Higher Education* – NCHE).

Embora o artigo referencie este assunto, o seu propósito principal é oferecer ao leitor uma abordagem crítica acerca de contextos e processos de produção de trabalhos científicos na UAN. Isso é feito em cinco seções inter-relacionadas. A primeira seção dá uma breve visão geral da bibliografia. A segunda foca a questão e dá ao leitor um relato pessoal, em seis fases, do ambiente de pesquisa que tem um impacto negativo na motivação do pesquisador. A terceira seção sublinha a condição da UAN, enquanto espaço politicamente contestado, pelo que é mais entendida como uma área ou domínio de poder e controle, do que como um fator de conhecimento autônomo, inovador e aplicável. A quarta seção pesquisa os pontos-chave da legislação governamental angolana que sustentam a provisão de ensino superior, com fins de produção de trabalhos científicos. A última seção baseia-se na informação recolhida nas três faculdades da UAN ou UOs para explicar a influência do contexto e processo na produção de trabalhos científicos nelas.

Visão geral da bibliografia

Contextos e processos de pesquisa são o trampolim para a produção de trabalhos científicos. Mas isto baseia-se, frequentemente, em dois eixos entrelaçados: formação para a pesquisa científica adaptada às necessidades de pesquisa do candidato a doutoramento e o papel desempenhado pelo orientador. O orientador é apresentado, na bibliografia acadêmica específica tratando de supervisão de trabalhos científicos, não mais como um "distante mestre com a única responsabilidade da qualidade dos resultados" (Mouton 2018), mas principalmente como um facilitador da caminhada dos estudantes, de aprendiz ou noviço até chegarem a mestre (Bastalich 2017). A visão do estudante que faz trabalhos científicos, mestrando ou doutorando, como um permanente aprendiz, faz todo o sentido quando se espera do estudante "reflexão sobre um processo de pesquisa e dos supervisores e outros que

facilitem o processo de pesquisa e reflexão sobre o processo de pesquisa, para garantir uma capacidade para futura inovação" (Bastalich 2017).

A produção de trabalhos científicos é, portanto, um processo integrado cada vez mais desenvolvido, através do qual os provedores, beneficiários, legisladores, instituições governamentais e órgão independentes de ensino superior desempenham um papel significativo ao assegurarem o "discurso das cinco políticas" o qual, na visão de Mounton e Frick "conduz e influencia a produção de doutorados na África do Sul – *quantidade, transformação, eficiência, qualidade e internacionalização*" (Mouton e Frick 2018).

Os autores foram cautelosos ao mencionar que "as tendências de aumento de inscrições para doutoramento e graduações coexistem com tensão e contradições" (Mouton e Frick, 2018). Em termos simples, o discurso das cinco políticas, realmente, funciona como uma orientação para as partes interessadas envolvidas no SES e destacam a importância de conseguir o equilíbrio correto entre contexto, processos e resultados esperados. Isto deverá ser considerado como medida consciente para evitar ou, pelo menos, reduzir os impactos negativos do paradoxo, que consiste em "para produzir mais doutorados, são necessários mais supervisores doutores, mas para ter mais supervisores, são necessários mais doutores" (McGregor 2013).

Na África do Sul, onde parece existir uma interacção entre políticas e práticas, há também um organismo independente instalado para fiscalizar e comprovar se os imperativos globais para a pesquisa científica estão operando de maneira coerente e harmoniosa. Isto funciona e, realmente, faz sentido no contexto da África do Sul, onde uma das funções desempenhadas pelo NCHE e pelo HEQF (*Higher Education Qualification Framework*), *Quadro de Qualificação do Ensino Superior*, é auditar as políticas elaboradas pelo ministério do ensino superior. Porém no contexto de Angola, não há tal instituição independente que garanta a qualidade do ensino superior visando aos doutoramentos, e que verifique a solidez das políticas concebidas pelo ministério do ensino superior. Assim, a questão de Bitzer sobre "quem verifica os verificadores" (Bitzer 2016) fica, simplesmente, sem resposta, neste caso. O contexto angolano está atravancado de legislação, decretos presidenciais e regulamentos. Porém, precisa, enormemente, de um sistema coerente que sirva o interesse nacional e não de um sistema que apenas defenda e trabalhe para o *status quo*.

Em suma, o principal propósito da educação ou ensino para doutoramentos é "preparar estudantes para se tornarem pesquisadores" e, nesse sentido, "as estruturas de educação doutoral" (Matas, 2012) são essenciais para a "qualidade e eficiência no mais alto nível da educação" (Bastalich

2017). Dois princípios-chave podem decorrer desta discussão. Primeiro, o papel que o orientador joga em trazer à luz os talentos escondidos dos seus ou suas estudantes. O segundo elemento baseia-se no reconhecimento do papel importante que as estruturas deverão ter no processo global da educação/ensino para doutoramentos. Essa é a ideia de estruturas fundadas na crença de que as práticas devem ser reguladas por uma cadeia sustentável de valores, princípios e procedimentos que, em última análise, poderá operar tanto como causa e condição para a ação dos atores do SES.

A noção de estrutura, no que se refere à formação ou à educação doutoral, pede "recursos necessários" tais como "financiamento dos candidatos, conhecimento especializado para os componentes ensinados e capacidade de supervisão e instalações disponíveis para pesquisa" (Frick, 2018). Embora seja esta a visão, na maior parte das sociedades com um SES independente, autônomo e avançado, a capacidade de supervisionar e produzir resultados da pesquisa científica pode ser ofuscada pela azáfama diária da "luta para pagar as contas". No nosso caso, uma supervisão ineficiente é reforçada pelo acumular de produção de trabalhos científicos. Mesmo quando a situação começa a ficar fora de controlo, com o aumento do número de candidatos a doutoramento, ninguém ainda se aventurou a "culpar " o orientador "por cumprimento insatisfatório de prazos e altas taxas de desistência" (Bastalich 2017).

Para além da armadilha do tempo em que os orientadores se sentem apanhados, os recursos para a pesquisa, tais como o acesso à internet ou a bibliotecas são enormes barreiras com as quais o estudante que está investigando tem que aprender a conviver, usando a alternativa de meios privados ou correndo o risco de estagnação no decorrer da pesquisa. A formação, com vistas ao doutoramento, na UAN, é predominantemente, um "doutoramento profissional que combina trabalho de aulas com um projecto de investigação supervisionado" (Matas, 2012). Assim, em oposição ao cenário de otimismo da IAU-ACUP (Associação Internacional de Universidades e Associação Catalã de Universidades Públicas) sobre o reconhecimento de doutorados na África, poderia estar mais inclinado para esclarecer que, infelizmente, o título de doutorado ainda não é completamente reconhecido como um ativo essencial para contribuir para a "economia do conhecimento" nem o governo de Angola "sabe como avaliar competências dos titulares de doutorado, nem a relevância daquilo com que podem contribuir para a sociedade" (IAU-ACUP 2012). Por que é assim?

Há, pelo menos, três evidências que corroboram esta alegação. Primeiro, para o acesso ao setor público nem o grau de mestrado nem de douto-

ramento coloca os seus titulares num patamar acima dos seus concorrentes, pois o ministério do trabalho e da segurança social apenas considera o grau de licenciatura. Todavia, tanto os detentores de mestrados (MAs) quanto os de doutorado podem concorrer a um posto, mas no caso de serem admitidos não poderão esperar ganhar mais do que os seus colegas licenciados. Mestres e doutores são tratados de forma justa na academia, onde são remunerados em conformidade.

Segundo, tem a ver com casos de circulação entre a esfera política e a Universidade, o que a faz parecer como se fosse uma incubadora de carreiras ministeriais no governo. Por exemplo, sob administração do presidente João Lourenço do partido Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) o governo nomeou, ao abrigo do Artigo 12 (g) do decreto 90/09 de 15 de Dezembro sobre o SES, ministros para o ensino superior, ciência, inovação e tecnologia e para as pescas e mar, o reitor e o vice-reitor da UAN, respectivamente.

A terceira evidência é a transformação da Universidade num território partidário, disposto a curvar-se perante as ordens superiores, a despeito da sua qualidade ou sensatez, mas incapaz de fornecer pensamento crítico e conhecimento socialmente aplicável. Nestas circunstâncias, poderia ser um pouco exagerado ver a UAN como um espaço que é capaz de:

> gerar empregos equilibrando e integrando três objetivos: primeiro, ir ao encontro da demanda prática do mercado de trabalho, segundo, produzindo novos conhecimentos, através da investigação efectuada por mais cientistas com nível de doutoramento e, finalmente, produzindo cidadãos globais e comprometidos, através da docência (Friesenhahn, 2014).

Entretanto, há alguns sinais positivos como analisado mais adiante. Um desses pontos positivos tem a ver com a decisão do presente governo de promover algumas reformas significativas no SES, como expresso no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN). O PDN pretende alcançar quatro objetivos-chave, a saber: "(1) melhorar a rede de trabalho das diferentes instituições do ensino superior, (2) aumentar os cursos, os graduados, (3) aumentar as ofertas de pós-graduações e (4) melhorar a qualidade da docência com o fortalecimento de mestrados e doutoramentos" (PDN 2018). Entretanto, para alcançar estes objetivos o governo estabelece como principal meta "reforçar o ensino superior com 772 novos mestres e 125 novos doutores, formados no estrangeiro, até ao ano 2022" (PDN 2018).

O plano é ambicioso e marcado por contradições. Por exemplo, apesar do fato de no início de Janeiro de 2019, o conselho de ministros ter dado luz verde para se pôr em prática o plano, na realidade não será possível ter 125 doutorados completamente graduados nas melhores universidades dos países desenvolvidos, em 2022. Digamos que o governo decide enviar candidatos em Setembro de 2019 para as "mais prestigiadas universidades do mundo", a experiência diz-nos, também, que estudantes doutorandos, que têm o inglês como língua estrangeira, terão de provar a sua proficiência nessa língua através de um exame TOEFL (*Test of English as a Foreign Language*) ou Teste de Inglês como Língua Estrangeira, nas universidades dos EUA e do Reino Unido. A mesma exigência para a língua será aplicada nas universidades francesas ou alemãs.

O governo podia, mesmo assim, enviar estudantes para o estrangeiro. Contudo, uma coisa é certa, dificilmente conseguirá alcançar a meta de 125 doutorados em 2022, mesmo que estes tenham sido escolhidos entre um grupo de candidatos com os mais altos níveis de competência em línguas estrangeiras. Além disso, os estudantes terão de lidar com alguns choques culturais relacionados com a universidade, e isto já é suficiente para obstruir ou atrasar a eficiência da pesquisa . Outra questão que se poderia apontar ao PDN é o silêncio que faz a respeito dos candidatos a doutoramentos domésticos. Eles existem e atravancam o sistema nas faculdades da UAN de ciências sociais (FCS), de economia (FEC) e de direito (FDUAN). Os desafios começam sempre a colocar-se , quando os que tomam decisões e elaboram políticas presumem que a formulação de uma nova política dentro das políticas de formação no SES implicará, necessariamente, um início absoluto, a partir do zero, como se não houvesse oferta de cursos de doutoramento em Angola. De fato, o panorama da produção de trabalhos científicos de doutoramento nas faculdades da UAN fala-nos de uma realidade de negligência institucional e de medidas utilitaristas que fazem dinheiro com os candidatos a doutorado.

Questões e reflexões sobre o contexto de pesquisa

O artigo digladia-se com a questão: até que ponto o contexto e o processo afetam a produção de trabalhos científicos na UAN? Para tratar desta questão, foi conduzida uma pequena pesquisa de campo no DICEPs (departamento para a investigação científica e estudos de pós graduação) da UAN e nas faculdades da UAN – FCS, FEC e FDUAN, todas com cursos de doutoramento. O objetivo da pesquisa de campo era a recolha de dados os mais precisos possíveis sobre (1) o número de estudantes, homens e mulhe-

res inscritos nos cursos de doutoramento; (2) quantos candidatos a doutor para cada orientador; (3) estudantes que apresentaram e defenderam com sucesso a sua tese na primeira e na segunda edição do curso; (4) número de estudantes doutorandos, a trabalhar nos seus projectos de doutoramento. Entretanto, a pesquisa de campo que pretendia gerar dados transformou-se numa verdadeira montanha russa, sobre a qual vale a pena refletir:

Etapa um: Tive que me encontrar com o director do DICEPs da UAN para conseguir a sua autorização para ter acesso à informação relacionada com os cursos de doutoramento na FCS, oferecendo o grau de doutor em ciências sociais; na faculdade de direito com dois cursos em direito público e direito privado; e na faculdade de economia que oferece um doutorado em economia e gestão.

A visita ao director ocorreu no dia 20 de Dezembro de 2018. Depois de lhe ter explicado o objetivo da pesquisa, o director ficou ciente da sua importância. Em vez de me autorizar a entrar na porta ao lado para consultar os ficheiros, o senhor director pediu-me que pusesse por escrito o que acabava de lhe explicar. Não tive outro remédio senão me conduzir de volta para a faculdade de ciências sociais, o que me levou outra hora e meia, para preparar e enviar-lhe a carta solicitada.

Etapa dois: o director deu instruções à secretária dos serviços para me entregar os ficheiros com os relatórios que, supostamente, as UOs lhe teriam enviado, a pedido do seu departamento. "Dr. Paulo, receio que não tenhamos, aqui, toda a informação de que precisa. Para isso, o senhor terá de ir as UOs. De qualquer modo, dê uma vista de olhos a estes ficheiros," disse a secretária. Na realidade, a maior parte dos ficheiros estava incompleta. Portanto, a hipótese de contatar as UOs para conseguir os dados parecia a melhor. Entretanto, eu precisava reduzir a pesquisa a três ramos das ciência sociais, deixando para posteriores avaliações as faculdades de engenharia e de medicina que têm cursos de doutoramento, respectivamente, em química e engenharia ambiental e em saúde pública. Além disso, reparei que para a área das ciências sociais, não teria de passar por tensos processos burocráticos por pertencer ao corpo docente. Adicionalmente, precisaria de uma credencial dos serviços que me facilitasse o acesso aos dados nas faculdades de direito e de economia.

Etapa três: Voltei à UAN para solicitar uma credencial, basicamente uma autorização para pesquisar declarando que "com o objectivo de pesquisa científica e para recolher dados das UOs da UAN, Dr. Paulo, docente nesta Universidade, é acreditado. E para que ninguém lhe coloque qualquer impedimento, passamos esta credencial que vai assinada e carimbada com o

carimbo desta instituição". Mas para chegar a esta etapa tive de endereçar uma carta à Vice-Reitora para a investigação científica e estudos de pós-graduação da UAN. Por sorte, a Vice-Reitora, também, membro do bureau político do partido no poder, o MPLA, estava disponível e ordenou à sua secretária que digitasse a credencial. Quando a secretária começou a imprimir a nota de autorização para a credencial ao director do DICEPs, reparou que a impressora estava sem tinta. "De qualquer modo, pelo menos ela poderá lê-la", ela referia-se à secretária do director do DICEPs. A secretária conseguiu ler a nota e digitou a credencial. Mas nem o director nem o subdirector estavam disponíveis para assinar a mesma credencial.

Apenas consegui essa assinatura no dia 3 de Janeiro de 2019. Quando, de manhã, ainda cedo, telefonei para a secretária para perguntar-lhe se a credencial estava pronta e se podia ir recebê-la, esta respondeu-me: "Doutor, o documento está pronto, mas não conseguimos abrir a porta do escritório, neste momento. Estamos ainda à espera que chegue o colega que tem a chave-mestra". Suportei mais uma hora e meia de condução até ao campus da UAN para exercer alguma pressão sobre eles. Esperei mais de uma hora pelo homem da chave-mestra. Mas ele não conseguiu abrir a porta. O subdirector chegou com a solução.

Entrou direto no seu gabinete e, logo, apareceu com uma folha de papel manuscrita para a secretária copiar e digitar, depois de encontrar um lugar para tal. Esta acabou por fazê-lo no gabinete da ex-vice-reitora – nomeada ministra das pescas e do mar, pelo presidente, a 2 de Janeiro de 2019 – e, finalmente, levou a credencial ao gabinete do reitor da UAN para ser carimbada. Aí, o director de gabinete do reitor disse que, antes de ser carimbada, a credencial precisava da assinatura do subdirector. A secretária voltou ao subdirector que assinou e só depois de todo este processo eu consegui a credencial, a 3 de Janeiro.

Etapa quatro: na FCS foi uma verdadeira batalha para conseguir as informações, sem ouvir isto: "Doutor, escreva aqui de que precisa, exatamente. Nós vamos procurar e trazemos para o senhor." No final, chegamos à conclusão de que dados essenciais estavam em falta ou colocados em qualquer lado ou em lado nenhum, pelo que seria impossível encontrá-los. Portanto, acabei por procurar um lote de informações que fizessem o melhor sentido possível.

Etapa cinco: na FEC, encontrei-me, primeiro, com o chefe do DICEPs. Identifiquei-me, expliquei-lhe as razões de contatar o departamento e mostrei-lhe, evidentemente, a credencial, com vistas a ter qualquer garantia. "Não posso dar-lhe nenhuma informação sem ordem do decano," replicou o chefe.

Felizmente, o decano estava presente e, antes que eu voltasse para o chefe de departamento, deu-me uma descrição de 50 minutos dos cursos de doutoramento, e entregou-me algumas cópias de documentos que considerava serem de grande interesse para a minha investigação. De volta ao departamento, foi-me dada mais alguma informação, mas não me foram disponibilizados dados sobre o número de candidatos atribuídos a cada orientador, assim como não estavam disponíveis registos do progresso dos doutorandos.

Etapa seis: mais uma vez, na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (FDUAN) na busca de informações para a minha investigação, foi-me dito que tinha de endereçar uma carta à chefe do DICEPs para autorização. Uma carta e uma cópia da credencial foram-lhe enviadas, por e-mail, a 3 de Janeiro, mas nunca recebi resposta. Continuei a deslocar-me ao local, até que finalmente, soube que a chefe estava ausente, com baixa médica e que só ela poderia tratar do meu assunto.

Entretanto, a 16 de Janeiro a chefe estava de volta ao seu gabinete, mas disse-me que precisava falar, primeiro, com o vice-decano para a investigação científica. "Dr. Paulo, por favor, sente-se na sala da recepção enquanto espera pelo vice-decano. Ele deve estar a caminho", avisou a referida senhora. Esperei quase duas horas e o vice-decano não apareceu. Então, a chefe perguntou se eu tinha uma cópia do e-mail que lhe enviara. "Para quê?", perguntei. "Queria deixar uma nota para o vice-decano", disse ela. "Colega, já passaram mais de duas semanas, desde que lhe enviei um e-mail. Está, agora, me dizendo que nem sequer o reencaminhou, ainda, para o vice-decano? Lembro-lhe que somos servidores públicos e este tipo de burocracia mostra que estamos coibindo a esperança da Universidade subir para o grupo das 100 melhores universidades de África. Um dado é um indicador do nosso serviço público", disse eu, desabafando a minha frustração. "Infelizmente, é esta a situação. Por favor, vamos falar com a secretária do vice-decano".

Uma vez no gabinete, a secretária disse que o vice-decano estava ausente em reuniões e que ela não saberia dizer-me quando ele voltaria. "Eu apenas preciso da informação para a pesquisa que estou fazendo e, como bem sabe, foi-me passada uma credencial para esse efeito. Portanto, a questão é muito simples: ou a senhora tem as informações e dá-me acesso a elas como evidência da qualidade do SES ou então tem de admitir que não tem esses dados. Por favor, transmita isto ao vice-decano". Então, gentilmente, a secretária anunciou: "Dr. Paulo, deixe o seu contato comigo para que eu possa avisá-lo quando o vice-decano chegar". Ela nunca me telefonou e eu tive que lá voltar no dia 23 de Janeiro de 2019.

Felizmente, na altura em que encontrei o vice-decano na faculdade, eu já tinha conseguido algum tempo para encaminhar o meu pedido ao decano da faculdade, que deu ao departamento luz verde para disponibilizar toda a informação. Então, o chefe indicou uma secretária do departamento para trabalhar comigo e, de forma aberta, tratar de todas as questões relacionadas com a minha pesquisa. Ela mostrou-me todos os arquivos que tinham informações sobre os cursos de doutoramento em direito privado e direito público, desde 2011, alguma informação sobre os candidatos ao doutoramento e sobre um acordo de cooperação e parceria entre a FDUAN e a Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (FDUNL).

A informação estava lá, embora não estivesse completa. Por exemplo, não havia um único registo para ilustrar tanto o processo de orientação, quanto a satisfação dos candidatos em relação à qualidade da formação para doutoramento e às experiências de supervisão na FDUAN, existindo apenas um registo sobre os desafios existentes relativos à cooperação com a FDUNL, em termos da recepção de resultados relativos a doutoramentos.

Por um lado, o relato feito acima, foi concebido para ajudar o leitor a ter a visão do contexto de pesquisa atolado numa excessiva burocracia. Este contexto é, igualmente, o prenúncio de um mais profundo estigma social e de um medo de uma possível punição política que, de certo modo, funciona como um entrave à criatividade e uma espécie de regra pública de sobrevivência e automanutenção. Por outro lado, a reflexão sobre as etapas ajuda a sustentar o ponto de vista de que o contexto de doutoramento é muito importante, porque revela que a UAN, tem estado fechada no atoleiro político. Além disso, este artigo mostra, igualmente, que o contexto universitário atropela os processos de doutoramento, o que, por seu lado, limita os resultados da produção de trabalhos científicos.

UAN: Posição para além da politização

Políticas revolucionárias e a trajetória do SES de Angola estão interligadas e definem o contexto mais alargado de pesquisa. Neste ponto, poder-se-ia perguntar porque é que as políticas, em vez de ajudarem a possibilitar um desenvolvimento de um sistema de ensino superior de pleno direito, pelo contrário, levam a UAN a atolar-se no pântano do partido dominante. No meio desse fato, o SES é ainda um fenômeno novo que só emergiu um ano após a independência de Portugal, em 1975, com a criação da Universidade de Angola (UA). A UA tornou-se Universidade Agostinho Neto, UAN, com

o nome do primeiro presidente do país e primeiro reitor da UAN, a 24 de Janeiro de 1985.

O Presidente Agostinho Neto definiu, assim, a missão da UAN:

> servir a revolução e lutar contra as reminiscências do colonialismo português; ajudar a implantar uma sociedade justa e progressista; produzir quadros nacionais dotados de uma nova consciência e que serão capazes de trabalhar como agentes de uma nova sociedade que se empenhará em alcançar a democracia popular (Universidade Agostinho Neto, UAN. 1977).

A instituição de uma Universidade Pública como "parte de sistemas nacionais de Ensino Superior" (Bitzer, 2016) demonstrava um maior interesse em propósitos nacionalistas posteriores, do que em conceber políticas que teriam promovido qualidade da investigação na educação e, subsequentemente, ajudado a aproveitar "habilidades de pensamento crítico" (Cyranoski, 2011). De fato, as estruturas do partido dominante continuam a definir a orientação e, também, a dificultar as liberdades e autonomia acadêmicas. Desde então, o contexto só piorou. Por três razões: primeiro, o sindicato dos professores do ensino superior lutou por um acordo com o governo do anterior presidente, José Eduardo dos Santos, para estabelecer que "o governo deve nomear os órgãos governativos das universidades e academias públicas, através de uma proposta do ministro do ensino superior, com base em três candidatos eleitos pelas assembleias das suas respectivas instituições" (Decreto 90/09, artigo 12). O fato é que esta legislação proposta nunca entrou em vigor. Segundo, a eleição dos três candidatos nunca teve lugar à época, e o anterior presidente Dos Santos chamou a si o poder de nomear os reitores e vice-reitores de todas as universidades públicas. Esta decisão foi considerada pelo sindicato do ensino superior como inconstitucional. Terceiro, a governança do SES, através de decreto presidencial, equaciona um conflito entre eficiência, estabilidade e decisão discricionária do presidente.

Acreditava-se que o punho de aço exercido sobre o SES durante a corrente administração do presidente João Lourenço viesse a terminar em Maio de 2019, depois do ano passado, quando o presidente tomou a decisão de permitir que as 9 universidades públicas de Angola e respectivas faculdades elegessem seus reitores, vice-reitores, decanos e vice-decanos (ANGOP, 2018). Anteriormente, o presidente, agindo ao abrigo do decreto do seu predecessor, nomeou Pedro Magalhães e Maria Antonieta Baptista como reitor e vice-reitora da UAN para a área de investigação científica e estudos de pós-graduação. A advertência, aqui, é esta: como já referi antes, Maria

Antonieta Baptista foi, recentemente, nomeada ministra das pescas e do mar, pelo presidente, tendo na altura deixado vago o seu cargo de vice-reitora na UAN. Convém recordar que a atual ministra do ensino superior, ciência, tecnologia e inovação, Maria do Rosário Sambo, foi, antes, reitora da UAN, nomeada pelo ex-presidente Dos Santos, em 2015. Entretanto, o presidente Lourenço nomeou-a ministra, em 2017.

Para além das promessas de uma relativa liberalização do sistema nacional do ensino superior (SNES) existem dois tipos de desafios. O primeiro tem a ver com um enorme desequilíbrio entre o número de pessoas detentoras de um doutorado, pertencentes ao *staff* das universidades e o número crescente de candidatos a doutores. De acordo com o boletim estatístico do ensino superior, em 2016, o SES angolano era composto por 53,1% de graduados, com as instituições públicas empregando 1.578, contra 3.072 nas instituições privadas. A proporção do pessoal com graus de mestre e de doutor era, respectivamente, de 33,3% e 9,8% com um total de 1.708 nas universidades públicas e 1.209 em instituições privadas. Definitivamente, há 601 doutorados nas universidades públicas e 237 para todas as universidades privadas.

O segundo conjunto de desafios tem a ver com a declaração pública da ministra Maria de Rosário Sambo que, ao falar do ambiente científico nacional, especificou que:

> há investigação científica, mas é ainda fraca, se comparada com a dos outros países da SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, em português). Temos um enorme potencial para alterar esta realidade, se formos capazes de gerir de forma adequada, os recursos humanos e financeiros e, acima de tudo, não devemos ser megalômanos. Ao contrário, devemos focarmo-nos no objetivo de produzir ciência com sentido pragmático (Voz de Angola, 2017).

Mais adiante afirmou: "precisamos diagnosticar as más práticas e fazer um esforço para as eliminar, progressivamente, com uma mudança de mentalidade e de comportamento" (Voz de Angola, 2017).

As observações da ministra sublinham uma confusão entre a raiz das causas e dos efeitos. As más práticas são, nitidamente, originadas pela ligação do SNES com a engenharia político-partidária. Não será possível a produção de conhecimentos científicos, mesmo que esta seja conduzida com pragmatismo, se houver um verdadeiro fosso entre uma série de políticas e contextos, no qual os investigadores se encontram imersos. Além disso, um olhar mais atento à UAN revela um desequilíbrio de estratégias, políticas e

recursos disponíveis, com vistas a providenciar uma formação de qualidade para os doutoramentos. A seção seguinte aborda a legislação governamental para averiguar quais as disposições legais a que está submetido o processo que conduz à atribuição do grau de doutor.

Legislação governamental sobre formação para doutoramento

Os desafios-chave do SNES não têm a ver com a ausência de um conjunto de legislação para regulamentar o sistema, têm, ao contrário, a ver com uma falta de implementação de mecanismos coerentes que assegurem a qualidade do ensino em todas as faculdades da UAN. De fato, o processo de investigação doutoral segue um conjunto de procedimentos e de diretrizes definidos de modo ordenado sobre a natureza do doutoramento, o papel da supervisão doutoral e os objetivos e competências definidos que um candidato a doutorado deverá adquirir, mediante o processo. Esta seção mergulha na legislação, de modo a encontrar as orientações institucionais gerais sobre o ensino ou formação para os doutoramentos.

A legislação sobre o SES e os estudos para doutoramento tem como base dois decretos presidenciais, o 90/09 de 15 de Dezembro e o 29/11 de 3 de Março, ambos estabelecendo as devidas normas e procedimentos para regulamentar as universidades. O artigo 24 do Decreto 90/09 refere que os estudos de pós-graduação compreendem duas categorias: acadêmica para mestrados, doutorados e profissional – a última tem como objectivo o aperfeiçoamento técnico-profissional do licenciado. Além disso, o mesmo artigo fixa o tempo máximo para completar mestrados em dois/três anos, e quatro/cinco anos para doutoramentos. O doutoramento é visto como "um processo de formação e de investigação, que visa proporcionar uma capacidade científica ampla e profunda aos candidatos diplomados em cursos de licenciatura ou de mestrado, culminando com uma dissertação, cujo conteúdo constitui uma contribuição inédita para o patrimônio científico universal".

O decreto de 3 de Março de 2011 reitera, no seu artigo 21, a posição global do governo sobre a educação relativa ao grau de doutorado como um processo de formação e de investigação que proporciona aos candidatos já licenciados ou com mestrados, amplas e profundas competências científicas que resultarão numa dissertação inédita que irá contribuir para o conhecimento científico mundial. Neste processo, espera-se que os estudantes doutorandos assistam a aulas ou palestras ou a conferências durante os primeiros

dois anos dos seus estudos doutorais, para adquirirem competências e técnicas de investigação. Com este propósito, as diferentes UOs têm diferentes tipos de módulos criados de acordo com a natureza e os objetivos de cada curso. É esse o caso dos programas de doutoramento em ciências sociais, direito e economia. Todavia, partilham os mesmos processos e procedimentos no que se refere à redação de uma dissertação original, que acontece depois do estudante ter defendido com sucesso o seu projeto doutoral de pesquisa.

Mais adiante, o artigo 26 sobre supervisão apresenta três procedimentos principais: primeiro, para os candidatos a doutor produzirem a sua tese, deverão ser orientados por professores ou investigadores com o grau de doutorado, na sua instituição. A supervisão ou orientação poderá ser providenciada por um sistema de co-orientação. No entanto, indica-se que este modelo deverá ser referido de forma clara no projecto doutoral do candidato, assim como deverão ser definidas as estratégias para co-orientação. Segundo, também supervisionarão as teses os professores e investigadores com doutorado de outras instituições, segundo acordos ou contratos existentes estabelecidos pelas partes. Por último, o orientador deverá informar e atualizar, semestralmente, o conselho científico da faculdade acerca das etapas fundamentais e do progresso da tese.

Um esclarecimento sobre o papel e os propósitos da orientação faz uma enorme diferença, quando pensamos nas metas a atingir referentes a mais candidatos a doutor, a terminar a sua formação dentro do calendário previsto no PND. Como a última seção sublinha, o panorama da produção de trabalhos científicos é negativo pois, até o momento, não houve um único doutor formado resultante dos cursos de doutoramento oferecidos pelas três OUs da UAN. Demonstrar-se-á que as causas subjacentes se relacionam com contextos e más práticas da instituição e que em última análise estão ligadas ao desequilíbrio entre legislação e implementação de políticas pelas faculdades. Há, igualmente, como referi anteriormente, a falta de um órgão independente, como o NCHE e o HEQF da África do Sul, para supervisionar e auditar políticas e garantir eficiência e qualidade.

Panorama da produção de trabalhos científicos da UAN

Esta seção foi criada a partir dos dados recolhidos nas faculdades de ciências sociais (FCS), de direito (FDUAN) e de economia (FEC) da UAN, para poderem ilustrar o estado da produção de trabalhos científicos na UAN. Os dados foram compilados juntos, mas a partir de fontes de informação

dispersas, tais como ficheiros, memorandos internos, e partilhas com membros do pessoal do DICEPs de cada faculdade. Indubitavelmente, há um traço comum que cobre todos os dados inseridos nos quadros abaixo. Contudo, seria deturpação sugerir que, devido às altas tarifas cobradas por candidato a doutorado – de 3.500.000,00 AKZ (Kwanza angolano, moeda corrente em Angola), cerca de 10.000 USD – o candidato a doutor transformou-se numa espécie de galinha dos ovos de ouro. O que leva as faculdades a retroceder ou a abandonar a sua principal obrigação de prover a produção doutoral.

Os quadros 1, 2 e 3 tentam retratar um contexto de estagnação na produção de doutoramentos. Os quadros referem-se às seguintes categorias: o número de candidatos a doutor desde a primeira edição em 2013 até a segunda em 2016 (PhD13 & PhD16) para a FCS; a primeira edição e edições em 2011 e 2017 da FDUAN; e a primeira, segunda e terceira edições da FEC, respectivamente em 2015, 2016 e 2017 (PhD15, PhD16 & PhD17). Os quadros dão conta do número de estudantes de doutorado em termos de género – feminino (F) e masculino (M), do número de teses apresentadas para a edição correspondente (Ths); *viva voce* ou defesa pública (viva) que tiveram lugar e número de estudantes atribuídos a cada orientador (Orient) por ano de inscrição.

Quadro 1: Faculdade de Ciências Sociais – PhD em Ciências Sociais (2013 & 2016)

PhD13		PhD16		Ths 13	Ths 16	Viva 13	Viva 16	Orient13	Orient16
F	9	F	8	No.	No.	No.	No.	No.	No.
M	14	M	18	3	0	0	0	4-6	ND
F+M	23	F+M	26	3	0	0	0		
Total		49 estudantes PhD							

Fonte: Autoria Própria

A FCS começou com estudos de doutoramento em Ciências Sociais em 2013 com cerca de 23 candidatos a doutorado inscritos para a primeira edição e esse número subiu, 3 anos depois, para 26. A ideia era que todos os candidatos completassem as suas teses no período de 4 anos e caso não

conseguissem atingir esta meta durante esse período, ser-lhe-ia concedido o prolongamento de mais um ano. Geralmente, os candidatos são estudantes de maior idade que têm um emprego a tempo integral em instituições do estado ou nos setores privados – pessoal da UAN, setor da defesa e segurança, bancos etc.

Dito isto, compreende-se que os candidatos a doutorado, frequentemente, travem uma verdadeira luta para cumprirem o prazo obrigatório de entrega e este fator aliado ao pesado fardo do horário de docência, deixa ao estudante de doutoramento menos tempo para investigar. Por outro lado, os orientadores, de acordo com Mouton, dificilmente conseguem "ajudar o estudante a tornar-se num pesquisador profissional independente e num académico dotado de um conjunto de capacidades cognitivas e metacognitivas" (Mouton and Frick, 2018). Em concreto, apenas 3 estudantes dos 23 da edição de 2013 conseguiram depositar as suas teses, o que indica que "*túnel* doutoral" (Bitzer, 2016) está bloqueado e como consequência, as taxas de produção de trabalhos científicos permanecem baixas, com um total de 20 candidatos que ainda não conseguiram encontrar a porta de saída do doutoramento.

Os números juntam-se aos dos candidatos a doutores da segunda edição em 2016, apesar do fato de 8 dos 26 candidatos terem defendido com êxito os seus projetos de doutoramento e, aparentemente, estarem trabalhando nas teses. O principal problema observado refere-se à falta de uma boa manutenção de registos sobre quem supervisiona quem, e, mais importante ainda, é que não há registros nem dados (ND) para quantificar o progresso da investigação dos candidatos. Esta prática é apenas uma entre muitas que parecem contradizer a legislação do governo no que toca à orientação.

Quadro 2. Faculdade de Economia: PhD em Economia (2015) PhD em Gestão (2016-17)

PhD 15		PhD 16		PhD 17		PhD Sub15	PhD Viva15	Orient15&16
F	5	F	2	F	2	Nenhum	Nenhum	ND
M	21	M	15	M	18			
F+M	26	F+M	17	F+M	20			
Total	63 estudantes PhD							

Fonte: Autoria Própria

A FEC iniciou os cursos de doutoramento, primeiro em economia, em 2015, estabelecendo cooperação institucional com dois institutos portugueses – Instituto Público Universitário Português (ISCTE) e o Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) de Lisboa. Da edição de 2015, apenas 5 candidatos a doutorado chegaram à defesa de projetos de doutoramento; neste processo 4 estudantes passaram e foram autorizados a escrever a tese, enquanto que 1 estudante foi reprovado. Além disso, há apenas 2 possivelmente próximos da apresentação, sendo 1 candidato, de acordo com o decano da faculdade, o ex-ministro dos transportes que, recentemente, foi condenado a 14 anos de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro.

Devido à pouca demanda de candidatos para doutoramentos em economia, a faculdade tem vindo a focar-se, desde 2016, no curso de doutoramento em gestão. Neste momento, a faculdade já deveria ter produzido o seu primeiro doutorado, mas o candidato foi considerado culpado de plagiar a sua tese pelo comitê interno de avaliação da FEC, antes de o enviar ao reitor da UAN para defesa pública (*viva* no quadro). O estudante foi, então, aconselhado a começar o doutoramento do zero. Do mesmo modo, não há registros ou dados (ND) sobre a supervisão a partir da qual inferir a qualidade e os níveis de progresso de cada candidato.

Quadro 3. Faculdade de Direito: PhD em direito público & direito privado (2011 & 2017)

Direito Público 11		**Direito Privado 11**		**Direito Público 17**		**Direito Privado 17**		**Orient/PhD**	***VIVA***
F	3	F	2	F	2	F	3	ND	0
M	12	M	9	M	14	M	19	ND	1
F+M	15	F+M	11	F+M	16	F+M	22	ND	1
Total	64 estudantes PhD								

Fonte: Autoria Própria

A FDUAN lançou a primeira edição de doutoramento em 2011 e tem um total de 15 estudantes doutorandos inscritos em direito público, 3 dos quais são mulheres e 12 homens. O curso de direito privado tem um total de 11 candidatos, 2 mulheres e 9 homens. Há 2 candidatos em direito público

trabalhando na sua tese; enquanto que um total de 8 estudantes – 2 mulheres e 6 homens – estão escrevendo a sua tese em direito privado.

Não há informações disponíveis sobre o progresso destes candidatos, mas sabe-se que apesar do programa de direito já estar funcional há quase 8 anos, apenas 1 estudante do curso de 2011 fez uma defesa pública (*viva*) a 20 de Junho de 2017, mas o júri "decidiu por unanimidade recomendar que o candidato a reformulasse no prazo de 6 meses". Esta informação foi extraída do memorandum da defesa (Memorandum da Primeira Defesa Doutoramento, 20 de Junho de 2017), mas passados quase 2 anos, não há uma única referência que explique se o candidato conseguiu levar adiante o trabalho ou se ainda está na luta pelo seu progresso. Além disso, um ponto interessante que sobressaiu do memorandum foi o orientador do candidato, um professor da Universidade de Coimbra de Portugal, ter assistido à defesa, via skype. Entretanto, não está claro quantas vezes o candidato conseguiu viajar para Coimbra para se encontrar com o orientador e se teve uma orientação adequada. Provavelmente, esta questão continuará sem uma resposta observável.

No que se refere à segunda edição de 2017, verifica-se um aumento da demanda por cursos de doutoramento. O doutoramento em direito público ganhou mais 1 estudante, mas o número de candidatas mulheres baixou para 2, se compararmos com a primeira edição, enquanto que para doutorado em direito privado aumentou mais 1 estudante mulher e o número de estudantes masculinos saltou de 9 para 19, em 2017. Há ainda um número de 8 estudantes, ou seja, 5 em direito privado e 3 em direito público que já estão trabalhando na sua tese para doutorado. Assim como na edição anterior, não há informação disponível para apurar se há carga de supervisão/orientação no contexto dos cursos de doutoramento ministrados na FDUAN. Finalmente, há mais alguns pontos que salientam grandes discrepâncias entre as disposições escritas nos regulamentos e normas, no que se refere à obrigação dos orientadores informarem, semestralmente, o conselho científico da faculdade sobre o progresso dos seus estudantes e o registro existente desta informação em arquivo. Esta é uma questão que sobressai e parece ser comum a todas as faculdades – FCS, FEC e FDUAN.

Em geral, estas faculdades partilham os mesmos desafios: taxas baixas de produção de trabalhos científicos, no mínimo. Além disso, há uma evidente disparidade de gênero, como se pode verificar nos três quadros, onde o número de candidatos do sexo masculino é significativamente maior nas três UOs. A FCS apresenta mais mulheres candidatas do que a FEC e a FDUAN. Além disso, as faculdades da UAN também enfrentam, em comum, o desafio de um sistema de gestão da informação inadequado (Bitzer, 2016)

sobre quem orienta quem, sobre o candidato a doutor e sobre a qualidade da formação e orientação. Esta é, nitidamente, uma questão que um órgão independente do tipo do NCHE e HEQE teria ajudado a resolver e a pôr as UOs de volta aos trilhos para contribuir na produção de doutoramentos. Entretanto, contextos e processos estão, simplesmente, muito longe de favorecerem o objetivo de aumentar a produção de doutorados em todo o SES. Sobretudo, quando o total dos números de candidatos ascende a 176 em todas as UOs da UAN e este número, provavelmente, irá aumentar.

Conclusão

O sistema do ensino superior em Angola clama por profundas reformas que possam garantir que haja uma correspondência entre a demanda de estudos doutorais e a qualidade de orientação providenciada em toda a UAN. Com esse propósito, é necessária uma nova estrutura das escolas superiores de pós-graduação, de modo a conferir alguma eficiência e harmonia aos cursos de doutoramento da UAN. Elas assegurariam, então, boas práticas e abordagens construtivas em relação à pesquisa científica, tornando o acesso à informação mais acessível e um fator crucial para o progresso do conhecimento e produção científica, cujos índices de doutorados exitosos nas UOs são acentuadamente baixos.

Além disso, as reformas das escolas de pós-graduação ajudariam a melhorar as práticas de orientação, assim como atuariam como órgão coordenador para a totalidade dos programas de doutoramento da UAN e definiriam critérios para determinar quais as competências e conhecimentos de base dos candidatos a doutor e, subsequentemente, encontrariam maneiras de os adequar às instalações institucionais, financiamentos e gama de atividades que poderiam proporcionar uma mobilidade institucional regional. Para um contexto em que há entre 4 a 6 estudantes atribuídos a cada orientador, talvez um modelo de abordagem de orientação de um a um não resulte em produção doutoral. A escola superior de graduação deveria, igualmente, concentrar-se em criar painéis de orientação constituídos de acordo com suas especialidades e assuntos de pesquisa. A escola superior de graduação deveria, também, promover oportunidades de parcerias com instituições do ensino superior da SADC para expor os estudantes angolanos de doutorado a modernos e cada vez mais competitivos, excelentes e inovadores centros que poderiam capacitar os candidatos a concorrer a financiamentos, em vez de, grandemente, dependerem dos recursos do governo, que já são escassos.

Este artigo pretendia argumentar que o contexto e os processos da UAN, atualmente, funcionam em detrimento da produção de doutoramentos, por um número de significativas razões. A UAN não se pode dissociar, completamente, da trajetória política passada e mais recente de Angola. Frequentemente, a política cria obstáculos para as oportunidades da UAN se tornar um espaço de produção de conhecimento, por meio da pesquisa para trabalhos científicos. O processo de produção de trabalhos científicos está, de fato, codificado em decretos presidenciais e em regulamentos das UOs.

Por um lado, a falta de obrigação de prestação de contas e de uma instituição independente para aplicar mecanismos de verificação e controle no SNES, e, por outro lado, a existência de posturas burocráticas e enredamento político, lançam uma sombra na provisão de produção doutoral. Além disso, a falta de financiamento coloca uma carga extra sobre os candidatos e a faculdade que consegue o dinheiro para pagar aos docentes e outro pessoal ligado ao curso de doutoramento, mediante taxas pagas pelos estudantes.

Referências

ANGOP Angola PRESS. 2018."PR Orienta realização de eleições nas universidades públicas." Abril, 26, 2018.http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticiasAc. Janeiro, 12, 2019.

Bastalich, Wendy. "Content and context in knowledge production: a critical review of doctoral supervision bibliography" (conteúdo e contexto na produção de conhecimentos: uma revisão crítica da bibliografia de orientação de doutoramentos). Studies in Higher Education, 42, no. 7:1145–57.

Bitzer, Eli. 2016. "Research into Doctoral Education: A Survey of Institutional Research Projects in Southern Africa" in Botha J and Muller N (eds). Institutional Research in South African Higher Education. Stellenbosch: SUN PRESS: 277–297.

Botha, J. 2018. "The nature, purpose, standard and format of the doctoral degree" (natureza, propósito, padrão e formato do grau de doutor). Course material of Module 2 of the DIES/CREST Training Course for Supervisors of Doctoral Candidates at African Universities. Stellenbosch University.

Cyranoski *et al*. 2011. "The PhD Factory: The World is producing more PhDs than ever before. Is it the time to stop? Nature, 472, April, 21: 276–279.

Diário da República, Decreto Nº 90/09 de 15 de Dezembro, I Série – N. 237.

Diário da República, Decreto executivo no. 29/11 de 3 de Março, I Série – No. 42.

Frick, L. 2018. "Supervisory models and styles" (modelos e estilos de orientação). Course material of Module 4 of the DIES/CREST Training Course for Supervisors of Doctoral Candidates at African Universities. Stellenbosch University.

Friesenhahn, Irene. 2014. "Making higher education work for Africa: Facts and figures" (Fazer funcionar o Ensino superior em África: factos e números). Junho, 25, 2014. https://www.scidev.net/global/education/feature/higher-education-africa-facts-figures.html. Ac. Janeiro, 24, 2019.

IAU-ACUP (International Association of Universities and the Catalan Association of Public Universities) (2012) International seminar on innovative approaches to doctoral education and research training in sub-Saharan Africa. http://www.iau-aiu. net/sites/all/files/Final_Report_IAU_ACUP_Seminar_on_innovative_approaches_to_doctoral_education.pdf. Ac. Fevereiro, 15, 2019.

McGregor K. 2013. "Africa: Emerging ideas for building PhD training capacity". University World News. http://www.universityworldnews.com/article.php?story=20131215083542491. Ac. Fevereiro, 14, 2019.

Matas, Cristina Poyatos. 2016. "Doctoral education and skills development: An international perspective" (educação doutoral e desenvolvimento de competências: uma perspectiva internacional). Revista de Docencia Universitaria, 10, no. 2 (Maio-Agosto): 163–91.

Mendorandum da Primeira Defesa Doutoramento, Faculdade de Direito, Universidade Agostinho Neto, Junho, 20, 2017.

Mouton, J. & Frick, L. 2018. "Scholarship on Doctoral Supervision" (Bolsa de estudos para orientação de doutoramentos). Course material of Module 1 of the DIES/CREST Training Course for Supervisors of Doctoral Candidates at African Universities. Stellenbosch University.

Plano de Desenvolvimento Nacional, Ministério da Economia e Planeamento. 2018 (Abril), Governo de Angola.

Universidade Agostinho Neto, UAN. 1977. "A Nossa História". Extracto do discurso do Presidente Agostinho Neto a 12 de Setembro de 1977, na cerimónia de tomada de posse do Vice-Reitor da UAN. Setembro, 12, 1977. https://www.uan.ao/historia. Ac. Janeiro, 10, 2019.

VOZ de Angola. 2017. "Ministra do Ensino Superior admite que investigação científica em Angola é fraca." Outubro, 26, 2017. http://vozdeangola.com. Ac. 18 de Janeiro, 18, 2019.

RESUMO

O contexto e o processo revelam os obstáculos que têm condicionado o desenvolvimento da Universidade Agostinho Neto (UAN), como espaço autônomo de investigação e produção do conhecimento em nível dos cursos de doutoramento nas Unidades Orgânicas (UOs), designadamente, as Faculdades de Ciências Sociais (FCS), de Direito (FDUAN) e Economia (FEC). Estes obstáculos são tão generalizados ao ponto de estarem associados à natureza do regime político que vigorou em Angola, logo a seguir a Independência de Portugal em 1975. É de notar que as transições políticas têm, na verdade, assumido ritmos e características distintas, por exemplo, a passagem do monopartidarismo à democracia pluralista semi-liberal, do centralismo burocrático administrativo e econômico à um modelo de economia de mercado no início da década de 1990. Porém, o reacender do conflito violento ofuscou o fervor pela mudança estrutural com impactos reais no exercício das liberdades cívicas e acadêmicas, e bem como na promoção do Estado de Direito regido pelo primado da lei. Ao contrário, a autoridade originada das reformas constitucionais que se seguiram ao fim da guerra civil tornou-se absoluta no exercício do poder e estruturalmente personalizante quanto ao modo da administração da *res publica*. Este artigo argumenta que a UAN – apesar dos esforços de reforma da atual administração – ainda é uma caixa de ressonância dos paradoxos do regime que propicia a fraca investigação científica e a megacefalia pedagógica. Dando-se mais relevo a um tipo de ensino que resulta em baixos índices de produção como os constatados nos doutorandos nas UOs analisadas.

PALAVRAS-CHAVE:

Universidade Agostinho Neto; Contexto e Produção.

Recebido em 17 de agosto de 2019
Aceito em 7 de outubro de 2019

POLÍTICA MINEIRA E A INTEGRAÇÃO SOCIOCULTURAL E SUSTENTÁVEL DOS REASSENTAMENTOS EM CATEME-MOÇAMBIQUE: 2009-2017

Cremildo de Abreu Coutinho[1]

Introdução

O governo de Moçambique tem desenvolvido várias ações tendentes à redução da pobreza e à consequente mudança em direção ao desenvolvimento. Uma das ações desenvolvidas tem sido a permissão de investimento estrangeiro no país que, por sua vez, contribui com divisas as quais, se usadas corretamente, podem contribuir para o incremento do desenvolvimento. É neste âmbito que, em 2007, o governo celebrou um contrato com a empresa Vale Moçambique para o início da extração do carvão mineral na bacia carbonífera do distrito de Moatize. Pelo fato do objeto em causa encontrar-se no subsolo de várias povoações localizadas no distrito retrocitado, foi imprescindível a deslocação da população do local onde habitualmente residia e o consequente reassentamento noutras localidades, incluindo o povoado de Cateme.

Entretanto, durante e depois do processo de reassentamento, têm-se verificado vários conflitos entre a população afetada e a mineradora Vale Moçambique, em que se destacam a resistência em não querer abandonar os locais onde anteriormente residiam, a relutância em receber as casas construídas pela Vale Moçambique, por parte dos potenciais reassentados, e, posteriormente, a ocorrência de manifestações que culminaram com o bloqueio das vias de acesso frequentemente usadas pela empresa, feito pela

1 Departamento de Sociologia e Antropologia, Universidade Pedagógica, Maputo, Moçambique. E-mail: cremildo.coutinho@gmail.com

população reassentada. Estas problemáticas gravitam na seguinte pergunta de partida: Que razões estão por detrás dos conflitos no reassentamento da população em Cateme? Este questionamento abre espaço para a satisfação do objetivo geral da pesquisa que é compreender as implicações do reassentamento da população em Cateme, cujo processo obedeceu metodologicamente três etapas. Na primeira fez-se a leitura de obras com conteúdos relacionados ao assunto com o intuito de enquadrar o pesquisador no que já foi escrito sobre o tema. Na segunda etapa cumpriu-se com o trabalho de campo em que, para além da observação, privilegiaram-se entrevistas que tiveram lugar no Centro de Reassentamento de Cateme e no Governo do Distrito de Moatize, entre Agosto de 2015 à Junho de 2017. Nesta etapa conversou-se com 32 informantes sendo 31 reassentados e 1 membro de governo de Moatize. As idades dos entrevistados variam entre 21 a 83 anos. A escolha desta faixa etária é por considerarem-se pessoas que possam fornecer informações fiáveis. A alocação de quase a totalidade das entrevistas aos reassentados é pelo fato destes serem os sujeitos que sofreram diretamente a mudança. A entrevista efetuada com o responsável do governo foi feita pelo fato desta instituição, a par da Vale Moçambique, delinearem as estratégias e concretização do reassentamento e foi suficiente porque assume-se que tudo o que transmitiu-se foi na perspetiva de porta-voz. As conversas com os informantes foram feitas em português e nhúngue porque tanto o pesquisador quanto os informantes comunicam-se nesses idiomas. Entretanto, apesar de várias tentativas não foi possível conversar com o porta-voz da Vale Moçambique, pretensão minimizada pela disponibilização do seu *Position Paper* (Vale Moçambique, 2013), o qual esclarece, de forma transversal, as posições da mineradora em torno do processo de reassentamento em Cateme. A terceira etapa foi reservada ao tratamento e análise dos dados.

O presente trabalho tem como referencial teórico de análise a Gestão Social na perspectiva de Cançado *et al.* (2011). Estes autores advogam que a gestão social preocupa-se com o envolvimento de todos no processo de tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último. Em concordância com Tenório (2008b, p. 160), os autores incorporam ainda o conceito de cidadania deliberativa, a qual deve intermediar a relação entre os intervenientes. Portanto, Cidadania deliberativa significa, em linhas gerais, que a legitimidade das decisões deve ter origem em processos de discussão orientados pelos princípios de inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum. Como ênfase, a gestão social pode ser definida como aquela orientada para o social (enquanto finalidade) pelo social

(enquanto processo), norteada pelos princípios da ética e da solidariedade (Fischer e Melo, 2006, p. 17). Para que a decisão seja efetivamente coletiva, ela deve ser livre de coerção e todos devem ter a liberdade de manifestar o que pensam (Tenório, 2008b, p. 161). Além disso, a tomada de decisão é baseada no entendimento, na argumentação e não na negociação no sentido utilitário do termo. A decisão é realmente coletiva, a coerção é estranha ao processo, e o entendimento (e não a negociação) deve ser seu caminho. É aqui onde emerge a dialogicidade acima indicada como outra característica da gestão social. A transparência, ora mencionada, surge como condição necessária para as outras características, pois o segredo e a assimetria de informação tornam inviável a tomada de decisão coletiva baseada no entendimento esclarecido. Neste sentido, a linguagem deve ser inteligível a todos os participantes. Baseando-se em Freire (1987, 1996, 2001) e Tenório (2008a, p. 161), tem-se a emancipação do homem como fim da gestão social, baseada nas características anteriores, no processo democrático deliberativo e no exercício pleno da cidadania. A participação efetiva no processo de tomada de decisão traz crescimento e amadurecimento para os atores (Freire, 1987, 1996, 2001), que ampliam sua visão de mundo enquanto seres humanos, dotados de razão e cidadãos participantes de uma esfera pública.

A teoria de Gestão Social foi importante para a investigação pelo fato do problema em estudo estar relacionado com um conflito social. Portanto, ferramentas como a cidadania deliberativa, a dialogicidade, transparência e a emancipação são a chave para que se minimizem os conflitos sociais e os conflitos causados pelos reassentamentos involuntários em particular. Correlativamente, os dados colhidos no campo foram rigorosamente analisados tendo em conta este manancial teórico.

No que se refere a aspectos conceituais destacam-se três palavras-chave que são: integração, cultura e desenvolvimento sustentável cujas interpretações vêm ilustradas a seguir:

Pires (1999) afirma que o termo integração é corretamente usado na literatura sociológica para designar, no plano micro, o modo como os atores são incorporados num espaço social comum e, no plano macro, o modo como são compatibilizados diferentes subsistemas sociais. Para as duas situações, o conceito integração está relacionado com as dinâmicas de mudança social. Por sua vez, Leite & Morosini (1992) definem integração numa perspetiva economicista e afirmam que o principal propósito da integração é a alavancagem econômica dos países participantes, objetivo que deve estar intimamente associado à produção social e cultural dos países envolvidos. Ambas as definições complementam-se pelo fato da primeira tecer aspectos ligados

às dinâmicas da mudança social que conduz os sujeitos a incorporarem-se num espaço comum e a segunda por incluir a integração dos cidadãos como um pressuposto com vista a obtenção de experiências transnacionais.

Quanto ao termo cultura, Laraia (2001, p. 14), afirma que o mesmo foi sintetizado por Edward Tylor (1832-1917) no vocábulo inglês *Culture*, que, tomado em seu amplo sentido etnográfico, é o complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis e costumes adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade. Por sua vez, Bosi (1996) advoga que cultura é um conceito que abrange todas as realizações materiais e os aspectos espirituais de um povo. Acrescenta que cultura congrega um conjunto de práticas, de técnicas, de símbolos e de valores que devem ser transmitidos às novas gerações para garantir a convivência social. Para Chiavenato (2003), a cultura é um termo genérico utilizado para significar duas acepções diferentes. De um lado, o conjunto de costumes, civilização e realizações de uma época ou de um povo e, de outro lado, artes, erudição e demais manifestações mais sofisticadas do intelecto e da sensibilidade humana, consideradas coletivamente e em contextos organizacionais específicos. Constata-se aqui a complementaridade nas definições da cultura tendo em conta a valorização dos conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes de um povo e a essência do relativismo.

Entretanto, Beyhaut (1994, p. 15) congrega os conceitos de integração e cultura. Para este pensador, a verdadeira integração realiza-se em nível das culturas e deve-se desconfiar das explicações habituais que vêem a integração cultural como um processo social vertical, ou seja, imposto de cima para baixo. Portanto, a integração cultural se apresenta como um processo muito variado, fundamentalmente espontâneo, pouco afetado pela adopção de medidas de governos, devendo-se levar em conta que a civilização industrial e a expansão dos modelos difundidos por economia e tecnologia ocidentais não implicam criar um mundo sempre igual, sem variações locais e com participação mínima das sociedades dependentes. Bourdieu (1974) acrescenta uma perspetiva histórica na qual a integração cultural torna verdadeiramente compreensíveis os esquemas de pensamento de uma época, consagrando-a como hábitos de pensamento comuns a uma geração.

O último conceito que merece uma atenção especial no trabalho é o desenvolvimento sustentável que surgiu durante a Comissão de Brundtland, na década de 1980, onde foi elaborado o relatório *Our Common Future*, quando a primeira ministra norueguesa, Gro Harlem Brundtland, apresentou o conceito como "a forma como as atuais gerações satisfazem as suas necessidades sem, no entanto, comprometer a capacidade de gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades" (Brundtland *apud* Scharf, 2004, p. 19). Já

em 1986 a Conferência de Ottawa (Carta de Ottawa, 1986) estabelece cinco requisitos para se alcançar o desenvolvimento sustentável: integração da conservação e do desenvolvimento, satisfação das necessidades básicas humanas, alcance de equidade e justiça social, provisão da autodeterminação social e da diversidade cultural, e a manutenção da integração ecológica. Para Camargo (2003, p. 43), desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas. Na perspetiva de Cavalcanti (2003) sustentabilidade significa a possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema. Entretanto, no presente trabalho usou-se a definição de desenvolvimento sustentável na perspectiva de Camargo (2003) e na Carta de Ottawa, (1986) descritos anteriormente que, na óptica do investigador, são definições mais exaustivas. Porém, outras definições de desenvolvimento sustentável apresentadas ilustram um encadeamento de ideias cujo denominador comum é a harmonia entre a questão financeiras e ambiental para atender as aspirações humanas no presente, sem comprometer as gerações futuras.

Com a pesquisa pretende-se contribuir para uma reflexão no seio da comunidade científica em torno de reassentamentos motivados pela extração mineira e clarificar os contornos de um dos processos de reassentamento mais comentados na atualidade em Moçambique pelo fato da maioria dos cidadãos não terem acesso pormenorizado do que realmente aconteceu.

Visão geral do contexto em que ocorreu o reassentamento

A mineração e o reassentamento devem ser vistas a luz da longa história de migração humana que remonta ao período em que Moçambique não existia como um país, mas um conjunto de territórios autónomos como o sultanato de Angoche, o reino Mataka e o império de Monomotapa que, de forma independente, já extraíam e comercializavam minérios valiosos como o ouro e pedras preciosas. Contudo, os reassentamentos com características próximas dos atuais e orientados pelo Estado, tiveram lugar num contexto em que Moçambique já era uma província ultramarina sobre a égide de Portugal.

De acordo com Lillywhite *et al*. (2015, p. 5) em meados dos anos 1900, Portugal, juntamente com outras nações colonizadoras, seguiu um processo de aldeamento de camponeses que envolveu o agrupamento de

assentamentos dispersos em aldeias. Esta prática representava uma estratégia de defesa, motivada politicamente para conter os guerrilheiros nacionalistas, que lutavam pela independência de Moçambique, a qual foi alcançada em 1975. Depois da independência, o recém-formado Estado continuou a estratégia de agrupamento da população rural em aldeamentos cujo objetivo era de facilitar a intervenção do Estado, visando o desenvolvimento social, baseado em pressupostos de índole socialista.

Outros reassentamentos com características semelhantes foram conduzidos no cumprimento da resolução N° 2 de 23 de Março, publicada no Boletim Oficial do Estado, que defendia a Operação Produção (1983), o qual fora definido pelo Comité Central do partido FRELIMO como o da 'produção' e o do 'reforço da economia' (Quembo, 2012, p. 67). Assim, muitos cidadãos considerados improdutivos, através das rusgas, foram capturados e enviados para campos de reeducação na província de Niassa, como é o caso do distrito de Unango e na província da Zambézia, onde se destaca o campo de reeducação de Caríco no distrito de Milange. Para além de reassentamentos apresentados anteriormente, há outras realidades motivadas por catástrofes como as cheias cíclicas em bacias hidrográficas onde passam os rios Zambeze, Limpopo e Licungo, o qual obriga o governo de Moçambique a reassentar populações para espaços considerados seguros.

Outros conteúdos que abordam a problemática de reassentamento já foram desenvolvidos por autores como Carson (1989), O Governo do Distrito Federal de Brasília (2008), Selemane (2010), Gustavo (2008) cuja essência é, fundamentalmente economicista e ambientalistas, para além das obras como as escritas pelo Ministério Brasileiro do Ambiente (2006), O Ministério de Integração Nacional do Brasil (2008), Pagliarini-Junior (2009), cujo fenômeno está direcionadas a aspectos infraestruturas. Saindo do enfoque economicista, ambientalista e infraestrutural, a presente pesquisa difere das abordagens supracitadas, pelo fato do objeto centrar-se na integração dos reassentados, cuja motivação foi para a concretização da extração do carvão mineral. A pesquisa focou-se no aspecto inerente ao enquadramento sóciocultural e desenvolvimento sustentável.

Com a gigantesca necessidade global de energia, tanto atual quanto futura, não há perspectiva, mesmo em longo prazo, de dispensar os combustíveis fósseis como base energética da sociedade industrial moderna. Um destes combustíveis fósseis é o carvão mineral que se, de repente, todas as fontes de energia desaparecessem, este sozinho poderia para assegurar 150 anos de consumo, isso pelos métodos até agora aplicados e as reservas mundiais existentes (José & Sampaio, 2011, p. 2). De acordo com dados da *Inter-*

national Energy Agency (2014), o carvão mineral é a segunda mais importante fonte de energia elétrica no mundo, respondendo por 30% da produção total e, projeta que o minério manterá posição semelhante nos próximos 30 anos.

Moçambique é um dos países com maiores reservas de carvão mineral a nível mundial. Portanto, existem diversas bacias carboníferas identificadas em diferentes áreas do país, nas províncias de Tete, Niassa, Cabo Delgado e Manica, algumas delas presentemente a serem avaliadas através de trabalhos de pesquisa no âmbito de mais de 100 títulos mineiros atribuídos a várias identidades (pessoas singulares e coletivas) [MEDIAFAX de 22 de Julho de 2010, p. 7]. Por conseguinte, em Junho de 2007, o Governo moçambicano assinou um contrato que atribui uma concessão mineira à Vale Moçambique, propriedade da gigante Vale, ex-Companhia Vale do Rio Doce, uma empresa do grupo Companhia Vale do Rio Doce fundada em 1942 no Brasil (Selemane, 2009, p. 21). Esta empresa faz a exploração de carvão mineral na Bacia Carbonífera de Moatize na província central de Tete e transferiu, de 9 de Novembro de 2009 a 28 de Abril de 2010, mais de 760 famílias (das 1.313 registadas) que habitavam nas zonas de produção de carvão mineral no município da Vila de Moatize (Ibid).

Em concordância com Mosca & Selemane (2011) e Fian (2010), as comunidades identificadas como pertencentes a espaços urbanos da vila foram reassentadas no bairro 25 de Setembro. A maioria da população que vivia em comunidades consideradas rurais, com enfoque para os residentes nas comunidades de Mithethe, Malabwe, Yagombe, parte da comunidade de Chipanga e Bairro de Bagamoio, foram reassentados numa área que dista 45 km da cidade de Tete (cidade capital provincial) e a cerca de 30 km da vila de Moatize (em Cateme), numa região em que a Vale Moçambique se encarregou de providenciar as condições básicas para a sobrevivência dessas comunidades, com a construção de novas habitações, fornecimento de um hectare de terra por família para o cultivo agrícola, construção de salas de aula e unidade sanitária, para além de outras infraestruturas.

Comparação das condições de vida antes e depois do reassentamento

O processo de reassentamento em Cateme trouxe consigo algumas mutações no quotidiano dos afetados o que, por sua vez, abriu espaço para um processo adaptativo e de integração que, como é óbvio, não foi voluntário. Portanto, esta realidade surge em consequência de imposição dos agentes

que orientaram o processo de reassentamento no local em alusão. Esta reflexão surge pelo fato da maioria dos informantes reassentados em Cateme afirmarem que o seu cotidiano não é o mesmo e, várias evidências ilustram este sentimento, tendo em conta as respostas que foram surgindo durante as conversas. O primeiro aspecto está relacionado com a qualidade dos terrenos atribuídos para a produção agrícola, a qual consideram não ser própria para esta atividade, por serem áridos em comparação com as machambas que tinham anteriormente, para além da dimensão das mesmas ser de apenas um hectare para cada família, independentemente do número do agregado.

Aspetos inerentes à distância que separa a Comunidade de Cateme e a Vila de Moatize também merecem realce neste estudo. Os reassentados afirmaram que a mesma é longa e cria constrangimentos. Porém, apesar da distância ser considerada longa para os reassentados, o investigador constatou que a estrada que separa os dois locais está em boas condições de transitabilidade e a mesma está alcatroada até a "porta da comunidade".

Todavia, no processo de concretização de qualquer acção da magnitude do reassentamento involuntário, há necessidade de ações administrativas que começam com a fase preparatória, em que se delineiam estratégias viáveis para o alcance eficiente das atividades e posterior cumprimento do que está previamente planificado. Dahl (2001, p. 28) advoga que nestas ações devem-se privilegiar regras democráticas, com enfoque para a participação efetiva dos atores envolvidos no processo. Portanto, antes de ser adotada uma política pela associação, todos os membros devem ter oportunidades iguais e efetivas para fazer os outros membros conhecerem suas opiniões sobre qual deveria ser esta política.

É neste âmbito que antes do início do reassentamento houve espaço de negociações entre a mineradora Vale Moçambique e o Governo. Posteriormente, seguiu-se o período reservado à identificação dos locais destinados à transferência dos cidadãos afetados e, existem evidências de ter havido contatos entre os atores já referenciados com as populações afetadas pelo processo que culminou com o reassentamento em Cateme.

Dentre vários assuntos que fizeram parte das negociações, devem-se destacar algumas promessas feitas aos reassentados por parte da empresa Vale Moçambique, cujo caráter carece de análise, sobretudo, pela resistência que os populares apresentaram em não querer sair dos locais onde hoje se extrai o carvão mineral e que outrora foram espaços onde viviam e possuíam as suas machambas. Esta tendência vem ilustrada no seguinte depoimento:

> Nós no princípio tínhamos recusado. Depois prometeram que teríamos todas as condições incluindo emprego e apoio. Prometeram também que iriam organizar projetos para os reassentados. Mas o que está a acontecer agora é que cada um batalha a sua maneira e se alguém conseguir, trabalha-se cinco ou seis meses e os contratos chegam ao fim... Prometeram também atribuir-nos boas casas, porém estas casas continuam a apresentar rachas apesar de terem vindo reparar. O problema destas casas é que não tem fundação consistente (Cidadão reassentado, 42 anos de idade).

Os cidadãos reassentados confirmam que também foram prometidos que nos primeiros cinco anos teriam direito a receber alimentação, mobília, boas casas, gado bovino, gado caprino e pombos para criação, contudo, a maioria do que foi dito não passou de simples promessas.

Para casos dos que já possuem gado bovino e caprino, estes afirmam que enfrentam problemas de pastagem devido à aridez do solo, o qual faz com que percorram longas distâncias para alimentar estes animais. Portanto, é uma realidade desafiadora e algo que não era uma rotina nos locais os quais foram obrigados a abandonar.

De acordo com o representante dos reassentados, há também uma realidade sensível que não foi cumprida e está relacionada com a exumação e transferência dos restos mortais dos entes queridos sepultados em cemitérios dos locais onde viviam antes, para mais próximo deles com vista a suavizar os espíritos. O mais agravante é que nestes locais atualmente ocorrem atividades intensas de extração de carvão mineral o qual, por sua vez, torna difícil e, em alguns casos impossíveis localizar as campas, já que foram vandalizadas.

Todavia, dentre as várias informações que demonstram o desapontamento pela forma como foram e estão sendo tratados nos oito anos da sua estadia no centro do reassentamento de Cateme constatam-se alguns casos de indivíduos que estão se adaptando melhor a esta nova realidade, o qual é demonstrada no conteúdo desta entrevista:

> Para mim a vida melhorou um pouco em relação ao local donde vim. Deram-me um projeto e estou envolvido na criação de frango e consigo ter alguns resultados satisfatórios. Estou a gostar de viver cá em Cateme porque foi um imperativo. Porém gostava mais de Mithethe do que cá por ser perto da Vila de Moatize e lá fazia negócio de carvão que também era rentável (Cidadão reassentado, 42 anos de idade).

Para além do depoimento apresentado, há casos de reassentados que não assumem se a vida melhorou, ou está no mesmo patamar ou se a

mesma piorou em relação aos locais de proveniência. Limitam-se a assumir que são contextos diferentes e, o que lhes resta é conformarem-se com a nova realidade. Entretanto, tendo em conta os seus discursos, é notório que na prática algo de inovador ocorreu, como são os casos da existência de energia eléctrica 24 horas e casas cobertas de chapas, diferentemente dos locais onde saíram, cujas casas eram de capim e sem energia.

Outro aspecto que agrada as comunidades afetadas pelo processo de reassentamento tem haver com as vizinhanças. Aliás, os bairros existentes no Centro de Reassentamento de Cateme obedecem estritamente aos tecidos sociais que existiam em Mithethe, Malabwe, Yagombe, Chipanga e Bagamoio. Portanto, para a maioria destes cidadãos, quem eram vizinhos nos locais de proveniência, também são vizinhos em Cateme. Porém, existem alguns casos específicos em que esta realidade não coincide, mas estes fatos ocorrem por questões meramente opcionais.

Integração dos reassentados considerando aspectos de ordem política, cultural e a sustentável

Após uma minuciosa análise dos aspectos conflitantes, considerando a realidade no terreno, para um entendimento eficiente do fenômeno em estudo torna-se peculiar interpretar a integração dos cidadãos afetados pelo reassentamento, centrando-se nas políticas adotadas para a concretização do processo, questões sócio-culturais e simbólicas, para além da sustentabilidade dos reassentados.

Concordando com Aristóteles *apud* Amorim (2011, p. 17), o homem é por natureza um animal político e a sua natureza é regida pelos preceitos da justiça e da lei e só assim é que pode realizar plenamente a sua essência e excelência. Para além de ser político, o Homem é simultaneamente um ser cultural, por estar imbuído de um conjunto de valores ético-morais que fazem sentido num contexto social específico e transmitidos de geração em geração e pelo contato com outros padrões sociais os quais, por sua vez, definem as atitudes comportamentais do cotidiano. Todavia, Kluckhohn (1949) *apud* Geertz (1989, p. 4) advoga que, para além da cultura ser um mecanismo para a regulamentação normativa do comportamento, ela surge também como um conjunto de orientações padronizadas para os problemas recorrentes. A ordem simbólica surge para clarificar os significados que os atores dão aos seus próprios sentimentos e ações à luz do que está socialmente padronizado. Portanto, a confluência dos aspectos políticos, culturais e simbólicos são os

pilares para a compreensão da essência da integração dos reassentados na comunidade de Cateme cuja causa foi a extração, escoamento e comercialização do carvão mineral.

No que concerne aos aspetos de ordem política há que referir que é uma realidade que qualquer sociedade humana num contexto espaço-temporal específico sente-se confrontada por problemas e suas resoluções. Esta dicotomia factual induz o pesquisador ao pensamento de Trostsky (1929), segundo o qual a essência da dialética está ligada a contradição, e esta levam-nos ao conflito que, de forma violenta ou não, conduz-nos a resolução dos problemas. Também, para entender os problemas torna-se peculiar assumir que os seres humanos têm interesses convergentes e conflitantes que afetam o cotidiano das suas vidas e, consequentemente, a tomada de decisão tende a assumir a forma de busca de cooperação com alguma solução ajustada em geral e, implicitamente sobre os aspectos conflitantes (Sem, 2010, p. 250).

Ao abordar-se a comparação das condições de vida foi notória a resistência que os cidadãos afetados demonstraram, sobretudo em não querer deixar os locais onde viviam e praticavam as suas atividades cotidianas. Todavia, devido a vários encontros persuasivos que vinham acompanhados por promessas e tendo em conta as possíveis vantagens comparativas, estes optaram por ceder. Neste diapasão, os ditames políticos, sobretudo para a sua vertente persuasiva teve um papel determinante para esta cedência. Aliás, de acordo com Couto (1996, p. 1) a política é a mediadora das relações sociais e é o meio pelo qual ocorre a organização e a manutenção da ordem social. Portanto, é através da política que se garante a pacífica correlação entre as pessoas físicas e jurídicas, devidamente orientadas pelas leis e por outros códigos normativos. Além disso, possibilita que o ser humano – naturalmente um ser político e social – possa contribuir para a melhoria das condições de vida de todo o grupo no qual está inserido.

Todavia, a falta de rigor político, sobretudo na dicotomia eficiência das diretrizes político-jurídicas, tornou-se um espaço fértil para a existência de conflitos. No caso específico do processo de reassentamento na Comunidade de Cateme, a teoria estava imbuída de várias expectativas e, na prática, nem todas expectativas criadas à luz das promessas arroladas foram cumpridas, criando um sentimento de descontentamento. Perante estas realidades, há que reconhecer que qualquer comportamento individual e/ou comunitário que culmina em greve é porque o indivíduo ou a comunidade sente-se excluída ou manipulada pela parte oposta tendo em conta a apreensão e reciprocidade de interesses.

No processo de reassentamento em Cateme, o desencontro entre as promessas que vinham acompanhadas por políticas persuasivas e a prática no terreno foi determinante para a criação de um pensamento coletivo de desconfiança. Igualmente, num contexto de falta de confiança profunda dos cidadãos afetados pelo reassentamento face aos agentes que organizaram o processo, com enfoque no que concerne ao não cumprimento das promessas, a saturação emocional foi o que precipitou a ocorrência de manifestações pacíficas e que, em alguns casos, culminaram com violência, como foi o caso do bloqueio da linha férrea usada para o escoamento do carvão, para além de terem forçado a paralisação temporária das atividades da Vale Moçambique. Em resposta, a Vale Moçambique solicitou a segurança às instâncias governamentais que em resposta enviaram a Força de Intervenção Rápida a qual, com violência, dispersou os manifestantes.

O outro foco de análise da problemática do reassentamento em Cateme relaciona-se com a integração tendo em conta as especificidades culturais. Aliás, todos os seres vivos animados possuem características específicas que surgem como condição *sine qua non* para definir as suas ações comportamentais. No caso específico do ser humano, para além de agir por instinto, a sua conduta é fundamentalmente determinada por uma racionalidade imbuída por valores ético-morais culturalmente padronizadas. Com efeito, há aspectos culturais que foram tidos em conta, como é o caso da cerimónias de despedida dos antepassados nos locais onde foram obrigados a retirarem-se e a cerimónia de purificação para a boa estadia em Cateme.

Todavia, apesar do cumprimento dos rituais referidos anteriormente, há assuntos importantes que os cidadãos diretamente afetados pelo reassentamento foram prometidos, mas não foram tidos em conta, como é o caso da exumação e transferência dos restos mortais dos seus antepassados e familiares contemporâneos falecidos para o cemitério de Cateme. Atualmente, estes restos mortais encontram-se nos locais onde foram obrigados a retirarem-se e, hoje é onde se constata atividades intensas de extração de carvão mineral.

Os cidadãos afetados diretamente pelo reassentamento, assumem que tanto o cemitério, assim como o espíritos dos antepassados, são e devem ser tratados como sagrados. E, concordando com Geertz (1989, p. 92), em todo lugar o sagrado contém em si mesmo um sentido de obrigação intrínseca, ele não apenas encoraja a devoção como a exige, e não apenas induz a aceitação intelectual como reforça o compromisso emocional. Sem (2010, p. 48) acrescenta que uma intervenção econômica sem respeito às especificidades culturais pode ser danoso a um país, porquanto pode conduzir a eliminação de suas tradições e herança cultural e, Silva (1963, p. 540) acrescenta

que este procedimento pesa em sentido desfavorável ao desenvolvimento. Concomitantemente, perante os dados até aqui arrolados e tendo em conta os pressupostos da teoria de Gestão Social na perspectiva de Cansado *et al.* (2011), detalhadamente apresentada no espaço introdutório, constatam-se incoerências, sobretudo em aspetos atinentes à transparência na dialogicidade e à falta de inclusão eficiente no processo de tomada das decisões.

É um fato que o reassentamento dos cidadãos em Cateme foi motivado por questões econômicas por parte da Vale Moçambique, assim como pelo governo moçambicano, daí a necessidade de ilustrarem-se alguns dados inerentes a estes aspetos. No contexto macroeconômico, Moçambique é um dos poucos países africanos com tendências de prosperidade e dos que mais contribui para o desenvolvimento no mundo (Instituto Humanitas Unisinos, 2011, p. 4). Depois de uma década com um PIB médio de 7.5%, em 2016, o mesmo abrandou para 4.3% devido a maior restrição orçamental, a quebra do investimento direto estrangeiro e, ainda, devido à crise da Dívida Oculta[2]. Todavia, constatou-se um aumento na ordem dos 5.5% em 2017, impulsionado pelas exportações do setor extrativo (SANTOS *et al.*, 2017, p. 2). Entretanto, Castelo-Branco *apud* Courrier Internacional (2015, p. 4) afirma que apenas 5% dos lucros gerados pelos investimentos diretos estrangeiros são reinvestidos em Moçambique, enquanto 95% de lucros gerados pelos mega projetos, incluindo o de carvão de Moatize, saem do país. Contudo, os indicadores macroeconômicos do PIB que vêm ilustrados em dados numéricos fazem parte do crescimento econômico o qual, nem sempre é sinônimo de desenvolvimento econômico, apesar de ser um dos pressupostos que pode levar a sustentabilidade. Tendo em conta os dados percentuais ilustrados, a extração do carvão mineral na Bacia carbonífera de Moatize beneficia grandemente os mega projetos, no caso particular a Vale Moçambique. Aliás, são os enormes benefícios que fazem com que esta empresa potencialize os seus meios de produção e as vias para o escoamento do minério em alusão.

Todavia, constata-se um desrespeito aos cidadãos obrigados a abandonar os locais onde anteriormente residiam e em que atualmente ocorrem intensas atividades de extração de carvão mineral. Por exemplo, os reassentados são unânimes em afirmar que nos locais onde anteriormente residiam os terrenos eram maiores e aráveis para a agricultura, contudo, em Cateme

2 Dívida de 2 bilhões de dólares contraída pelo governo de Moçambique sem o aval do parlamento com o pretexto de garantir a vigilância costeira do país e construção e reparação de navios, com a criação de três empresas público-privado, quais sejam: Proindicus, que teria como função garantir a vigilância costeira do país; a EMATUM seria uma empresa de pesca de atum; a *MAM (Mozambique Asset Management)*. [Business & Human Rights Resource Center, 2019]

foram cedidos terrenos de apenas um hectare por cada família e, como não bastasse, a maioria deles não aráveis e pedregosos. Também, os cidadãos reassentados em Cateme tinham casas construídas segundo suas vontades nos locais onde foram obrigados a abandonar, cuja persuasão foi de que seriam construídas residências melhoradas e com alicerces de betão. Contudo, a realidade no terreno prova que as casas foram feitas sem alicerces consistentes e, como consequência, as mesmas apresentam várias rachaduras, o que constitui um perigo para a vida destes cidadãos. Portanto, está-se perante uma violação clara dos direitos humanos o que, por sua vez, compromete a estabilidade emocional e a sua sustentabilidade. Ao falar-se de sustentabilidade está-se a referir de mais-valia no que concerne aos processos produtivos, tanto a nível nacional e, principalmente, no contexto onde ocorre diretamente a produção. Entretanto, há evidências claras no contributo que a atividade mineira tem no PIB. Mas, não há clareza na mais-valia do processo produtivo para as comunidades que foram reassentadas em consequência do início da produção de carvão pelos megaprojetos.

A descoberta de Recursos Naturais com enfoque no carvão mineral tem sido interpretada como uma promessa de desenvolvimento. Contudo, as expectativas criadas pela descoberta e posterior exploração do carvão mineral, pela forma como as intervenções são feitas, em vez de estabilizarem as vidas dos que são diretamente afetados, transformaram-se em um pesadelo e, a maioria da população do contexto onde se explora o minério continua a viver abaixo da linha da pobreza. Estes dados são também confirmados pela FAO *apud* Human Rights Watch (2013). Para além do empobrecimento da população diretamente afetada pelo reassentamento, Mosca & Selemane (2013, p. 26) acrescentam que as populações vizinhas dos grandes projetos sofrem com efeitos ambientais, sobretudo com as poeiras negras, fruto da intensa atividade de extração do carvão mineral, agudizando as perdas de bem-estar.

O desenvolvimento é o fim último que os cidadãos almejam e há que destacar a sustentabilidade da intervenção. Ao falar-se de sustentabilidade refere-se a mais-valia no que concerne aos processos produtivos, tanto a nível nacional e, principalmente, no contexto onde ocorre diretamente a produção. Para o primeiro caso, há evidências claras no contributo que a atividade mineira tem no PIB e no desenvolvimento mundial. Contudo, não há clareza na mais-valia do processo produtivo para as comunidades que foram reassentadas em consequência do início da produção de carvão pelos mega projetos e, neste caso específico, a mais-valia oriunda da Vale Moçambique.

O presente estudo evidencia um desenvolvimento insustentável por beneficiarem prioritariamente aos acionistas das empresas transnacionais, as quais se apropriam da terra, dos recursos naturais, da natureza e destroem a

vida de pessoas, animais e ecossistemas em nome do "desenvolvimento" e do lucro, forçando injustamente o reassentamento de muitas comunidades sem garantir a canalização dos devidos benefícios compensatórios e indenizações. Portanto, está-se perante o capitalismo selvagem em que, independentemente dos meios, o que interessa é a operacionalização do que está planificado, onde se privilegiam os objetivos finais, sem olhar para os meios que levam ao alcance dos respectivos objetivos.

Conclusão

Depois da identificação do problema que guiou a presente análise e perante um trabalho cujo prólogo foi a visita as literaturas relacionadas com o tema, passando por uma pesquisa de campo onde se privilegiou um contato direto com os cidadãos afetados pelo reassentamento e uma posterior análise minuciosa dos dados recolhidos, constatou-se que vários fatores, fundamentalmente exógenos, foram a causa dos conflitos.

Quanto a integração sócio-cultural, constatou-se que alguns aspectos foram respeitados, o que agrada os cidadãos reassentados em Cateme. Contudo, há outras realidades sócio-culturais sensíveis que não foram respeitados, como é o caso da exumação dos restos mortais dos seus entes queridos nos locais de proveniência para próximo da comunidade onde atualmente vivem, para além dos antigos cemitérios serem hoje locais onde se constata intensa atividade de extração mineral.

Constatou-se também o desencontro entre as promessas feitas tanto pela Vale Moçambique como pelo governo aos cidadãos que foram reassentados, cujos discursos tendiam para a melhoria das condições de vida após o reassentamento e o consequente aparente e efetivo incumprimento das promessas. O aparente incumprimento é pelo fato de algumas informações obtidas pelos reassentados não ser confirmado pela empresa Vale Moçambique, como é o caso da quantidade e período da doação de cabazes de alimentos. Também, questões inerentes à adaptação no local de chegada teve um peso na tomada de algumas decisões conflituais.

Em suma, no presente momento, a extração mineira em vez de conduzir a uma integração sustentável e sócio-cultural dos cidadãos reassentados e que sofreram diretamente no processo, foi, na realidade, desfavorável para estas comunidades. Portanto, a descoberta de recursos minerais, com enfoque no carvão mineral, apesar de considerar-se como uma promessa para o desenvolvimento, os lucros da venda deste mineiro ainda não refletiram na

melhoria das condições de vida dos cidadãos diretamente afetados e, o mais grave, constatou-se o não respeito a algumas especificidades socioculturais o que, por sua vez, concorre para uma realidade clara de um integração e desenvolvimento insustentável.

Recomendações

Dentre vários aspetos que carecem de melhorias, destaca-se a necessidade do envolvimento ativo dos sujeitos que posteriormente poderão ser reassentados. Esta prática carece de um diálogo franco e apresentação de aspetos concretos cujas conclusões devem ser de consenso. Portanto, os contratos celebrados entre as empresas multinacionais com o governo de Moçambique devem, em última instância, corresponder aos anseios e necessidades do governo e, principalmente, do contexto espacial e sócio-cultural da população diretamente afetada.

Para que se evite o incumprimento das cláusulas contratuais, cabe ao governo uma supervisão e inspeção rigorosa do que foi acordado, não apenas nas questões ligadas ao pagamento de impostos, mas também na concretização das suas obrigações para com os cidadãos reassentados. A intervenção coerente do governo é incontornável e pode desempenhar o papel fulcral na instalação de um ambiente de confiança no seio da comunidade e esta, tornar-se gradualmente, a principal protagonista do seu próprio desenvolvimento. Para tal, deve-se pautar por uma metodologia que se fundamente numa combinação dinâmica e criativa de ação e reflexão, de prática e teoria.

É sabido que a extração do carvão mineral foi a causa que impulsionou o reassentamento das populações para Cateme e este minério é um recurso esgotável em médio prazo. Perante este cenário, é dever dos atores diretamente envolvidos nos processos de reassentamentos e extração mineira a pesquisa e apresentação de ações alternativas sustentáveis no presente, com reflexos a médio e longo prazo.

Referências

Amorim, A., Sobre a lei em Aristóteles, São Carlos, UFSCar, 2011.

Beyhaut, G. Dimensão cultural da integração na América Latina, Estudos Avançados, IEAUSP, 1994.

Bosi, A., Dialética da colonização, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

Bourdieu, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo, Perspectiva, 1974

Business & Human Rights Resource Centre, Moçambique: 'Dívidas Ocultas' envolvem criação de empresas público-privadas que fariam vigilância costeira e empréstimos com bancos estrangeiros, mas empresas não operaram. 2019.

Cansado, *et al*. "Gestão Social: Reflexões teóricas e conceituais" Fundação Getúlio Vargas, Escola Superior de Administração Pública e de empresas, Botafogo, Brasil, 2011.

Camargo, A. Sustentabilidade – entraves globais e reflexões. In: Desenvolvimento sustentável – dimensões e desafios. Campinas: Papirus, 2003.

Carta de Ottawa. Primeira Conferência Internacional sobre a Promoção da Saúde, Ottawa,1986. Available on <www.opas.org.br>.

Carson, R., Contingent valuation: A user's guide. Environmental, Science and Technology, Columbia, Columbia University, 1989.

Cavalcanti, C. (org.). Desenvolvimento e Natureza: estudos Estudos para uma sociedade sustentável, São Paulo, Cortez , 2003.

Chiavenato, I., Introdução à teoria geral da administração: Uma visão abrangente das organizações, 7 edição, Elsevier, Rio de Janeiro: 2003.

Courrier Internacional, Moatize, a maldição do carvão, moz african view, edição 214. in: diário angolano. Available on: http://diarioangolano.com/index.php/internacional/8571-moatize-a-maldicao-do-carvao.

Couto, G., Qual a importância da política? 3ffl , Concurso de Redação Cód. EJESC 306 3 ESCOLA PARTICULAR FAIXA ETÁRIA, Série Colégio da Lagoa Florianópolis/SC 25/01/1996. Available on: http://www.tre-sc.jus.br/site/resenha-eleitoral/n-2-juldez-2012/campanha-votar-e-massa/redaca.

Dahal, R., Sobre a democracia, Editora Universidade de Brasília, Brasília,2001.

Decreto n. 31/2012, de 8 de agosto que regulamento de reassentamento resultante de actividades econômicas.

Fian. Desenvolvimento, para quem? Impacto dos projetos de desenvolvimento sobre os direitos sociais da população rural moçambicana. Heidelberg: FIAN International, 2010.

Fischer, D. & Melo, P., "Programa de desenvolvimento e gestão social: uma construção coletiva" In: Fischer, T. *et al*., Gestão do desenvolvimento

territorial e residência social: casos para ensino, Salvador, EDUFBA, CIAGS/UFBA, 2006.

Freire, P. Pedagogia do oprimido. 17. ed., Paz e Terra, São Paulo, 1987.

_____. Ação cultural para a liberdade e outros escritos, 9. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2001.

_____. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 29. ed. São Paulo, Paz e Terra, 1996

Governo do Distrito Federal de Brasília, Brasília sustentável: Projeto integrado vila estrutural-Pive, Brasília, Editora Vozes, 2008.

Geertz, C., A interpretação das culturas, LTC — Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. Rio de Janeiro, 1989

Gustavo, L., O reassentamento como promotor de Capital Social em políticas públicas Urbanas, Tese apresentada à faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, para a obtenção de grau de Doutor, 2008.

Human Rights Watch, "O que é uma Casa sem Comida?" O Boom da Mineração em Moçambique e o Reassentamento, New York,ISBN: 978-1-6231-30152, 2013.

International Energy Agency. World Energy Outlook. International Energy Agency. Paris, 2014.

José, D. S. & Sampaio, C. H., 2011. Estado da arte da mineração em Moçambique: Caso carvão de Moatize, Tete. Universidade Federal do Rio Grande do Sul-RS, Brasil.

Laraia, R., Cultura: um conceito antropológico, 14ffi edição, Rio de Janeiro, Zahar, 2001.

Leite, Denise e MOROSINI, Marilia Costa (Org.). Universidade e Integração no Mercosul. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

Lillywithe S., at al, Mineração,reassentamento e meios de vida perdidos Ouvindo as vozes das comunidades reassentadas em Mualadzi, Moçambique, Oxfam, Maputo, 2015

Mediafax. Recursos minerais em Moçambique. "Temos ainda por explorar". Quinta feira, 22 de Julho de 2010, Maputo, Moçambique.

Ministério de Integração Nacional do Brasil. Programa de reassentamento das populações, Projecto São Francisco, Água a quem tem sede, São Francisco, 2008.

Ministério do Meio Ambiente (MMA). Controle Social e Licenciamento Ambiental,FBOMS/MMA.,BRASIL, 2006.

Mosca, J & Selemane, T, El doutado tete, ciedema, CIP, Maputo 2011.

Mosca, J. & Selemane, T. Grandes Projectos e Segurança Alimentar em Moçambique Maputo, 2013. Available on: https://cesa.rc.iseg.ulisboa.pt/files/Comunicacoes/JMosca2.pdf

Quembo, C., "O poder do poder: Operação Produção (1983) e a produção dos 'improdutivos' urbanos no Moçambique pós-colonial" In: Cadernos de História de Moçambique, 1, Departamento de História-UEM, Mapúto, 2012, pp. 65-81

Instituto Humanitas UNISINOS, Moçambique: "o menino bonito" da vale. entrevista especial com jeremias vunjanhe 2011. Available on: http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/500479-mocambique-o-menino-bonito-da-vale-entrevista-especial-com-jeremias-vunjanhe

Pagliarini-Junior, Reconstruindo territórios e identidades: O processo de inserção dos moradores do Reassentamento São Francisco de Assis nas cidades de Corbélia e Cascavel – Paraná, São francisco, Gravita Publicações, 2009.

Pires, R., "Uma teoria dos processos de integração" in: Sociologia - Problemas práticos, no 30, São Paulo, ISCTE, 1999.

Santos, *et al.*, Moçambique, 2017. Available on: https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/9789264278707-47-pt.pdf?expires=1570038716&id=id&accname=guest&checksum=3DAB34899967F62B5B56E670C10E84D7

Scharf, Regina. Manual de Negócios Sustentáveis. São Paulo, Amigos da Terra, 2004.

Selemane, T. Alguns desafios na indústria extractiva em Moçambique, CIP, Maputo, 2009.

Sem, A., Desenvolvimento como Liberdade, Companhia de Letras, São Paulo, 2010.

Silva, M., Fases de um processo de Desenvolvimento Comunitário, 1963. Available on: http://analisesocial.ics.ul.pt/%3Fpage_id%3D7.

Stallivieri, L. - A RELAÇÃO CULTURAL COMO FATOR DE INTEGRAÇÃO, Available on: https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/relacao_cultural.pdf.

Tenório, F., Tem razão a administração?, Ijuí,: Editora da UnIjuí, 2008a.

_____. Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado, 3a Edição Ijuí: Editora da Unijuí, 2008b.

Trotsky, L., The Permanent Revolution, Publisher Proposal Editorial, New York, 1929.

Vale Moçambique, *Position Paper*- sobre os reassentamentos em Moçambique (2013).

RESUMO

Este artigo discute o processo de integração dos reassentados em Cateme, distrito de Moatize, província de Tete-Moçambique, como fruto do início de extração do carvão mineral, cujo foco centra-se na dicotomia integração sócio-cultural e desenvolvimento sustentável. Para o efeito, aplicou-se o método qualitativo na sua vertente etnográfica. Após um trabalho de campo onde se privilegiou a observação participante, constatou-se que a extração mineira em vez de conduzir a uma integração sócio-cultural e sustentável aos cidadãos reassentados em Cateme, caracteriza-se por uma realidade desfavorável para estas comunidades. Portanto, há evidências do não respeito a algumas especificidades socioculturais o que, por sua vez, concorre de forma clara, para uma integração deficitária e desenvolvimento insustentável. Outro fator que contribui para estas realidades é o desencontro factual entre as promessas feitas tanto pela Vale Moçambique assim como pelo governo aos cidadãos reassentados, em que se constatou um aparente e efetivo incumprimento das promessas, criando um ambiente de descontentamento e consequente abertura de um espaço para a existência de conflitos entre os cidadãos reassentados e os agentes que causaram o reassentamento.

PALAVRAS-CHAVE

Reassentamento; Integração; Cultura; Desenvolvimento sustentável.

Recebido em 6 de agosto de 2019
Aceito em 7 de setembro de 2019

USOS, REUSOS E ABUSOS: ATRAVESSANDO "FRONTEIRAS" E "LUSO-AFRICANIDADES" NAS HISTORIOGRAFIAS DE ANGOLA, CABO VERDE E GUINÉ-BISSAU PARA OS SÉCULOS XV, XVI E XVII

Alec Ichiro Ito[1]

Introdução[2]

As navegações e os descobrimentos portugueses suscitam questões entre os acadêmicos. Muitos deles tentam explicar quais foram os motivos que fizeram com que os portugueses explorassem o Atlântico: a pobreza como motivadora da busca por riquezas e lucros comerciais (Birmingham 2000, 2-3; 1999, 1, 33); a posição geográfica privilegiada de Portugal diante do Atlântico (Santos, C. 1997, 15); a guerra peninsular como válvula propulsora da expansão ultramarina (Santos, J. 1998, 147-148); o jogo entre os impérios e a subjugação de outros povos (Godinho 1998, 55; Alencastro 1998, 193); o desenvolvimento do comércio mercantilista (Novais 1995), entre outros. Por mais que a discussão levante pontos divergentes, há um chão-comum quanto

1 Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), São Paulo, Brasil. E-mail: alec.ito@usp.br

2 Este artigo é um dos desdobramentos do projeto de pesquisa financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), número de processo 2013/18238-3, executado sob a orientação da Prof.ª Dr.ª Marina de Mello e Souza. Agradecemos a Gustavo Velloso, atualmente doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), pela sugestão em abordar a noção de "fronteira", como também ao professor Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron pelas críticas e sugestões feitas ao longo dos Seminários Teóricos e Práticos de Metodologia da Pesquisa Histórica I e II, em 2014.

a um dos desdobramentos: as navegações fizeram com que os europeus encontrassem um "novo outro", tendo como consequência o surgimento de questões como a definição do "nosso mundo", o "mundo deles" (Borhein 1998, 17-18, 32-33) e o estabelecimento de relações entre "mundos diferentes" (Godinho 1998, 71-72; Birmingham 1999, 12-13).

Seguido do encontro inicial, o contato entre sociedades distintas traria novos desafios. Nas palavras de Vitorino Magalhães Godinho, estudar o contato seria inventar "a unidade do gênero humano na pluralidade" (Godinho 1998, 77, 80, 82). Em uma perspectiva análoga, desde a década de 60 os africanistas ressaltam a importância dos contextos locais no processo de criação de "pontes de conexão entre mundos". Desse interesse se desprendem dois pontos: o primeiro está vinculado à noção de "fronteira"; o segundo são algumas das noções de "lusos-africanidades".

Na contramão de um estudo historiográfico, este artigo é uma reflexão ensaística sobre algumas noções e entendimentos que percorrem os estudos africanos sobre a expansão portuguesa na África Ocidental e Centro-Ocidental. Por isso, não nos deteremos nas condições de produção, filiações ideológicas ou nas tendências que competiram para a elaboração de narrativas históricas, senão no "compartilhamento itinerante" de ideias, na circularidade de usos e reusos conceituais e nas "soluções gerais" fornecidas para alguns problemas canônicos. Nesse sentido, somos influenciados por uma proposta de reflexão apresentada por Leila M. G. Leite Hernandez (2014). Nossos objetos de análise são as obras mais influentes que abordam as histórias de Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau para os séculos XV, XVI e XVII.

Quais são os compartilhamentos e circularidades que enredam as noções de fronteira e luso-africanidade? Como essas ideias estão associadas aos estudos sobre os encontros e contatos? A noção de fronteira é necessária para o paradigma epistêmico contemporâneo? Há riscos em negligenciá-la? Esses são alguns dos problemas que percorrerão o texto.

Da fronteira africanista à conexão global

Nosso ponto de partida são as propostas interdisciplinares de Philip D. Curtin e Jan Vansina, fundadores do programa de estudos africanos de Madison-Wisconsin.[3] Desde a fundação desse núcleo de pesquisa, em 1961, esses acadêmicos propuseram a escrita de uma história da África capaz de

3 Informação retirada do endereço eletrônico institucional do *African Studies Program*: http://africa.wisc.edu/.

inserir as particularidades africanas, como as de alguns eventos históricos e demais especificidades, dentro da universalidade do gênero humano, através dos chamados "padrões gerais de mudança" (Curtin *et al*. 1995, xiii). A questão fundamental que perpetrou Madison-Wisconsin foi: "como as sociedades humanas mudam ao longo do tempo?" (Curtin *et al*. 1995, xiv).

Mesmo que utilizassem critérios de análise exclusivamente europeus, sendo por vezes acusados de etnocentrismo, Curtin e Vansina foram importantes defensores da história da África como disciplina independente. A separação entre a Europa e a África será ressaltada, nesse sentido, como uma cisão entre "mundos". Por mundo, entende-se uma macrorregião cujo arcabouço tradicional, ou histórico, confunde-se com a existência de grupos linguístico-culturais alargados. Um mundo segue um padrão linguístico e socio-histórico, como por exemplo a associação entre o macro grupo bantu com uma estrutura matrilinear comum, recorrente do Atlântico ao Índico. Acoplado ao entendimento de mundo segue o de "fronteira" que, por seu turno, estabelece os limites entre estruturas culturais, linguísticas, históricas e tradicionais. Para que fique mais claro como esses termos estão associados, esboçamos uma breve reconstituição de como a antropologia histórica de Madison-Wisconsin os trabalhou.

Sobretudo interessados em entender como os Estados surgiram e funcionavam na África e, em menor escala, como os contatos com os europeus influenciaram nos rumos do continente, os etno-historiadores[4] defenderam o "método da história regressiva".[5] Esse modo de escrita da história pressupõe que o processo histórico, ou "linha evolutiva", seria uma explicação cronologicamente narrada do desenvolvimento de comunidades locais em sociedades políticas (Vansina 1990, 31). Tal explicação estaria encapsulada na "tradição original" que funda as sociedades, estimulando a criação de dispositivos de legitimação da ordem sociopolítica que encorpam as instituições políticas e sociais. Na África, isso seria visível nas diferentes formas de se contar uma tradição oral, modificáveis de acordo com os estímulos do meio. Por exemplo, uma tradição oral pode ser alterada para atender a reivindicação de membros que almejam conquistar uma posição de liderança na comunidade. Somada à proeminência ancestral – intimamente ligada com chefia política –, a tradição original é também um aspecto cultural hereditário e perpétuo, estruturante das visões de mundo e das ideologias que fornecem coesão ao

4 A palavra "etno-historiador" será aplicada aqui no sentido restrito aos pesquisadores identificados à antropologia histórica.

5 O que foi aqui denominado *história regressiva* é chamado por Jan Vansina de *upstreaming* (Vansina 2004, 12-13; 1990, 32-33). É importante salientar que a mesma noção de *história regressiva* já estava presente em Marc Bloch (2001, 66).

corpo social. Assim, ela é um traço "estrutural", "natural" ou "biológico" das sociedades, africanas ou não (Vansina, 2004, 2; 1990, 5-6, 8-9, 31 e 33).[6]

Há um terceiro elemento necessário ao processo histórico, encarregado da mudança ao longo do tempo. São os processos de convergência e divergência, uma espécie de "motor" que faria mover o desenvolvimento humano, através da adoção de novas técnicas ou tecnologias, gerando com isso inovações sociopolíticas (Curtin 1995, 6-8; Vansina 2004, 14). Por sua vez, sucessivas inovações fariam com que aglomerados populacionais "saltassem" de um estágio de desenvolvimento "simples" a outro mais "complexo", de tal forma que a evolução sociopolítica fosse uma escada, perfeita por vários degraus ou estágios, superáveis em prol do alçamento a um "nível superior" de desenvolvimento, na forma de uma sociedade política ou governança (Vansina 2004, 2).[7] Dito de outra maneira, a evolução das comunidades africanas passaria pela união de diversos agrupamentos sob a égide de uma governança, em torno da qual as sociedades políticas organizam instituições responsáveis pela manutenção da ordem interna e pela defesa contra as ameaças externas (Vansina 2004, 2-3 e 261).

Para os fundadores dos estudos africanos de Madison-Wisconsin, a noção de "fronteira" pode ser interpretada como uma linha divisória entre mundos e histórias distintas, conjugada de acordo com comunidades socioculturais, linguísticas e tradições de pensamento capazes de relacionar memórias e processos de mudança que variam diacrônica e sincronicamente. A ideia de *fronteira africanista* é percebida à luz das noções de mundo e de história.

Tais concepções de temporalidades e espacialidades foram repensadas por alguns historiadores transnacionalistas das décadas de 70 às de 90.[8] Joseph C. Miller (1995), John K. Thornton (1998) e Linda M. Heywood (2002) não estabelecem um corte profundo entre aquilo que seria propriamente africano, daquilo que seria propriamente europeu. Valendo-se de categorias

6 Por exemplo, Curtin utiliza a "lei do menor movimento" (*the rule of least moves*), um paradigma das ciências naturais que defende que a tendência de uma ação vingar é diretamente proporcional ao menor gasto de energia, para explicar como a migração de grupos populacionais resultou no povoamento de regiões cada vez mais distantes (Curtin 1995, 6-7).

7 Os etno-historiadores americanos utilizam termos políticos bastante diversos, para descrever realidades políticas igualmente diversas, através das palavras *governance*, *government* e *polity*. Aqui elas são traduzidas como "governança", "governo" e "regime político", respectivamente.

8 O termo, do inglês *transnacionalist history*, foi usado por Tobias Green para caracterizar essa corrente (2012, 1). A perspectiva transnacional nos estudos africanos foi fortemente influenciada pelos trabalhos de Fernand Braudel, Frédéric Mauro e Pierre e Huguette Chaunu (Green 2012, 1 e 6; Thornton 1998, 13-14 e 17).

universais de análise, para essa seara o que diferenciam as sociedades não são necessariamente as instituições sociais que as moldam – família, parentesco, filiação transversal e outros "contextos específicos" –, mas as experiências históricas. A historicidade das sociedades africanas opera tal qual as das demais sociedades humanas, embora suscite manifestações e variações particulares.

Além disso, alguns denominadores econômicos, religiosos ou políticos poderiam ser acionados para explicar a conexão entre mundos distintos. Aqui uma consideração importante sobre os contatos é ressaltada. Os grupos identificados como "africanos" não foram meros espoliados ou coadjuvantes da expansão europeia no Atlântico, mas atores da relação do continente com o comércio Atlântico; em contrapartida, a influência estrangeira poderia gerar inovações decisivas ao serem absorvidas. Nesse sentido, Miller escreveu em *Kings and Kinsmen: Early Mbundu States in Angola* que o estabelecimento da aliança política entre portugueses e africanos teria facilitado o desenvolvimento pleno do estado imbangala[9] do kulaxingo[10] (Miller 1995, 174-175, 177, 182, 189 e 195-196). Thornton, em *Africa and Africans in the Making of the Atlantic World* (1998), propôs a existência do chamado "mundo atlântico", como resultado do intercâmbio cultural e comercial entre Europa, África e América, sendo tal perspectiva reforçada em *A Cultural History of the Atlantic World* (2012).

Sublinhando o jogo de forças existente no Atlântico, Tobias Green lembra que a perspectiva transnacionalista integrava as economias e culturas no sistema global (Green 2012, 1). Por "global", entende-se europeu, mercantilista, expansionista e ultramarino. Por sua vez, John K. Thornton pondera que o tráfico de escravos operou através do sistema legal e das relações sociais que faziam parte das sociedades africanas (Thornton 1998, 97), propiciando o alargamento dos contatos atlânticos e a interconexão entre histórias – local, regional e global – no processo de longa duração (Thornton 2012, 5; Green 2012, 1 e 24-26).[11] Mais do que comparar mundos diferentes, é necessário conectá-los, em vista de categorias que estruturam o universo humano.

Por estarem intimamente associadas à problemática dos descobrimentos e à dos contatos entre sociedades distintas, a determinação de fronteiras e a possibilidade de conectá-las viabilizam análises baseadas nos

9 Joseph C. Miller propõe que os grupos guerreiros chamados de "jagas" na documentação portuguesa seriam os "imbangalas" (Miller 1995, 149).

10 Segundo Miller, "kulaxingo" era um título de poder lunda utilizado pelos imbangalas (Miller 1995, 189).

11 Aqui mantemos o termo "transnacionalismo", do inglês *transnationalism*, como empregado por Tobias Green.

"jogos de escalas", associando o global – as redes de comércio e filiação de longa-distância – com o regional – a decisão política dos soberanos e seus reflexos locais – e os fatos locais. A lente analítica também pode ser ajustada às variadas temporalidades, como a da longa duração – as estruturas – da média duração – os ciclos econômicos – e da curta duração – o fato. Em uma escala reduzida, seria possível vasculhar os diferentes agentes que coabitaram espaços compartilhados – disposição de pessoas em grupos, subgrupos, comunidades e aldeias –, além de esquadrinhar as fontes escritas, pormenorizando as relações mantidas entre os termos, os nomes e os vocábulos na composição textual.[12]

A luso-africanidade como ponte de conexão

Nos estudos africanos, a proposição de histórias específicas – a história dos mbundu, dos imbangala, do Kongo – normalmente está inserida à precondição das histórias gerais, como a história da África ou a história da expansão portuguesa. Seja através do enfoque geral ou específico, essas histórias não são fechadas em si mesmas. Assim sendo, desde a década de 60 os historiadores africanistas propuseram meios de comunicação e intersecção entre as várias histórias. A ideia de conexão global propiciou meios efetivos para o estudo da mediação e das formas de negociação, urgindo a necessidade de ultrapassar as ideias de "isolação" e "exoticidade" africanas. Um dos desdobramentos dessa abordagem foi o desbravamento da noção de luso-africanidade, ou de pessoas identificadas como "luso-africanas",[13] entendidas como agentes mestiços em termos sanguíneos, culturais e políticos.

A conformação das identidades luso-africanas está respaldada na transposição de fronteiras. Ademais, se pontua que tais relações estão remetidas aos aspectos culturais e econômicos que funcionam como pontes de conexão entre as carreiras comerciais do Atlântico com as caravanas mercantis do Saara, como explicaremos abaixo.

Apoiado no modelo analítico da "diáspora comercial",[14] Philip D. Curtin afirmou que os mercadores, ao cruzarem a fronteira cultural-tradicional,

12 Nesse sentido somos influenciados por Zeron *et al.*, 2015.

13 São diversos os termos utilizados para se referir a esses indivíduos: "euro-africano", "afro-europeu", "afro-português" e o mais comum deles, "luso-africano". A esse conjunto de rótulos, mais ou menos coeso e aparentado, denominaremos "luso-africanidade".

14 Ou *trade diaspora*, termo cunhado por Abner Cohen, segundo Curtin.

desempenhavam o papel de "intermediários transversais entre culturas",[15] transformando-se no embrião do "comércio diaspórico". Com o passar do tempo, esses indivíduos constituíam comunidades itinerantes dentro dos enclaves estrangeiros que os acolhiam, facilitando o comércio e a manutenção de redes mercantis (Curtin 1975, 59). O sucesso da diáspora comercial estava diretamente vinculado com a capacidade dos "intermediários transversais" em perpetuar os vínculos com aqueles que cediam morada ou permissão de residência, o que envolvia dois tipos de atuação mediadora. Por um lado, para assegurar os negócios mercantis, os intermediários transversais deveriam se portar conforme os hábitos e os costumes locais, por exemplo respeitando a rede de parentesco e os rituais das comunidades acolhedoras. O firmamento de laços de solidariedade viabilizava as trocas comerciais, podendo gerar a mistura cultural e sanguínea em sentidos diversos. Por outro lado, nos campos econômico e jurídico, a mediação deveria auxiliar no trato com as diferentes autoridades locais, de tal forma que os estrangeiros fossem capazes de utilizar as jurisdições regionais para o benefício próprio (Curtin 1975, 60).

Os intermediários transversais exerciam múltiplos ofícios, podendo auxiliar na estruturação de "enclaves comerciais" capazes de monopolizar a ligação entre sistemas econômicos distintos. Sobre isso, Curtin forneceu o exemplo dos juulas, em oposição ao caso europeu. Centrada em pequenas firmas autofuncionais, a "diáspora comercial juula"[16] não monopolizou o comércio porque detinha técnicas simples de financiamento e determinação de valores, incapazes de controlar as "forças de mercado". O mesmo não acontecia com os enclaves europeus, multifuncionais e agregadores de uma grande multiplicidade de especialistas. A própria composição social desses enclaves era mais diversa, contando com pessoas miscigenadas e de diferentes lastros culturais, diferentemente das comunidades juulas, pouco mistas e, normalmente, reprodutoras de hierarquias sociais similares às das comunidades vizinhas. Foi através da multifuncionalidade e do hibridismo cultural, ou mesmo sanguíneo, que os intermediários que atuavam nos encla-

15 A palavra originalmente utilizada por Curtin é *cross-cultural broker*.

16 Os juulas (dioula ou dyula) são povos mercantis espalhados por diversas regiões da África Ocidental. O historiador americano identifica três diásporas comerciais juulas na Senegâmbia: i) A primeira do grupo Gajaaga, cultural e linguisticamente pertencentes aos soninkes (também conhecidos como sarakole, saraculeh ou sarahuli) (Curtin 1975, 69-72); ii) A segunda do grupo Jahaanke, formada por "soninkes melinkezados", situados em Jahaba (Curtin 1975, 69-72 e 76); iii) A terceira do grupo Mori, composto por malinkes muçulmanos que faziam o comércio da boca do rio Gâmbia até Bamako, no rio Níger (Curtin 1975, 69-72 e 81). Apesar da palavra "juula" ter uma tradução para o português, "diula", optaremos pela grafia em malinke, assim como propôs Philip D. Curtin.

ves europeus conseguiram monopolizar a conexão entre o comércio atlântico e o transaariano (Curtin 1975, 60, 63-66).

Walter Rodney foi outro pesquisador que destacou a importância dos intermediários, encarando-os como indivíduos que não eram nem "portugueses", nem "africanos".[17] Para ele, o contato entre sociedades e culturas distintas foi o efeito colateral da "expansão do sistema comercial europeu para abarcar os papéis específicos na produção global" (Rodney 1989, 199), garantindo com isso o afluxo de bens entre sociedades em "estágios fundamentalmente diferentes de desenvolvimento". O "comércio euro-africano" ajustava duas tradições socioeconômicas assimétricas, uma de matriz europeia, mais desenvolvida, outra de matriz africana, menos desenvolvida. Do desequilíbrio econômico surgiram os "afro-europeus" (Rodney 1989, vxiii, 191-192). Ora identificados como sucessores dos "lançados", "tangomaos"[18] e "grumetes",[19] ora como membros de famílias miscigenadas como os Caulkers, Clevelands e Rogers da Serra Leoa, para Walter Rodney os afro-europeus são caracterizados como mulatos que "serviam aos interesses do mercantilismo" (Rodney 1989, 200). A sua variedade mais específica, o luso-africano, foi descrito pelo pesquisador como sendo "intimamente associado aos portugueses", na forma de uma identidade ligada à cristandade e ao lusitanismo, não obstante a negritude da pele (Rodney 1989, 202-203). As comunidades luso-africanas eram culturalmente híbridas, pois seus integrantes tinham tatuagens, usavam vestes ocidentais, portavam espadas, mosquetes e falavam o "crioulo português". Adeptos de uma religião sincrética, na qual a cruz tinha tanta

17 Normalmente Rodney utiliza os termos "afro-europeus" e "afro-portugueses".

18 Diversos são os entendimentos sobre o que foram os "lançados" e "tangomãos" (tangomaus ou tangomãos). Primeiramente, eles são descritos como portugueses que viviam na costa da Guiné, "à margem da própria lei" portuguesa (Torrão 1995, 24-26). Eram indivíduos que viviam na costa atlântica, atuavam no comércio atlântico e que passaram por um processo de "miscigenação", sendo assim denominados "luso-africanos" (Horta 2010, 56-57; Curtin 1975, 75-76). Para Walter Rodney, tanto "lançado" quanto "tangomao" foram termos genéricos empregados para designar os comerciantes privados, sendo que os primeiros eram brancos que residiam no continente e atuavam como os "pombeiros" de Angola, enquanto que os segundos eram brancos que adotaram a religião e os costumes locais (Rodney 1989, 74-75, 81). Os lançados eram frequentemente identificados como cristãos-novos (Green 2007, 28-29, 101-102).

19 "Grumete" era um termo utilizado para se referir a qualquer africano que fosse ajudante de mercadores europeus e que habitava nas comunidades de lançados (Rodney 1989, 77). Poderiam ser "marinheiros recrutados[,] sobretudo entre os grupos marítimos africanos[,] pelos comerciantes portugueses e luso-descendentes", prestando serviços como os de guias, reparadores de barcos e mercadores. Os grumetes podiam se apresentar tanto como africanos, quanto como portugueses, indicando uma "múltipla fluidez identitária" (Horta 2010, 62-63 e nota 65).

importância quanto os "gris-gris",[20] os luso-africanos celebravam os santos católicos, ao mesmo tempo em que faziam homenagens aos ancestrais. Por fim, exerciam atividades profissionais de mediação, como as de intérpretes, diplomatas, pilotos e conselheiros, além de se dedicarem às atividades comerciais privadas (Rodney 1989, 202-204, 207-208, 212, 216-219, 221).

No pensamento de Rodney, a luso-africanidade figura à guisa de um nó de junção entre uma "economia desenvolvida", pré-capitalista, e outra "subdesenvolvida", africana (Thornton 1998, 74, 77-79 e 85-86). Entendido como uma categoria religiosa e cultural mista, o mulato tinha a facilidade de transitar entre mundos, exercendo com isso a função de transposição de fronteiras.

Aprofundando as considerações acerca do "contexto de dependência econômica", Paul E. Lovejoy defende que a "economia de estado africana" procurou monopolizar o tráfico de escravos, participando assim do desenvolvimento do capitalismo comercial (Lovejoy 2002, 15, 20-22, 180). Nesse processo, a cooperação africana com o tráfico atlântico transformou aos poucos as sociedades endógenas em "sociedades escravocratas" divididas em classes (Lovejoy 2002, 177-9, 210-211). A elite dirigente dessas sociedades, os "senhores da guerra", ávidos pelas mercadorias obtidas através do tráfico de escravos, passaram a fomentar as razias pela caça de homens, gerando um "estado geral de insegurança". No âmago dessas autocracias escravagistas residia uma classe dominante de luso-africanos, assegurada pelo privilégio de trânsito entre mundos distintos (Lovejoy 2002, 178-179).

Outra ponderação sobre a luso-africanidade deriva das críticas de John K. Thornton em relação ao "subdesenvolvimento africano" de Walter Rodney e ao "estado geral de insegurança", de Paul E. Lovejoy (Rodney 1989 e 2012; Lovejoy 2002). Discordando de ambos, Thornton nega a hipótese de disparidade econômica e política, alegando que a inferioridade e o caos africanos são inverossímeis (Thornton 1998, 54-55, 74, 77-79, 85-86, 89-90 e 93-94). Além disso, Thornton sustenta que a ingerência europeia no continente, entre os séculos XV e XVIII, foi pequena, o que torna insustentável a "tese da transformação" e subsequente "estado de guerra geral" instaurado na África (Thornton 1998, 54-55; 2003, 150-151). Exaltando o protagonismo[21] dos povos africanos, Linda Marinda Heywood e John K. Thornton consideram

20 Segundo Rodney, os "gris-gris" eram amuletos utilizados pelos povos da Alta Guiné, constituídos por um pedaço de papel alojado dentro de uma bolsa de couro (Rodney 1989, 230-231).

21 O termo "protagonismo", ou "protagonismo africano", foi sugerido por Alexandre A. Marcussi.

que a presença europeia não fora imposta pelos estrangeiros, mas consentida quando possível e absorvida pelos locais quando necessária. Além disso, ao minimizar o impacto negativo do tráfico no continente, Heywood e Thornton ressaltam que a influência estrangeira proporcionou o surgimento de uma "cultura crioula atlântica", caracterizada pela utilização de sobrenomes locais misturados a nomes portugueses, uso de roupas europeias e canto de músicas estrangeiras (Seibert 2012, 33-35). Entendido como um sinônimo de "crioulização", esse hibridismo caracterizaria outro tipo de luso-africanidade, marcado também pela "mistura racial" que possibilitava a vivência "nos dois mundos da África Central" (Thornton 2012, 253-254; Heywood and Thornton 2007; Heywood 2002).

A crioulização reincide nas historiografias sobre Cabo Verde e Guiné-Bissau. Para Tobias Green e Iva Cabral, tal fenômeno é sobretudo insular, em contraposição à costa da Guiné e demais porções continentais, onde vigorou a luso-africanidade (Cabral 1995, 272; Green 2007, 27; Seibert 2012, 50-51). De maneira mais circunscrita, a crioulização seria um reflexo da crise econômica, marcada pelo processo de "virada para dentro" do arquipélago de Cabo Verde (Teixeira 2005, 13, 19, 184-186 e 192). Tal explicação também percorre a *História Geral de Cabo Verde*, organizada por Maria Emília Madeira Santos (1995), cuja pedra angular reside no modelo de análise de Maria Manuel Ferraz Torrão, relacionado aos "ciclos econômicos". A explicação proposta por Torrão é a seguinte: um primeiro ciclo de desenvolvimento econômico vigorou entre os séculos XV e XVI, próspero graças à função de "complementaridade", ou "ponte de conexão", que o povoamento insular desempenhou como sustentáculo de intermediação entre o comércio atlântico e a periferia das rotas transaarianas (Torrão 1995, 17-19, 24-26). Na passagem do século XVI para o XVII, tal rota entraria em declínio, dando lugar a um rearranjo sistêmico no qual o arquipélago seria dispensado do comércio transatlântico (Torrão 1995, 34-35 e 94, 116, 123). A isolação de Cabo Verde dispararia a crioulização, enquanto que no continente os descendentes dos miscigenados ficariam à mercê da luso-africanidade. Enquanto que aquela seria marcada por uma forte "mulatização",[22] esta seria marcada por uma forte "africanização" (Green 2007, 29 e nota 19; Cabral 1995, 232, 236 e 245; Silva 1995, 352-353).

A luso-africanidade tinha a singularidade de reproduzir algumas *práticas identitárias múltiplas*, segundo Tobias Green e José da Silva Horta, capazes de recriar um universo no qual os aspectos endógenos e exógenos convergiam em prol de um "mundo luso-africano", ou em uma "rede de filia-

22 Trata-se de um fenômeno de mistura sanguínea e de coloração da pele (Teixeira 2005, 13 e 19; Silva 1995, 352-353). Já a "crioulização" é um conceito originalmente derivado da linguística (Seibert 2012, 30-31).

ção cripto-judaica". Retomando as discussões de Peter Mark (2008), Georg E. Brooks (2003) e Philip J. Havik (2004), Green ressalta que tais práticas determinam a fusão de aspectos culturais de diferentes matrizes – judaica, africana, portuguesa, entre outras –, criando comunidades porosas receptíveis à presença de forasteiros. Essa seria a "síntese moderna" da experiência europeia no ultramar (Green 2007, 28-29, 337-338). Argumentação parecida enseja José da Silva Horta, para quem a produção textual está refletida na consolidação de um "mundo cabo-verdiano-guineense", representado por uma cadeia de intermediários, ou "informantes co autores" luso-africanos, responsável pela transmissão de informações que acabariam fixadas no formato de texto. Para ser operável, essa cadeia de intermediação acionava práticas identitárias multifacetadas e suscitava pertencimentos fluidos, mediante os quais um indivíduo fisicamente africano poderia reivindicar ser português, ou um judeu poderia reivindicar ser católico (Horta 2010, 2-3, 5, 9, 377-379).

Para Green e Horta, as comunidades duais, ou luso-africanas, figuram como o ponto-chave para a proposição de uma escrita de "história conectada",[23] modelo que pretende "reconstituir os laços históricos", de povos diferentes, por meio de "denominadores comuns". A dita "história da luso-africana" abarcaria as "duas faces de uma mesma moeda", fundindo a história da expansão europeia com a história da África, tal como deveria acontecer com "todas as outras histórias extra-europeias envolvidas com a primeira" (Horta 2010, 10). Na contramão do que propõem Philip D. Curtin e Walter Rodney, a elevação da luso-africanidade como denominador comum parece obliterar a diferença, a assimetria e a dissonância entre as sociedades imersas no contato Atlântico. O enfoque investigativo nas identidades múltiplas ou multifacetadas relega as experiências efetivas de reprodução social e os choques políticos e militares para um segundo plano, dirimindo a violência colonial e suscitando uma quase "amnésia" sobre o que foram as relações de dominação que vigoraram no Atlântico.

Conclusão

Os entendimentos variados sobre mundos, fronteiras, hibridismos e crioulizações entrecortam as noções de fronteira e luso-africanidade. Recentemente, os debates acerca dessas temáticas reacenderam os ânimos acadêmicos, suscitando críticas e soluções diversas. Basta verificar os artigos

23 José da Silva Horta se refere à chamada *connected historie*, lembrando dos trabalhos de Roger Chartier, Sanjay Subrahmanyam e Serge Gruzinski, John K. Thornton e Patrick Manning (Horta 2010, 10 e nota 28).

de Roquinaldo Ferreira (2006; 2012), Flávio dos Santos Gomes (Gomes e Ferreira, 2008), Rafael de Bivar Marquese (2006), Maria da Conceição Neto (1997) e Francisco Bethencourt (2011). À luz das considerações tecidas por esses pesquisadores e das elucubrações desenvolvidas neste artigo, expediremos algumas ponderações.

Uma metodologia que minimiza a diferença entre sociedades e, portanto, que abdica da demarcação de fronteiras, é controversa. Primeiramente, quando os limites entre o "eu" e o "outro" são versáteis, tem-se a impressão de que a igualdade entre os povos resulta em relações políticas e sociais horizontais. O perigo reside na substituição do olhar minucioso pelas generalizações simplistas, respaldadas nos denominadores do hibridismo cultural, da miscigenação sanguínea, das identidades múltiplas, do sincretismo religioso e da fusão social pacífica entre as sociedades em contato. Em último caso, o abrandamento do ambiente conflituoso e o enfoque na conciliação entre os povos diminui a importância da discordância entre eles, como se a concordância suplantasse a divergência. É isso o que acontece quando os luso-africanos e "integrados" figuram como temática central das investigações: a luta entre os homens perde relevância e a desigualdade é mitigada.

Em segundo lugar, as noções de hibridismo, sincretismo, mulatização e crioulização carecem de definições circunscritas. O que seriam trocas e misturas culturais? Em qual ambiente uma matriz religiosa ou culturalmente "pura", "original" e "isolada" é preservada? Os contextos analisados são de fato relevantes em relação ao todo?[24] A falta de clareza epistemológica e analítica gera uma fluidez exacerbada entre o que é "ocidental" e o que é "africano", tendo como efeito colateral a degeneração dos limites e das dessemelhanças entre o eu e o outro. Reforçando nossas considerações anteriores, isso acentua a relegação, ou obliteração, da crueldade do tráfico de escravos, da violência gerada pela experiência de dominação colonial, da exploração sexual sofrida pelas mulheres africanas e do sofrimento infligido aos negros "europeizados". Assim sendo, apesar da proposta de "história luso-africana" ser tentadora, ela comumente apresenta feições da superioridade europeia, sendo indiferente aos processos assimétricos que por vezes marcam o choque entre sociedades distintas (Sanches 2011, 33).

No final das contas, revitalizar a noção de fronteira permite não apenas a evidenciação do contato como uma experiência traumática de negociação e conflito, como também aguça a reflexão crítica a respeito da produção acadêmico-científica sobre a África, fomentando o questionamento das noções de "sociedades com Estado", "sem Estado", do "pensamento hamita" e

24 Veja por exemplo o trabalho de Souza, 2006.

da "hipótese do estado sudanês".[25] Além disso, o revigoramento da noção de fronteira pode ser associado à exploração das pontes de conexão entre mundos distintos, bem como à investigação sobre as formas de atravessamento de fronteiras e a análise pormenorizada dos agentes implicados nelas, como propõe Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron (1999, 30-31, 37-38). Se bem que a tais abordagens guardam alguns riscos e desvantagens.

Por um lado, a noção de fronteira e correlativas encapsulam ideias ligadas ao evolucionismo e à diferença entre os "mais complexos" e os menos "complexos" (Macgaffey 2008, 224, 239). Por outro lado, a associação da fronteira africanista à ideia de tradição original é atualmente criticada por pensadores africanos. Para Achille Mbembe, a ideia de tradição africana foi criada, durante o período colonial, como uma forma de inserir os povos locais na órbita dos "civilizados". Dessa forma, a "África exótica" passou a ser enquadrada na "universalidade humana", ao mesmo tempo que salvaguardaria suas especificidades ou identidades próprias (Mbembe 2001, 178-179 e 188). Valentin-Yves Mudimbe também desconfia da pretensa validade histórica da tradição, alegando que muitas vezes ela seria uma "ideia da África" relacionada à tradição de pensamento ocidental, não necessariamente ancorada em alguma materialidade endógena (Mudimbe 1994, xv). Já para Paulin J. Hountondji, as tradições, quando interpretadas através da ótica etnológica europeia, estariam ligadas aos discursos ideológicas sobre a África (Hountondji 2008, 150-151 e nota 4).

Mesmo assim, as problemáticas sobre as fronteiras e as luso-africanidades continuam debatidas. O sinal mais claro disso derivam de duas obras. A primeira delas é a *The African Frontier: The Reproduction of Traditional African Societies*, editada por Igor Kopytoff em 1987. Nela observamos a caracterização da "fronteira africana" como sendo regional e aberta, "interna" e "intersticial",[26] sendo assim marcada por ambivalências e sobreposições de tradições e culturas. Como observa Catarina Madeira Santos (2005, 14-16), tal noção de fronteira é suscetível aos "avanços", aos "recuos", às "recepções" e às "recriações" dos povos e culturas em contato, tornando-a "flexível" e "dinâmica". A outra é *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*, publicada por Joseph C. Miller em 1988. Nela, a expansão da "fronteira escravista" para o interior confirmou a grande importância que

25 Segundo Miller, a "hipótese do Estado sudanês" encapsula algumas das premissas do "pensamento hamita", sendo a mais importante delas as associações entre a "conquista civilizatória" com a do surgimento dos Estados (Miller 1995, 2-4, 7). Jan Vansina foi um dos principais pesquisadores a refutar essa abordagem, embora ela ainda seja discutida. Ver Barry 2000, 24; Miller 1995, 8-10, Santos 2008, 173.

26 Os termos empregados são *internal* e *interstitial* (Kopytoff 1987, 9).

o tráfico atlântico detinha para o erário régio e para os agentes implicados no comércio de pessoas, como os governadores e capitães. Nesse sentido, tanto Joseph C. Miller como Paul E. Lovejoy concordam que havia uma espécie de linha geograficamente indeterminada, talvez até "imaginária", de onde a maior parte dos escravos "exportáveis" para o comércio atlântico poderia ser drenada (Lovejoy 2002; Miller 1988, 666 e 676). Fato é que a travessia de qualquer uma dessas fronteiras implica na participação efetiva de agentes que, ao sustentarem identidades dúbias ou ambíguas, não necessariamente mediavam o encontro entre culturas distintas ou produziam uma cultura híbrida.[27]

Novas pesquisas empíricas, voltadas à realidade material dos grupos e individualidades africanas, bem como à perscrutação das fontes escritas, podem trazer contribuições valorosas às dinâmicas e às complexidades dos encontros, contatos e das relações de dominação que entrelaçavam as sociedades, temporalidades e espacialidades imersas no tráfico de escravos e no avanço capitalista. O foco da questão não é tanto generalizar, mas interconectar e comparar saberes e conhecimentos específicos, para, com isso, alcançar uma universalização imaginável que viabilize a escrita das histórias de Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau a nível atlântico ou global. Mais do que postular a existência de denominadores comuns remetidos à escrita de uma história luso-africana, entrevemos que é necessário encetar descrições, análises e avaliações capazes de desvelar e constatar o todo pelas partes, harmonizando com isso as lentes metodológicas da microescala com a da macroescala.

Referências

Alencastro, Luiz Felipe de. 1998. "A economia política dos descobrimentos." In A descoberta do homem e do mundo, organized by Adauto Novaes, 193-207. Rio de Janeiro: Minc-FUNARTE; Companhia das Letras: São Paulo.

Barry, Boubacar. 2000. Senegâmbia: o Desafio da História Regional. Amsterdam: South-South Exchange Programme for Research on the History of Development (SEPHIS); Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos/ Universidade Candido Mendes.

27 Mais considerações a respeito das relações entre fronteiras e identidades podem ser verificadas em Ito 2015, 1-10; 2016, 297-298, 310-311.

Bethencourt, Francisco. 2011. "Creolization of the Atlantic World: The Portuguese and the Kongolese." Portuguese Studies 27, no. 1: 56-69. doi:10.5699/portstudies.27.1.0056.

Birmingham, David. 1999. Portugal and Africa. Athens: Ohio University Press.

_____. 2000. Trade and empire in the Atlantic, 1400-1600. London and New York: Routledge.

Bloch, Marc Leopold Benjamin. 2001. Apologia da história, ou, O ofício de historiador. Translated by André Telles. Rio de Janeiro: Zahar. First edition, 1949.

Bornhein, Gerd. 1998. "A descoberta do homem e do mundo." In A descoberta do homem e do mundo, organized by Adauto Novaes, 17-53. Rio de Janeiro: Minc-FUNARTE; Companhia das Letras: São Paulo.

Brooks, George E. 2003. Eurafricans in the Western Africa: Commerce, Social Status, Gender, and Religious Observance from the Sixteenth to the Eighteenth Century. Athens: Ohio University Press; Oxford: James Currey.

Cabral, Iva. 1995. "Ribeira Grande: vida urbana, gente, mercancia e estagnação." In História Geral de Cabo Verde, coordinated by Maria Emília Madeira Santos and, Luís de Albuquerque, 17-123. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, vol. II.

Curtin, Philip D. 1975. Economic Change in Precolonial Africa: Senegambia in the Era of the Slave Trade. Wisconsin: University of Wisconsin, vol. I.

_____. 1995. Why People Move. Waco: Baylor University Press.

Curtin, Philip D., Steven Feierman, Leonard Thompson, and Jan Vansina. 1995. African History: From Earliest Times to Independence. Edimburgo: Longman Pearson Education, First edition, 1978.

Ferreira, Roquinaldo. 2012. Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World: Angola and Brazil During the Era of the Slave Trade. Cambridge: Cambridge University Press.

_____. 2006. "'Ilhas crioulas': o significado plural da mestiçagem cultural na África Atlântica." Revista de História (USP), no. 155 (2ffl): 17-41. https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.voi155p17-41.

_____. 2008. "The Supply and Deployment of Horses in Angolan Warfare (17th and 18th centuries)." In Angola on the Move: Transport Routes, Communications and History, edited by Beatrix Heintze

and Achim von Oppen, 42-51. Frankfurt am Main: Verlag Otto Lembeck. http://www.frobenius-institut.de.

Godinho, Vitorino Magalhães. 1998. "O que significa descobrir?." In A descoberta do homem e do mundo, organized by Adauto Novaes. Rio de Janeiro: Minc-FUNARTE; Companhia das Letras: São Paulo.

Gomes, Flávio, and Roquinaldo Ferreira. 2008. "A miragem da miscigenação." Novos estudos CEBRAP, no., 80: 141-160. https://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002008000100010.

Green, Tobias. 2012. Brokers of Change: Atlantic Commerce and Cultures in Precolonial Western Africa. Oxford: The British Academy/ Oxford University Press.

_____. 2007. "Masters of Difference: Creolization and the Jewish presence in Cabo Verde, 1497-1672." PhD diss., University of Birmingham.

Havik, Philip J. 2004. Silences and Soundbites: The Gendered Dynamics of Trade and Brokerage in the Pre-colonial Guinea Bissau Region. Münster: Lit Verlag, 2004.

Heywood, Linda M. 2002. Central Africans and cultural transformations in the American diaspora. Cambridge: Cambridge University Press.

Heywood, Linda M., and John K. Thornton. 2007. Central Africans, Atlantic Creoles, and the Foundation of the Americas, 1585-1660. Cambridge: Cambridge University Press.

Hernandez, Leila Leite. 2014. "A itinerância das ideias e o pensamento social africano." Anos 90 – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 21(40): 195-225.

Horta, José da Silva. 2010. "A 'Guiné do Cabo Verde': produção textual e representações (1578-1648)." PhD diss., Universidade de Lisboa. First edition, 2002.

Ito, Alec I. 2016. "Uma "tão pesada cruz": o governo da Angola portuguesa nos séculos XVI e XVII na perspectiva de Fernão de Sousa (1624-1630)." MP thesis, Universidade de São Paulo (USP). http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-03112016-152529/pt-br.php.

_____. 2015. "Uma imagem multifacetada de 'Angola' na década de 1620." In Anais do XXIX Simpósio Nacional de História – Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios, 1-20. Florianópolis: ANPUH.

http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439076717_ARQUIVO_ANPUH_2015_completo_AlecIto_v4.pdf.

Kopytoff, Igor. 1987. The African Frontier. The Reproduction of Tribal African Societies. Bloomington/Indianapolis: Indiana University Press.

Lovejoy, Paul E. 2002. A escravidão na África: uma história de suas transformações. Translated by Regina A. R. Bhering e Luiz Guilherme B. Chaves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. First edition, 1983.

Lovejoy, Paul E., and Nicholas Rogers. 1995. Unfree Labour in the Development of the Atlantic World. London: Frank Cass Publishers.

Macgaffey, Wyatt. 2008. "Crossing the River: Myth and Movement in Central Africa." In Angola on the Move: Transport Routes, Communications and History, edited by Beatrix Heintze and Achim von Oppen, 221-242. Frankfurt am Main: Verlag Otto Lembeck. http://www.frobenius-institut.de.

Mark, Peter. 2002. "Portuguese" style and Luso-African identity: precolonial Senegambia, sixteenth-nineteenth centuries. Blooming & Indianapolis: Indiana University Press.

Marquese, Rafael de Bivar. 2006. "A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX." Novos estudos CEBRAP, no. 74, 107-123. https://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002006000100007.

Mbembe, Achille. 2001. "As formas africanas de auto-inscrição." Estudos Afro-Asiáticos 23 (1): 171-209. https://dx.doi.org/10.1590/S0101-546X2001000100007.

Miller, Joseph C. 2008. 1995. Poder político e parentesco: Os antigos estados Mbundu em Angola. Translated by Maria da Conceição Neto. Luanda: Arquivo Histórico Nacional. First edition, 1976.

_____. 1988. Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830. Madison: The University of Wisconsin Press.

Mudimbe, Valentin-Yves. 1994. The Idea of Africa. Bloomington e Indianapolis: Indiana University Press.

Neto, Maria da Conceição. 1997. "Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX." Lusotopie, no. 4, 1997, 327-357. www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_1997_num_4_1_1105.

Novais, Fernando. 1995. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). São Paulo: Editora Hucitec. First edition, 1979.

Sanches, Manuela Ribeiro. 2011. Malhas que os impérios tecem. Textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. Lisboa: Edição 70.

Santos, Catarina Madeira. 2008. "Escrever o Poder: os Autos de Vassalagem e a Vulgarização da Escrita entre as Elites Africanas Ndembu." In Angola on the Move: Transport Routes, Communications and History, edited by Beatrix Heintze and Achim von Oppen, 173-181. Frankfurt am Main: Verlag Otto Lembeck. http://www.frobenius-institut.de.

_____. 1997. Portugal and the World Shipping Routes. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

_____. 2005. "Um governo 'polido' para Angola: Reconfigurar dispositivos de domínio. (1750-c.1800)." PhD diss., Universidade Nova de Lisboa.

Santos, Maria Emília Madeira, Luís de Albuquerque. 1995. História Geral de Cabo Verde. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, vol. II.

Santos, João Marinho dos. 1998. "A Expansão pela espada e pela cruz." In A descoberta do homem e do mundo, organized by Adauto Novaes, 145-162. Rio de Janeiro: Minc-FUNARTE; Companhia das Letras: São Paulo.

Silva, António Leão Correia e. 1995. "A sociedade agrária, gentes das águas: senhores, escravos e forros." In História Geral de Cabo Verde, coordinated by Maria Emília Madeira Santos and Luís de Albuquerque, 275-357. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, vol. II.

Seibert, Gerhard. 2012. "Creolization and Creole Communities in the Portuguese Atlantic: São Tomé, Cape Verde, the Rivers Guinea and Central Africa in Comparison." In Brokers of Change: Atlantic Commerce and Cultures in Precolonial Western Africa, edited by Tobias Green, 29-51. Oxford: The British Academy/ Oxford University Press.

Souza, Marina de Mello e. 2006. Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo. Belo Horizonte: Editora UFMG. First edition, 2002.

Teixeira, André. 2005. "Povoamento: um processo que se prolonga no tempo; A administração das ilhas; A economia – o comércio: do resgate no litoral africano ao comércio transatlântico. A recolecção, a pecuária e a agricultura. A atribuição e as finanças. A sociedade." In Nova História da Expansão Portuguesa – A colonização Atlân-

tica, directed by Joel Serrão and coordinated by A. H. de Oliveira Marques and Artur Teodoro de Matos, 83-172. Lisboa: Estampa, vol. III, tomo II.

Thornton, John K. 1998. Africa and Africans in the Making of the Atlantic World, 1400-1800. Cambridge: Cambridge University Press. First edition, 1992.

_____. 2012. A Cultural History of the Atlantic World, 1250-1820. Cambridge: Cambridge University Press.

Vansina, Jan. 2004. How Societies Are Born: Governance in West Central Africa before 1600. Charlottesville: University of Virginia Press.

_____. 1968. Kingdoms of the Savanna. Madison: University of Wisconsin Press.

_____. 1990. Paths in the Rainforests: Toward a History of Political Tradition in Equatorial Africa. Madison-Wisconsin: University of Wisconsin Press.

Zeron, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. 1999. "Pombeiros e tangomaus, intermediários do tráfico de escravos na África." In Passar as Fronteiras: Actas do II Colóquio Internacional sobre Mediadores Culturais, Séculos XV a XVIII, coordinated by Rui Manuel Loureiro and Serge Gruzinski, 15-38. Braga: Centro de estudos Gil Eanes.

Zeron, Carlos Alberto de Moura Ribeiro, GALERA, B. N., SOALHEIRO, B., VELLOSO, G., SAES, L., LARA, L. F., TORIGOE, L. F., and BARNABE, R. C. 2015. Exercícios de metodologia da pesquisa histórica. São Paulo: Casa & Palavras.

RESUMO

Este artigo ensaístico destrincha as noções de "fronteira" e "luso-africanidade", abordando alguns casos ancorados na escrita da história de Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau para os séculos XV, XVI e XVII. O fio condutor desta narrativa é o compartilhamento e a circularidade dessas noções, cindido em dois momentos. No primeiro, compreenderemos a noção de fronteira africanista, assim como ela incide nos estudos desenvolvidos pela historiografia norte-americana desde o pós-guerra. Em um segundo momento, introduziremos algumas noções de "luso-africanidade", chamando atenção para o enfoque dado às práticas identitárias múltiplas. Ao término deste artigo, indicaremos alguns dos riscos e empecilhos que permeiam a noção de luso-africanidade, sendo que o principal deles é a dissolução das diferenças, assimetrias e desigualdades que percorreram os contatos euro-africanos. Como hipótese de trabalho, assumimos que futuras pesquisas realizem mais investigações empíricas, como também sustentem uma postura mais crítica a respeito do hibridismo cultural, da miscigenação sanguínea, das identidades múltiplas, do sincretismo religioso e da fusão social pacífica.

PALAVRAS-CHAVE

História de Angola; História de Cabo Verde e Guiné-Bissau; Fronteiras e identidades.

Recebido em 22 de julho de 2019
Aceito em 19 de setembro de 2019

A AMBIGUIDADE FRENTE ÀS COLÔNIAS AFRICANAS DE PORTUGAL (1953-1985): ASPECTOS DEFINIDORES DA POLÍTICA AFRICANA DO BRASIL

Kamilla Raquel Rizzi[1]
Patrick Bueno[2]

Introdução

A colonização portuguesa (séculos XVI a XIX) foi o primeiro elo estabelecido entre o Brasil e o continente africano, especialmente aprofundado pelo tráfico de escravos. Com a independência brasileira em 1822, bem como a extinção do tráfico de escravos no Atlântico, entre 1845 e 1850, gradualmente ocorreu um afastamento daquele continente, uma vez que o eixo da política externa imperial passou a direcionar-se ao Prata, ao sul e a Inglaterra e Europa ocidental, ao Norte do sistema mundial. Já no século XX, com as duas guerras mundiais, a criação das Nações Unidas e a Guerra Fria, a nova inserção brasileira se configurou de acordo com as oportunidades apresentadas nesse novo sistema mundial.

Objetiva-se, assim, analisar a ambiguidade entre o discurso político e a prática externa brasileira frente às colônias portuguesas. O problema de pesquisa consiste em identificar quais aspectos exerceram influência na definição da política africana do Brasil. Como questão geradora de pesquisa, supõe-se que o Brasil, desde a Política Externa Independente (PEI), com o discurso de não alinhamento às potências do sistema mundial e a identi-

1 Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, Brasil. E-mail: kamillaraquelrizzi@gmail.com.

2 Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, Brasil. E-mail: patrickbueno75@yahoo.com.br.

ficação com as teses Terceiro-mundistas e baseando na política dos "3Ds" (desenvolvimento, descolonização e desarmamento), sustentava o princípio anticolonial e era defensor da autodeterminação dos povos. No entanto, a ambiguidade se evidenciava no alinhamento político oficial com Portugal, devido ao Tratado de Amizade e Consulta de 1953.

Em 1974, essa ambiguidade oficialmente se encerrou, com as independências das colônias portuguesas na África e o reconhecimento dessas por parte do Brasil, dentro de uma matriz de política externa pragmática e universalista. Metodologicamente, a pesquisa é classificada como descritivo-explicativa em relação a seus objetivos e aplicou a abordagem quanti-qualitativa com o método hipotético-dedutivo, pois segundo Popper (1975), a ciência é hipotética e provisória, e não um conhecimento definitivo. A partir do problema de pesquisa identificado, foi formulada a questão geradora da pesquisa (hipótese), que por sua vez, foi testada por meio dos procedimentos de análise bibliográfica, documental de fontes primárias, secundárias e de imprensa. Após analisados os resultados, foi avaliada a questão geradora previamente elaborada, a qual foi corroborada.

De 1951 a 1964: da barganha nacionalista à PEI, nuances da política africana

A história brasileira é constituída também por aspectos das culturas e sociedades africanas, uma vez que a escravidão e o tráfico de escravos são dois dos vínculos responsáveis pela construção dessa relação, que durou do século XVI ao final do século XIX, dentro da lógica do sistema capitalista e da divisão internacional do trabalho, que enquadrava a colônia brasileira numa matriz de liberalismo europeia, baseada na monocultura de grandes extensões de terra. O afastamento brasileiro do continente africano, de sua independência até a primeira metade da década de 1940 reflete a soma de dois aspectos do processo histórico da política externa, conforme Saraiva (2012): o ideológico, marcado pelo papel da elite brasileira da época que buscava construir uma nação moldada de acordo com as "nações modernas e ocidentais"; por outro lado, o aspecto material, que se destacava pela irrelevância das relações econômico-comerciais com a África. Como complemento, é importante ressaltar que a política de dominação das potências coloniais impossibilitaram as relações internacionais do continente africano até aquele momento.

As mudanças domésticas e na estrutura do sistema mundial a partir do período Entre-guerras e no pós-Segunda Guerra Mundial levaram o Brasil a revisar o eixo de sua política externa, como resultado das alterações das possibilidades de inserção internacional do país. A Guerra Fria moldou o sistema mundial e a política externa brasileira esteve novamente vinculada a Washington durante o governo Dutra. O papel desempenhado por Raul Fernandes no Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi de cunho conservador e de uma profunda ligação aos interesses norte-americanos, os quais eram, muitas vezes, contraditórios aos interesses brasileiros. Por sua vez, Osvaldo Aranha, então presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas e chefe da delegação brasileira nas Nações Unidas notou que a política externa de aliado preferencial dos Estados Unidos pelo Brasil, não existia, visto que os interesses de Washington estavam direcionados para outras regiões do globo.

Na visão de Vizentini (2008), o segundo governo de Vargas representou uma ruptura com os aspectos diplomáticos do Governo Dutra, marcando o início de uma nova conduta para a política externa brasileira que atingiu seu apogeu em 1961, com a Política Externa Independente (PEI). Utiliza-se a ideia de Vizentini (2004b), ao analisar a PEI a partir de 1951, pois "...vincula-se estreitamente a um modelo de desenvolvimento industrial por substituição de importações, que, tanto em seus aspectos econômicos como político-diplomáticos, apresenta uma certa unidade entre 1951 e 1964" (VIZENTINI, 2004b, p. 31).

No entanto, os primeiros contatos com África, nessa nova etapa de aproximação, se deram no âmbito comercial-político, com o intuito de fortalecer a competição de produtos primários africanos e brasileiros no mercado internacional, especialmente a parceria comercial com a África do Sul. Segundo Penha (2011), as primeiras preocupações do Brasil com a África se agrupavam em três ordens: a econômica (pelos aspectos já mencionados), a política (no diálogo com Portugal e na criação da comunidade Luso-brasileira) e a estratégica (com o processo de descolonização da África, um espaço de interesse para atuação brasileira na região do Atlântico Sul).

A década de 1950 trouxe para o sistema mundial a pauta das lutas nacionais pela independência no continente africano. No Brasil, a modernização industrial e o crescimento urbano fizeram com que emergissem novos atores políticos e novas demandas, na consolidação do Estado Desenvolvimentista. A presença de uma emergente classe média e os interesses empresariais trouxeram novos aspectos para a política externa. O desenvolvimento como vetor ficou mais agudo neste período, sendo a diplomacia utilizada como instrumento útil para garantir novos espaços que favore-

cessem o investimento estrangeiro para o projeto nacional. No outro lado do Atlântico do Sul, ocorreria o florescimento do nacionalismo africano, fortalecendo-se com a identificação com o Terceiro Mundo. A Conferência de Bandung na Indonésia, em 1955, conforme Venâncio (2009), representou um impulso para a luta pela independência dos países africanos, bem como um encorajamento aos líderes dos movimento contra o colonialismo europeu e a inferiorização do homem negro. Posteriormente, em 1958, acontecia a I Conferência dos Estados Independentes da África, em Accra (capital de Gana), que retomou os princípios de Bandung, fortalecendo o apoio aos povos africanos ainda sob o regime colonial, do mesmo modo, alimentando a união africana (VENÂNCIO, 2009). Em 1963, a fundação da Organização da Unidade Africana (OUA) coroou esse movimento.

No segundo governo Vargas (1951-1954), notava-se evidentemente a política externa como instrumento de defesa nacional para atingir o projeto desenvolvimentista. Vargas encontrava-se numa posição limitada de manobras pelo contexto internacional. Por meio da barganha nacionalista, o Presidente buscou diversificar seus parceiros e o lugar da África na sua política pertencia ao conjunto de áreas menos desenvolvidas do sistema mundial. Porém, ressalta-se como importante a abstenção brasileira frente à descolonização da África. No entendimento de Vargas, o desenvolvimento das colônias ocorreria com a permanência da colonização e a regência de João Neves da Fontoura no MRE julgava as condições de desenvolvimento econômico na relação entre colônia-metrópole.

No entanto, com a reforma ministerial de 1953, a ideia da preservação dos interesses metropolitanos nas colônias africanas agudizou com a indicação do conservador udenista Vicente Ráo para o MRE. É neste momento que foram apresentadas as iniciativas por parte do Brasil e as últimas observações que se faziam necessárias para dar à luz o Tratado de Amizade e Consulta com Portugal, em 1953. Esse Tratado estabeleceria profundamente a ligação bilateral a partir da consulta mútua sobre assuntos de política internacional, com exceção das questões que afetassem aos territórios americanos e ibéricos. De acordo com Pinheiro (1989), haviam duas razões explicativas para esse apoio: de um lado, a existência de um *lobby* português na sociedade brasileira, representante dos mais tradicionais interesses portugueses, e, por outro lado, os interesses estratégicos de ambos os países sobre o Atlântico Sul (Pinheiro 1989 *apud* Rizzi 2014). Em complemento, segundo Cervo (2011):

> [...] Seu intento maior consistia em dirimir o antagonismo entre os dois países em razão da incompatibilidade entre a política exterior brasileira, norteada pelo desenvolvimento nacional e o lógico apoio à

> descolonização, por um lado, e a opção externa portuguesa de manter seu colonialismo tardio, por outro. O tratamento exercerá, fundamentalmente, a função de perpetuar o sentimentalismo nas relações bilaterais (Cervo 2011, 48).

Para Portugal, o Tratado representou uma necessidade política de sustentar o regime de António de Oliveira Salazar, bem como reafirmação do status português no sistema mundial, pois já que as democracias saíram vitoriosas da Segunda Guerra Mundial, convinha a países não democráticos como Espanha, Portugal e Brasil adaptar-se a nova ordem mundial de acordo com Ocidente. Para isso, Vargas convocou eleições e estabeleceu a democracia em 1945. Por sua vez, Salazar continuou mantendo seu regime. Porém, as dificuldades que Portugal encontrava para manter sua imagem no Ocidente, bem como para integrar-se às Nações Unidas levou a sua diplomacia a buscar mecanismos em favor da manutenção do seu status, buscou-se integrar às instituições multilaterais como a Organização do Atlântico Norte (OTAN) e estreitar as relações com países do Atlântico, como EUA e Brasil (Cervo 2011).

Portugal sentiu-se ameaçado pelo compromisso assumido pelas Nações Unidas a dar autonomia política aos povos submetidos ao domínio colonial (e pelo processo iniciado pelos ingleses de independência aos indianos), fatores que o levaram a preocupar-se com a manutenção de suas colônias na Ásia e na África. Por esse motivo, o Brasil passou a ser visto como aliado estratégico de Lisboa em termos de defesa ao seu império colonial. A partir desse contexto, a necessidade política de reatar os laços históricos e culturais Brasil-Portugal e a criação da comunidade luso-brasileira deram luz ao Tratado de 1953.

No governo Café Filho (1954-1956), a postura conservadora de Raul Fernandes no Itamaraty reorientou o eixo da política externa ao Norte, se reaproximando aos EUA. No governo seguinte, de Juscelino Kubitschek (1956-1960), a política externa foi caracterizada pelo nacionalismo associado ao capital estrangeiro. A África recebeu a discrição e o desinteresse brasileiro pelas suas lutas nacionais sob a efervescência de grandes mudanças no continente africano. Sua postura silenciosa frente à primeira nação independente da África subsaariana (Gana, em 1957), junto com os movimentos de independência que floresceram, representaram um despertar da África a partir da Conferência de Bandung, em 1955, o que seriam os primeiros passos que convergiriam, apenas em 1963, na criação da Organização da Unidade Africana (OUA).

A preocupação central, para Kubitschek, estava pautada sobre as relações econômicas que se desenvolviam entre a Europa e a África, sem levar em

consideração o status de superação ou não da situação colonial. Com a criação do Mercado Comum Europeu (MCE), em 1957, foi incorporada a cláusula que certificava a corporação dos países africanos ao mercado europeu por meio da proteção de seus produtos. Para o Brasil, a participação indireta da África com o MCE se tornou uma ameaça comercial (Cervo, 2011). A inquietação dos formuladores da política externa brasileira baseava-se na desconfiança de que os financiamentos internacionais para o desenvolvimento de países como o Brasil fossem direcionados para a África, além de pautar-se na restrição dos produtos brasileiros ao MCE, pois o temor era de que os produtos africanos pudessem ser favorecidos (isenção de tarifas de comércio para os produtos africanos e baixo preço da força de trabalho africana). Além disso, Cervo (2011) menciona que, para o Brasil, a associação das economias africanas e europeias, por motivos preferenciais de comércio, poderia afetar o projeto de desenvolvimento brasileiro pela limitação de entrada dos produtos brasileiros ao mercado europeu. Ademais da criação do MCE com a associação africana, cogitou-se a possibilidade de ameaça dos investimentos norte-americanos e europeus no Brasil. Por isso, a possibilidade da Operação Pan-Americana (OPA) foi, em certa medida, uma resposta a essa conjuntura.

Em 1957, na IV Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas, o Brasil apoiou o projeto A/C.4/L.404, cujo conteúdo mencionava que as províncias ultramarinas portuguesas passariam a ser denominadas como territórios não autônomos, ainda pertencentes de Portugal. No entanto, essa postura não recebia o apoio unânime da sociedade brasileira e nem do próprio Itamaraty. Lideranças políticas e intelectuais defendiam a reaproximação da África, pois entendiam que as mudanças no sistema mundial exigiam uma reforma na formulação da política externa brasileira (Rizzi 2014).

A política externa no governo Jânio Quadros (1961), norteada pelas diretrizes da PEI, tinha um discurso de não alinhamento às potências do sistema mundial, se identifica com as teses Terceiro-mundistas e sustentava o princípio anticolonial, sendo o Brasil defensor da autodeterminação dos povos. No entanto, aquela ambiguidade ainda se evidenciava no alinhamento político oficial Portugal-Brasil. Nota-se que a PEI é a fase de reintrodução da África na pauta externa e da gestação da política africana do Brasil, sendo também o resultado do processo de independência da maioria dos países africanos entre 1957 e 1960.

A reaproximação do Brasil com a África sustentava-se "...na ideia de que tanto o desenvolvimento econômico quanto a capacidade de exercer certa influência regional deveriam evoluir no mesmo sentido" (Penha, 2011, p. 151). As primeiras nuances da política africana do Brasil se baseavam

na busca de novos parceiros políticos e comerciais e proporcionou novas oportunidades de inserção internacional do Brasil. A estratégia usada para reposicionar o país no sistema mundial representou o estabelecimento de relações com países socialistas da Europa e da Ásia, do mesmo modo, com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e Cuba e a revisão das relações com os EUA. Sendo assim, a "África passou a ser visualizada como um novo espaço de exercício da influência brasileira na região do Atlântico Sul" (Penha 2011, p. 151).

As diretrizes da PEI representaram um marco na política externa brasileira, pois eram universalistas e não excludentes, visto que as novas possibilidades proporcionaram ao Brasil afirmar-se como ator influente no sistema mundial. Nesse sentido, se buscou utilizar a política externa como instrumento para a projeção internacional do país e os princípios que norteam a PEI se definiram no nível econômico-político. A busca de novos mercados internacionais e intensificação das relações comerciais com outros parceiros levou a política externa como mecanismo para atingir o desenvolvimento econômico do país. Por outro lado, no âmbito político, identificava-se o fomento do diálogo para soluções de conflitos, não-intervenção nos assuntos internos de outros Estados, autodeterminação dos povos e ênfase no Direito Internacional. O que se notou foi a tentativa de levar o Brasil a um nível de autonomia numa estratégia pragmática.

Em consonância com o que afirma Jaguaribe (1979), entende-se que o sistema mundial do pós-Segunda Guerra Mundial foi marcado por relações em duas ordens, entre as superpotências (EUA e URSS), caracterizadas como complexas relações de cooperação e conflito e entre o centro e a periferia, dentro de cada sistema imperial. No nível de autonomia[3] do sistema, esse baseia-se "em uma complexa rede de interesses inter-relacionados dentro de um enquadramento profundamente assimétrico, que privilegia o centro em relação a periferia" (Jaguaribe 1979, p. 95, tradução própria). Tal assimetria se baseava na superioridade econômico-tecnológica e político-militar dos EUA, que assegurava seus interesses no sistema mundial.

Quanto aos Estados, precisam de viabilidade nacional e permissibilidade internacional para deterem um maior grau de autonomia no sistema mundial. A viabilidade nacional está subordinada às circunstâncias histórico-geográficas e socioculturais e à disposição de recursos humanos e naturais (Jaguaribe 1979). Nesse sentido, verifica-se que o período estudado apresenta uma margem interessante de viabilidade nacional, com graus diferentes

3 Segundo o autor, o nível de autonomia só pode ser percebido claramente no âmbito do império norteamericano, órbita em que o Brasil se encontrava.

em cada governo. No governo Jânio (e posteriormente no governo Geisel), houve um elevado grau de viabilidade nacional, pois o Brasil apresentava uma economia em expansão.

A permissibilidade internacional, além de ser de especificação mais abstrata, aborda a capacidade interna e externa de neutralizar os riscos advindos de terceiros no sistema mundial (Jaguaribe 1979). Nota-se que a conjuntura da Guerra Fria ofereceu ao Brasil um relativo índice de permissibilidade internacional (entre 1961-63 e entre 1974-85, especialmente), dando margem para que o mesmo atuasse no sistema mundial questionando, em certa medida, a ordem vigente e as desigualdades entre os Estados centrais e periféricos.

Autonomia, viabilidade nacional e permissibilidade internacional são conceitos-chave no entendimento das características da política africana do Brasil, que surge em 1961 e se consolida na década de 1970. Foi o conjugado da análise entre as possibilidades e demandas internas com as possibilidades externas que identificaram, dentro de um padrão de conduta baseado nos "3Ds" de Araújo Castro, que fizeram superar os obstáculos dos aspectos formadores da política africana nesse período da Guerra Fria, dentro da consolidação do Estado Desenvolvimentista brasileiro.

O apoio brasileiro ao princípio de autodeterminação dos povos da África, bem como o uso da política externa como mecanismo da luta contra o racismo e o colonialismo não significaram a adesão do Brasil ao bloco Terceiro-mundista. Quadros argumentava que a política africana do Brasil seria uma "modesta recompensa" pelo imenso débito que o Brasil tinha para com os povos africanos. No entanto, o vácuo de poder deixado pelas potências coloniais foi visto como uma oportunidade de inserção do Brasil no continente africano.

Em termos de comércio exterior, os governos Quadros e Goulart optaram pela aproximação direta aos governos africanos. A principal preocupação era desfazer a imagem criada nas décadas anteriores sobre a concorrência desleal entre os produtos africanos e brasileiros no MCE[4]. As novas inclinações africanistas da diplomacia brasileira receberam forte oposição. No plano internacional, a política africana de Quadros recebeu a desaprovação

4 Segundo Penha (2011), o Brasil buscou regular suas relações com a África com as iniciativas: 1) o pedido brasileiro na Assembleia das Nações Unidas, em 1961 e 1962, de uma revisão da estrutura institucional do comércio internacional pois era injusta com os países em desenvolvimento. Os debates resultaram na Primeira Conferência Internacional do Comércio e Desenvolvimento (I UNCTAD), em Genebra (1964). 2) a assinatura do Acordo Internacional do Café, implementado em 1963, para constituir uma política de controle de produção e promover exportação a preços lucrativos.

de Portugal, que a considerava contraditória aos interesses portugueses na África. As relações luso-brasileiras representavam o primeiro obstáculo para a política anticolonialista de Quadros. Entretanto, na XV Assembleia Geral das Nações Unidas fortaleceu-se a ambiguidade no discurso brasileiro. No primeiro momento, a delegação brasileira votou a favor do projeto "Declaração sobre Concessão da Independência aos Povos e Países Coloniais" apresentado por países asiáticos e africanos. Em contrapartida, o Brasil votou contra a Resolução que solicitava a Portugal a apresentação de informações sociais, econômicas e políticas sobre suas colônias. Além disso, foi ressaltado que o Brasil sempre defendeu a tese que tais territórios portugueses não eram dependentes, mas províncias de um Estado unitário (Brasil 1960, p. 14-15).

No plano interno, a União Democrática Nacional (UDN) e os militares não apoiavam a PEI, pois acreditavam que a política africana e o diálogo com os países do Leste Europeu e Cuba significassem um alinhamento com os regimes comunistas. É importante mencionar o papel do *lobby* português que questionava o governo brasileiro quando suas atitudes fossem contraditórias aos interesses de Lisboa, enfatizando os princípios da comunidade luso-brasileira.

Cabe ressaltar a relação bilateral com a África do Sul neste período, uma vez que esse país era parceiro comercial brasileiro. Por sua vez, Pretória pautava suas relações com Brasília sob um viés mais político-estratégico, uma vez que buscava apoio para sua inserção no sistema mundial. Segundo Penna Filho (2010), as relações Brasília-Pretória tiveram algumas implicações de ordem prática para o governo brasileiro. Em primeiro lugar, a ampliação do comércio exterior do Brasil no momento em que se iniciou o processo de industrialização. Em segundo lugar, a relação com a África do Sul representava uma oportunidade de projeção do Brasil sob uma região de peso estratégico. Em terceiro lugar, essa relação evidenciava o preenchimento de um vazio no campo das relações exteriores do Brasil após o seu afastamento da África. Porém, o autor ressalta dois eventos que foram responsáveis pelo esfriamento das relações entre Brasil-África do Sul: a ocupação ilegal sul-africana do Sudoeste Africano (atual Namíbia) e o regime de segregação racial. O posicionamento brasileiro frente à anexação do território do Sudoeste Africano foi desfavorável, pois o Brasil apoiava a independência dessa colônia junto às Nações Unidas.

A oportunidade que o Brasil teve de mostrar os princípios da PEI nas Nações Unidas ocorreu quando o tema tratado fora a questão angolana. No entanto, a ambiguidade e as dificuldades do Brasil em romper com os compromissos com Portugal eram perceptíveis. A guerra pela libertação

em Angola agudizou-se na década 1960, ganhando espaço nas discussões internacionais. Em 1961, o conflito foi levado às Nações Unidas pelos países africanos independentes. Em julho, Gana manifestou o fechamento de portos e aeroportos para embarcações e aviões portuguesas. Em seguida, Senegal divulgou o rompimento das relações diplomáticas com Portugal. Além dos países africanos, Inglaterra e EUA se posicionaram contra Portugal. Pelo lado brasileiro, quando o assunto era a problemática angolana, o país apresentava-se como um espectador silencioso, tomando a abstenção como voto nas Nações Unidas. Destaca-se aqui o discurso ambíguo de Afonso Arinos, o qual reproduzia o apoio a Portugal para liderar a independência angolana. No entanto, o voto favorável à Resolução nº 1.742 apresentada nas Nações Unidas por iniciativa de 44 países afro-asiáticos, tinha como objetivo a criação de instituições sob o poder do povo angolano. Esse episódio demonstrou o descumprimento com Portugal, bem como o voto à gradual independência de Angola. Tais ações por parte de Arinos refletiam os valores anticolonialistas que orientavam a PEI, mas receberam o questionamento do Senado.

O Governo de João Goulart (1961-1964) buscou aprofundar a PEI pela via multipolar, tentando articular diplomaticamente relações com pequenas e médias potências. A postura favorável à descolonização africana fora entendida, internamente, como uma brecha para a expansão do comunismo no território brasileiro, pois os movimentos de independência africanos eram vistos como frutos dessa ideologia. A PEI passou a ser questionada pelos conservadores e militares da sociedade brasileira, bem como receber coerção da diplomacia portuguesa e o Brasil vivia um momento de crise, com a PEI perdendo gradualmente sua efetividade. Posteriormente, o golpe militar, em 1964, fez com que a política africana e o discurso Terceiro-mundista fossem substituídos por uma concepção ideológica de combate ao avanço do comunismo.

De 1964 a 1985: do "alinhamento automático" ao "pragmatismo responsável" que consolidou a política africana

Conforme Rizzi (2014), a política africana, nos dois primeiros governos militares, tomou um viés mais conservador pró-Portugal sob uma visão geopolítica das relações com o continente; os seguintes governos, especialmente a partir de 1970, posicionaram a África na política externa brasileira, de certa forma sistematizando a futura presença brasileira nos Estados recém-independentes. Neste período, a política africana do Brasil não avançou

quando comparada ao período da PEI, porém não significou um abandono. Ocorreu, sim, a substituição da cooperação político-econômica por um aspecto geopolítico seguido do liberalismo associado do governo Castelo Branco sob viés da luta contra a ameaça comunista, que definem as novas diretrizes da política externa brasileira do período de 1964 a 1969.

A Diplomacia do Interesse Nacional do governo Castelo Branco (1964-1967) foi direcionada a uma reaproximação com os EUA, invocando um discurso mais atrelado a Portugal. De acordo com Penha:

> O governo [...] insistia na ideia de que a política brasileira em direção à África deveria levar em consideração a tradicional afeição brasileira por Portugal e defendia a formação de uma comunidade afro-luso-brasileira como "primeira janela" para afirmar a liderança do Brasil no Atlântico Sul (Penha, 2011, p. 162).

A nova conduta aprofundou a atmosfera interna em que os movimentos de libertação africanos pareciam estar vinculados com o comunismo, identificando que a África do Sul era o único parceiro confiável. Criou-se, assim, um espaço triangular no Atlântico, onde as três capitais "livres" e ocidentais (Brasília-Lisboa-Pretória) construíssem uma aliança contra a ameaça do comunismo nas demais nações africanas (Saraiva, 1996).

De acordo com Vizentini (2004a), a política africana no governo Castelo Branco caracterizava-se por dois impulsos: primeiro, uma saudação cordial às delegações do Terceiro Mundo nos fóruns mundiais; e a busca por novos mercados. No entanto, tais impulsos foram anulados pelo ocidentalismo e pelos compromissos com a ex-metrópole, pois os estrategistas brasileiros temiam a instalação de regimes comunistas na costa atlântica da África. A solução adotada foi romper-se o discurso diplomático do governo anterior, bem como estreitar-se o laço com Portugal, apoiando o colonialismo português como melhor forma de impedir a instalação de regimes comunistas.

Nesse sentido, a ambiguidade do governo Castelo Branco para África estava na condenação do domínio colonial, com apoio incondicional às posições do governo Salazar e por outro lado, condenando o regime do *Apartheid*, considerando a África do Sul como principal parceiro econômico na África subsaariana. Entretanto, segundo Penha (2011), a explicação poderia estar na postura brasileira de manter o alinhamento ideológico com os EUA. Essa

ambiguidade diminuirá gradualmente, de acordo com o aumento da influência brasileira no Atlântico Sul[5].

A "Diplomacia da Prosperidade" do governo do General Arthur da Costa e Silva (1967-1969) significou a retomada gradual da matéria do desenvolvimento e a adoção de um viés multipolar para a diplomacia, numa perspectiva de relacionamento Sul-Sul, anteriormente evidenciado na PEI. A política africana seguia os interesses econômico-comerciais de conquistar novos mercados e de suprir a demanda nacional de petróleo. Nota-se a consolidação das percepções geopolíticas, pois "[...] tratou-se de manter a influência brasileira no Atlântico por meios econômicos e por uma política pacífica, sem a interferência direta de poderes externos e sem os pactos de segurança coletivos" (Saraiva 1996, p. 128-129).

A inserção do Brasil foi marcada no governo do General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) pelos novos parceiros comerciais, resultado da consolidação de um novo olhar para a África. A política externa esteve orientada para os objetivos de uma nova inserção de potência regional, na qual o Atlântico Sul foi incorporado como um espaço facilitador para as navegações, bem como um ambiente geoestratégico para o desenvolvimento nacional, isso porque "[...] os temas da segurança subordinaram-se aos do desenvolvimento" (Saraiva 1996, p. 130).

Cabe ressaltar que a distância Natal-Dakar foi mencionada durante o governo como um fator de fácil comunicação com o continente africano – a distância de 1.600 milhas permitia construir corredores marítimos comerciais, possibilitando ações de intercâmbio por custos menores. Além disso, outra medida estratégica foi a extensão do mar territorial brasileiro para a faixa de 200 milhas náuticas, em 1970. Conforme Saraiva (1996), o envolvimento dos países africanos da costa atlântica no consentimento da decisão do governo Médici foi outra finalidade dessa medida. Em 1968, o ministro do MRE, Magalhães Pinto, anunciou que a sociedade brasileira, bem como o seu governo repudiavam a questão da discriminação racial na África do Sul e no mundo, em complemento, ressaltou que o governo apoiava todos os esforços à luta contra a discriminação racial na África. Nota-se uma importante mudança de postura, uma vez que o governo Castello Branco não se pronunciou sobre assuntos africanos.

No sistema mundial, o anticolonialismo era percebido por duas formas: "[...] as metrópoles pregavam que os países coloniais deviam primeiro

5 A 1ª missão brasileira comercial para a África Ocidental (1965) visitou Senegal, Libéria, Gana, Nigéria, Camarões e Costa do Marfim. Em 1966, a 2ª missão percorreu pela África do Sul, Moçambique, Angola, Gana e Costa do Marfim.

desenvolver-se para depois obter a independência, enquanto as colônias argumentavam que antes do desenvolvimento vinha a independência" (Vizentini 2004a, p. 178). Para Dávila (2010, 4), a descolonização mudou esse cenário moldado pela diáspora africana, além de ter um impacto significante no pensamento brasileiro e suas conexões com o projeto de desenvolvimento nacional. Em seu sentido mais amplo, isso transformou as respostas do Estado brasileiro à Guerra Fria, criando um espaço para os diplomatas brasileiros em propor alternativas para a lógica de uma "cortina de ferro" dividindo Leste e Oeste. Pelo lado brasileiro, haviam os atritos com Portugal, EUA, potências coloniais europeias e África do Sul, os quais exerciam um bloqueio ao desenvolvimento da diplomacia brasileira para a África. Nas Nações Unidas, Brasília votou junto a Lisboa na questão das províncias ultramarinas, bem como Washington, Londres, Madrid e Pretória.

No entanto, o Brasil preferiu adotar uma postura silenciosa. Entretanto, Geisel e Delfim Neto, respectivamente presidente da Petrobras e ministro da Fazenda, sugeriram a entrada brasileira no continente africano por meio das Províncias Ultramarinas portuguesas, adotando um caminho diverso:

> Separar o *Portugal metropolitano*, com quem se buscava o desenvolvimento de relações bilaterais, intercâmbios culturais e comerciais, convenção sobre de direitos e deveres, do *Portugal colonialista*, com quem o Brasil deveria evitar envolvimento político , militar ou comercial, e a quem se deveria negar o apoio à tese da ficção jurídica das províncias ultramarinas (Visentini, 2004a, p. 179).

Com os efeitos da relação Brasil-Portugal, o discurso brasileiro foi marcado pela ausência do termo "províncias ultramarinas", evitou-se empregar tal expressão nos documentos oficiais e planos comerciais. Além disso, o Brasil esquivou-se da consulta a Portugal na exploração do petróleo angolano, bem como na abertura de redes comerciais entre Angola e Moçambique. A viagem (1972) sob a liderança do chanceler Mario Gibson Barboza foi alvo de oposição portuguesa e sofreu internamente a divergência entre o Ministério da Fazenda, cujo desejo era a aproximação com as colônias portuguesas e o Itamaraty, que direcionava-se preferencialmente aos países independentes[6].

Logo, os anos 1970 representaram uma inserção aprofundada do Brasil na África, diferenciando-se dos anos anteriores, em que o discurso baseava-se na solidariedade entre os povos. Neste momento, o continente

6 Abrangeu Costa do Marfim, Senegal, Gana Togo, Daomé (Benin), Nigéria, Camarões, Zaire e Gabão.

passou a representar o espaço estratégico-comercial para a expansão dos produtos brasileiros, bem como para o intercâmbio de petróleo. Com as duas crises do petróleo, em 1973 e 1979, segundo Rizzi (2014, 83), esse produto era "o primeiro responsável pela atração que a África exercia sobre o Brasil, devido às necessidades energéticas brasileiras". Por esse motivo, a manobra brasileira foi aproximar-se de novos parceiros: Angola, Nigéria, Gabão, Congo e Zaire. Esse é o ponto-chave da política africana do Brasil, viabilidade nacional e permissibilidade internacional.

O comércio com a África do Sul continuou, porém o Brasil se posicionava gradualmente contra o *Apartheid*. As relações Brasil-Portugal continuaram a ser privilegiadas, quando em maio de 1973, Médici visitou Portugal. Todavia, a contradição na postura brasileira nos foros internacionais manteve-se, ao passo que o Brasil foi, aos poucos, sistematizando sua posição contra o colonialismo e o racismo. Foi percebida tal postura na XXVI Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1972, onde o Brasil foi favorável à adoção da Resolução 2.278, cujo propósito era considerar legitimamente os movimentos de libertação de Angola, Moçambique e Cabo Verde/Guiné-Bissau (Rizzi 2014).

O "Pragmatismo Responsável e Ecumênico" do Presidente Ernesto Garrastazu Geisel (1974-1979) lançou o II Plano Nacional de Desenvolvimento, aprofundando o processo de industrialização por substituição de importações. A diversificação das relações internacionais do Brasil solidificou-se; com o Chanceler Antônio Azeredo da Silveira, a matéria da descolonização africana foi inserida na pauta, pois sua gestão buscava "harmonizar os interesses nacionais" (Azeredo Da Silveira, 1974a *apud* Rizzi, 2014) com os países africanos. Em 1974, Azeredo da Silveira expôs a nova política brasileira para a África, baseada em três aspectos:

> a) incremento da cooperação, na modalidade Sul-Sul, em proveito do desenvolvimento mútuo; b) respeito aos princípios da soberania e autodeterminação dos Estados e da independência econômica das sociedades; c) repulsa ao colonialismo e à discriminação racial, com apoio à independência da Namíbia e ao governo de maioria negra do Zimbábue [...] e aos novos Estados lusos independentes (Cervo & Bueno 2008 p. 422).

Importante destacar, como segmento nas trocas comerciais Brasil-África durante as décadas de 1970 e 1980, que a venda de armas brasileiras tornou o Brasil o grande fornecedor de armas para o continente africano, tanto pela capacidade na produção bélica que o país passou a desenvolver, e especialmente, pela denúncia do Tratado de Amizade e Consulta de 1977, com os EUA (conforme Penha, 2011). A partir de 1974, quando a indústria

bélica brasileira avançou, essa reconheceu espaços para exportar, cujo destino principal foi a Nigéria (principalmente), seguido por Gabão, Marrocos, Sudão, Burkina Fasso e Zimbábue. Porém, o problema gerado foi a suposta inconveniência para alguns setores referente à exportação dos outros bens industriais, porém, "[...] a verdade é que a politização da venda de armas no período nunca se comprovou, exceto mais tarde (1988), no caso da pressão norte-americana contra a venda de um bilhão de dólares em armas do Brasil à Líbia" (Penha 2011, p. 173).

O desejo de alterar a posição do país na hierarquia do sistema mundial levou a substituir a ideologia de "perigo comunista" e a "segurança ocidental" por uma estratégia de aproximação à África, visto que o continente foi incorporado na "renegociação da dependência" do Brasil diante à economia mundial, em especial, frente aos EUA. Logo, percebe-se que a inserção brasileira no Atlântico Sul, por meio da política africana, não fomentava a luta ideológica contra o comunismo mas, sim, alimentava a conquista dos futuros mercados (Saraiva 1996).

O discurso ideológico português de "missão civilizatória" e "lusotropicalismo" manteve-se com a substituição de Salazar por Marcelo Caetano em 1968. Porém, a Revolução dos Cravos em abril de 1974 representou o fim daquela "missão", sendo o seu maior resultado a independência das colônias portuguesas na África. Ademais, "estava encerrada a posição ambígua que por mais de 20 anos aproximou e distanciou o Brasil da África, numa política oscilante" (Rizzi 2014, p. 84).

Embora em novembro de 1973 o Brasil tenha sido o único país do Terceiro Mundo que, na ONU, não votou à favor a independência bissau-guineense, em 16 de julho de 1974 o Brasil finalmente reconheceu a independência da República da Guiné-Bissau declarada unilateralmente em setembro de 1973. O ano de 1975 foi marcado por grandes mudanças: o Brasil instalou uma Representação Especial em Luanda em março e oficializou outra em Maputo – que não chegou a ser aberta; em 25 de junho, Moçambique proclamou sua independência[7]; Cabo Verde, em 05 de julho; São Tomé e Princípe, em 12 de julho. Posteriormente, o país foi o primeiro a reconhecer a independência da República Popular de Angola sob o governo do Movimento para a Libertação de Angola, em 11 de novembro de 1975. Conforme Rizzi (2014, p. 85), "... esse prestígio para com as independências de todos os PALOP deve ser interpretado com parte da estratégia brasileira no sentido de se colocar como país-ponte entre os interesses do Primeiro e Terceiro Mundo". Para Penha (2011), o reconhecimento dos governos marxistas de

7 O Brasil não foi convidado a participar na festa da independência moçambicana.

Angola e Moçambique significou uma ruptura da concepção ideológica que conduzia a política externa para o Atlântico Sul e África, sendo assim, o início de uma nova etapa da política africana. Após esses reconhecimentos, o Presidente Geisel e o Itamaraty foram criticados por parte da imprensa, da sociedade civil, opinião pública e militares. Essa postura não influiu apenas na política africana brasileira, mas teve consequências positivas nas relações com o Terceiro Mundo, além de o país se desvincular da imagem de apoio ao colonialismo português e consolidar sua política africana.

Com respeito à política africana do Governo João Baptista Figueiredo (1979-1985), essa representou a continuidade desde o governo Geisel. De acordo com Cervo & Bueno (2008), de um lado, a África representava uma alternativa frente ao protecionismo e às barreiras alfandegárias pelos países ricos e suas exportações, e, por outro lado, o Brasil significava para África, uma nova fonte para fornecimento de bens e serviços, substituindo sua independência das ex-metrópoles. Figueiredo foi o primeiro presidente brasileiro a visitar a África entre 14 e 21 de novembro de 1983 (Nigéria, Senegal, Guiné-Bissau, Cabo-Verde e Argélia).

Nesse contexto, a política africana se consolidou durante o governo de Figueiredo, sistematizando um "pioneirismo-reciprocidade-respeito" (Saraiva Guerreiro *apud* Rizzi 2014), com um olhar preferencial aos países de língua portuguesa, sem negligenciar as outras regiões africanas. Ressalta-se que neste período, as relações econômicas e de cooperação se intensificaram. A década de 1980 foi caracterizada por mudanças no sistema mundial e no âmbito interno, com efeito, o Chanceler Ramiro Saraiva esforçou-se por manter a autonomia do Brasil através de uma política externa universalista, sustentando os princípios do Pragmatismo Responsável.

Apesar dos efeitos da "década perdida" e da guerra na África Austral, a política africana do Brasil seguiu uma linha de atuação nos campos político, econômico e cultural, destacando-se a aproximação com Angola e a crítica ao *Apartheid*. É interessante esclarecer que a cooperação econômica com os parceiros africanos exportadores de petróleo deu-se pelo expediente do *countertrade,* visto que esse método é preferido quando há escassez de divisas e excedentes em bens e serviços entre os parceiros comerciais.

A relação Brasília-Pretória na década de 1970 caracterizou-se pelo distanciamento e na década de 1980, por um quase congelamento. Segundo Penna Filho (2011), alguns fatores explicam: o primeiro deve-se ao encerramento da contradição da política africana do Brasil após a descolonização portuguesa que impulsionou a tomada de decisão; o segundo, a crítica da comunidade internacional frente ao regime do *Apartheid,* sobretudo dos paí-

ses afro-asiáticos; o terceiro, a diversificação de parceiros comerciais na década de 1970. Concorda-se que a aproximação com Pretória estava "baseada num cálculo estratégico de relações comerciais e econômicas", tornando-se um "pragmatismo consciente" (Penna Filho 2001, p. 81).

O impulso das relações com a África, legitimado por laços culturais, permitiram a conquista de novos mercados, visto que o continente era primordial para o projeto de desenvolvimento nacional, dado pela categoria de menor desenvolvimento relativo dos países africanos. Além disso, propiciou o surgimento de parcerias técnicas[8] que engajassem transferência de tecnologia, formação de recursos humanos e a possibilidade de assegurar ao Brasil produtos primários. Merece destaque a abertura dos países africanos à entrada de empresas brasileiras prestadoras de serviços, em especial aquelas voltadas à construção de obras públicas e de infraestrutura, bem como de exploração de petróleo (Santana 2003).

Como verificou-se, desde 1974, não haveria mais como sustentar uma política ambígua que tratasse de sustentar os laços sentimentais com Portugal e a tentativa de aproximação dos povos africanos. As crises do petróleo, a Revolução dos Cravos em Portugal e suas consequências nas relações Brasília-Lisboa, as mudanças ocorridas no sistema mundial, bem como a eficácia do método do "pragmatismo ecumênico e responsável" de Geisel proporcionaram ao Brasil uma mudança de posicionamento mais ativa e autônoma no continente africano.

Conclusão

Buscou-se verificar que a ambiguidade entre o discurso político e a prática externa brasileira frente às colônias portuguesas entre 1961-1985 se evidenciava no alinhamento político oficial entre Portugal e Brasil, devido ao Tratado de Amizade e Consulta, de 1953. Após a aplicação do método hipotético-dedutivo e das análises, corroborou-se a questão geradora de pesquisa e conclui-se que os aspectos que exerceram influência na definição da política africana do Brasil foram o Tratado de 1953 e as relações com a África do Sul. Concorda-se aqui com Saraiva, quando ressalta que o Brasil possuía inicialmente duas políticas africanas: de um lado, havia a "política geral de aproximação" ao continente, cuja vertente baseava-se na solidariedade política à descolonização, e, por outro lado, havia a "política de admissibilidade da

8 O Brasil passou a assinar Acordos gerais de cooperação com todos os PALOP e boa parte dos países africanos, a partir de então.

continuação do colonialismo para o caso das colônias portuguesas na África" (Saraiva 1996, p. 88). Identifica-se que o apoio brasileiro ao colonialismo português estabeleceu um bloqueio inicial desde a década de 1950 para consolidar sua política africana, que vai se formando à medida que a pauta africana aumenta progressivamente na agenda externa do Brasil (política e comercial).

Em complemento, concorda-se com Penna Filho (2010), que identifica que os dois obstáculos para o desenvolvimento da política africana eram o apoio brasileiro ao colonialismo português, já comentado, e as relações com a África do Sul, por sua política de segregação racial: tanto Portugal quanto África do Sul não eram aceitos pela maioria dos Estados africanos, resultando assim, uma dificuldade de aproximação do Brasil aos governos africanos. Como verificou-se, somente com o fim do processo da descolonização portuguesa na década de 1970, o Brasil se projetou para África sob um viés pragmático e autônomo. A conjuntura internacional permissível da primeira metade da década de 1970 e a viabilidade nacional permitiram ao país finalizar a ambiguidade no momento em que as independências das colônias portuguesas na África ocorreram oficialmente. Adicionalmente, também compreende-se que a política africana se consolida justamente no momento em que os aspectos político-estratégicos da África e do Atlântico Sul são incorporados plenamente à política externa brasileira, em um processo de mão dupla e complexo.

A consolidação da África na agenda da política externa brasileira nas décadas de 1970 e 1980 foi fruto da ruptura ideológica que passou a ter cada vez menos peso na inserção internacional do Brasil, das possibilidades internas e internacionais causadas pela crise do Petróleo de 1973. Esse período representou uma inserção aprofundada do Brasil na África, diferenciando-se dos anos anteriores, em que o discurso baseava-se na solidariedade entre os povos. Até o final do Regime Militar, o continente africano passou a representar um espaço estratégico-comercial para a expansão dos produtos brasileiros, formatando a política africana do Brasil.

Logo, entende-se que essa ambiguidade entre o discurso e a prática da política externa do Brasil resultou na formação de um perfil específico da política africana, onde Portugal e os PALOP, e a África do Sul continuam a deter papel protagonista, pelos motivos anteriormente identificados. Em seguida, nota-se como resultado da política africana que na década de 1980, o Brasil se projetou assertivamente no Atlântico Sul, objetivando tornar essa área uma zona livre de tensões bipolares, pelo mecanismo autônomo sem a interferência das grandes potências, com a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) em conjunto com países lindeiros.

Essa proposta brasileira na Assembleia Geral das Nações Unidas revelou a importância que o Brasil dava aos países africanos recém-independentes e aos vizinhos sul-americanos. Observa-se, ainda, que a política externa brasileira para o Atlântico Sul foi mapeada por tons geoestratégicos, pois a garantia de um espaço de cooperação multilateral onde o escoamento de produtos energéticos tornou-se vital aos interesses brasileiros. Assim, a política africana do Brasil é resultado das possibilidades internas conjugadas aos desafios do sistema mundial, ocasionando uma pauta permanente da política externa brasileira e uma tomada de decisão mais consistente e pragmática, que se manteve com momentos de avanços e recuos desde então.

Referências

Arinos, Afonso Filho. 2001. "Diplomacia independente – Um legado de Afonso Arinos". São Paulo: Paz e Terra.

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. Relatório, de 1952 a 1961.

Cervo, Amado Luiz, 2011. "A parceria inconclusa: as relações entre Brasil e Portugal". Belo Horizonte: Fino Traço.

Cervo, Amado Luiz; Bueno, Clodoaldo. 2008. "História da política exterior do Brasil". Brasília: Editora Universidade de Brasília. 3 ed.

Dávila, Jerry. 2010. "Hotel Trópico: Brazil and the challenge of African decolonization, 1950-1980". Durham: Duke University Press.

Jaguaribe, Helio. 1979. "Autonomía periférica y hegemonía céntrica". Estudios Internacionales, [s.l.], v. 12, n. 46, p.91-130, 1979. Availabke from: <http://www.revistaei.uchile.cl/index.php/REI/article/view/16458> Accessed in: 15 mar. 2019.

Penna Filho, Pio. 2010. "A parceria sul-africana no contexto das relações Brasil-África". In: Visentini, Paulo G. Fagundes and Analúcia Danilevicz Pereira (Orgs). África do Sul: História, Estado e Sociedade. Brasília: FUNAG/CESUL.

Penna Filho, Pio. 2011. "África do Sul e Brasil: diplomacia e comércio (1918-2000)". Revista Brasileira de Política Internacional, n. 44(1), p. 69-93.

Filho, Pio Penna; Lessa, Antônio Carlos Moraes. 2007. "O Itamaraty e a África: as origens da política do Brasil". Estudos Históricos, Rio de Janeiro n. 39, p. 57-81.

Penha, Eli Alves. 2011. "Relações Brasil-África e a geopolítica do Atlântico Sul". Salvador: EDUFBA.

Popper, Karl R. 1975. "Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária". São Paulo: Itatiaia: EDUSP.

Rizzi, Kamilla Raquel. 2014. "O grande Brasil e os pequenos PALOP: a política externa brasileira para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (1974-2010)". Porto Alegre: Leitura XXI.

Santana, Ivo de. 2003. "Notas e comentários sobre a dinâmica do comércio Brasil-África nas décadas de 1970 a 1990". Brasília: Revista Brasileira de Política Brasileira de Política Internacional, vol. 4 n. 2.

Santos, Luís Cláudio Machado. 2011. "As Relações Brasil – Portugal: Do Tratado de amizade e consulta ao processo de descolonização lusa na África (1953- 1975)". Universidade de Brasília: Brasília.

Saraiva, José Flávio S. 1996. "O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira". Brasília: EdUnB.

Saraiva. José Flávio S. 2012. "África parceira do Brasil atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI". Belo Horizonte, Minas Gerais: Fino Traço.

Venâncio, José Carlos. 2009. "O fato africano: elementos para uma sociologia da África". Lisboa: Bertrande.

Vizentini, Paulo Fagundes. 2004a. "A política do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)". Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2 ed.

Vizentini, Paulo Fagundes. 2004b. "Relações exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente". Petropolis, RJ: Vozes.

Vizentini, Paulo Fagundes. 2008. "Relações do Brasil: de Vargas a Lula". São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 3 ed.

RESUMO

O objetivo do artigo é analisar a ambiguidade entre o discurso político e a prática externa brasileira frente às colônias portuguesas no período entre o Tratado de Amizade e Consulta com Portugal, passando pela Política Externa Independente (PEI) e o Regime Militar (período total de 1953 a 1985). Metodologicamente, a pesquisa utiliza a abordagem quanti-qualitativa aplicando o método hipotético-dedutivo, ao passo que se classifica como descritivo-explicativa quanto aos objetivos. Em relação aos procedimentos, utilizou-se a revisão bibliográfica, a análise documental de fontes primárias, secundárias e de imprensa. Identifica-se, como questão geradora, que o apoio brasileiro ao colonialismo português estabeleceu um bloqueio inicial para consolidar sua política africana, que vai se formar progressivamente à medida em que a pauta africana aumenta na agenda política e comercial do Brasil na década de 1970.

PALAVRAS-CHAVE

Política Africana do Brasil; Colônias portuguesas; Descolonização.

Recebido em 23 de maio de 2019
Aceito em 20 de agosto de 2019

ECONOMIA DO TERCEIRO MUNDO E A "BUSCA POR PASTAGENS MAIS VERDES NO DESERTO": FOCO NA NIGÉRIA E SEUS VIZINHOS

Emmanuel Osewe Akubor[1]

O deserto antes do "deserto": uma definição histórica

Relatos históricos disponíveis, conforme documentado por estudiosos, opinam que essa área atualmente descrita como Deserto nem sempre foi assim, pois antes era uma área com regiões de atividades econômicas (Kenny J. 2000). Como tal, houve um grande fluxo de pessoas e mercadorias dentro e ao redor da área (Kwanashie *et al*. 1987). O efeito resultante foi que, por volta de 700 d.C., o Império de Canem começou a se formar no que hoje é o Chade e a Líbia. Esse império deveria absorver mais tarde outras tribos e povos do norte da Nigéria e o comércio e o intercâmbio diplomático ocorreu na área.

A maioria dos primeiros estados de Hausa mantinha uma localização geográfica estratégica no extremo sul da rota trans-saariana entre Trípoli e o Lago Chade. Essa rota comercial, que se originou nos tempos pré-históricos e estava florescendo no século VIII, ligava os países do Mediterrâneo aos recursos da África Subsaariana. Os bens comerciais incluíam marfim e escravos (Kenny J. 2000), por exemplo, enquanto Ayandele argumentava que a área de Yoruba recebia bons suprimentos de cavalos usados pelos nobres tanto para a guerra quanto para o prestígio antes do século XIX (Ayandele 1979). Usman opinou que Kano (atualmente, cidade na Nigéria) foi particularmente reconhecido por fornecer o que hoje é conhecido como couro marroquino para grande parte do norte da África (Marrocos e Trípoli), um comércio que só

1 Departamento de História, University of Obafemi Awolowo, Ile-Ife, Nigéria. E-mail: oseweakubor@gmail.com

declinou depois que a ferrovia chegou a Kano em 1912 (Usman Mohammed, 2013). Os comerciantes do norte da África, principalmente berberes e árabes, não apenas trouxeram bens comerciais, mas também a religião islâmica. Em 1085, Hummay, um nobre muçulmano, removeu o rei Selma, o último rei Duguwa, do poder e estabeleceu a dinastia Sefuwa (também chamada Sayfawa). A dinastia Sefuwa trouxe grandes mudanças ao Império Canem, especialmente na área da cultura e civilização islâmicas.

A importância do exposto acima é que essa introdução da cultura e civilização islâmica levou à migração de ambos os lados, criando uma espécie de relacionamento suave entre os novos migrantes e seu anfitrião Hausa (isso não indica de forma alguma a completa ausência de conflito, como houve casos de guerra e hostilidade, mas o Islã como religião se tornou um fator unificador) e o destino das pessoas que foram empurradas para o sul na área central da Nigéria, como os Gwari e outros que os seguiram. Para aqueles que aceitaram o domínio dos grupos Sayfawa, os historiadores argumentaram que eles foram atraídos para uma rede de trocas e relações diplomáticas, que foram feitas com o sultão no norte da África, sobretudo, durante o reinado de Mai Dunama Dabbalemi (1221-1259), especialmente em a área de peregrinação e propagação do Islã.

Assim, desde o reinado de Mai Dunama Dabbalemi (1221-1259) até os dias atuais da Nigéria, a área permaneceu uma colmeia de atividades, especialmente no que se refere ao movimento de bens e serviços econômicos que continuamente beneficia o povo de ambos os países. Por exemplo, Ayandele (1979) opinou que poucas pessoas percebem que no século XVIII o natrão usado pelo povo Efik veio em grande parte da bacia do Chade; que os iorubás obtiveram seus cavalos de Trípoli através de intermediários Kanuri muito antes do século XIX; que, como escravos, um grande número de Hausa era um ativo econômico para os iorubás. De acordo com a visão de Ayandele, Gavin, R. e Oyemakinde W. (1989) escreveram que a Nigéria adquire mercadorias raras, como natrão ou potassa cortada em laje na margem norte do lago Chade. Os estudiosos postularam que cordas de natrão conduziam burros na área do Lago Chade pontilhavam todas as principais rotas do norte, especialmente de Kano para o sul até o Níger, em Bussa, onde encontraram outra grande rota de Brno ao longo do Benue e daí para a terra iorubá ou a oeste de Gonja em Gana. De uma maneira mais detalhada e analítica, Watts (1983, citado em Mohammed-Baba, T.A, 1989), descreveu graficamente a relação assim:

> A savana do norte e o bioma saheliano constituíam uma unidade ecológica humana, na qual os negócios dos agricultores hausa e dos

> pastores semi sedentários Fulani estavam intimamente integrados com os pastores wodaabe, tuaregues e outros grupos nômades do norte. Essas ligações parciais foram incorporadas nas fortes correntes de troca entre as duas regiões – a cultura do deserto que fornece sal, natrões, tâmara e gado 'e a savana que fornece roupas, alimentos e produtos artesanais que conferiam uma certa segurança diante da variação do clima.

A importância do exposto acima é que houve uma espécie de relação simbiótica e troca de bens, serviços e ideias ao longo do tempo em toda a região, uma marca das relações diplomáticas tradicionais e da boa vizinhança. Isso é particularmente notável na parte norte da Nigéria, onde os governos da maioria dos países ao redor e ao longo das áreas desérticas mantêm contato diplomático continuamente. Um bom exemplo é o caso do governo da Líbia até o final dos anos 2010, que, além do intercâmbio educacional, financiou maciçamente a construção de mesquitas e outros centros de culto islâmicos em Kano e outras cidades do norte. O governo, particularmente sob Gaddafi, havia embarcado em várias doações humanitárias e visitas a Kano e esses outros estados do norte, na maioria das vezes sem aviso prévio, após o qual ele retornaria ao seu país (Kingsley 2011).

O Deserto e os Jovens Nigerianos: Estabelecendo a Causa

Estudiosos argumentaram que, para melhor compreensão da nova relação existente entre o deserto e a jovem Nigéria na África pós-colonial, devemos ser capazes de vê-la de dois ângulos; ou seja, o drama com o deserto causado como resultado da falta de melhores oportunidades e o segundo causado por guerras e conflitos (Akubor 2017). Yaro J. (2008) apresentou as duas situações assim; para o período entre o início dos anos 1960 e o início dos anos 1970, ele escreveu:

> A deterioração das condições socioeconômicas e o aprofundamento da pobreza no final dos anos sessenta e início dos anos setenta impulsionaram uma ampla variedade de configurações de migração. As medidas de ajuste macroeconômico e um enorme aumento no número de participantes no mercado de trabalho alimentaram uma crise de emprego, criando uma pressão sustentada pela emigração. Uma quantidade significativa de fuga de cérebros ocorre entre Gana, Gâmbia e Nigéria; Togo e Costa do Marfim; Burkina Faso, Senegal e Costa do Marfim. Desde a década de 70, migrantes altamente qualificados, incluindo médicos, paramédicos, enfermeiros, professores,

> palestrantes, engenheiros, cientistas e tecnólogos mudaram de Gana primeiro para a Nigéria e depois para outros países africanos, Europa e América do Norte, atraídos por salários relativamente mais altos e melhores perspectivas de condições de vida. Muitos estudantes também ficaram para trás no final do treinamento, pois as condições políticas, econômicas e sociais em casa se deterioraram.

A segunda etapa da década de 1980, de acordo com os estudiosos, testemunhou o movimento de massas de seres humanos fora da África, à medida que as condições dentro do continente se tornaram ainda mais insuportáveis para uma porcentagem maior da população do continente, especialmente no que se refere à guerra, conflito de armas, problemas de refugiados e falta de melhores oportunidades. Na opinião do estudioso, isso afetou negativamente o desenvolvimento do continente. O estudioso apresentou seu argumento assim:

> Desde o final dos anos 80, os países importadores de mão-de-obra tradicional, os países mais ricos da sub-região (Costa do Marfim) e os destinos até então atraentes para os migrantes (Nigéria) passaram por crises políticas e econômicas, que também estimularam a emigração de seus nacionais. Até o início dos anos 80, poucos profissionais nigerianos emigraram porque as condições de trabalho domésticas eram atraentes e competitivas internacionalmente. O colapso do preço do petróleo, um declínio acentuado nas receitas deste, rápida deterioração das condições de vida e de trabalho, congelamento dos salários, moeda nacional desvalorizada, queda da renda real, regime militar autoritário e a situação econômica vacilante alimentaram a emigração em larga escala de trabalhadores qualificados e não qualificados no exterior. A África do Sul pós-apartheid também atraiu profissionais altamente qualificados da Nigéria e Gana para formar equipes nas universidades e outros setores e comerciantes do Senegal e Mali, incluindo vendedores ambulantes e pequenos comerciantes da Serra Leoa.

Além do exposto, a economia doméstica continuou a se deteriorar, enquanto o poder de compra da naira se deprecia continuamente. Analistas argumentam que isso faz parte do impacto das políticas neoliberais, que reduziram o valor da moeda nacional dos países do terceiro mundo (inclusive na Nigéria). Algumas delas incluem a dependência excessiva da Nigéria em importações sem exportação e industrialização proporcionais, políticas de preço do petróleo bruto no mercado internacional e contrabando através das fronteiras do país (Mathew 2006). O resultado é que a maioria dos pais está agora pressionando os jovens nigerianos a viajar para o exterior, onde acre-

ditam que há abundância de dólar. Isso pode ser melhor entendido quando visto à luz da tabela abaixo.

Tabela 1: Histórico de Taxa de Câmbio para Naira

s/no	Período	Dólar americano	Naira equivalente	Taxa no mercado clandestino	s/ no	Período	Dólar americano	Naira equivalente	Taxa no mercado clandestino
1	1972	$1	N0.658	-	24	1995	$1	N21.89	N71.70
2	1973	$1	N0.658	-	25	1996	$1	N21.89	N84.58
3	1974	$1	N0.63	-	26	1997	$1	N21.89	N84.58
4	1975	$1	N0.616	-	27	1998	$1	N21.89	N84.70
5	1976	$1	N0.62	-	28	1999	$1	N21.89	N88-N90
6	1977	$1	N0.647	-	29	2000	$1	N85.98	N105.00
7	1978	$1	N0.606	-	30	2001	$1	N99-N106	N104-N122
8	1979	$1	N0.596	-	31	2002	$1	N109-N113	N122-N140
9	1980	$1	N0.550	N0.900	32	2003	$1	N114-N127	N135-N137
10	1981	$1	N0.61	-	33	2004	$1	N127-N130	N137-N144
11	1982	$1	N0.673	-	34	2005	$1	N132-N136	-
12	1983	$1	N0.724	-	35	2006	$1	N128.50-N131.80	-
13	1984	$1	N0.765	-	36	2007	$1	N120-N125	-
14	1985	$1	N0.894	N1.70	37	2008	$1	N115.50-N120	-
15	1986	$1	N2.02	N3.90	38	2009	$1	N145-N171	-
16	1987	$1	N4.02	N5.90	39	2010	$1	N148.21-N154.8	-
17	1988	$1	N4.54	N6.70	40	2011	$1	N151.05-N165.1	-
18	1989	$1	N7.39	N10.70	41	2012	$1	N155.09-N161.5	-

s/ no	Período	Dólar americano	Naira equivalente	Taxa no mercado clandestino	s/ no	Período	Dólar americano	Naira equivalente	Taxa no mercado clandestino
19	1990	$1	N7.39	N10.70	42	2013	$1	N153.21-N162.9	-
20	1991	$1	N8.04	N9.30	43	2014	$1	N170-N199	-
21	1992	$1	N9.91	-	44	2015	$1	N199-N300	-
22	1993	$1	N17.30	N21.90	45	2016	$1	N300-N320	N310-N370
23	1994	$1	N22.33	N56.80	46	2017	$1	N360	-

Fonte: Mathew, Womack Ryan "O surgimento do neoliberalismo e do livre comércio no mundo em desenvolvimento" (2006), Universidade do Tennessee homenageia projetos de tese. https://trace.tennessee.edu/utk_chanhonopio/1030

Desemprego, Frustração e os Jovens Nigerianos

Nasir El Rufai (2010), em sua análise da situação de desemprego na Nigéria, afirmou que atualmente a Nigéria tem cerca de 90 milhões de pessoas dispostas e aptas a trabalhar, mas cerca de 70 milhões delas não têm emprego remunerado. Mas, quando as 4,7 milhões de pessoas capturadas no setor formal nas últimas estatísticas da Comissão de Pensões aumentam de 3 a 4 vezes o multiplicador padrão para capturar as do setor informal, isso significa que apenas cerca de 20 milhões de nigerianos têm empregos, dentre os quais uma população de 162 milhões. Esse simples fato causa ao país uma perda anual de cerca de 2 trilhões de nairas, devido à ausência de atividades comerciais que normalmente deveriam ter ocorrido, mas não ocorreram. Ele argumentou, assim, ainda mais:

> O aspecto mais desesperador é o fato de que os mais afetados são os nigerianos entre 21 e 40 anos – os futuros líderes de nosso país. Em 1963, nossa população era de cerca de 56 milhões, uma grande porcentagem da qual estava empregada. A relação emprego/população cresceu até o início dos anos 80, quando começou a declinar. Oficialmente, a taxa de desemprego é de 19,7%. Isso significa que pelo menos 18 milhões de nigerianos não têm emprego e não podem cumprir suas responsabilidades. Os efeitos do desemprego no indiví-

> duo e no país podem ser catastróficos. Nas taxas atuais, mesmo que as políticas governamentais, o ambiente favorável e os esforços diretos consigam criar 1 milhão de novos empregos por ano, levaria 18 anos para fechar a lacuna existente. Exceto que, nessa época, pelo menos 54 milhões de nigerianos teriam ingressado na força de trabalho [...] Em 1996, 2,8 milhões de candidatos a emprego ingressavam no mercado de trabalho nigeriano anualmente, mas apenas 10% deles encontravam emprego. Talvez os números de hoje sejam assustadores demais para a liberação do governo, mas o desemprego é crítico demais para o governo brincar de avestruz político. A média de anos de estudos e o Retorno do Investimento (RDI) de um diploma universitário na Nigéria são ambos de 5 anos; no entanto, é necessário que um graduado nigeriano médio tenha uma média de mais cinco anos para encontrar o que pode ser considerado um emprego estável. Muitos outros, especialmente aqueles sem "padrinhos", permanecem por períodos mais longos sem emprego, por mais qualificados que sejam. Não apenas o grande número de graduados nigerianos está desempregado ou subempregado; muitos são incapazes de aplicar as habilidades aprendidas na escola. Também existem grandes segmentos da população empregada que simplesmente estão definhando, fazendo coisas que realmente não são lucrativos – apenas para permanecerem vivos.

A posição acima é esclarecida pelas estatísticas divulgadas por Akinyosoye, Vincent (2011) e pelo *National Bureau of Statistics*, em que argumentam que as taxas de desemprego em 16 estados, incluindo o Território da Capital Federal, são superiores à média nacional de 19,7%. A análise indicou que o estado de Bayelsa tem a maior taxa de desemprego composta de 38,4%, seguido pelo estado de Katsina, cuja taxa é de 37,3%. Outros estados com taxas de desemprego acima da média, segundo a pesquisa, são Bauchi (37,2%), Akwa Ibom (34,1%), Gombe (32,1%), Adamawa (29,4%), Rivers State (27,9 %), estado de Borno (27,7%) e estado de Kano (27,6%). As taxas de desemprego dos estados de Yobe, Taraba, Jigawa, Sokoto, Imo e Ekiti ficaram em 27,3%, 26,8%, 26,5%, 24,5%, 24,4%, 20,8% e 20,6%, respectivamente.

No final de 2016, foi relatado que os jovens nigerianos estão rapidamente ficando frustrados. Especificamente, Peter Osalor (2016) observou assim:

> No emprego, 4,58 milhões de nigerianos ficaram desempregados desde o ano passado (2015), adicionando 2,6 milhões aos números de desemprego de 1,46 milhão registrados no terceiro trimestre de 2015 e 518,102 milhões no quarto trimestre de 2015. Segundo relatos durante o período de referência, os desempregados na força de trabalho aumentaram em 1.158.700 de pessoas, resultando em um aumento na taxa de desemprego nacional para 13,3% no segundo tri-

> mestre de 2016 de 12,1 em 2016, 10,4% em 2015 de 9,9% no terceiro trimestre de 2015 e de 8,2% no segundo trimestre de 2015.

Na produtividade do trabalho, continuou assim:

> [...] O segundo trimestre mostrou que o investimento na economia era baixo em termos de volume de investimento privado e investimento direto estrangeiro (IED), em comparação com o ano anterior. A taxa de desemprego aumentou 12,2% em relação ao trimestre anterior e diminuiu a produtividade, conforme registrado pelo PIB, informou a NBS. Como era de se esperar com o desenvolvimento, a criação de empregos, tanto do setor privado quanto do público, registrou um valor negativo de -4.288 no quarto trimestre de 2015 e continuou até o segundo trimestre de 2016. O relatório Produto Interno Bruto (PIB) da Nigéria do segundo trimestre de 2016 mostrou queda -2,06% (de ano a ano) em termos reais. A queda foi de 1,70% em relação à taxa de crescimento de -0,36% registrada no trimestre anterior.

O relatório da NBS também mostrou que a Importação de Capital da Nigéria no segundo trimestre de 2016 teve um volume total de capital importado para o país em US $ 647,1 milhões, o que representou uma queda de 8,98% em relação ao primeiro trimestre e uma queda de 75,73% em relação ao segundo trimestre de 2015. O relatório também revelou que o desemprego no segundo trimestre era de 13,3%, o subemprego 19,3% e o desemprego jovem, 49,5%. Isso significa que, em um país de cerca de 170 milhões de habitantes, com metade da população não economicamente ativa, o desemprego é realmente uma bomba-relógio.

A situação não mostrou sinais de melhora em relação ao final de 2017, permanecendo sombria, e as pessoas ficando ainda mais frustradas. Isso fica claro nas estatísticas apresentadas pelo Instituto Nacional de Estatística, que apontaram que entre janeiro e setembro de 2017, um número total de 4,07 milhões de nigerianos ficaram desempregados. De acordo com a agência, o número de nigerianos desempregados passou de 11,92 milhões no primeiro trimestre de 2017 para 13,58 milhões e 15,99 milhões no segundo e terceiro trimestres, respectivamente. Também informou que, entre o segundo e o terceiro trimestre, o número de pessoas economicamente ativas, ou em idade ativa (15-64 anos), aumentou de 110,3 milhões para 111,1 milhões. O relatório da NBS disse que o aumento das taxas de desemprego e subemprego implica que, embora a economia da Nigéria esteja oficialmente fora da recessão, o mercado de trabalho doméstico ainda é frágil e os crescimentos econômicos

nos últimos dois trimestres de 2017 não foram fortes o suficiente para fornecer emprego no mercado de trabalho doméstico da Nigéria.

Peter Osalor (2016) observa que

> A população da força de trabalho aumentou de 83,9 milhões no segundo trimestre de 2017 para 85,1 milhões no terceiro trimestre de 2017. O número total de pessoas empregadas em período integral (pelo menos 40 horas por semana) caiu de 52,7 milhões no segundo trimestre de 2017 para 51,1 milhões no terceiro trimestre de 2017. A taxa de desemprego aumentou de 14,2% no quarto trimestre de 2016 para 16,2% no segundo trimestre de 2017 e 18,8% no terceiro trimestre de 2017. O número de pessoas da força de trabalho desempregadas ou subempregadas aumentou de 13,6 milhões e 17,7 milhões, respectivamente, no segundo trimestre de 2017, para 15,9 milhões e 18 milhões no terceiro trimestre de 2017. O total de desemprego e subemprego combinados aumentou de 37,2% no trimestre anterior para 40% no terceiro trimestre de 2017. [...] Durante o terceiro trimestre deste ano, 21,2% das mulheres na a força de trabalho que tinham entre 15 e 64 anos e estavam dispostas, capacitadas e buscando ativamente trabalho estavam desempregadas, em comparação com 16,5% dos homens no mesmo período.

Além disso, a NBS observou no relatório que, no terceiro trimestre de 2018, 16,4% dos moradores rurais e 23,4% dos urbanos da força de trabalho estavam desempregados. Acrescentou que a taxa de desemprego está aumentando a uma taxa ligeiramente mais rápida para os moradores urbanos do que para os seus homólogos rurais.

As tabelas abaixo dão uma imagem gráfica da situação sórdida.

Tabela II: Taxas nacionais de desemprego (2000-2009)

Ano	Taxas	Ano	Taxas
2000	13.1	2005	11.9
2001	13.6	2006	12.3
2002	12.6	2007	12.7
2003	14.8	2008	14.9
2004	13.4	2009	19.7

Fonte: http://punchng.com/four-million-nigerians-became-jobless-this-year-nbs/

Tabela III: Taxas de desemprego na Nigéria por estado, março de 2019

S/N	Estado	% Desemprego (em ordem decrescente)	S/N	Estado	% Desemprego (em ordem decrescente)	S/N	Estado	% Desemprego (em ordem decrescente)
1	Bayelsa	38.4	13	Sokoto	22.4	26	Zamfara	13.3
2	Katsina State,	37.3	14	FCT	21.5	27	Osun	12.6
3	Bauchi	37.2	15	Imo	20.8	28	Edo	12.2
4	Akwa Ibom State	34.1	16	Ekiti	20.6	29	Ebonyi	12.0
5	Gombe State	32.1	17	Lagos	19.5	30	Kebbi	12.0
6	Adamawa State	29.4	18	Kogi	19.0	31	Niger	11.93
7	Rivers	27.9	19	Delta	18.4	32	Kaduna	11.6
8	Borno	27.7	20	Anambra	16.8	33	Kwara	11.0
9	Kano	27.6	21	Enugu	14.9	34	Nassarawa	10.1
10	Yobe	27.3	22	Ondo	14.9	35	Benue	8.5
11	Taraba	26.8	23	Oyo	14.9	36	Ogun	8.5
12	Jigawa	26.5	24	Abia	14.5	37	Plateau	7.1
			25	Cross-River	14.3			

Fonte: Akubor, E. Osewe (2017), Atingindo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em Meio à Corrupção na Nigéria: Realidade ou Ficção? Ibadan Dominican Studies, vol. 3, Instituto Dominicano Ibadan, janeiro de 2017, pp. 175-200

A partir das estatísticas acima, deve ficar claro que será necessário patriotismo por parte das pessoas afetadas para permanecer no país. Portanto, não foi surpresa para os observadores que mulheres e meninas nigerianas foram levadas do final da década de 90 para a Europa, especialmente para Itália e Rússia, e para o Oriente Médio e Norte da África, por prostituição forçada. Devido ao desespero das vítimas e à busca por ganhar dinheiro pelos traficantes, as vítimas foram transferidas para a Europa por caravanas, forçando-as a atravessar o deserto a pé e sujeitando-as à prostituição forçada para pagar dívidas pesadas por despesas de viagem. Durante o período coberto

pelo relatório, as meninas nigerianas foram repatriadas na Líbia e Marrocos, onde supostamente foram mantidas em cativeiro no tráfico sexual. Em 2010, o excelentíssimo Mathew Egbadon, então presidente da Câmara de Deputados do estado de Edo, tornou público que recebeu uma carta do embaixador da Nigéria na Itália afirmando que das cerca de 10.000 prostitutas naquele país, 80% delas eram do estado de Edo (Nigéria 2010).

A Economia do Deserto e Fatores Encorajadores: O Exemplo Líbio

Além do fato de que historicamente existia uma espécie de rota comercial tradicional da parte norte do país, através de Agadez, para a Líbia, os jovens nigerianos frustrados são frequentemente encorajados pelo fato de que a situação na Líbia e na economia da Líbia oferece uma situação muito mais animadora do que o que pode ser obtido na Nigéria, e é tal que eles poderiam resistir enquanto esperavam atravessar para a Europa. Como tal, o primeiro campo em trânsito é a Líbia. Para alguns outros, de todas as rotas, é o mais barato[2]. Enquanto a economia nigeriana parece estar experimentando uma tendência de queda, o deserto, exemplificado pela Líbia a partir de 1977, a renda per capita no país aumentou para mais de US$ 11.000, a quinta maior da África[3]. O Índice de Desenvolvimento Humano se tornou o mais alto da África e maior que o da Arábia Saudita. Isso foi alcançado sem pedir empréstimos externos, mantendo a Líbia livre de dívidas (Azad 2011). Além disso, a taxa de alfabetização do país aumentou de 10% para 90%, a expectativa de vida aumentou de 57 para 77 anos, foram estabelecidas oportunidades de emprego para trabalhadores migrantes e foram introduzidos sistemas de assistência social que permitiam acesso à educação gratuita, à assistência médica gratuita e à assistência financeira para habitação. O Rio Grande Manmade também foi transposto para permitir o acesso gratuito a água doce em grandes partes do país (Zimbabwe 2011). Além disso, foi fornecido apoio financeiro para bolsas de estudos universitárias e programas de emprego (Shimatsu 2011).

O país sob a liderança de Kadafi dobrou o salário mínimo, introduziu controles legais de preços e implementou reduções compulsórias de

2 Essa informação foi obtida de um dos meus informantes que viajou pelo deserto em três ocasiões. Ele é Moses Iyoha, nigeriano, do estado de Edo. A entrevista foi realizada na vila de Igueben, estado de Edo, Nigéria, 22/6/2014.

3 Países africanos por PIB *per capita* > PIB *per capita* (mais recente) por país. NationMaster. Acesso em 24 de julho de 2011.

aluguel entre 30 e 40%. Kadafi também queria combater as estritas restrições sociais impostas às mulheres pelo regime anterior, estabelecendo a Formação Revolucionária das Mulheres para incentivar reformas. Em 1970, uma lei foi introduzida afirmando a igualdade dos sexos e insistindo na paridade salarial. Em 1971, Gaddafi patrocinou a criação de uma Federação Geral da Mulher da Líbia. Em 1972, foi aprovada uma lei criminalizando o casamento de qualquer mulher com menos de dezesseis anos e garantindo que o consentimento de uma mulher era um pré-requisito necessário para um casamento (Bearman 1986).

Geralmente, uma pesquisa resumida do programa de assistência social do governo mostra que, até o final dos anos 2000, ela foi canalizada para o bem-estar do povo. Foi assim que alguns analistas acessaram o caso da Líbia em relação à Nigéria:

- Uma parte da venda de petróleo da Líbia é creditada diretamente nas contas bancárias de todos os cidadãos da Líbia.
- Não havia juros sobre empréstimos. Bancos na Líbia eram estatais, e empréstimos eram dados a todos os cidadãos a uma taxa de juros de 0% por lei.
- Não havia conta de eletricidade na Líbia. Eletricidade era gratuita para todos os cidadãos.
- Educação e tratamento médico eram gratuitos na Líbia. Antes de Gaddafi, apenas 25% dos líbios eram alfabetizados. Hoje, o porcentual é de 83%.
- Se líbios quisessem iniciar uma empreitada fundiária, receberiam terras, habitação rural, equipamentos, sementes e gado para o pontapé da empreitada – tudo gratuitamente.
- Se líbios não pudessem encontrar a educação ou as instalações médicas de que precisassem na Líbia, o governo os financiaria para ir ao exterior – não apenas de graça, mas também receberiam US$ 2.300/MTh em acomodação e subsídio de carro
- Na Líbia, se um líbio compra um carro, o governo subsidia 50% do preço.
- O preço da gasolina na Líbia era de US$ 0,14 (N22) por litro.
- A Líbia não obteve dívidas externas, e suas reservas totalizam US$ 150 bilhões – agora congeladas globalmente.

- Se um líbio não conseguisse emprego após a formatura, o Estado pagaria o salário médio da profissão como se estivesse empregado até encontrar um emprego.
- Gaddafi, no fim da vida, realizou o maior projeto de irrigação do mundo, conhecido como projeto do Grande Rio Feito pelo Homem, para tornar a água facilmente disponível em todas as faixas desérticas do país (Osewe 2012).

Aventura ou a Rota do Vale das Sombras da Morte: Investigando o Curso

Em geral, foi constatado que o desemprego e a pobreza na Nigéria levaram a uma situação em que os jovens nigerianos e seus colegas de outros países africanos veem a Europa como uma utopia, e o deserto através da Líbia como o portal e, como tal, os que pertencem a essas categorias estão dispostos a fazer qualquer coisa para sair da África. Por exemplo, no terceiro trimestre de 2014, havia um número estimado de 128.725 imigrantes ilegais em seu território. A maioria deles acaba como requerentes de asilo. Segundo as estatísticas disponíveis, o número de requerentes de asilo pode subir para 700.000 (+ 28%); é assim que o número de entradas ilegais na Europa pode aumentar para além dos 276.113 em 2014 (60.000 deles via mar)[4]. O fluxo detectado de imigrantes ilegais nunca foi tão alto quanto em 2014, um aumento de 170% em comparação com 2013. Ele deve subir novamente em 2015, em que os dois primeiros meses registraram um aumento de mais de 200% em comparação com 2014. Segundo as estatísticas, desde 1988, quase 20.000 pessoas morreram nas fronteiras externas da União Europeia. Em 2014, o número de vítimas aumentou além de 3.500. As estatísticas também mostram que 90% dos migrantes ilegais fizeram a rota marítima através do Mediterrâneo. A imigração ilegal identificada cresceu oito vezes na Itália, dobrou na Grécia e aumentou 50% nas fronteiras espanholas. Em 2011, que já era um ano excepcional, o fenômeno migratório encontrou sua explicação principalmente na situação econômica em alguns países que fazem fronteira com as margens do sul da Europa[5].

4 Isso está contido no documento da Iniciativa da África contra a Migração Irregular e Perigosa (PAIIDAM), uma iniciativa do senador Shehu Sani apresentada ao Serviço de Imigração da Nigéria. Abuja, Nigéria, 2016

5 Ibid

Os estudiosos identificaram três rotas principais pelas quais nigerianos e outros jovens africanos em geral deixam o continente através do deserto. A primeira rota notável e famigerada é o elo central do Mediterrâneo associado à Líbia, à Itália, à Malta e à Tunísia. Segundo essas pesquisas, desde 2013, esse é o principal caminho pelo qual os imigrantes ilegais partem para a Europa. A notoriedade dessa rota é vista nas figuras principalmente da Itália, que estão em espiral. De acordo com isso, o número de náufragos resgatados em 2014 aumentou para mais de 170.000, 30.000 dos quais foram ajudados por guardas costeiros e navios mercantes e 70.000 pela operação Mare Nostrum, lançada pelo governo italiano em 18 de outubro de 2013 após o drama de Lampedusa. O número de passagens ilegais de fronteira observadas totalizou 134, 272 entre janeiro e setembro de 2014, ou seja, seis vezes a cifra de 2013 e duas vezes a da primavera árabe. Os migrantes ainda vêm do Sahel, principalmente da Líbia (90%), agora um país de trânsito, e também da Síria via Egito (5%), onde a situação dos refugiados é precária.

A segunda rota conhecida é a do Marrocos-Senegal-Saara. A partir deste ponto, a maioria dos migrantes tem como alvo Portugal e Espanha. No entanto, continua a haver um aumento adicional nas ofertas de imigração por via marítima (6.131 interceptações entre janeiro e setembro de 2014), uma vez que o estreito de Gibraltar facilita o uso de barcos de qualquer tamanho. A travessia de "grupo" nas fronteiras dos enclaves espanhóis de Ceuta e Melilla no Marrocos é cada vez mais espetacular.

Está registrado que o número de destroços que levam a perdas de vidas está aumentando, por exemplo, foi registrado que somente em 2014 houve um aumento de naufrágios transportando imigrantes ilegais e os ativos da equipe de patrulha levaram ao resgate de mais de 40.000 durante este período. Em 2014, no Mediterrâneo, houve mais de 15.000 operações de resgate no mar[6].

Especificamente durante esse período, a área nigeriana em particular e o território da África Ocidental em geral rapidamente se tornaram notórios devido à migração irregular e perigosa, especialmente entre seus jovens. Os dados disponíveis sobre o volume de migrantes que fazem uso das rotas ocidentais e centrais são derivados da trilha de Agadez, que vai da cidade do Níger até a Argélia. As estatísticas mostram que mais de 5.000 africanos ocidentais deixaram Agadez para viajar ao norte da África todos os meses entre março e agosto de 2013. Além disso, estima-se que metade de todos os migrantes da África Ocidental que chegaram a Lampedusa em 2013 passaram por Agadez. Também foi registrado que o custo da migração ao longo dessas

6 Ibid

rotas varia de acordo com o ponto de partida e destino. A viagem de Agadez para a costa da Líbia custa entre 2.000 a 3.000 dólares. A Iniciativa Global contra o Crime Organizado Transnacional afirma que a "solução de pacote completo" por essa rota custa US$ 10.000, ou mais, e geralmente é paga em várias parcelas pelas famílias dos migrantes quando tiverem provas de que seus entes queridos chegaram a um destino específico. O estudo também constatou que a rota de Agadez para Sabha na Líbia custa aproximadamente de 100 a 300 dólares e a travessia mais perigosa do deserto de Agadez para Tamanrasset na Argélia custa entre 50 a 300 dólares. Na Líbia, em 2011, foi relatado que os migrantes pagaram cerca de US$ 800 para serem levados da cidade de Sabha, no sul, ao norte de Trípoli.

A terceira rota está associada à Grécia, ao Chipre, à Bulgária e à Romênia, que atualmente servem como as rotas mais importantes (isso não é diretamente relevante para o nosso discurso, mas vale a pena mencionar, pois também se tornou o caminho pelo qual jovens nigerianos frustrados e seus colegas de outros Estados africanos vizinhos escapam a duras condições econômicas). É registrado que até 2012, esta constituía a principal rota de imigração ilegal, contando com quase metade dos migrantes. Estima-se que, desde 2000, quase 3 milhões de imigrantes entrem na Europa ilegalmente via Grécia.

Da Liberdade à Escravidão: Examinando os Cartéis e os Custos

Do ponto de vista da história, é importante observar que a venda e o uso de negros africanos como escravos no deserto não é novo, como foi apontado na parte inicial do artigo. Embora o tráfico de escravos tenha sido abolido oficialmente em Trípoli em 1853, na prática continuou até a década de 1890 e até mais além (Mclachlan 1978). Os tuaregues e outros povos autóctones da Líbia facilitaram, tributaram e organizaram parcialmente o comércio do sul ao longo das rotas comerciais transaarianas. Nos anos 1830, período em que o comércio de escravos floresceu, Ghadames lidava com 2.500 escravos por ano. Os escravos negros também faziam parte do artigo comercial desde então e, portanto, parte do motivo pelo qual Abdullahi Danfodio, irmão do jihadista Fulani do século XIX, teve que abandonar o curso. Hodgkin notou particularmente que Abdullahi estava decepcionado com a captura constante de escravos negros que seus irmãos trocavam com os norte-africanos, embora afirmasse que seu curso era para a libertação do povo (Hodgkins 1960). Então, enquanto as pessoas viajavam com a intenção

de buscar pastos mais verdes, uma grande parte de seus anfitriões já estava esperando para levá-los como escravos para trabalhos domésticos (tarefas domésticas) na fazenda e como escavadores[7]. Foi estabelecido que, além da venda direta de nigerianos pelos líbios, um cartel da Nigéria também estaria envolvido na venda de nigerianos (Dayo *et al*. 2017). A cabala inclui membros da família, amigos e contatos que na maioria das vezes são bem conhecidos das vítimas e prometem facilitar seu movimento da Nigéria para a Europa através do deserto. Além da venda direta de nigerianos, alguns militantes estão envolvidos. Ofehe S. (2017) coloca assim:

> É importante observar que atualmente não há governo na Líbia; só há ISIS, Al-Qaeda e milícias usando nigerianos e outras pessoas para arrecadar dinheiro para financiar suas atividades terroristas; como tal, eles vendem esses nigerianos como escravos para arrecadar dinheiro ou usá-los como mão-de-obra direta e coletar o dinheiro que deveria ser pago a eles. Isso forma o produto da compra de armas, alimentação e exército, além de movimentação.

Pelo exposto, pode-se argumentar que, além do dinheiro que eles trazem para suas capturas, eles também foram usados para fins do maior movimento jihadista na área, bem como instrumento para a desestabilização da área em particular e de toda a região em geral. Isso foi bem atestado por alguns dos fugitivos que disseram que, além de usá-los para transportar cadáveres, eles também carregavam bombas e canhões para grupos militantes na área[8].

Oketola Dayo *et al*. argumentaram que alguns desses nigerianos foram vendidos por 3.000 dinares (cerca de 794.000 de nairas) em Agadez, no Níger e Sabha, na Líbia. Em outro exemplo, os traficantes de escravos nigerianos venderam mulheres por 5.000 dinares e homens por 4.000 dinares. A situação se torna ainda mais patética quando fica claro que essas pessoas pagaram para serem escravizadas. Por exemplo, os registros disponíveis mostram que alguns deles pagaram entre N600.000 e N800.000 para atravessar para a Itália, mas ficaram presos na Líbia.

Geralmente, em termos de perda física humana, estima-se que entre 65.000 e 120.000 africanos subsaarianos entrem no Magrebe (Mauritânia, Marrocos, Tunísia, Argélia e Líbia) anualmente, dos quais se acredita que 70% a 80% migrem através da Líbia e 20% a 30% através da Argélia e do Marrocos. Várias dezenas de milhares de africanos subsaarianos tentam

7 Relatório exclusivo da CNN: Pessoas à venda: onde as vidas são leiloadas por US$ 400. cnn.com/2017/11/14/Africa/Libya-migrants-auctions/index.html

8 Connectwarri.com.ng/2017/12/they-used-us-to-carry-bombs-libya-is.html?m

atravessar o Mediterrâneo a cada ano (Adepoju 2005). Como a jornada não é feita em um ou dois dias, esses seres humanos são apertados juntos em condições normalmente não adequadas à existência humana. Segundo várias estimativas, pelo menos 100.000 migrantes subsaarianos agora vivem na Mauritânia e na Argélia, de 1 a 1,5 milhão na Líbia e entre 2,2 e 4 milhões, principalmente sudaneses no Egito. A Tunísia e Marrocos abrigam comunidades imigrantes subsaarianas menores, mas em crescimento, de várias dezenas de milhares (Adepoju 2005). Isso é considerado uma grande perda social e particularmente econômica para o país de origem, porque, embora muitos desses migrantes sejam comumente retratados como "indigentes" ou "desesperados", foi estabelecido, no entanto, que a maioria dos migrantes geralmente é relativamente bem-educada e vêm de uma moderada condição socioeconômica, deslocando-se por falta geral de oportunidades, medo de perseguição e violência, ou uma combinação de ambos (Adepoju 2005).

Em termos de custo e perda econômica direta para a Nigéria, os estudiosos argumentaram que, uma vez que o comércio é conduzido ilegalmente, é difícil obter o valor real envolvido. Jorgen Carling (citado em Asenime, 2012), relatou que, desde o início, havia cerca de 10.000 mulheres nigerianas na prostituição na Itália e que foram levadas ilegalmente pelo deserto com a promessa de um melhor emprego da família e amigos na chegada (Jogan 2005). Asenime J. (2012), opinou que, no segundo trimestre de 2008, havia cerca de 20.000 meninas nigerianas envolvidas em sexo comercial na Itália, incluindo 3.000 somente em Turim. Também foi estabelecido que, no início de 1999, cerca de 500 foram deportados da Itália para a Nigéria. A maioria desses nigerianos chegou à Itália por meio da Líbia através do deserto (UNESCO 2006).

Os registros disponíveis mostram que os nigerianos estão no topo das paradas marítimas na Itália em 2017. Isso é explicado na tabela abaixo (Elbagir *et al*. 2018).

s/no	País	Cifra	Posição
1	Nigéria	37.551	Primeiro
2	Eritreia	20.718	Segundo
3	Guiné	13.342	Terceiro
4	Costa do Marfim	12.396	Quarto
5	Gâmbia	11.929	Quinto

Fonte: Relatório exclusivo da CNN: não lute se você for estuprada: http:www.cnn.com/2018/02/27/Africa/Nigeria-migrant-smugglers.intl/index.html

Da mesma forma, foi estabelecido que um grande número dessas mulheres eram nigerianas e, desde 2012, esse número continuou a aumentar. A tabela abaixo fornece uma imagem mais clara dessa tendência e os números envolvidos (Elbagir *et al*. 2018).

s/no	Ano	Cifra	Meios de travessia
1	2012	87	Mar
2	2013	433	Mar
3	2014	1.454	Mar
4	2015	5.633	Mar
5	2016	11. 009	Mar

Fonte: Relatório exclusivo da CNN: não lute se você for estuprada: http:www.cnn.com/2018/02/27/Africa/Nigeria-migrant-smugglers.intl/index.html

Adepagba *et al*. apontaram que, em 2017, nada menos que 10.000 nigerianos morreram entre janeiro e maio, enquanto tentavam migrar ilegalmente pelo mar Mediterrâneo e pelo deserto. O documento também informou que o vice-chefe da delegação da UE na Nigéria, Richard Young, opinou que em 2014 o número de pessoas que viajam ilegalmente pelo deserto era de 280.000; em 2015, subiu para 1,8 milhões, enquanto em 2016, entre janeiro e setembro, foram 420 mil envolvidos neste ato (Adelani 2017). Por outro lado, foi amplamente divulgado que vinte e sete mil nigerianos que buscam pastagens no exterior morreram em sua busca para chegar à Europa através do deserto e do mar em 2016, de acordo com a organização não governamental *RARDUJA International* (Adebumiti 2017). Da mesma forma, o Presidente do Instituto Pan-Africano de Assuntos Globais e Estratégia relatou que 7.000 nigerianos desapareceram no deserto em 2016. Segundo este relatório, 68% da cifra eram graduados que procuravam pastagens mais verdes em terras estrangeiras, mas acabaram terminando como escravas sexuais e ferramentas prontas para todas as formas de vícios sociais (Abubakar 2017).

Pelo exposto, fica claro que, embora seja difícil chegar a um número específico do que foi perdido em termos econômicos no deserto como resultado da frustração entre os jovens nigerianos, não podemos, no entanto, negar o fato de que é alarmante.

Yaro J. (2008) deu uma imagem geral da perda econômica da migração para o país em particular e para a região em geral:

> Desde o final dos anos 80, os países importadores de mão-de-obra tradicional, os países mais ricos da sub-região (Costa do Marfim) e os destinos até então atraentes para os migrantes (Nigéria) passam por crises políticas e econômicas, que também estimulam a emigração de seus nacionais. Até o início dos anos 80, poucos profissionais nigerianos emigraram porque as condições domésticas de trabalho eram atraentes e competitivas internacionalmente. O colapso do preço do petróleo, um declínio acentuado nas receitas do petróleo, rápida deterioração das condições de vida e de trabalho, congelamento dos salários, moeda nacional desvalorizada, queda da renda real, regime militar autoritário e a situação econômica vacilante alimentaram a emigração em larga escala de trabalhadores qualificados e não qualificados no exterior. A África do Sul pós-apartheid também atraiu profissionais altamente qualificados da Nigéria e Gana para formar equipes nas universidades e outros setores e comerciantes do Senegal e Mali, incluindo vendedores ambulantes e pequenos comerciantes da Serra Leoa.

A respeito de economia rural, o estudioso opinou:

> O processo de migração rural-urbana ou rural-rural criou "espaços vazios" na economia rural. Por espaços vazios entende-se o vácuo de trabalho criado pela ausência de muitos migrantes rurais. O impacto desses espaços na economia rural não pode ser exagerado, especialmente no que diz respeito à interrupção dos meios de subsistência rural. A migração externa leva a um tamanho e qualidade do trabalho drasticamente reduzidos, o que, por sua vez, reduz o tamanho da fazenda e a qualidade do trabalho, resultando em menor produção de alimentos e menor riqueza das famílias, com consequências do aumento da vulnerabilidade em muitas áreas rurais, levando à insegurança alimentar.

Por sua parte, a Iniciativa Pan-africana contra Migrações Irregulares e Perigosas (PAIIDAM 2016), observou assim:

> [...] Atualmente, pode-se dizer que o suprimento de pessoas qualificadas em nossa área é inadequado devido a uma série de restrições que dificultam o desenvolvimento de recursos humanos e a capacitação. No caso da Nigéria, a principal causa de fuga de cérebros externos é o salário excessivamente baixo pago aos profissionais. A contradição é que gastamos quatro bilhões de dólares anualmente para recrutar e pagar 100.000 expatriados para trabalhar em diferentes partes do país, mas não gastamos uma quantia proporcional para recrutar os 250.000 profissionais nigerianos e outros africanos que agora trabalham fora do continente. [...] Candidatos desesperados diariamente cercam as embaixadas de países economicamente prósperos, onde

> acreditam que poderiam obter melhores acordos econômicos. Por exemplo, entre janeiro de 2015 e março de 2016, a missão do Reino Unido na Nigéria registrou que emitiu vistos para 14.231 nigerianos, tornando-os uma das 10 principais nacionalidades concedidas vistos no mundo.

As estatísticas mostram que o número de nigerianos que saem do país tem aumentado constantemente ano a ano. Em 2010, 64.279 nigerianos receberam vistos pela missão dos EUA na Nigéria, mas o número caiu para 63.503 em 2011. Em 2012, esse número aumentou para 83.944 e 113.503 em 2013 e 141.527 em 2014. Concluiu-se que 42 nigerianos receberam vistos especiais para imigrantes dos 116 emitidos para os africanos no ano passado.

A importância disso é que o país geralmente é abandonado por mão de obra qualificada necessária para o desenvolvimento do país. Estes foram treinados com recursos escassos e desesperadamente necessários para o gerenciamento do processo de desenvolvimento.

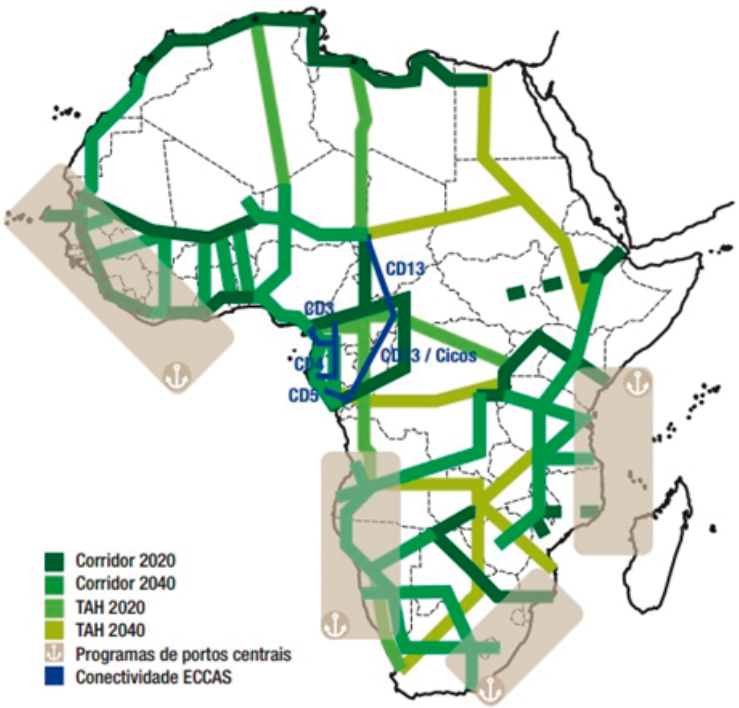
Retornando à Terra: Alguma Esperança?

Desde o início de 2017, a Organização Internacional para as Migrações facilitou o repatriamento, devolvendo 5.578 migrantes nigerianos presos dentro e fora das prisões da Líbia – principalmente de origem do estado nigeriano de Edo-Delta. Somente em novembro, a Organização Internacional para as Migrações, com o apoio da União Europeia, recuperou 1.295 nigerianos presos na Líbia (Dayo *et al*. 2017).

Segundo a Comissão da União Africana, no final de 2017, mais de 400.000 nigerianos estavam presos na Líbia. Especificamente, observou-se que o número estava entre 400.000 e 700.000, enquanto cerca de 3.800 migrantes definham em um acampamento perto de Trípoli (Dayo *et al*. 2017). Embora o governo da Nigéria tenha tentado várias vezes atrair esses profissionais para o país, no entanto, não há indicação de que exista alguma esperança em termos de engajamento econômico e ascensão social para eles no país. Infelizmente, desde a independência, os sucessivos governos na Nigéria continuaram a incentivar essa migração em massa, por meio de políticas e atos que não fornecem o ambiente propício para os melhores profissionais permanecerem e desenvolverem o país.

Como é hoje, em muitas economias desenvolvidas, mão-de-obra altamente qualificada – para atividades intensivas em conhecimento – está sendo recrutada em países pobres e emergentes de economia de mercado, com foco

específico na Nigéria. Atualmente, nigerianos e zambianos, profissionais altamente qualificados constituem cerca de metade ou mais dos expatriados que vivem nos países da OCDE. Este é realmente um sinal de perigo para o continente africano, especialmente nesta era da globalização (Adepoju 2005)[9].



Conclusão

Pelo exposto, fica claro que a Nigéria está longe de qualquer forma de avanço e desenvolvimento tecnológico. Isso, como foi explicado, está ligado à migração em massa em busca de pastagens mais verdes no deserto, que negou o melhor de si ao país, enquanto ajudava a desenvolver o mundo europeu.

Pelo discurso até agora, fica claro que a única maneira de impedir essa fuga de cérebros e a migração em massa é a revolução empreendedora que manterá os jovens propositalmente engajados e economicamente estáveis. Com cerca de 70% da população jovem (aproximadamente 80 milhões), há

9 Adepoju Aderanti, 2007, Fuga de Cérebros: ...Op.cit: p. 33

uma abundância de recursos humanos, que podem transformar a economia positivamente. É necessário que o Estado e os indivíduos criem empregos para a crescente população de jovens. O Estado também deve criar incentivos, bem como criar o ambiente certo para o desenvolvimento de habilidades e empreendedorismo. No entanto, existem inúmeros desafios que dificultam o crescimento do empreendedorismo na Nigéria. São eles: falta de acesso ao financiamento; sobretributação de pequenas e médias empresas; energia insuficiente para manter as indústrias; falta de infraestruturas vitais; insegurança. Tudo isso deve ser colocado em prática para poder mitigar essa ameaça.

Referências

Abbakar S., "Aspect of an Urban Phenomenon: Sokoto and its Hinterland to C. 1850" in Y.B Usman (ed.) The Sokoto Caliphate, Lagos, A.B.U., pp. 125-139. 1979

Abubakar, Auwal. Illegal Migration: 7000 Nigerians Vanished in Desert in 2016, Daily Trust; https//www.dailytrust,com. August. 2017

Abubakar, B. 2008, the Perception of Archaeology in Africa: Opportunities and Potential, IJNA 37.2, 387-388.

Adebumiti, Adelowo (2017); 27,000 Nigerian Migrants died last year. Guardian, http///guardian.ng/27000-nigerian

Adelani, Adepegba *et al*. Illegal migration: 10,000 Nigerians die in Mediterranean Sea, Desert-NIS, Punch, May 20. 2017

Adeleye R.A, "Hausaland and Borno 1600-1800" in Ajayi and Crowder (eds.) History of West Africa, Vol. I 2nd ed. London, Longman. pp. 556-601. 1976

Adepoju, Aderanti (2007), Highly skilled migration: balancing interests and responsibilities and tackling brain drain, Global Forum on Migration and Development, Belgium; United Nations Expert Group Meeting on International Migration and Development, Population Division, Department of Economic and Social Affairs, United Nations Secretariat, New York, 6-8 July 2005

Akubor. Emmanuel Osewe, Nigeria's Valley of Death: Historicizing Environmental Degradation in the Niger Delta and its Impact on Human Development, in Akpotor, S. A, *et al*. Five Decades of Petroleum Production in Nigeria: Impact on the Niger Delta. Delta State University, Abraka, Delta State Pp. 163-180. 2012

_____. Climate Change, Migration and Conflict: A Historical Survey of People of Northern Nigeria and their Neighbours from the period of the Mega Chad. The Humanities Journal of Localitology, Pusan National University, Korea and National Research Foundation of Korea (ISSN 2234-5663), Republic of Korea. Vol 7. 2017, Pp, 3-41, http://www.localities.kr/bbs/board.php?_table=database&wr_id=8. 2017

_____. Migration and Brain Drain on Africa's Development: Establishing the nexus and Lessons of History Paper prepared for presentation at the International Conference on The Humanities and Development in Africa organised by Department of History, University of Ibadan, Ibadan Nigeria; 6-9 July, 2017, Conference Centre, University of Ibadan, Nigeria. 2017

Asenime, J, Women Trafficking in Nigeria up to 2008AD, SAU Journal of Humanities, Samuel Adegboyega University, Vol. 1, No. 1, September. 2012

Ayandele, E, Nigerian Historical Studies, Frank Cass and Company, London, p. 8. 2012

Ayoade, J. O. Climate Change. Ibadan. Vantage Publishers, pp. 45-66. 2004

Ayuba, H *et al*., Climate change impact on plant species composition in six semi-arid rangelands of Northern Nigeria. Nigerian Geographical Journal 5(1): 35-42. 2007

Azad, Sher (22 October 2011). "Gaddafi and the media". Daily News. Archived from the original on 26 October 2012. Retrieved 22 October 2011

Babagana, Abubakar. The Impacts of Global Climate Change in Africa: the Lake Chad, Adaptation and Vulnerability, Fezzan Ward, Fezzan, Maiduguri, Borno State, Nigeria. 2017

_____. Water Availability, Supply and its Associated Problems in Rural Communities of Borno State. A. Case Study of Nganzai Local Government Area of Borno State, Nigeria 10-19. (Unpublished). 2007

Barkindo, Bawuro. "The early states of the Central Sudan", *in*: J. Ajayi and M. Crowder (eds.), *The History of West Africa*, vol. I, 3rd ed. Harlow, 225-254. 1985

Bart, Heinrich (1858). "Chronological table, containing a list of the Sefuwa", in: *Travel and Discoveries in North and Central Africa*. Vol. II, New York, 581-602. 2018

Bearman, Jonathan. Qadhafi's Libya. London: Zed Books. 1986

Burns, Alan. History of Nigeria. London George Allen and Unwin. 1929

Chindo, Nyelong P. A. Lake Chad: From Megalake to Minilake. Arid Wetland Bulletin No. 6: 24-27. 2004

Connah, G. Some Contributions of Archaeology to the study of the History of Borno, in Usman Y.B and Alkali N (1983) (edt), Studies in the History of Pre Colonial Borno. Northern Nigeria Publishing Company, Zaria. 1983

Dayo, Oketola; Adepegba, Adelani; Kunle, Falayi and Alexander, Okere (2017) Fellow Nigerians abducted, sold us into Slavery in Libya; Punch, December 2.

Elbagir, Nima; Leposo, Lilian; John, Hassan (2018): CNN Exclusive Report: Don't Struggle if you're Raped; http:www.cnn.com/2018/02/27/Africa/Nigeria-migrant-smugglers.intl/index.html

El-Mahdi, M. A short History of the Sudan, Oxford O.U.P. 1965

Fage, J.D. "Some Thoughts on State Formation in Western Sudan Before the Seventeenth Century" in J. Butler (ed.) Boston University papers in African History, Vol. I Boston, Boston University. 1964

Fuglestad, F. "A Reconsideration of Hausa history before the jihad J.A.H XIX, 3, pp 319-339. 1978

Greenberg, J. H. Studies in African Linguistic Classification, New Haven. 1955

_____. "Influence of Meroi Empire on Kordofan" in J. Butler, (ed.) Boston University Papers in African History. Vol. I, Boston University Press. 1964

Hodgkins, Thomas (1960), The Nigerian Perspectives. Oxford University Press London; p. 261

Hopkins, A. G. An Economic Hisotry of West Africa, London Longman. 1973

Horton, R. "Stateless Societies in the History of West Africa in Ajayi and Crowder (eds.)

History of West Africa Vol. 1 2nd ed. London Longman pp. 72-113. 1976

Jagtap, S. Managing vulnerability to extreme weather and climate events: Implications for agriculture and food security in Africa. Proceedings of the International Conference on Climate Change and Economic Sustainability held at Nnamdi Azikiwe University, Enugu, Nigeria. 12-14 June 2007.

Jogan, Carling. Trafficking in Women from Nigeria to Europe. International Research Institute, Oslo (PRIO), http://www.migrationinformation.org/feature/display.cfm?id=318, 2005

Kenny, J. The Spread of Islam Through North to West Africa 7th to 19th Centuries: A Historical Survey with Relevant Arab Documents, Domminican Publications, Lagos;

_____. The Spread of Islam Through North to West Africa 7th to 19th Centuries: ...Op.cit. 30

Kingsley, Omonobi "Gaddafi wanted to break Nigeria", Vanguard , 22 October, 2011

Kwanashie, George *et al*. "A Little New Light: Selected Historical Writings of Professor Abdullahi Smith" Vol. 1. Centre for Historical Research, Zaria, Nigeria. 1987

Last, M.D The Sokoto Caliphate London, Longman, 1977

_____. "The kingdoms and peoples of Chad", in: D. T. Niane (ed.), *General History of Africa*, vol. IV, UNESCO, London 1984, 238-265. 1984

_____. *The Founding of Kanem by Assyrian Refugees ca. 600 BCE: Documentary, Linguistic, and Archaeological Evidence*, Boston, Working Papers in African Studies N° 265. 2011

Lavers, John. "Adventures in the chronology of the states of the Chad Basin". In: D. Barreteau and C. v. Graffenried (eds.), *Datations et chronologies dans le Bassin du Lac Chad*, Paris, 255-267. 1993

Levtzion, Nehemia. "The Saharan and the Sudan from the Arab conquest of the Maghrib to the rise of the Almoravids", in: J. D. Fage (ed.), *The Cambridge History of Africa*, vol. II, Cambridge 1978, pp. 637-684. 1978

Levtzion, Nehemia und John Hopkins: *Corpus of Early Arabic Sources for West African History*. 1981

McLachlan, K.S. Tripoli and Tripolitania: Conflict and Cohesion during the Period of the Barbary Corsairs (1551-1850). Translations of the Institute of British Geographers, New Series, Vol, 3, No 3, Settlement and Conflict in the Mediterranean World, Pp285-294. Lisa Anderson (1984), Nineteenth Century Reform in Ottoman Libya, International Journal of Middle East Studies, Vol. 16, No. 3, August 1984, pp. 325-348, Slavery In Libya. 1984

Mathew, Womack Ryan "The Emergence of Neoliberalism and Free Trade in the Developing World" (2006), University of Tennessee Hon-

ors Thesis Projects. https://trace.tennessee.edu/utk_chanhonopio/1030

Mshelia, A. D. Adaptation strategies to climate change. Journal of Energy and Environment, 18 (3): 74-81. 2005

Muhammad-Baba, T. A. Pastoral Fulbe Transhumance in the context of the Nigeria-Niger Border: Implications for Trans-National Co-operation in Asiwaju A.I and Barkindo, B.M(ed), The Nigeria-Niger Transborder Co-operation. Malthouse Press Ltd. Lagos. 1992

Na-Dama, Garba. "The Rise and Collapse of Hausaland States: A Social and Political History of Zamfara". Ph.D Thesis A.B.U. 1977

Nigeria. Trafficking in Persons Report 2010. U.S. Department of State (June 14, 2010); see also Curbing International Prostitution in Edo, This-Day, 31 Aug 2014; Read more: http://www.onlinenigeria.com/aids/edo_prosti.asp#ixzz3RWdXlGXH. 2014

Nigerian Environmental Study/Action Team (NEST) 2003. Climate Change in Nigeria. A Communication Guide for Reporters and Educators. Ibadan: NEST pp. 5-16. 2003

Nwafor, J. C. Environmental Impact Assessment for Sustainable Development: The Nigerian perspective. Enugu: EL 'DEMAK pubs, pp. 359-394. 2006

Odjugo, P. A. O.; IKHUORIA, A. I. The impact of climate change and anthropogenic

factors on desertification in the semi-arid region of Nigeria. Global Journal of Environmental Science, 2(2): 118-126. 2003

Osalors, Peter. Nigerian Economic Recession and Entrepreneurial Revolution On September 26, 20161:56 amIn Finance Comments, vanguardngr.com/2016/09. 2016

Paiidam-2016 (Pan Africa Initiative Against Irregular And Dangerous Migration). 2016

Shimatsu, Yoichi. "Villain or Hero? Desert Lion Perishes, Leaving West Explosive Legacy". New America Media. Retrieved 23 October 2011

Smith, Abdullahi. *The early states of the Central Sudan*, in: J. Ajayi and M. Crowder (Hg.), *History of West Africa*. Vol. I, 1. Aug., London, 158-183. 1971

Stewart, John. *African States and Rulers: An encyclopedia of Native, Colonial and Independent States and Rulers Past and Present*. Jefferson, NC: McFarland & Company, Inc. Publishers. 1989

UCDP Database-2011 (Uppsala Conflict Data Program). Uppsala, Department of Peace and Conflict Research, Uppsala University. 2011

UNESCO, Research Study on "Human Trafficking especially of Women and Children in West Africa (Benin, Togo, Nigeria)" 2006

Usman, Mohammed. International Political Economy Of Nigerian Amalgamation Since 1914. European Scientific Journal October 2013 edition vol.9, No.29 ISSN: 1857 – 7881 (Print) e - ISSN 1857- 7431429, Pp 7-8. 2013

Usman, Y. B. "The Transformation of Katsina: The Overthrow of the Sarauta system and the Establishement of the Emirate, C. 1796-1903, Ph.D. Thesis, A.B.U. 1974

_____. A Reconsideration of the History of Relationships Between Borno and

Hausa-Land, in Usman Y.B and Alkali N (1983) (edt), Studies in the History of Pre Colonial Borno. Northern Nigeria Publishing Company, Zaria. 1983

Yaro, Joseph A, (nd), Migration in West Africa: Patterns, Issues and Challenges, Centre for Migration Studies, University of Ghana, Legon. 2008

Zimbabwe: Reason Wafavarova – Reverence for Hatred of Democracy". AllAfrica.com. 21 July 2011. Retrieved 23 October 2011.

RESUMO

A situação econômica na maioria dos países do Terceiro Mundo desde a independência não mostrou sinais de melhora. O resultado é que aqueles que estão no auge de suas vidas, o que levaria a economia a um crescimento maior, estão saindo em massa da área em busca de pastos mais verdes em outros lugares, especialmente do outro lado do deserto, para a Europa, situação que afetou negativamente seu desenvolvimento através dos anos nesses países do Terceiro-mundo, usando a Nigéria como exemplo. O efeito de impacto, bem como, por que e quando disso é o que este artigo pretende interrogar no que se refere à situação da Nigéria e aos de seus vizinhos, especialmente nos últimos dois séculos, usando os fatos e lições da história. Os dados obtidos de fontes primárias e secundárias (revisão de literatura e análise de conteúdo) foram implantados para a realização do estudo com um método histórico analítico e narrativo.

PALAVRAS-CHAVE

Economia; Terceiro-mundo; Pastagens mais verdes; Deserto.

Recebido em 1º de agosto de 2019
Aceito em 2 de setembro de 2019

Traduzido por Igor Estima Sardo

GRUPOS DE VIGILANTES E DE POLICIAMENTO EM UMA NIGÉRIA DEMOCRATIZADA: NAVEGANDO NO CONTEXTO E QUESTÕES

Adeniyi S. Basiru[1]
Olusesan A. Osunkoya[2]

Introdução

Antes do advento do colonialismo na Nigéria, as várias comunidades nativas, como em outras partes da África, haviam desenvolvido várias instituições de auto-ajuda (grupos de vigilantes no sentido moderno) para manter a ordem pública. Contudo, com o surgimento do estado colonial e de toda a sua parafernália coercitiva, essas instituições tradicionais de gestão da ordem pública, que serviram durante séculos ao povo, foram relegadas a segundo plano, enquanto a força policial moderna, precursora da atual polícia nigeriana, sob a direção das autoridades coloniais, tornou-se o *primus inter pares*, na arquitetura de segurança interna da colônia (Ahire, 1991, 18). Com esse desenvolvimento, as estruturas de policiamento comunitário/coletivista, que fizeram parte da existência social das pessoas há séculos, constituíam agora os modelos informais de policiamento, desempenhando papéis subsidiários.

Durante décadas, esse foi o acordo de policiamento do vasto território nigeriano. Embora houvesse casos documentados de reorganizações policiais, pelas autoridades coloniais, em Lagos, em 1930 e 1954 (Akuul, 2011, 18), estes, no entanto, não reverteram a ordem de policiamento dominada pelo

1 Departamento de Ciências Políticas, University of Lagos, Lagos, Nigéria. E-mail: asbash72@yahoo.com

2 Departamento de História e Estudos Diplomáticos, Tai Solarin University of Education, Ijagun, Nigéria. E-mail: osunkoyaoa@tasued.edu.ng

Ocidente nem reorganizaram os modelos informais de policiamento local. Em outras palavras, as instituições policiais locais, em diferentes partes do país, continuaram desempenhando papéis subsidiários na administração da ordem pública. Instrutivamente, na independência, a disposição colonial ao invés de ser transformada para refletir o novo status do país, como nação soberana, foi ainda mais fortalecida pelas elites dominantes pós-coloniais (Chukwuma, 1998, 26).

No entanto, conforme o país evolui política, social e economicamente, à parte de ser confrontado com uma legião de desafios socioeconômicos e políticos, também foi confrontado com uma miríade de crimes violentos, alguns dos quais representam sérias ameaças à sua sobrevivência (Otto, Ukpere, 2012, 52). Infelizmente, as respostas da Força Policial da Nigéria, o estabelecimento formal de policiamento, a esses desafios, apesar do fluxo contínuo de fundos dos governos nos níveis federal, estadual e local, pareceriam ter sido abaixo do ideal. Talvez essa situação tenha levado o Governo Federal a estabelecer o Corpo de Segurança e Defesa Civil da Nigéria (NSCDC em inglês) e outras agências policiais para auxiliar a Força Policial da Nigéria, no processo de aplicação da lei e manutenção da ordem no país (Wisler, Onwudiwe, 2005, 13).

Até o momento, o ambiente de policiamento público no país, nos últimos anos, apesar das medidas postas em prática pelo Governo Federal, parece não ter se saído melhor, já que a incidência de crimes, incluindo os de proporções letais, aumentou em todos os cantos da nação (Alemika, Chukwuma, 2004, 14). Mais preocupante é a aparente atitude letárgica demonstrada ao longo dos anos, pelo Governo Federal, no sentido de resgatar o policiamento público no país (Jemibewon, 2003, 13). Em certo momento, os governos estaduais que não exerciam papéis constitucionais no policiamento público, tiveram que intervir para salvar o policiamento público no país, fornecendo financiamento e outros apoios logísticos à Força Policial Nigeriana[3]. Ainda assim, a crise de policiamento público no país continua a atormentar (Adebakin, e Raimi, 2012, 8). Surpreendentemente, a aparente inépcia do Governo Federal em lidar eficazmente com a crise da administração da ordem pública parece ter obrigado os cidadãos a recorrer a medidas de auto-ajuda e, com isso, grupos vigilantes de vários gêneros, antes vilipendiados, proliferaram em todo o país (veja em Baker, 2002; Higazi, 2008; Adamu, 2008). Na Nigéria contemporânea, a questão parece não mais ser se esses grupos devem existir ou não, mas o que seria de segurança no nível nacional se eles forem apaga-

3 Por exemplo, a equipe especial de combate ao crime, Rapid Response Squad (RRS), desde o retorno da democracia em 1999, foi financiada pelo Governo do Estado de Lagos.

dos da existência (Kwaja, 2014, 5). Na verdade, nos últimos anos, é um fato incontroverso que muitos governos estaduais não tenham legalizado grupos de vigilantes para apoiar a segurança de vidas e propriedades nos estados[4].

Contudo, apesar das taxas crescentes e da aparente popularidade, especialmente desde o retorno da democracia em 1999, problemas estão constantemente sendo levantados sobre se eles realmente podem ser agentes do policiamento democrático, contra o pano de fundo de suas propensões para a violência arbitrária, violações de direitos humanos e assassinatos extrajudiciais (ver Amnistia Internacional, 2002; HRW / CLEEN, 2002). Para esse fim, tem havido preocupações crescentes nos círculos político e acadêmico se os grupos de vigilantes não são eles próprios ameaças à segurança, não apenas das comunidades onde operam, mas do país como um todo. Ademais, é nos tempos contemporâneos que o país enfrenta seu pior nível de insegurança desde a guerra civil, que terminou em 1970. É neste cenário que este artigo examina o lugar dos grupos vigilantes no ambiente de policiamento da Nigéria desde o retorno da democracia em 1999. Quais foram seus papéis na Nigéria pós-autoritária? Ao desempenharem esses papéis, eles realmente se constituíram como ameaças à segurança do país, especificamente, este artigo envolve essas questões no âmbito do objetivo do estudo.

Em termos de organização, o artigo é dividido em seis seções, começando com uma introdução apontando para o propósito, significado e justificativa do estudo. A segunda seção apresenta o quadro conceitual que orienta o dissertação do artigo. A terceira seção, de forma retrospectiva, analisa a evolução dos grupos vigilantes na Nigéria. O objetivo aqui é desnudar o dinamismo dos grupos de vigilantes na Nigéria moderna. A seção quatro examina criticamente os papéis dos vigilantes e outros grupos informais de policiamento na administração da ordem pública na era pós-1999, com a ilustração de dois casos. Na seção seguinte, o desempenho de grupos de vigilantes na era contemporânea é avaliado no contexto do ambiente de segurança do país. A seção seis completa com algumas percepções.

Policiamento, Policia, Vigilantismo e Grupos Vigilantes: um Discurso Conceitual

Falando francamente, os quatro conceitos que são centrais para este artigo, policiamento, polícia, vigilantismo e grupos de vigilantes, na verdade,

4 Por exemplo, a Assembléia Legislativa do Estado de Kaduna, em 6 de junho de 2013, promulgou a Lei Estadual de Vigilante, que legalizou a operação de grupos de vigilantes.

como seus pares nos estudos de segurança, não podem ser atribuídos a uma definição específica, pois evocam diferentes significados. Em outras palavras, eles são, para emprestar a elegante frase de Gallie (1962), conceitos essencialmente contestados. Para tanto, a abordagem adotada neste artigo é conceituar e discutir seus significados a partir da perspectiva dos nexos que os conectam. Em primeiro lugar, o conceito de policiamento, aqui definido como o processo de salvaguarda dos indivíduos e grupos em uma comunidade, deve ser enfatizado, é tão antigo quanto o próprio homem. De fato, mesmo na formação social pré-estatal em que a vida era desagradável, brutal e curta, como Hobbes e outros filósofos do contrato social teorizaram, o policiamento, embora egocêntrico, era uma parte integrante dos processos sociais.

No entanto, o conceito assumiu conotação moderna, aceitação e popularidade mais amplas no contexto da desordem monumental resultante da explosão populacional, urbanização e industrialização provocada pela modernidade, que levou ao advento das estruturas estatais weberianas. Consequentemente, o policiamento, que agora adquiriu caráter público, não apenas emergiu como o parâmetro-chave para definir a condição de estado weberiana, mas, mais importante, como atividades realizadas por um corpo de homens especializado estabelecido por lei (Loader, 2000, 325). Nas palavras de Alemika e Chuckuma (2002, 2), "o surgimento do Estado como uma entidade que reivindica o monopólio dos meios de legitimar a violência na sociedade resultou na criação de agências especializadas como a polícia". Neste sentido, a polícia é definida em relação ao estado moderno. De acordo com o *Oxford Dictionary of Current English,* editado por Catherine Soanes (2001, 692), a polícia é definida como um grupo oficial de pessoas empregadas pelo Estado para prevenir e resolver a criminalidade e manter a ordem pública. Em sua contribuição para o significado da polícia, Alemika e Chuckuma (2002, p. 3) veem a polícia como uma instituição sócio-política e semi-legal que é responsável principalmente pela aplicação da lei criminal e pela manutenção da ordem. A dupla acrescenta que a definição de polícia vai além do setor policial para incluir outras agências estatais que também estão envolvidas no combate ao crime e na manutenção da lei e da ordem, como a Alfândega e a Imigração.

O ponto aqui é que o conceito de policiamento difere conceitualmente e analiticamente do conceito de polícia, embora ambos façam parte dos processos de controle social. O primeiro descreve amplamente os mecanismos de controle implantados pelas instituições da sociedade, estaduais e não-estatais, para regular a conduta de indivíduos e grupos, a fim de adequá-los a normas e valores aceitáveis. Em outras palavras, o policiamento não implica apenas manutenção da lei e da ordem através da instrumentalidade do estado

(policiamento público), mas também através de outros atores não estatais. Nesse contexto, portanto, a polícia, o edifício institucional para operacionalizar o policiamento público, é uma das várias estratégias empregadas pelas sociedades modernas para manter a lei e a ordem (ver Johnston, 1992). De fato, é sábio que Baker (2008) e Lar (2015) em suas per de policiamento plural e policiamento de múltipla escolha sustentam que nas sociedades modernas, diversas redes de grupos de entidades comerciais, grupos voluntários e comunitários, cidadãos individuais, agências reguladoras governamentais nacionais e locais, bem como a polícia pública realizam policiamento serviços ao cidadão. Especificamente, é no lugar dessa ampla conceituação de policiamento que o conceito de vigilantismo e, por extensão, grupos de vigilantes parecem derivar seu significado conceitual.

No entanto, é preciso enfatizar que o conceito de vigilantismo, na moderna literatura policial, embora nas últimas décadas tenha assumido maior popularidade, evoca interpretações divergentes. Como Lar (2015, 54) afirma, com razão, "ainda não há consenso acadêmico sobre o que é vigilantismo – especialmente no que diz respeito à natureza de sua relação com o Estado". Mas, para os fins deste artigo, a perspectiva de Fourchard é adequada. Em relação ao policiamento, ele opina que, vigilantismo é "uma tentativa organizada por um grupo de cidadãos comuns de executar normas e manter a lei e a ordem em nome de suas comunidades, geralmente recorrendo à violência, na ausência de um estado oficial efetivo através da ação da polícia e dos tribunais"(Fourchard, 2001, 609). Visto dessa maneira, o vigilantismo representaria esforços organizados por parte dos cidadãos (individuais e corporativos) para combater atividades criminosas que ameaçam a ordem social no nível do subestado. Partindo do exposto, os grupos de vigilantes pareceriam, portanto, sugerir um grupo voluntário de indivíduos organizados, geralmente no nível comunal/provincial, para fins de policiamento. A partir disso, portanto, pode-se postular que nem todos os grupos que se desfilam, especialmente na Nigéria contemporânea, como vigilantes, são, conceitualmente, assim. Reforçando essa alegação, Shaw (2000, 48) argumenta que,

> deve-se tomar cuidado para não generalizar o assunto dos grupos de vigilantes. Alguns procuram fornecer o devido processo aos criminosos presos na ausência de instituições estatais viáveis em muitas áreas. Alguns dos grupos que foram rotulados como grupos de vigilantes variam de vigias de bairro, guardas comunitários, classe etária, cultos disfarçados e guildas de caçadores.

No contexto do exposto e para os fins deste artigo, portanto, grupos de vigilantes são conceitualmente vagos, seguindo Alemika e Chukwuma (2004, 14), como um termo genérico na descrição dos diferentes tipos de sistema de policiamento subestado de um país. No sistema de policiamento informal da Nigéria, Chukwuma (2002, 11-12), identifica quatro tipologias de vigilantismo e grupos de vigilantes, vis: religiosos, étnicos, patrocinados pelo Estado e de bairro/comunidade.

Grupos de Vigilantes e Vigilantismo na Nigéria: Origem e Evolução

É preciso enfatizar que a ideia de vigilantismo e, por extensão, a existência de grupos de vigilantes, antecederam o estado nigeriano (Pratten, 2008, 1). De fato, a conclusão na maioria dos estudos sobre a evolução do policiamento na Nigéria é que vigilantes de todas as formas, desempenhando uma infinidade de funções de policiamento em suas comunidades, precederam o estabelecimento da polícia colonial (ver Tamuno, 1970; Tamuno *et al.*, 1993; Nwanze, 1999; Rotimi, 2001). Por exemplo, na parte oriental do país, antes do advento do estabelecimento policial moderno, existiam grupos conhecidos como 'Ndinche' (guardas comunitários). Eles eram alocados pelos moradores para prender e levar suspeitos de crimes perante o 'Amala' (conselho da vila) para julgamento. De fato, Ndinche, como os 'Olodes' (Hunter Guild) e os 'Yan Banga' nas partes oeste e norte respectivamente, durante séculos, supervisionou a gestão da ordem pública nas várias jurisdições (Ogbozor, 2016, 3).

No entanto, apontou-se que, independentemente do *modus operandi* desses vigilantes pré-coloniais indígenas, eles eram formados dentro das estruturas e valores políticos existentes em cada comunidade. Fourchard (2011), em um estudo perspicaz da estrutura dos vigilantes na Yorubaland pré-colonial, com referência a Ibadan, relata uma entrevista com um entrevistado assim:

> havia uma cadeia de transmissão de ordens vindas do Olubadan[5] e de chefes de linhagens poderosas associadas ao Olubadan (o Mogaji[6]) que transmitiam informações aos chefes do complexo (Baale). Os Mogaji estavam encarregados de sode; eles telefonam para o chefe de cada família e depois informam sobre a necessidade de vigiar os

5 Olubadan refere-se ao título do chefe supremo de Ibadan.

6 Mogaji é o chefe de uma família extensa composta por muitas famílias em Ibadan.

> arredores. Em cada família, os Baale oferecerão voluntariamente pelo menos uma ou duas pessoas.

O ponto aqui é que os grupos vigilantes locais, antes da incursão do colonialismo nas várias comunidades que mais tarde se fundiram para se tornar a Nigéria, não operavam no vácuo, mas interagiam com as várias comunidades para fornecer policiamento ao seu povo. Em outras palavras, eles funcionavam como entidades de autoajuda no nível periférico das comunidades (cidades/reinos), auxiliando instituições "imponentes" no desempenho de tarefas policiais. Por exemplo, no sistema estadual pré-colonial do Hausa Emirate, os vigilantes em nível local complementavam a polícia do palácio Dogaris, mantendo a lei e a ordem no Emirado. Padrões semelhantes operavam entre os Ijebus, um grupo sub-étnico Iorubá, no qual os vários vigilantes complementavam a polícia do Palácio de Odis – policiando o centro e as periferias do sistema estadual de Ijebu sob o Awujale[7]. Vale ressaltar que esse sistema dual de policiamento envolvendo os vigilantes e a polícia dos reis foi, no entanto, transformado pelo domínio colonial, o que acrescentou outra estrutura de policiamento levando a um sistema tripartido envolvendo os vigilantes, a polícia do palácio e a polícia colonial.

É preciso enfatizar, no entanto, que apesar de sua relegação a segundo plano na arquitetura de policiamento tripartite colonial, os grupos de vigilantes continuaram a atrair o patrocínio das pessoas em várias comunidades, como resultado das crescentes taxas de criminalidade provocadas pela rápida urbanização (Watson, 2003, 76). Por exemplo, em Ibadan e outras comunidades iorubás, na segunda metade do século XX, o sistema de guardas noturnos (vigilantes), que havia sido suprimido por décadas por autoridades coloniais por ser "perigoso", foi revigorado, sob estrita supervisão. Fourchard (2011, 11) esboça as cinco diretrizes que um Residente Colonial em 1948, em Oyo, deu para o funcionamento dos guardas noturnos dentro de seu domínio como segue:

- Que uma lista de Guardas Noturnos seja mantida.
- Que seja nomeado um caçador principal cujos deveres são de supervisionar as providências tomadas e ser responsável perante o Baale (Chefe) local pela conduta dos guardas.
- Que cada guarda-caçador seja claramente informado de que as armas de fogo devem ser usadas apenas em legítima defesa.

7 Até a data, este é o título do soberano supremo do reino de Ijebu.

- Se um guarda caçador pegar um ladrão ou suspeito, ele deve levá-lo imediatamente à delegacia mais próxima e entregá-lo à polícia.
- Que nenhuma forma de uniforme seja usada pelo caçador.

Instrutivamente, esse era o modelo de vigilantismo na maioria das comunidades antes da independência do país em 1960. Em outras palavras, grupos de vigilantes como o sistema de guarda noturna na província de Oyo, mencionado acima, enquanto autorizados a operar por causa da cobertura limitada do policiamento colonial aparato, estavam estritamente sob a supervisão das autoridades coloniais. No entanto, com a conquista da independência em 1960, o caráter dos grupos de vigilantes mudou dos estabelecidos para promover os interesses da comunidade para aqueles que agora serviam aos interesses do partido dominante nas três regiões do país. Por exemplo, na Região Oeste, os guardas noturnos e outros grupos informais de policiamento, especialmente em Ibadan, sede do governo regional, tornaram-se instrumentos de intimidação política e assédio de opositores políticos percebidos pelo governo liderado por Akintola, até a queda de República, em 15 de janeiro de 1966 (Rotimi, 2001, 140; Fourchard, 2011, 17).

Na verdade, pelos papéis complementares desempenhados por esses grupos de vigilantes, especialmente na Região Oeste, em instigar o colapso da primeira república, o novo regime militar, ao assumir o poder, não apenas suprimiu os grupos de vigilantes politizados, mas também guilhotinou sua autoridade de vigilantismo. Embora, na década de 1970, devido ao boom do petróleo que levou ao aumento da incidência de assalto à mão armada e outros crimes aliados, houvesse uma proliferação crescente de vigias de bairro e empresas de segurança, as disposições dos regimes militares que mandaram no país durante o período, grupos vigilantes pareciam não mudar. Contudo, em meados da década de 1980, as atitudes dos militares em relação a outros grupos informais no país mudaram. Por que a mudança de atitude não nos detém aqui, pois existem muitos estudos (ver Fabiyi, 2004; Fourchard, 2011).

Especificamente, em 1986, o Governo Militar Federal da Nigéria, por meio de seus representantes nos níveis estaduais, a fim de melhorar a imagem prejudicada da Força Policial da Nigéria, adotou formalmente grupos vigilantes como parte da estrutura de policiamento do país. Em abril de 1987, no estado de Oyo, o governador militar, coronel Adetunji Olurin, em virtude do edital do Comitê de Desenvolvimento da Comunidade de Mobilização (1987), deu respaldo legal ao vigilantismo no estado quando lançou oficialmente grupos de vigilantes (OYSG, 1987). Legitimizando o vigilantismo, o Governador disse: "ao contrário dos grupos vigilantes anteriores, as atividades dos grupos inaugurados eram protegidas pela lei" (ver Tribune, 04/04/87).

Com uma declaração tão concisa vinda de um membro-chave de uma junta militar, o ambiente de vigilantismo no país pareceu ter mudado; portanto, o número de grupos engajados em vigilantismo em todo o país aumentou. Curiosamente, talvez tenha sido esse legado do apoio tácito do governo a grupos de vigilantes que criou uma bola de neve na quarta república que começou em 29 de maio de 1999.

Grupos Vigilantes e Democracia na Nigéria Pós-Autoritária

Em 29 de maio de 1999, a Nigéria ingressou na liga das democracias eleitorais. Antes dessa data, o país havia se sufocado sob vários regimes autocráticos que reprimiam, suprimiam e negavam ao povo seus direitos democráticos (Ojo 2004, 154). Como o novo presidente eleito, Olusegun Obasanjo (1999), em seu discurso inaugural colocou:

> Hoje, estamos dando um passo decisivo no caminho da democracia. Não deixaremos pedra sobre pedra para garantir o sustento da democracia, porque é bom para nós. É bom para a África e é bom para o mundo. Apelamos ao mundo, particularmente ao mundo ocidental, para nos ajudar a sustentar a democracia, compartilhando conosco o ônus ou a dívida que podem ser esmagadores e destrutivos para a democracia em nossa terra.

Com essa observação concisa vinda do primeiro presidente de uma Nigéria redemocratizada, os cidadãos pareciam ter sido acolhidos com grandes esperanças e expectativas de que uma atmosfera de paz e estabilidade, construída sobre os fundamentos da democracia e da boa governança, permanecesse em seu país (Basiru, 2016, 4). Em outras palavras, uma atmosfera em que o Estado Central e suas instituições, principalmente os responsáveis pela justiça criminal, cumprem seus mandatos históricos de lidar com crimes que possam comprometer a coexistência pacífica. Especificamente, esperava-se que a Polícia da Nigéria, em conformidade com a Seção 4 da Lei de Polícia CAP 359 das Leis da Federação da Nigéria (1990), fosse um participante fundamental no sistema de justiça criminal. A organização é responsável pelas responsabilidades de detectar e prevenir crimes na sociedade.

No entanto, no menor tempo possível, as expectativas das pessoas de dividendos democráticos em termos de melhoria do ambiente de segurança parecem ter sido frustradas, enquanto algumas das tendências divisivas e violentas que foram suprimidas por muito tempo pelas juntas militares,

enquanto reinavam, ressurgiram e se tornaram as características definidoras da nova democracia (Jemibewon, 2001, 30). De fato, durante a primeira década da democratização do país, a democracia, por alguns comentaristas, foi quase assumida como sincrônica com violência e insegurança. Certamente, crimes violentos como bombardeios em série, tomada de reféns, seqüestro, assalto à mão armada e violência étnico-religiosa de vários gêneros tornaram-se características regulares do cenário de segurança do país (ver Umede, 2011, 18). Como afirmado anteriormente, a Força Policial da Nigéria ficou soterrada e sobrecarregada, conduzindo a papéis cada vez maiores para grupos de vigilantes (Ikoh, 2013, 48). Como observa Jones (2008: 4), 'grupos de vigilantes na Nigéria foram criados em resposta ao vácuo de segurança deixado pelo estado impotente e suas forças de segurança'. O que está sendo apontado aqui é que a democracia, além de oferecer caminhos para uma participação mais ampla dos cidadãos nos assuntos públicos, também criou oportunidades, devido às capacidades declinantes da polícia de gerenciar insegurança crescente, para aumentar a participação dos grupos de vigilantes no policiamento da democracia.

Deve-se enfatizar, no entanto, que, na vigilância da democracia e do povo desde o início da quarta república na Nigéria, alguns grupos de vigilantes, especialmente aqueles governados por regras formais, nas grandes cidades, pareceriam ter tido um bom desempenho na complementação das estruturas formais de policiamento. Por outro lado, alguns parecem não ter se saído melhor com a democracia vigilante como nos casos daqueles com agenda conflitante (Akubor 2014). Os casos do Bakassi Boys e do Congresso do Povo de O'odua (OCPO) apresentados nos parágrafos seguintes tipificam esse grupo de vigilantes.

Os Bakassi Boys

Os Bakassi Boys servem como uma ilustração empírica da perversão do que é vigilantismo por um grupo de vigilantes, em um país que transitou do autoritarismo para a democracia eleitoral. Há duas razões pelas quais o caso dos Bakassi Boys é especial e serve para investigar as atividades de grupos de vigilantes em uma sociedade democratizada. Primeiro, o grupo é, talvez, o primeiro grupo de vigilantes na Nigéria pós-autoritária, formado por artesãos e posteriormente confiscado pelos governos estaduais. Segundo, foi o primeiro grupo de vigilantes na Nigéria pós-autoritária que chamou a atenção do governo federal e da comunidade internacional para o perigo que eles poderiam representar para a segurança do país. Isso enfatizou que os

Bakassi Boys, como outros temidos grupos de vigilantes que surgiram após a saída das Forças Armadas da cena política em 1999, vieram a bordo como conseqüências diretas do assalto à mão armada nos principais mercados do Sudeste, especialmente em Aba, estado de Abia (ver Baker 2002; Harnischfeger 2003; Smith 2006).

Antes de sua formação, Aba, o centro comercial do estado de Abia, estava sob o 'governo' de uma notória quadrilha de assaltos à mão armada, apelidada de 'Máfia', que aterrorizava os comerciantes nos principais mercados da cidade. Instrutivamente, enquanto a quadrilha reinava, a Força Policial da Nigéria (PFN) parecia impotente em restringir e deter essa situação. A aparente impotência da polícia obrigou os comerciantes e artesãos dos mercados a recorrer à auto-ajuda para enfrentar a temida gangue que eles finalmente derrotaram. Especificamente, o grupo surgiu em 1998, após um terrível assassinato de um comerciante de destaque no mercado de Aba, que forçou os comerciantes a espontaneamente iniciar uma operação de apreensão e execução de suspeitos ladrões armados, até quase todos os criminosos suspeitos tivessem sido executados ou fugido do estado (Jones, 2008, 2).

Talvez essa façanha de eliminar a temida máfia tenha convencido as principais partes interessadas nos mercados ao redor de Aba que o messias finalmente havia chegado. Nesse estágio, eles perceberam o imperativo de transformar a entidade fracamente organizada em uma organização permanente e, ao fazê-lo, obtendo benefícios de seus patrocinadores. Posteriormente, seus serviços começaram a ser procurados não apenas pelos comerciantes de Ariaria e outros grandes mercados do Sudeste, mas também pelos residentes e outros principais interessados da região (Jones, 2008, 2).

Dado o contexto em que o grupo surgiu, o objetivo original era combater as armas de assaltos e outros crimes violentos, mas com seu seqüestro pelos governadores e outros indivíduos poderosos no Sudeste, seu objetivo original foi diluído, resultando em sua politização (Tertsakian, 2002). Nesta fase, o grupo agora batizado politicamente de Bakassi Boys tornou-se a ferramenta nas mãos dos Governadores do Estado. No estado de Anambra, por exemplo, antes da aprovação formal dos Bakassi Boys, pela administração do Dr. Chinwoke Mbadiniju, em 2002, o setor de vigilantes no estado, durante anos, havia sido dominado pela Onitsha Traders Association (OTA), formada por comerciantes em Onitsha, no início dos anos 90. No entanto, com o advento da democracia no estado de Anambra, em 1999, a OTA tornou-se menos popular entre o povo como resultado de seus métodos e, assim, abrindo caminho para o surgimento do Bakassi Boys, para assumir o centro das atenções.

Em agosto de 2002, o Governador Mbadiniju endossou formalmente o grupo, enviando um projeto de lei à Assembleia Estadual para consideração. Em dezembro do mesmo ano, o projeto de lei, tendo sido aprovado pelo legislativo e assinado pelo governador, tornou-se a Lei de Serviço de Vigilante do Estado de Anambra, nº 9 do ano 2000 (HRW / CLEEN, 2002, 10). Com a entrada em vigor desta lei, os Bakassi Boys do Estado de Anambra, oficialmente, tornaram-se o Serviço de Vigilância Anambra (SVA) a ser mantido e supervisionado pelo Governo do Estado de Anambra. Conforme relatado pela Anistia Internacional (2002, 8), "o Serviço de Vigilância Estadual de Anambra é o primeiro – e até hoje único – grupo de vigilantes armados oficialmente reconhecido por um governo estadual na Nigéria por meio de um projeto de lei promulgada pelo Governador do Estado". Curiosamente, experimentos semelhantes foram realizados em outros estados do sudeste como Abia, Imo e Ebonyi. A única exceção foi o estado de Enugu, onde o governador insistiu que o sistema existente de policiamento público era adequado para garantir a segurança (Akubor, 2014: 31). Deve-se enfatizar aqui que os Bakassi Boys, independentemente dos nomes que foram chamados nesses estados, antes de serem proscritos com outros grupos armados semelhantes em diferentes partes do país, operavam com abandono imprudente, matança e mutilação de pessoas em nome de combate ao crime. Talvez tenha sido a totalidade dessas atividades desumanas e outros atos ilícitos, juntamente com a imprensa negativa que eles estavam dando ao país na comunidade de nações que o grupo, apesar dos protestos dos Governadores do Sudeste, foi proibido pelas autoridades federais em 2001.

Congresso do Povo de O'odua (OPC)

O Congresso do Povo de O'odua (OPC), um grupo dominante no sudoeste da Nigéria, a base geográfica da etnia iorubá, foi formado inicialmente em 24 de agosto de 1994 em Mushin, Lagos, por sete indivíduos, todos de origem iorubá, liderados por Dr. Fredrick Fasehun. Não começou como um grupo de vigilantes, mas como um grupo orientado para a autodeterminação, proteção e defesa dos interesses dos iorubás no projeto nigeriano (Fasehun, 2002, 159). Especificamente, surgiu no contexto da injustiça imposta a um proeminente filho iorubá, Chefe Moshood Abiola e, por extensão, à raça iorubá, após a anulação da eleição presidencial de 1993, vencida por Abiola, pelo regime militar do general Ibrahim Babangida. No entanto, é preciso enfatizar que surgiu, embora não para restaurar o mandato roubado de Abiola

ainda no início, mas sim, para impedir a re-ocorrência de outro episódio de 12 de junho (Fasehun, 2002, 159-160).

No entanto, em 1999, o grupo, devido ao aumento das taxas de criminalidade nas principais cidades do sudoeste e à aparente impotência da polícia nigeriana em prendê-los, acrescentou a luta contra o crime ao seu objetivo fundamental de ser um campeão étnico. Nas palavras de Fasehun (2002, 12): 'combater o crime não é um dos objetivos do OPC, mas quando o crime se tornou tão grande que as pessoas viviam em medo, a OPC se realocou, marque minha palavra, se realocou, de seus principais objetivos para ajudar a polícia a combater crimes, garantir a vida e a propriedade'. Instrutivamente, o combate ao crime logo ofuscou os outros objetivos do grupo. Avers Fasehun (2001, 5):

> De fato, o OPC combate o crime. Várias vezes, eles prenderam criminosos e os entregaram aos agentes da lei. E se você planeja ingressar no OPC, uma das coisas a que você deve jurar é que ajudará na prevenção do crime.

Operacionalmente, como a maioria dos grupos de orientação-étnica, rica em espiritualismo e fetichismo, a OPC emprega o ocultismo tradicional para combater o crime. Por exemplo, os membros do grupo geralmente consultam a Oracle para determinar o futuro em qualquer curso de ação específico (ver Adebanwi, 2005). Além disso, os membros do grupo vestem roupas pretas e geralmente falam em idiomas codificados que não podem ser decifrados por pessoas de fora do grupo (Owumi, 2013: 78). De acordo com a Human Rights Watch (2003), "os membros do OPC eram frequentemente equipados com ocultismo," cobertura de seguro "por incisões", *gbere*, em seus corpos com feitiços. Isso os encorajou na realização de seus deveres de vigilantes".

A despeito disso, o grupo, especialmente, nos primeiros anos do retorno do país à democracia, ganhou tanta popularidade e aceitação entre as pessoas do sudoeste. De fato, nas grandes cidades da região, o grupo, por causa de sua audácia de se aventurar nas covas dos criminosos, as quais a polícia por anos ousou não se aventurar, tornou-se a noiva cortejada do povo (Ajayi; e Aderinto, 2008, 2012). Como observa Babawale (2003, 62), "o OPC no sudoeste tornou-se literalmente um equipamento de segurança paralelo, com seu envolvimento em serviços de vigilantes e sua batalha com gangues criminosas". No entanto, como os Bakassi Boys, examinados anteriormente, a OPC, ao prestar serviços de vigilantes, engajou-se em atividades que, na maioria das vezes, ameaçavam a ordem pública. Fica claro nas discussões

anteriores que as atividades de grupos de vigilantes nas sociedades democratizantes podem ser anti-sociais e, como tal, podem ter implicações no ambiente de segurança do país.

Grupos Vigilantes e (In) Segurança Nacional na Nigéria Pós-Autoritária

Na sociedade de massas contemporânea, nenhum país, devido a uma combinação de fatores, é capaz de combater o crime efetivamente apenas através do policiamento público, sem o apoio de atores subestatais. Mas, nas jurisdições liberais, enquanto os grupos de vigilantes geralmente operam dentro do perímetro do Estado de Direito e do constitucionalismo, seus pares nas democracias iliberais, como o caso da Nigéria pós-autoritária examinada neste estudo, em breve mostrarão que tendem a operar da maneira que não apenas colocam ponto de interrogação em todo o conceito de vigilantismo, mas também às ameaças constitutivas à estabilidade social e, por extensão, à segurança da sociedade (ver Oronsaye; e Igbafe, 2012).

Embora seja necessário enfatizar que, embora alguns grupos de vigilantes, especialmente aqueles organizados como vigias de bairro, nas principais cidades do país, em grau razoável, tendam a imitar o vigilantismo nas jurisdições liberais, a maioria dos grupos de vigilantes, na Nigéria, especialmente aqueles que surgiram na atmosfera do que Lumumba Kasongo (1995, 409) denominou 'raiva', 'conflito' e 'irracionalidade', nos últimos anos, têm sido antitéticos às normas estabelecidas de vigilantismo e por consequência ameaçam a estabilidade social. Há várias razões para isso. Em primeiro lugar, a maioria dos grupos de vigilantes na Nigéria contemporânea dificilmente opera em conjunto com a polícia, como é o caso das democracias maduras. Mesmo onde os grupos de vigilantes são obrigados por lei a trabalhar com a polícia, ao lidar com suspeitos, a maioria deles em vez de trabalhar com a polícia, ainda recorreria a medidas de auto-ajuda. No estado de Anambra, por exemplo, a lei que deu legalidade às atividades dos meninos Bakassi, declara que o grupo de vigilantes deve aumentar a manutenção da segurança em suas diversas comunidades e, em particular, deve prestar toda a ajuda e assistência legal à polícia na região, em esfera de prevenção e detecção de crimes (ANSG, 2000).

Essa clara função, não obstante, os Bakassi Boys, antes de serem proscritos pelo Governo Federal, na prática, raramente, ou nunca, prestaram toda a ajuda e assistência legal à polícia do estado (HRW / CLEEN, 2002, 13).

A mesma observação poderia ser feita à OPC e a outros grupos de vigilantes que operam nos níveis comunais. Ao levar os suspeitos de crimes à justiça, esses grupos criaram campos de detenção e tortura que se parecem com as delegacias de polícia de Kangaroo, tribunais e prisões onde os suspeitos são arbitrariamente interrogados, detidos, julgados, torturados e sumariamente executados ou multados (Owumi, 2013, 79).

Todas essas medidas extrajudiciais de grupos de vigilantes nos últimos anos, denunciadas ou não, além de afetarem o setor de direitos humanos, levaram à proliferação de armas pequenas e armamento leve no país, enquanto esses grupos, incluindo aqueles que recentemente surgiram, foram os maiores patrocinadores de armas ilícitas. No que diz respeito ao setor de direitos humanos, a violência vigilante muitas vezes leva à violação dos direitos individuais e de grupo das pessoas (Anyanwu, 2007). De fato, isso geralmente assume uma dimensão mais grave quando os direitos do grupo são violados por um grupo de vigilantes, pois geralmente levam a ataques de represália. Por exemplo, em 1999, quase um ano para o retorno à democracia, o assassinato em represália dos Yorubas em Kano, foi em geral visto como uma reação à violação dos direitos à vida e propriedade dos Hausas pelo OPC em Sagamu. De fato, o ataque de represália em Kano não resultou na morte apenas dos iorubás, mas também dos Ibo, que por sua vez levaram a ataques de represália ao grupo Hausa/Fulani residente em Aba e em alguns estados do leste, o que em todos os casos resultou em perda de vidas e propriedades (Akinyele, 2001).

Diretamente relacionado ao exposto, está o legado de violência que a formação do OPC, Bakassi Boys e outros grupos de vigilantes militantes trouxeram ao país. Certamente, eles ou desencadearam vários movimentos étnicos violentos e, por implicações, conflitos étnicos em todo o país, ou tiveram efeitos militarizantes em alguns movimentos existentes. Especificamente, Ikelegbe (2005, 496) sustenta que o surgimento do Congresso Popular de Arewa (CPA) foi uma reação às atividades do OPC, particularmente aos ataques a Hausa no sudoeste. Mesmo dentro do espaço geopolítico dos iorubás, Ajala (2006, 131-141) postula que grupos, como o Movimento de Libertação de Oodua (MLO), o Movimento Juvenil de Oodua (MJO) e a Frente da República de Oodua (FRO) que compartilham ideologia semelhante com o OPC foram formados como resultado das atividades do OPC.

O que se coloca aqui é que as atividades repugnantes e não civis de grupos de vigilantes como o OPC atraíram outros grupos para se juntarem ao setor de vigilantes, como resultado de que a violência dos vigilantes percorreu praticamente todos os lugares. Por exemplo, em 2005, a violência

de vigilantes perpetuada por um grupo de vigilantes locais em Ago-Iwoye, estado de Ogun, sudoeste da Nigéria, contra os estudantes da Universidade Olabisi Onabanjo, na qual muitos estudantes perderam a vida, levou a contra-ataques dos alunos. De fato, a crise não apenas levou ao fechamento da universidade, mas também foi imposto um toque de recolher ao entardecer pelo governo do Estado de Ogun em toda a cidade, a fim de reduzir ainda mais a carnificina humana. Outro aspecto preocupante das atividades dos grupos de vigilantes nos últimos anos é a sua politização acerca dos atores políticos dominantes, especialmente durante as eleições. Por exemplo, o Bakassi Boys, conforme relatado por grandes grupos internacionais de defesa dos direitos humanos, foi usado pelos Governadores do Sudeste para assediar e intimidar seus oponentes políticos durante a eleição para o governo de 2003 na região (HRW / CLEEN, 2002,12)

Ligada ao exposto acima, está a crescente terceirização do policiamento para alguns grupos militantes vigilantes no país pelos Governos Federal e estadual, um desenvolvimento que atingiu seu auge sob a presidência do Dr. Goodluck Jonathan, quando grupos militantes como a Força Voluntária do Delta do Níger e o OPC receberam contratos e licenças para policiar os ativos estratégicos do país no Delta do Níger. De fato, esse estado de coisas para alguns cidadãos interessados não era apenas considerado uma ameaça à segurança do país e das comunidades envolvidas, mas também parecia ter abalado o moral dos oficiais e homens das forças militares e paramilitares. A questão aqui é que, investindo em grupos informais, com pouco ou nenhum treinamento em manuseio de armas, com os papéis que devem ser desempenhados pelas forças militares e paramilitares, uma atmosfera de insegurança e violação de direitos é criada pelo governo. Por exemplo, em uma operação realizada pela OPC para eliminar vândalos de dutos, na área de Arepo, no estado de Ogun, no sudoeste da Nigéria no início de 2015, além de não atingir os objetivos pretendidos, levou à perda de vidas inocentes e à destruição de propriedades.

Conclusão

Este artigo procurou examinar o caráter dos grupos de vigilantes na Nigéria democratizante, tendo como pano de fundo as visões contraditórias sobre seus papéis. Além desse objetivo esclareceu os principais conceitos relevantes ao discurso, examinou a literatura existente sobre grupos de vigilantes e vigilantismo na Nigéria e avalia o balanço de ações dos grupos de vigilantes em uma Nigéria democratizante. A partir dessas revisões e análises, constatou que o caráter do vigilantismo e dos grupos de vigilantes na Nigéria é marcadamente diferente daqueles das jurisdições liberais. Também observa que, diferentemente da prática nas democracias liberais, em que grupos de vigilantes, na conduta e na prática, estão em conformidade com os princípios do Estado de Direito e do constitucionalismo; o oposto, passando pelas atividades de alguns vigilantes militantes desde o retorno da democracia, é o caso. Este estado de coisas teve um impacto negativo no ambiente de segurança do país. À luz disso, argumenta e conclui que, enquanto os grupos de vigilantes, assim como os estabelecimentos formais de policiamento, continuarem sendo instrumentos de intimidação política dos oponentes políticos pelos políticos que os controlam, o terreno do vigilantismo continuará no reino da 'anocracia'.

Referências

Adamu, F. 2008. "Gender, Hisba and the Enforcement of Morality in Northern Nigeria". Africa, 78, 1, 136-152.

Adebakin, K. and Raimi, L. 2012 "National Security Challenges and Sustainable economic

Development: Evidence from Nigeria". Journal of Studies in Social Sciences Volume 1, Number 1.

Adebanwi, W. 2005. "The carpenter's revolt: youth violence and the reinvention of culture in Nigeria."Journal of Modern African Studies 43, 3.

Ahire, P. T. 1991. Imperial Policing: The Emergence and Role of the Police in Colonial Nigeria. Philadelphia: Open University Press.

Ajala A.S 2006). "Cultural nationalism, Democratization and Conflict in Yoruba Perspectives: focus on Oodua Peoples' Congress in Nigerian Politics". Studies in Tribes and Tribals 4(2).

Ajayi, J. O and Aderinto, A.A. 2012. Oodua People's Congress and Crime Control In Lagos Metropolis. Germany: LAP Lambert Academic Publishing.

Ajayi, J.O. and Aderinto, A.A. 2008. "Crime Wave and Public Confidence in Oodua People's Congress in Lagos Nigeria". African Journal for the Psychological study of Social Issues, Vol. II (2).

Akinyele, R. T. 2001. "Ethnic Militancy and National Stability in Nigeria: A Case Study of the Oodua People Congress". African Affairs, 100.

Akubor, E.O (2014). "An Outline of Ethnic Militias in Nigeria". Constitution, Vol 4 (2), June.

Akuul, T. 2011. "The Role of the Nigerian Police Force in Maintaining Peace and Security in Nigeria" Journal of Social Science and Public Policy, Vol 3, March.

Alemika, E. and Chukwuma, I.C 2004. The Poor and Informal Policing in Nigeria: A Report on the Peoples' Perceptions and Priorities on Safety, Security and Informal Policing in the A2J Focal States in Nigeria. Lagos: CLEEN.

Alemika, E. and Chukwuma, I.C. 2004. Analysis of Police and Policing in Nigeria: A desk Study on the Role of Police as a Barrier to Change or Driver of Change in Nigeria. Lagos: CLEEN.

Amnesty International. 2002. Nigeria: Vigilante violence in the south and southeast. London: Amnesty International.

ANSG. 2000. Anambra State Vigilante Services Law, no.9, 2000, Official Gazette. Awka: ANSG.

Anyanwu, G. 2007. "Tyranny of vigilance group: They brutalize residents over illegal levies", Daily Sun, February 28.

Babawale, T. 2003. "The state, ethnic militias and the challenges of democratic governance in post military Nigeria". In: Urban violence, ethnic militias and the challenge of democratic consolidation in Nigeria edited by Babawale. T. Lagos: Malthouse Press.

Baker, B. 2002. "When the Bakassi Boys came: Eastern Nigeria Confronts Vigilantism". Journal of Contemporary African Affairs, 20, 223- 244.

Baker, B. 2008. Multi- Choice Policing in Africa. Uppsala: Nordic Africa Institute.

Basiru, A. S 2016. The Travails of Domesticating 'Liberal Peace' in West Africa: Nigeria and the 2001 ECOWAS Supplementary Protocol on Democracy and Good Governance, Paper presented at a 2-Day Na-

tional Conference, organized by the Aminu Kano Centre for Democratic Research and Training, Bayero University, Kano, November 9-10.

Bayley, D. H. 2006. Changing the Guard: Developing Democratic Police Abroad. New York: Oxford University Press.

Chukwuma, I. 1998. "Police Powers and Human Rights in Nigeria", Law Enforcement Review. Lagos, January-March.

Chukwuma, I. 2002. "Responding to Vigilantism", Human Rights Dialogue, Series 2, No. 8.

Fabiyi, S. 2004. Gated Neighbourhoods and Privatization of Urban Security in Ibadan Metropolis. Ibadan: Institut Français de Recherche en Afrique.

Fasehun, F. 2002. Son of Oodua. Lagos: Inspired Communication.

Fasehun, F. 2001. "OPC will unite again" Newswatch (Lagos), September 10.

Federal Government of Nigeria (1990) Police Act CAP 359 of the Laws of the Federation of Nigeria. Lagos: Government Press

Fourchard, L. 2011. "The Politics of Mobilization for Security in South African Townships" African Affairs 110, no. 441.

Gallie, W.B. 1962. "Essentially Contested Concepts" in The Importance of Language. edited by Black, M. New Jersey: Prentice Hall Press.

Harnischfeger, J. 2003. "The Bakassi Boys: fighting crime in Nigeria", Journal of Modern African Studies 41 (1).

Higazi, A. 2008. "Social Mobilization and Collective Violence: Vigilantes and Militias in the Lowlands of Plateau State, Central Nigeria", Africa, 78, 1.

Inaugural Speech, 2017. http://nigeriaworld.com/feature/speech/inaugural.html/accesed 14/04/2017 .

HRW. 2003. The OPC: Fighting violence with violence. New York: Human Rights Watch.

HRW/CLEEN. 2002. The Bakassi Boys: The Legitimatization of Murder and Torture. New York: Human Rights Watch.

Ikelegbe, A. (2005) "State, ethnic militias and conflict in Nigeria", Canadian Journal of African Studies, 39(3), 490-516

Ikoh, M.U. 2013. "The Interface of Formal and informal Policing Structures in Calabar

Metropolis: Implication for Community Policing in Nigeria". Journal of Power, Politics & Governance, Vol. 1 No. 1, December.

Jemibewon, D. 2001. "The Nigerian Experience" in Crime and Policing in Transitional

Societies. edited by Shaw, M. Johannesburg: Konrad Adenauer Stiftung and South African Institute of International Affairs.

Jemibowon, D. M. 2003. The Nigeria Police in Transition: Issues, Problems and Prospects. East Lansing: Michigan State University Press.

Johnston, L. 1992. The Rebirth of Private Policing. New York: Routledge.

Jones, R. 2008.State failure and extra-legal justice: vigilante groups, civil militias and the rule of law in West Africa, Research Paper No. 166. London: School of Oriental and African Studies, University of London.

Kwaja, C. 2014.Informal Security Provision in Nigeria: Implications for Security Sector Governance. Kitchener: Security Sector Reform Centre.

Lar, J.T. 2015. Vigilantism, state and society: A history of plural policing in plateau state, Nigeria, 1950 to the present. (Doctoral Thesis, Bayreuth International Graduate School for African Studies (BIGSAS), University of Bayreuth Germany

Loader, I. 2000. "Plural Policing and Democratic Governance", Social and Legal Studies, 9, 3.

Lumumba-Kasongo, T. 1995. "Social Movement and the quest for Democracy in Africa: MOJA and its Transformation into a Political Party" in African Studies in Social Movements edited by Mamdani, M. and Wamba-dia-Wamba, E. Dakar: CODESRIA Books.

Nigerian Tribune.1987. April 7th .

Nwanze, S. 1999.In Thy Hands oh God: The Man, the Cop, the Preachet. Lagos: Nio Publishers

Obasanjo, O. (1999) Inaugural speech by His Excellency, President Olusegun Obasanjo following his swearing-in as President of the Federal Republic of. Nigeria. Retrieved from http://nigeriaworld.com/feature/speech/inaugural.html/accessed 02/02/2018

Ogbozor, E. 2016.Understanding the Informal Security Sector in Nigeria, Special Report 391. Washington: United States Institute of Peace, September.

Ojo, E.O. 2004. "The Military and Political Transition" in Nigeria's Struggle for Democracy and Good Governance edited by Adigun Agbaje etal. Ibadan, Ibadan University Press.

Oronsaye, A. and Igbafe, A. 2012 "Ethnic Militia in Nigeria: An Assessment of the Terrain of Conflicts, Violence and Crime". African Journal of Social Sciences, Volume 2 Number 1.

Otto, G. and Upkere, W. I (2012). "National Security and Development in Nigeria". African Journal of Business Management, 6 (23), pp. 6765-6770.

Owumi, B. 2013. "Traditional Values, Beliefs and Reliance on Indigenous Resources for Crime Control in Modern Southwest Nigeria". African Research Review, 7(1).

OYSG. 1987.Mobilisation Community Development Committee Edict, 1987: Supplement to the Oyo State of Nigeria, Gazette n° 14, vol. 12 of 2 April. Ibadan: OYSG

Pratten, D. 2008. "Perspectives on Vigilantism in Nigeria". Africa: Journal of the International African Institute, 78 (1), pp. 1-15

Rotimi, K. 2001.The Police in a Federal State: The Nigerian experience. Ibadan: College Press).

Shaw, M. 2000.Crime and Policing in Transitions: Comparative Perspectives, Johannesburg: South African Institute of International Affairs

Smith, D. J. 2004. "The Bakassi Boys: vigilantism, violence and political imagination in Nigeria", Current Anthropology 19 (3).

Soanes, C. 2001.Oxford Dictionary of Current English. Oxford/New York: Oxford University Press.

Tamuno, T. 1970. The Police in Modem Nigeria 1861-1965. Ibadan: University Press Ibadan.

Tamuno, T. *et al*. 1993. Policing Nigeria, Past, Present and Future. Lagos: Malthouse Press Limited).

Tertsakian, C. 2002. The Bakassi Boys: The Legimation of Murder and Torture, New York: Human Rights Watch and the Centre for Law Enforcement Education.

Umede, H. 2011. "Nigeria: Analyzing the Security Challenges of the Goodluck Jonathan Administration". Canadian Social Science Vol. 7, No. 5.

Watson, R. 2003. Civil Disorder is the Disease of Ibadan, Chieftaincy and Civic Culture in a Yoruba City, Oxford: James Currey.

Wisler, D. and Onwudiwe, D. I 2005. Editorial: Plural Policing in Africa, International Police Executive Symposium Working Papers Series, No 6 -10).

RESUMO

Nos últimos anos, grupos de vigilantes e outras estruturas informais de policiamento assumiram um papel maior na arquitetura de segurança de muitos países, especialmente aqueles que saíram da ordem autoritária. Apesar deste desenvolvimento, no entanto, questões e preocupações são constantemente levantadas sobre se eles realmente poderiam ser agentes do policiamento democrático contra o pano de fundo de sua propensão para violações de direitos humanos e assassinatos extrajudiciais. É contra esse cenário que este artigo examina o balanço de grupos de vigilantes em uma Nigéria em democratização. Após uma extensa revisão da literatura existente sobre grupos policiais, de policiamento, de vigilantismo e grupos de vigilantes, bem como estudos relevantes sobre grupos vigilantes na Nigéria, observa-se que ao contrário da prática em democracias liberais, onde grupos de vigilantes, – em conduta e prática – , seguem os princípios do estado de direito e constitucionalismo, o oposto é o caso de uma Nigéria em democratização Argumenta-se e conclui-se que enquanto os grupos de vigilantes, como os estabelecimentos formais de policiamento, continuam sendo instrumentos de intimidação política de opositores políticos pelos políticos que os controlam; o terreno do vigilantismo continuaria a ser no reino da "anocracia".

PALAVRAS-CHAVES

Vigilantismo; Grupos de vigilantes; Autoritarismo; Polícia; Policiamento; Democracia.

Recebido em 27 de junho de 2019
Aceito em 28 de julho de 2019

Traduzido por Larissa Kröner Bresciani Teixeira

SOBRE LADRÕES E SAQUEADORES: A AMEAÇA DO BANDITISMO RURAL NO NOROESTE DA NIGÉRIA

Al Chukwuma Okoli[1]
Anthony Chinedu Ugwu[2]

Introdução

A Nigéria é um país que enfrenta dificuldades. As mazelas nigerianas são mais evidentes na torrente de violência armada e criminalidade em diversas regiões do país. Nada explica melhor essa situação que o ambiente securitário volátil e apocalíptico na extensa região noroeste do país. O noroeste nigeriano ainda se encontra sob o flagelo do Boko Haram, mesmo após os precários esforços governamentais para conter insurgências armadas (Okoli, 2017; Zenn, 2018). A área norte-central tem sido afligida pela militarização dos grupos pastores, o que levou a região a uma terrível crise humanitária (Okoli e Ogayi, 2018). A região noroeste foi recentemente atraída para um um cenário de rápida insurgência de banditismo rural ao longo de suas fronteiras internacionais assim como do interior com florestas.

Pesquisas sobre a situação atual de precariedade securitária no noroeste nigeriano são frequentes, embora com um uma ênfase desproporcional no fenômeno da insurgência do Boko Haram e conflitos entre pastores e agricultores (Olayoku, 2014; Okoli and Iortyer, 2014; Otewu, 2015; Bagu e Smith, 2017). Na verdade, pesquisas sobre o Boko Haram e o conflitos entre pastores e agricultores encontram-se saturadas, enquanto análises específicas sobre o banditismo rural estão em um estágio inicial de desenvolvimento. Ape-

1 Departamento de Ciências Políticas, Federal University Lafia, Lafia, Nigéria. E-mail: okochu007@yahoo.com

2 Departamento de Ciências Políticas, Federal University Lafia, Lafia, Nigéria. E-mail: chinedugwu5@gmail.com

sar de existirem importantes trabalhos científicos sobre o assunto, nenhum conseguiu dar conta de forma sistemática do complexo cenário do noroeste nigeriano, onde o banditismo rural atingiu um nível emergencial.

O presente estudo é uma tentativa de explicar o fenômeno do banditismo rural no noroeste da Nigéria em um cenário de rápido crescimento nos anos recentes. O noroeste da Nigéria é composto por sete estados, quais sejam, Kano, Katsina, Kebbi, Kaduna, Zamfara, Jigawa e Sokoto. Cinco desses estados, Katsina, Kaduna, Zamfara, Kebbi e Sokoto, tem sido mais afetados pela mazela do banditismo rural. Desses cinco estados, Katsina, Kaduna e Zamfara são os principais pontos críticos. É importante lembrar que a incidência de banditismo rural não se limita ao noroeste. Na verdade, ela é razoavelmente prevalente em partes da região centro-norte em estados como Níger, Nasarawa, Plateau (Kuna e Jibrin, 2016; CDD, 2015)

Qual é então, a natureza da incidência do banditismo rural no noroeste da Nigéria? Quais são suas variáveis determinantes? Além disso, como esse fenômeno poderia ser mitigado? Essas perguntas constituem o foco deste estudo. Dada a escassez de pesquisas sobre o assunto, o principal propósito do artigo é realizar uma investigação *prima facie* do fenômeno do banditismo rural a fim de estimular pesquisas futuras em tópicos subsequentes relevantes. O restante do artigo é estruturado tematicamente da seguinte forma: conceitualização do banditismo e banditismo rural; enquadramento teórico, perspectivas sobre o banditismo rural na Nigéria; variáveis determinantes do banditismo rural no noroeste nigeriano; padrões de banditismo rural no noroeste nigeriano; alternativas para mitigar o flagelo do banditismo; e, por fim, conclusão.

Conceitualizando banditismo e banditismo rural

Banditismo se refere à incidência de assaltos armados ou crimes violentos relacionados, como sequestro, roubo de rebanhos e ataques à comunidades e mercados. Envolve o uso da força para intimidar uma pessoa ou grupo a fim de realizar roubos, estupros e mortes (Okoli e Okpaleke, 2014). O Banditismo é motivado por interesses econômicos e políticos. O primeiro se refere ao banditismo motivado pelo imperativo da acumulação material, enquanto o segundo se refere ao assalto ou morte de uma pessoa ou grupo baseado em considerações políticas ou ideológicas. Diversas formas de banditismo têm sido identificadas na literatura. A tabela 1 aponta essas categorias de banditismo com o propósito de propor uma tipologia para o fenômeno.

Tabela 1: Tipologia do banditismo

Tipo	Índice Tipológico
Social *versus* Político *versus* Econômico	Intenção ou motivo
Rural *versus* Urbano	Localização
Mercenário *versus* Autônomo	Organização
Organizado *versus* pouco organizado	Formação
Itinerante *versus* estacionário	Modo operacional
Fronteira *versus* Interior	Localização
Marítimo *versus* Costal *versus* Continental	Localização

Fonte: elaborada pelo autor

Como mostra a tabela 1, banditismo pode ser classificado a partir de suas motivações ou intenções. A respeito disso, podemos falar de um "banditismo social" que é geralmente motivado pela intenção de protestar contra a desigualdade social e redistribuir riqueza dentro de uma comunidade. Da mesma forma, podemos falar de outras formas de banditismo que são motivadas principalmente por razões econômicas ou políticas. Quando utilizamos a variável localização, podemos falar em termos de banditismo rural versus moderno e fronteiriço *versus* continental. Podemos falar igualmente de um banditismo mercenário ou autônomo, dependendo de como o ator se coloca diante de uma organização maior. O banditismo mercenário é perpetuado por mercenário auxiliares que trabalham para um mercenário maior, enquanto bandidos autônomos são auto-motivados e pessoalmente remunerados.

O banditismo organizado se prolifera através de uma rede de atores que atuam de forma coordenada, enquanto o banditismo pouco organizado é perpetuado por indivíduos ou grupos sem coordenação. Banditismo itinerante é mais ou menos móvel, enquanto o banditismo estacionário tem comportamento sedentário. Por fim, o banditismo marítimo se refere aos roubos próximos a costa (pirataria). Banditismo rural diz respeito simplesmente à prevalência de banditismo em áreas rurais e pode assumir quaisquer das características citadas acima. Além disso, ele se prolifera dentro da "ecologia social" do setor rural, caracterizado por grandes déficits governamentais (Olaniyan e Yahaya, 2016). Acontecimentos frequentes do banditismo rural na Nigéria incluem sequestro, roubo armado, roubo de rebanho e ataque a vilas.

Quadro teórico: Teoria da Atividade de Rotina

A Teoria da Atividade de Rotina foi desenvolvida por Cohen e Felson (1979) com o propósito de "entender os padrões e tendências de eventos criminais predatórios em um contexto histórico de mudanças econômicas" (Hsieh e Wang, 2018, p. 335). De acordo com essa teoria, o crime é mais provável de acontecer onde existe uma convergência espaço temporal de três elementos, quais sejam, um ofensor motivado, um alvo atrativo e a ausência de tutela (ver figura 1).

De acordo com os expoentes da teoria (Cohen e Felson, 1979; Maxfield, 1987; Samonas, 2013), ofensores motivados são indivíduos capazes e com a intenção de cometer um crime, enquanto alvos atrativos podem ser pessoas ou objetivos considerados pelos ofensores como vulneráveis. Por outro lado, tutela pode se referir a uma pessoa ou objeto com poder de impedir o crime. A mera presença física de tutela no espaço e no tempo pode determinar a ocorrência do crime.

A Teoria da Atividade de Rotina é baseada em alguns pressupostos básicos (Cohen e Felson, 1979; Garofalo, 1987; Maxfiel, 1987; Felson e Cohen, 1980):

- O crime é mais provável de acontecer onde existe uma convergência espaço temporal de três elementos, quais sejam, um ofensor motivado, um alvo atrativo e a ausência de tutela;
- Os fatores que caracterizam um alvo particular como atrativo são situacionais e específicos;
- O crime pode ser perpetrado por qualquer pessoa que tiver a oportunidade em termos de capacidade e existência de um alvo vulnerável
- As vítimas podem escolher não serem vítimas evitando situações onde um crime pode ser cometido contra elas.

Figura 1: Ilustração da Teoria da Atividade de Rotina



Fonte: Adaptado de Samonas (2013). Nota: as três variáveis inter relacionadas descritas na Figura 1 necessitam de convergência física no tempo e no espaço.

Aplicado ao propósito do presente estudo, é necessário apontar que o banditismo rural é um crime que tem sido precipitado e sustentado pelo ambiente social das áreas rurais, caracterizado por uma tendência acentuada de perdoar atividades criminosas. Na área geográfica em questão, a prevalência de terras pouco vigiadas e a inexistência de controle governamental fazem de florestas e áreas fronteiriças excelentes locais para proliferação de criminalidade rural. Além disso, a presença de uma economia rural vulnerável, baseada em grande medida na criação pecuária, produção de pasto e mineração informal também contribui para a avalanche de roubos de gado, dinheiro e economias. Nesse contexto, a virtual ausência de um aparato de

segurança estatal na maioria das comunidades rurais (The Humanitarian, 2018), cria incentivo para a ocorrência de crimes e impunidade (The Humanitarian, 2018). Em suma, a ecologia do crime mencionada acima contribui não apenas para motivar novos crimes, mas para perdoar os crimes já cometidos. Nessas circunstâncias, a ocorrência de crimes aumenta e prevalecem todas as formas de banditismo. Essa é a situação típica do noroeste nigeriano, onde a ameaça de ladrões e saqueadores tem experimentado uma ascensão diária e a criminalidade ameaça tomar conta de toda a região.

Perspectivas para o banditismo rural na Nigéria e além: uma revisão bibliográfica

O banditismo rural está relacionado à violência armada perpetrada por criminosos organizados em áreas fronteiriças e interioranas (Okoli; Okpaleke, 2014). Ele abrange atos de criminalidade armada que ameaçam a vida humana ou a propriedade: roubo armado, sequestro, roubo de rebanhos e violências similares (Okoli; Okpaleke, 2014). Há uma extensa literatura sobre a natureza e a incidência do banditismo rural, em grande parte perpetrado por nômades, que trata o assunto sob diferentes perspectivas. Entre essas perspectivas se destaca a narrativa que situa o fenômeno como uma complicação necessária da crise entre fazendeiros e pastores em um ambiente securitário volátil, caracterizado pela capacidade declinante do Estado em governar (Shettima; Tar, 2008; Olaniyan; Yahaya, 2016). A segunda perspectiva teórica caracteriza as ocorrências de banditismo como um tipo disfarçado de terrorismo com elementos que lembram o neo-jihadismo (IEP, 2015; SBMI, 2015; CWI, 2016; Omilusi, 2016). Tal perspectiva encontra eco nas anedotas satíricas populares ao ponto de tal violência ser vista como um esforço calculado de islamização da Nigéria. A terceira perspectiva é uma narrativa que busca explicar o problema a partir do ponto de vista da violência étnica-comunal, complicada pelas fraturas de um conflito identitário (Blench; Dendo, 2005; Atelhe, 2014). Há ainda uma perspectiva emergente que enfatiza os fatores subjacentes do problema. Essa perspectiva enxerga os ladrões nômades como agressores motivados por intenções puramente criminais (McGregor, 2014; Olayoku, 2014). Outras teorias emergentes sobre o assunto tendem a adotar uma perspectiva cruzada que enfatiza as dinâmicas sócio-ecológicas para a ocorrência. Estas fazem parte do ponto de partida do presente estudo.

Para além das perspectivas conflitivas e contraditórias citadas acima é pertinente notar que o banditismo rural não é uma novidade na Nigéria.

Estudiosos afirmam que o fenômeno do banditismo tem predominado na Nigéria desde a sua emergência como entidade política. Neste sentido, Jaafar (2018) argumenta que há registros de banditismo rural na Nigéria ainda durante o período colonial, chegando até os anos 1930. Analisando por uma perspectiva histórica, Jaafar afirma:

> Naquele tempo, viajantes e comerciantes que viajavam ao longo de nossas rotas econômicas costumavam enfrentar ameaças e perigos de bandidos não identificados. Criminosos armados eram conhecidos por atacar mercadorias transportadas nas costas de jumentos, camelos e carros de boi. Esses criminosos roubavam as mercadorias e desapareciam nas florestas. Essa é apenas uma dimensão do problema. Em outras áreas, os criminosos invadiam comunidades rurais e vilas com a intenção de realizar matanças e destruir propriedades. Durante esses ataques, os criminosos destruíam virtualmente quase tudo no caminho, incluindo bens, produtos e mercadorias. Essa subcultura existia na Nigéria antes da chegada dos colonizadores europeus (2018).

No que se refere a região noroeste da Nigéria, The Humanitarian (antigo IRIN News, 2018) afirma que a região tem "uma longa história de banditismo. O primeiro caso registrado ocorreu em algum lugar entre o Hausaland ocidental e a fronteira com o Níger em 1901. quando uma caravana de 12.000 camelos que levava uma variedade de grãos, foi atacada e 210 comerciantes mortos. Ainda que o banditismo rural seja antigo na Nigéria, ele tem aumentado exponencialmente de uma fase rudimentar, como citado acima por Jaafar, para um padrão complexo e complicado de criminalidade (CDD, 2015; Egwu, 2016). A transformação moderna do banditismo rural deve ser entendido contra o plano de fundo da dialética securitária nacional da Nigéria. De acordo com Bagu e Smith (2017),

> Gangues de criminosos, muitas vezes formadas por jovens provenientes de fazendas e comunidades pastorais, tiram vantagem da crescente insegurança, medo e ataques cíclicos contra comunidades, se envolvem em roubos de autoestrada e roubo de rebanhos tendo em vista ganhos pessoais. Tanto fazendeiros quando comunidades pastorais sofrem com esse tipo de banditismo.

A narrativa contemporânea do banditismo rural na Nigéria apresenta um cenário humanitário lamentável. De fato, os bandidos "tem roubado pessoas em auto estradas, rebanhos, realizado pilhagens de mercados rurais e matado pessoas inocentes" (CDD, 2015). De forma significantes, esse padrão

de criminalidade se tornou uma das principais causas de violência na Nigéria nos últimos anos (Azad, Crawford, Kaila, 2018). A maioria dos estudos sobre os aspectos do banditismo rural na Nigéria tendem a focalizar a questão no conflito entre fazendeiros e pastores (Shalangwa, 2013; Gambari, 2018,; Bashir, Azlizan e Btyusof, 2018; Ahmadu, 2019). Ainda que o fenômeno abarque em grande parte a dialética do conflito entre fazendeiros e pastores, tal perspectiva deve ser contextualizada e problematizada se quisermos compreender efetivamente como a criminalidade surge e prevalece.

A ocorrência de banditismo rural não é particular à Nigéria. Na verdade, o fenômeno tem sido uma importante faceta do debate sobre segurança nacional entre os países africanos da região do Sahel e do Sahara (Fatf-giabaga, 2016; Gaye, 2018). Fora do continente africano o banditismo ocorre em regiões como a América Latina, onde está normalmente envolvido com a guerra às drogas. O banditismo rural também ocorre no oriente, onde é conhecido como "criminalidade de fronteira" (Callen, Gulzar, Rezaee e Shapiro, 2018). O banditismo também é prevalente na região agrária da Suécia (FAO, 2009). O denominador comum do banditismo rural em todos esses lugares é sua tendência aparentemente predatória e oportunista, o que dificulta a prevenção.

Fatores determinantes para o banditismo rural na Nigéria

Os fatores determinantes para o banditismo no noroeste nigeriano estão atrelados a condições sócio-existenciais que caracterizam tanto o interior quando as regiões fronteiriças do país. Entre essas condições se evidencia os territórios com pouca penetração do Estado. As áreas interioranas da região noroeste são marcadas por povoações rurais dispersas, separadas por zonas montanhosas e fazendas suscetíveis a ataques violentos (Gaye, 2018).

Essas povoações também são permeadas por florestas diversas, algumas das quais possuem áreas pantanosas, com pedras e cavernas. Além de estarem distantes umas das outras, as povoações rurais também se encontram separadas dos centros governamentais, tanto a nível local quanto nacional.

As florestas da região são vastas, de terreno acidentado e perigoso. Sobretudo, são florestas com pouca presença policial, o que às tornam propícias para a ocorrência de todas as formas de criminalidade. Assim, crimes violentos como roubo de rebanhos cresceram enormemente nessas áreas. Portanto:

> Autoridades nigerianas registraram um aumento nas atividades de roubo de rebanhos, principalmente na região norte e noroeste da Nigéria, conectadas diretamente ao Boko Haram. A maioria dos ataques ocorrem em vilarejos remotos, próximos a florestas com baixo policiamento. Essas atividades são lucrativas para o Boko Haram, mas também têm o efeito de aterrorizar a população local e privá-la de comida e meios de subsistência (FATF-GIABA-GABAC, 2016; 2).

Em alguns pontos, as florestas coincidem com muitas linhas de fronteiras porosas. A porosidade dessas linhas de fronteira é quase total. Elas são parcamente delineadas, pouco policiadas e, dessa forma, fogem do controle do governo. A consequência disso é o livre fluxo de atividades ilícitas, muitas vezes facilitado por criminosos do Estado e atores não estatais. Essas atividades incluem contrabando, tráfico de pessoas e substâncias e um ponto de encontro para o crime organizado internacional (Gaye, 2018).

O que estamos buscando enfatizar é que as peculiaridades da região noroeste e das áreas de fronteiras fazem dessas regiões alvos de exploração por grupos criminosos. O problema se agrava pela enorme extensão territorial da região, como mostra a tabela 2.

O ponto enfatizado anteriormente é que as peculiaridades da região interiorana no noroeste e nas fronteiras fazem dessas regiões.

Tabela 2: Extensão territorial de estados selecionados no noroeste da Nigéria

Estado	Extensão territorial
Estado de Kaduna	46,053 km²
Estado de Zamfara	39,762 km²
Estado de Kebbi	36,800 km²
Estado de Kani	20,131 km²

Fonte: Adeniyi (2018, p. 13).

A distribuição territorial acima é significante quando comparada com o tamanho de alguns estados da região sul. Por exemplo, o super populoso Estado de Lagos tem menos de 4.000 km² (Adeniyi, 2018). Além das esferas territoriais sub governadas, o banditismo rural na Nigéria também deriva dos setores pouco regulados da mineração, transumância e armamentista. A mineração ilícita, artesanal e em pequena escala em estados como Zamfara

propicia um incentivo material para o banditismo, que realiza pilhagem em minas em busca de ouro e dinheiro (The Humanitarian, 2018). Mais recentemente, alguns criminosos nesse contexto se envolveram com o sequestro de mineradores estrangeiros a fim de obter dinheiro com pedidos de resgate. (Personal Communication, abril de 2019). Recursos financeiros oriundos de atividades mineradoras ilegais acabam se refletindo na proliferação de armas na região (Adeniyi, 2018). Em reconhecimento ao nexo desfavorável entre banditismo rural e mineração ilegal, o Governo Federal da Nigéria suspendeu em abril de 2019 todas as formas de mineração no Estado de Zamfara, num contexto de escalada das atividades de banditismo na região.

Em relação à questão da transumância, as atividades de subsistência pouco reguladas no noroeste nigeriano também são propícias para a invasão de criminosos (Olaniyan e Yahaya, 2016; Okoli e Lenshie, 2018). Esse fato se expressa na intensificação de roubo de rebanhos na região. Em Estados como Kaduna, Katsina, Zamfara e Kebbi, existem organizações de saqueadores especializadas no roubo de grandes rebanhos de gado. Enquanto algumas dessas organizações possuem ligação com o crime doméstico e internacional, um grande número delas atua de forma mercenária para o Boko Haram (Okoli, 2017). De fato, o roubo de rebanhos constitui uma das principais formas de financiamento do Boko Haram. A destruição da economia rural no noroeste da Nigéria por operações de insurgência e contra-insurgência limitou as possibilidades de roubo de rebanhos na área. Consequentemente, os grupos insurgentes se deslocaram para o centro-norte e para o noroeste como regiões alternativas. Apesar de explicar parcialmente a questão do banditismo, esse fato é crucial para compreender a proliferação de roubo de rebanho ao longo dos anos.

Nossa narrativa sobre os fatores determinantes para o banditismo rural no noroeste nigeriano não estará completa se não mencionarmos o problema da proliferação de armas. Houve um aumento significativo do fluxo de armas pequenas e leves (Small Arms and Light Weapons – SALW) para a Nigéria pela região do Sahel desde a queda regime Kadafi na Líbia (Gaye, 2018). Essas armas acabaram nas mãos de terroristas e grupos envolvidos com o banditismo, que as utilizam para aterrorizar indivíduos e comunidades. Em setembro de 2018, tropas militares de uma operação conjunta com o Departamento do Serviço de Estado interceptaram dois suspeitos de traficarem armas na estrada entre Funtua e Gusau, com 1479 rodadas de munição, para grupos de banditismo (Adeniyi, 2018) Incidentes como esse são comuns em diversos Estados da região noroeste, onde o banditismo rural virou a ordem do dia.

É evidente que o banditismo rural na Nigéria é sintomático da combinação de uma série de fatores. Como indicado previamente, há uma enorme quantidade de esferas não governadas, sub governadas e ingovernáveis dentro do território nigeriano. Entretanto, para além dessa narrativa está a questão da relação entre capacidade estatal, segurança e governança territorial (Okoli e Ochim, 2016; Azad, Crawford e Kaila, 2018). O Estado nigeriano tem mostrado uma incapacidade patológica de governar. Em todos os níveis de governo predomina uma letargia em lidar com emergências nacionais de segurança. A ameaça de banditismo rural persiste e o governo tem falhado em garantir vontade política e comprometimento para enfrentar a situação. Como Jaafar (2019) coloca "o que nós estamos vendo hoje não é algo sem precedentes históricos. O que é novo, entretanto, é a incapacidade, indiferença e indisposição do Estado nigeriano em controlar a insurgência do banditismo rural". Da mesma maneira, o The Humanitarian (p. 9-10) explica o caso de Zamfara:

> A tragédia do Estado de Zamfara atualmente é que mais de um século depois, ainda persistem espaços sub governados onde o Estado é incapaz de imprimir sua autoridade. O controle é tão fraco em algumas regiões que bandidos podem invadir cidades rurais montados em motocicletas. Em algumas áreas, eles assumem o papel da lei e se tornam as autoridades locais.

O caso do estado de Zamfara é inusitado ao ponto de bandidos em algumas áreas terem criado territórios próprios. Eles encontraram espaços escondidos em selvas, onde a criminalidade prevalece em um cenário de autoridade cruel de bandidos e sequestradores. A história de Buharin Daji – e seus companheiros de crime – dá voz a deterioração arcaica do banditismo rural no estado (The Humanitarian, 2018). De todos os estados na Federação da Nigéria, Zamfara é o mais conhecido quando se trata de roubo de rebanhos e crimes relacionados. A tabela 3 esclarece esse fato do ponto de vista da incidência de roubo de rebanhos.

Tabela 3: Número estimado de animais roubados em Zamfara em 2016

Área	Número de animais
Badarawa	Mais de 200
Bagega	Mais de 4.500
Dorayi	Mais de 2.500
Filinga	Mais de 5.000
Gidan Kaso	1455
Guru	270
Jangeme	Mais de 600
Kizara	Mais de 4000
Lilo	90
Lingyado	Mais de 2100
Madaba	106
Nasarawa Godal	Mais de 1000
Nasarawa Mai Layi	500
Rukudawa	250
Shigama and Kwokeya	1020
Tsabre	Mais de 3500
Tungar Baushe	1110
Unguwar Galadima	850
Yar gada	230

Fonte: MACBAN (2016), citado em RUFAI (2016).

Padrões do banditismo rural no noroeste da Nigéria

Quatro padrões de banditismo rural são discutidos no presente estudo, quais sejam, ataques a vilas, a autoestradas, roubo e sequestro de rebanhos. Ataques a vilas são invasões e pilhagem de comunidades rurais, ocorrendo normalmente à noite. Esses ataques são conhecidos como terra

arrasada, pois deixam as comunidades afetadas em completa desolação. Ataques a vilas podem ser episódicos ou coordenados. O primeiro ocorre quando uma única comunidade é atacada, enquanto o segundo acontece quando um número de comunidades adjacentes são atacadas simultaneamente. O principal objetivo dos ataques a vilas é a pilhagem de recursos. De fato, na maioria das vezes, residências, fazendas e mercados são alvos de saques. É importante notar, entretanto, que alguns dos ataques tem sido apenas represálias, com o objetivo de aterrorizar comunidades que tentaram resistir a ataques anteriores (Okoli, 2017).

Ataques a vilas tem sido um elemento comum do banditismo rural no noroeste da Nigéria. Sua ocorrência tem sido permanente nos estados de Zamfara e Kaduna. De acordo com a Amnesty International (2018, 22):

> Muitas vilas na localidade de Birnin-Gwari do estado de Kaduna continuam a enfrentar desafios securitários similares aos do estado de Zamfara. As florestas que cruzam os dois estados deixam os residentes vulneráveis

Tendo em vista a letalidade desses ataques, muitas vidas e propriedades são perdidas a cada ataque. Além disso, há um enorme deslocamento populacional forçado e complicações humanitárias decorrentes (Bagu e Smith, 2017).

Roubo a auto estradas é outra dimensão crítica do fenômeno do banditismo rural no nordeste. Ela ocorre através do roubo de trabalhadores pendulares nas várias vias expressas da região (ver Tabela 3). A via Abuja-Kaduna-Zaria é notória pelos casos de banditismo. A incidência também é alarmante nas vias Kaduna-Birnin Gwari-Zamfara-Funtua e Zaria-Funtua-Katsina. Os ladrões de auto estradas operam com armas de combate letais e brutalidade. Em muitos casos, eles matam e mutilam pessoas. Os crescentes casos de roubo armado na via Abuja-Kaduna forçaram trabalhadores pendulares a desistirem de usar a via a fim de garantirem sua segurança pessoal.

Intimamente associado ao roubo de auto estradas está a ameaça de sequestro. Esse fato tem sido incessante em estados como Kaduna, Katsina e Zamfara (ver tabela 3). Sequestro é um crime predatório cujo objetivo é conseguir uma recompensa. Vítimas desse tipo de crime são normalmente percebidas como possuidoras de um valor de recompensa (Kidnap Ransom Value – KRV), baseado no seu plano de fundo sócio-econômico (Okoli e Agada, 2014). Padrões de sequestro no noroeste da Nigéria incluem a interceptação de trabalhadores pendulares e viajantes nas auto estradas por bandidos que se escondem nas florestas onde estão escondidos seus colegas para o paga-

mento de recompensas. Essa forma de sequestro é comum na auto-estrada de Abuja-Kaduna. Outro tipo relevante de sequestro prevalente no noroeste da Nigéria são os sequestros em massa, onde um grupo de pessoas é feito de refém por bandidos em busca de recompensas. Um exemplo do tipo é o sequestro de 20 cuidadores na área local do governo de Jibya no estado de Katsina em 23 de dezembro de 2018 (ver tabela 3).

A incidência de sequestros por recompensa no noroeste da Nigéria é perturbadora. Entre dezembro de 2017 e março de 2018, o estado de Zamfara sozinho registrou 227 vítimas de sequestro (Gusua, 2019). Esse tipo de crime também é prevalente no estado de Katuna e Katsina, onde o número de pessoas sequestradas bateu recordes. Em Katsina, o sequestro é mais comum nas comunidades rurais localizadas próximas à notória floresta de Rugu, que tem servido de esconderijo para bandidos (Ladan, 2014).

A dimensão mais visível do banditismo rural no noroeste da Nigéria é o roubo de rebanhos. Essa é uma forma organizada de roubo de rebanhos guiada por tendências acumuladoras ou lucrativas. Sobre o assunto, Bagu e Smith (2017, p. 5) afirmam que "no noroeste da Nigéria, gangues criminosas estão participando de atividades organizadas de banditismo rural para lucrar com pilhagem de recursos e comércio". O roubo de rebanho é difícil de ser combatido pois se adequa organicamente à economia política particular da região, onde o pastoreio nômade é um prática duradoura (CDD, 2015). A economia política da região é caracterizada por um setor agrário parcamente regulado.

Entretanto, o pastoreio nômade na região tem sido associado com contradições sistêmicas, uma delas sendo a emergência de tribos nômades criminosas que integram diversas formas de banditismo rural (Okoli e Lenshie, 2018). Isso explica, em grande medida, a prevalência e as dificuldades de lidar com o roubo de rebanhos em partes do noroeste nigeriano. A tabela 3 também enfatiza algumas categorias de roubo de rebanho nos últimos anos.

Tabela 4: Padrões de banditismo rural no noroeste nigeriano

Tipo de banditismo	Indicadores
Sequestro	Um padre católico foi sequestrado em Ankuwa, no estado de Kaduna em 25 de março de 2019. Irmãs gêmeas foram sequestradas no vilarejo de Daura, no estado de Zamfara em 21 de outubro de 2018. Um médico norte-coreano foi sequestrado em Tsafe, no estado de Zamfara, em 25 de março de 2019. 20 cuidadores foram sequestrados em Jibya, no estado de Katsina, em 23 de dezembro de 2018.
Ataque a vilas	Motociclista armado atacou o vilarejo de Kwara, distrito de Shinkai, estado de Zamfara, matando cerca de 30 pessoas em 5 de março de 2019. Motociclistas armados atacaram o vilarejo de Magami, Distrito de Maradu, estado de Zamfara, matando e ferindo muitas pessoas em 23 de dezembro de 2018. Bandidos atacaram o vilarejo de Gwaska no estado de Kaduna, matando 45 pessoas em 6 de maio de 2018. Em 28 de abril de 2018, 40 mineiros foram mortos no vilarejo de Janruwa e uma semana antes (5 de maio), 71 pessoas foram mortas em Gwaska (ambas as vilas estão localizadas no estado de Kaduna).
Roubo em auto estradas	Viajantes foram atacados por bandidos próximos a Gidam Busa, ao longo da autoestrada que liga Kaduna a Abuka, em 22 de julho de 2018. Homens armados atacaram viajantes em Mashaya Mariki, ao longo da auto estrada que liga Sokoto a Tureta em 9 de outubro de 2018. Houve acidentes consecutivos na autoestrada Kadun-Zaria-Funtua-Katsina.
Roubo de rebanhos	Em 2013, mais de 1000 vacas foram roubadas por ladrões armados de uma fazenda pertencente ao ex vice presidente Namadi Sambo, na área Birin-Gwari do estado de Kaduna. O estado de Zamfara conta com 446 dos 470 mortes envolvendo roubo de rebanhos registrados em quatro estados da Nigéria: Kano, Katsina, Niger é Zamfara (2015/2016). Há um mercado internacional de roubo de rebanhos no estado de Jigawa patrocinado pelo Boko Haram.

Fonte: elaborado pelo autor

Mitigando os efeitos do banditismo rural

A ameaça do banditismo rural no noroeste da Nigéria é um fenômeno de proporções assimétricas. Em suas formas atuais, rivaliza com o Boko Haram em termos de letalidade e consequências humanitárias. Sua trajetória ilustra um cenário que está crescendo de forma assustadora. A tragédia da situação é que a criminalidade encontra um ambiente sócio-existencial propício, que não apenas perpetua como estimula o banditismo. O banditismo permeia a maioria dos estados da região noroeste, com grandes efeitos colaterais para o eixo centro-norte.

Além de provocar mortes e destruição material, a crise gera o congelamento das relações inter-comunidades nas áreas afetas. Um exemplo é o caso da tensão entre o vilarejo de Habe e Fulde (Hausa-Fulani) no estado de Zamfara (Bagu e Smith, 2017; Anistía Internacional, 2018). A crise também levou ao declínio da produtividade rural em muitas partes das regiões citadas, levando ao agravamento da pobreza rural. Até agora, a resposta do governo para a crise tem sido majoritariamente situacional e reacionário. A resposta militar ao problema consiste no patrulhamento estratégico, espionagem e reconhecimento, assim como ataques aéreos coordenados a pontos focais. Ao invés de mitigar a situação, as operações militares tem levado à dispersão das gangues criminosas em múltiplas localidades no noroeste. Consequentemente, estados como Sokoto é Kebbi foram inundados por casos de banditismo.

Se por um lado é importante continuar com as campanhas militares, por outro é imperativo que o governo em todos os níveis desenvolva formas mais efetivas para subverter o ambiente social no qual o banditismo ocorre. Isso inclui, entre outras coisas, um esforço consciente de policiamento das florestas da região, controle das atividades de fronteira, controle das atividades de transumância, mineração e do mercado de armas. Em outras palavras, há uma necessidade de superar os principais fatores que incentivam o banditismo no noroeste do país através de uma estratégia de segurança que prioriza uma governança territorial eficiente. Além disso, essa estratégia deve reconhecer e priorizar os fatores relacionados às estruturas sócio-econômicas.

Conclusão

O ambiente securitário da Nigéria tem sido bastante tenso e volátil nos últimos anos. Enquanto o nordeste ainda está sob o controle do Boko

Haram, o noroeste sofre com o crescente banditismo. Assim como o Boko Haram, o banditismo se metamorfoseou rapidamente de casos isolados para um problema generalizado. Da mesma forma, os bandidos passaram de atividades nômades para assentamentos em locais de fronteiras e áreas de floresta. A consequência disso foram muitos casos de pilhagem e carnificina, o que levou a região a beira do colapso humanitário.

Este estudo buscou explorar a ameaça do banditismo rural no noroeste da Nigéria diante da crescente ameaça que essa representa na região. O estudo observou que o banditismo rural na área em questão se proliferou devido a condições sócio-existenciais caracterizadas por déficits de governança. A existência de fronteiras e territórios com pouca penetração do governo, assim como atividades de mineração e transumância desreguladas criaram uma atmosfera propícia para o banditismo. A situação foi complicada pela incidência da proliferação de armas proveniente de mercados internacionais pouco controlados. Consequentemente, houve uma grande incidência de ataques a vilarejos, roubo de autoestradas, sequestro e roubo de rebanhos na área, com implicações humanitárias e securitárias. Tentativas para mitigar os efeitos do banditismo tem sido hercúleas. Todavia, as medidas futuras para combater o banditismo deverão atentar para os fatores sócio-existenciais da questão, de forma consciente e efetiva.

REFERÊNCIAS

Adeniyi, O. 2018. "Beyond the banditry in Zamfara". Available online at: https://www.thisdaylive.com/index.php/2018/04/05/beyond-the-banditry-in-zamfara/ (accessed April 16, 2019).

Ahmad, A. J. 2019. "Insight into the dynamics and menace of cattle rustling: A case study of Lake Chad Area in northern Nigeria". *World Journal of Social Science Research,* 6(1), pp. 18-33.

Amnesty International [AI]. 2018. *Harvest of deaths: Three years of bloody clashes between herders and farmers in Nigeria*. Abuja: Amnesty International.

Azad, A., Crawford, E. and Kaila, H. 2018. *Conflict and violence in Nigeria: Results from the North East, North Central and South South*. Abuja: National Bureau of Statistics.

Bagu, C. and Smith, K. 2017. *Past is prologue: Criminality and reprisal attacks in Nigeria's Middle Belt*, Washington, DC: Search for Common Ground.

Bashir, A.M., Azlizan, T. and BtYusof, R. 2018. "Cattle rustling in Kaduna State, Nigeria: An assessment of the existing preventive approaches". *International Journal of Management Research and Review,* 8(9), pp. 20-29.

Blench, R. & Dendo, M. 2005. *Natural resource conflicts in North-Central Nigeria: A handbook and case studies*. London: DFID.

Callen, M., Gulzar, S., Rezaee, A. and Shapiro, J.N. 2018. "Choosing ungoverned pace: Pakistan's Frontier Crimes Regulation". Draft paper, Harvard Kennedy School of Government. Email: michael callen@hks.harvard.edu.

Centre for Democracy and Development [CDD]. 2015a. *Policy brief: Addressing rural banditry in northern Nigeria*. Abuja: Centre for Democracy and Development, Nigeria.

Centre for Democracy and Development [CDD]. 2015b. *Policy brief: The political economy of rural banditry in contemporary Nigeria*. Abuja: Centre for Democracy and Development, Nigeria.

Century Wilberforce Initiative [CWI]. 2016. *Nigeria: Fractured and forgotten: Discrimination and violence along religious faultiness*. A publication of 21st Century Wilberforce Initiative <www.21wilberforce.org/news-room/.../21cwi...nigeria-fractured-and-forgotten.../105/> (acessado October 20, 2016).

Cohen, L. E.; Felson, M. 1979. "Social change and crime rate trends: A Routine Activity Approach". *American Sociological Review.* 44 (4), pp. 588-608; doi: 10.2307/2094589. JSTOR 2094589.

Egwu, S. 2016. "The political economy of rural banditry in Contemporary Nigeria". In M.J. Kuna and J. Ibrahim, eds, *Rural Banditry and Conflicts in Northern Nigeria*, Abuja: Centre for Democracy and Development.

Fatf-giaba-ga. 2016. *Terrorism financing in West Africa and Central Africa*, Paris: FATF, October, available< www.fatf-gafi.org/puplications/methodsondtrends/documents/ terrorist-financing-west-centra-africa.html> (accessed 19 July 2017).

Felson, M and Cohen, L. E. 1980. "Human ecology and crime: A routine activity approach". *Human Ecology.* 8 (4), pp. 389-406. doi: 10.1007/BF01561001.

Food and Agricultural Organization [FAO]. 2009. "Roving bandits in modern fisheries". *Swedish FAO Committee Publication Series, Number 5*. Swedish Ministry of Agriculture.

Gambari, I. A. 2018. "Violent conflicts, conflict resolution and peacebuilding: Global best practices and new perspectives on farmer-herder clashes in Nigeria". Paper presented at a public lecture at the University of Uyo, Nigeria, on August 24, 2018.

Garofalo, J. 1987. *Reassessing the lifestyle model of criminal victimization*. Beverly Hills, California: Sage.

Gaye, S.B. 2018a. *Conflicts between farmers and herders against a backdrop of asymmetric threats in Mali and Burkina Faso*. Dakar: Friedrich Ebert Stiftung.

Gaye, S.B. 2018 b. *Connections between jihadists groups and smuggling and illegal trafficking rings in the Sahel*. Dakar: Friedrich Ebert Stiftung.

Gusau, S. 2019." ZEMA: 227 Zamfara residents kidnapped since December 2018". Available online at < https://www.dailytrust.com.ng/zema-227-zamfara-residents-kidnapped-since-december-2018.html> (acessado April 16, 2019).

Hsieh, M. and Wang, S. K. 2018. "Routine activities in a virtual space: A Taiwanese case of an ATM hacking spree". International Journal of Cyber Criminology, 12(1), pp. 333-352.

Institution for Economics and Peace [IEP]. 2015. *Global Terrorism Index, 2015*. Publication of Institution for Economics and Peace; *economicsandpeace.org/wp-content/uploads/.../Global-Terrorism-Index-2016.2.pdf* (acessado November 23, 2017).

Jaafar, J. 2018. "Rural banditry, urban violence and the rise of oligarchy by Professor Abubakar Liman". Available online at <https://dailynigerian.com/rural-banditry-urban-violence-and-the-rise-of-oligarchy-by-prof-abubakar-liman/> (accessed April 16, 2019).

Kuna, M.J. and Ibrahim, J., eds. 2016. *Rural banditry and conflicts in Northern Nigeria*, Abuja: Centre for Democracy and Development.

Ladan, S. 2014. "Forests and Forest Reserves as security threats in northern Nigeria". *European Scientific Journal*, 10 (35), pp. 120-142.

Maxfield, M. G. 1987. "Lifestyle and routine activity theories of crime: Empirical studies of victimization, delinquency, and offender decision-making". *Journal of Quantitative Criminology*. 3 (4) pp. 275-282. doi:10.1007/BF01066831.

McGregor, A. 2014. "Connection between Boko Haram and Nigeria's Fulani herdsmen could spark a Nigerian civil war". *Terrorism Monitor*, 12 (10), pp. 8-10.

Misereor. 2018. *Towards a peaceful coexistence between herders and farmers in Nigeria: Conclusions drawn from field*. Abuja: Catholic Secretariat of Nigeria.

Okoli, A. C. & Lenshie, E. N. 2018. "Nigeria: Nomadic migrancy and rural violence in Nigeria". *Conflict Studies Quarterly,* 25, pp. 68-85.

Okoli, A. C. 2017a. "Nigeria: Volunteer vigilantism and counter-insurgency in the North-East". *Conflict Studies Quarterly,* 20, pp. 34-55.

Okoli, A.C & Agada, A.T. 2014. "Kidnapping and national security in Nigeria". *Research on Humanities and Social Science*, 4(6), pp. 137-146.

Okoli, A.C. & Atelhe, G. 2014. "Nomads against natives: A political ecology of farmer/herder conflicts in Nasarawa State, Nigeria". *American International Journal of Contemporary Research,* 4(2), pp. 76-88.

Okoli, A.C. & Iortyer, P. 2014. "Terrorism and humanization crisis in Nigeria: insights from the Boko Haram insurgency". *Global Journal of human social science (F: Political Science)* 14(1:1.0), pp. 39-50.

Okoli, A.C. & Ochim, F. 2016. "Forestlands and National Security in Nigeria: A Threat-Import Analysis". *IIARD International Journal of Political and Administrative Studies*, 2(2), pp. 43-53.

Okoli, A.C. & Ogayi, C.O. 2018. "Herdsmen militancy and humanitarian crisis in Nigeria: A theoretical briefing", *African Security Review,* 27:2, pp. 129-143; doi: 10.1080/10246029.2018.1499545.

Okoli, A.C. 2017b. "Cows, cash and terror: How cattle rustling proceeds fuel Boko Haram insurgency in Nigeria". Paper presented at International Policy Dialogue Conference on money, security, and democratic governance in Africa, organized by CODESRIA and UNOWAS on October 1th to 23rd, 2017 at Blu Radisson Hotel, Bamako, Mali.

Okoli, A.C. and Okpaleke, F.N. 2014a. "Banditry and crisis of public safety in Nigeria: issues in national security strategics", *European Scientific Journal* 10(4), pp. 350-62.

Okoli, A.C. and Okpaleke, F.N. 2014b. "Cattle rustling and dialectics of security in northern Nigeria". *International Journal of Liberal Arts and Social Sciences* 2(3): 109-17.

Olaniyan, A. 2018. "Foliage and violence: Interrogating forests as a security threat in Nigeria". *African Security Review*, 27 (1), pp. 1-20.

Olaniyan, A. & Yahaya, A. 2016. "Cows, bandits and violent conflicts: Understanding cattle rustling in Northern Nigeria". *African Spectrum*, 3, pp. 93-105.

Olayoku, P.A. 2014. "Trends and Patterns of Cattle Grazing and Rural Violence in Nigeria (2006-2014)". *IFRA – Nigeria e-papers,* Number 34.

Omilusi, M. O. 2016. "Revolving terrorists or innocuous cattle grazers? Between herdsmen's economic survival and community annihilation in Nigeria". *Cultural relations Quarterly Review*, summer, pp. 48-76.

Otegwu, I.O. 2015. "Insurgency in West Africans: A critical assessment of federal government response to the Boko Haram insurgency in Nigeria (2009-2013)". Ph.D Thesis submitted to the Post-graduate school, Ahmadu Bello University, Zaria (September).

Rufai, M.A.. 2016. "The role of vigilante groups in the fight against rural banditry in Zamfara State, North-Western Nigeria". Draft paper, Department of History, Usmanu Danfodiyo University, Sokoto (UDUS), Nigeria.

Samonas, S. 2013. "Insider fraud and Routine Activity Theory: A thought experiment". Paper originally presented at 12th Annual Security Conference, 11 April 2013, Las Vegas, Nevada. Available at: http://eprints.lse.ac.uk/50344.

SB Morgan Intelligence [SBMI]. 2015. *Terror in the food basket: A look into the violence in North-Central Nigeria*. A publication of SB Morgan Intelligence <sbmintel.com/wp-content/uploads/.../201510_Terror-in-the-Food-Basket_summary.pd...> (accessed November 23, 2017).

Shalangwa, M.W. 2013. "The nature and consequences of armed banditry in border communities of Adamawa State, Nigeria". M.Sc. thesis submitted to the School of Post-Graduate Studies, Ahmadu Bello University, Zaria, Nigeria.

Shettima, A.G. & Tar, U.A. 2008. "Farmer-pastoralist conflicts in West Africa: Exploring the causes and consequences". *Information, Society and Justice,* 1.2, pp. 163-184.

The Humanitarian (September, 2018). "Zamfara: Nigeria's wild northwest". < http://www.thenewhumanitarian.org/news-feature/2018/09/13/zamfara-nigeria-s-wild- northwest> (acessado April 20, 2019).

Zenn, J. 2018. "The terrorist calculus in kidnapping girls in Nigeria: Cases from Chibok and Dapchi". *CTC Sentinel,* 11(3), pp. 1-8.

RESUMO

Este estudo explora o fenômeno do banditismo rural na região noroeste da Nigéria, tendo como pano de fundo sua crescente incidência nos últimos anos. Por meio de uma análise qualitativa dos dados secundários, auxiliada pela Teoria das Atividades de Rotina (RAT, em inglês), o estudo postula que o banditismo rural no noroeste da Nigéria prospera dentro de um contexto sócio-existencial caracterizado por déficits de governança, o que criou um pretexto permanente para oportunismo criminal e impunidade. O estudo identifica as fronteiras mal governadas, o interior e as florestas, bem como os setores de mineração, transumância e milícias mal regulamentados na região, como os fatores críticos do flagelo do banditismo rural. Com referência às incidências de incursões em vilarejos, assaltos a rodovias, seqüestros e roubo de gado, o estudo situa a ameaça palpável do banditismo rural na área focal, observando que a mitigação do flagelo requer uma abordagem sistemática capaz de desvitalizar a gama de fatores sócio-existenciais que subjazem e precipitam isso.

PALAVRAS-CHAVE

Bandidos; Roubo de gado; Sequestros; Roubo na rodovia; Incursões na vila; Noroeste da Nigéria.

Recebido em 17 de junho de 2019
Aceito em 30 de julho de 2019

Traduzido por Eduardo Faustini

PARCEIROS

NERINT

O Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT) foi o primeiro centro voltado exclusivamente ao estudo e à pesquisa em Relações Internacionais no sul do Brasil. Foi estabelecido em 1999 junto ao ILEA-UFRGS visando ao estudo crítico e inovador das principais transformações do sistema internacional pós-Guerra Fria. Desde 2014, o NERINT esteve localizado na Faculdade de Economia da UFRGS (FCE-UFRGS) e a partir de 2018 no Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV), localizado no Instituto Latinoamericano de Estudos Avançados (ILEA-UFRGS). Paralelamente, buscou contribuir para a retomada da discussão de um projeto nacional para o Brasil através da análise das opções estratégicas disponíveis para a consolidação da inserção internacional autônoma do país, a partir da perspectiva do mundo em desenvolvimento. O advento de uma "diplomacia ativa, afirmativa e propositiva" no Brasil no início do século XXI veio a convergir com as análises e projeções feitas nos seminários e publicações do NERINT.

Um dos resultados de sua atividade foi a implantação de um curso de graduação em Relações Internacionais (2004), o melhor do país de acordo com o Ministério da Educação (2012), e de um Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (2010). Duas revistas também foram criadas: a bimestral Conjuntura Austral e a semestral e bilíngue Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais. Assim, além da pesquisa avançada, focada prioritariamente nos países emergentes, o NERINT deu origem a programas de graduação e pós-graduação, além de propiciar intensa atividade editorial.

CEBRAFRICA

O Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) tem suas origens no Centro de Estudos Brasil-África do Sul (CESUL), um programa estabelecido em 2005 através de um convênio entre a Universidade Federal do

Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Suas atividades de pesquisa são desenvolvidas junto ao Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT), no CEGOV.

Em março de 2012 o CESUL foi ampliado para abranger o conjunto geográfico do continente africano, transformando-se em CEBRAFRICA, enquanto a Série Sul-Africana, que publicou seis livros, foi transformada em Série Africana, atualmente com onze títulos. O objetivo segue sendo o mesmo: realizar pesquisas, apoiar a elaboração de teses, dissertações e trabalhos de conclusão, congregar grupos de pesquisa em temas africanos, realizar seminários, promover intercâmbio de professores e estudantes e estabelecer redes de pesquisa e projetos conjuntos com instituições africanas e africanistas, publicar obras produzidas no Brasil ou traduzidas e ampliar a biblioteca especializada fornecida pela FUNAG.

As pesquisas têm por objetivo o conhecimento do continente africano e de suas relações com o Brasil, nas seguintes áreas: Relações Internacionais, Organizações de Integração, Segurança e Defesa, Sistemas Políticos, História, Geografia, Desenvolvimento Econômico, Estruturas Sociais e sua Transformação e Correntes de Pensamento. São parceiros do CEBRAFRICA conceituadas instituições do Brasil, Argentina, Cuba, México, Canadá, Estados Unidos, África do Sul, Angola, Moçambique, Senegal, Cabo Verde, Egito, Nigéria, Marrocos, Portugal, Reino Unido, Holanda, Suécia, Rússia, Índia e China. As pesquisas em andamento versam sobre a "A presença do Brasil, da China e da Índia na África", "A África na Cooperação Sul-Sul", "Conflitos africanos", "Integração e desenvolvimento na África", "As relações da África com as Grandes Potências", "As relações interafricanas" e "Agenda de segurança e defesa na África".

CEGOV

O Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) é um centro interdisciplinar vinculado à Reitoria, cujo objetivo é estudar a ação governamental no Brasil e no mundo. Nesse sentido, a missão do CEGOV é articular seus pesquisadores em áreas interdisciplinares prioritárias e realizar projetos de pesquisa aplicada. O CEGOV também desenvolve atividades de extensão e de ensino, e serve como espaço para coordenação e interlocução entre pesquisadores, grupos de pesquisa, cursos de graduação e programas de pós-graduação da UFRGS, voltados para as políticas públicas.

NORMAS DE SUBMISSÃO

1. A Revista Brasileira de Estudos Africanos publica artigos científicos e resenhas bibliográficas;
2. A revista está dividida em duas seções: Artigos e Resenhas;
3. Os artigos de pesquisa devem limitar-se a 50 mil caracteres (incluindo espaços e notas de rodapé) e as resenhas bibliográficas devem conter cerca de 4,5 mil caracteres (incluindo espaços e notas de rodapé);
4. As notas de rodapé restringem-se a esclarecimentos adicionais ao texto;
5. A bibliografia deve ser citada de acordo com o sistema Chicago (Autor-data ou notabibliografia), referenciando a literatura citada ao final do texto;
6. As contribuições devem ser inéditas e podem ser submetidas em português, inglês ou espanhol;
7. As contribuições devem conter o nome completo do autor, sua titulação, filiação institucional (com o nome completo da instituição) e e-mail para contato;
8. O completo preenchimento, pelo(s) autor(es), do formulário de submissão do artigo é imprescindível;
9. Admite-se a publicação de estudantes de graduação, desde que em parceria com um professor orientador titulado, que constará como autor principal do trabalho;
10. No caso de resenhas bibliográficas, devem ser informados os dados completos e o ISBN da obra analisada;
11. As contribuições devem vir acompanhadas de: 3 palavras-chave em português ou espanhol e 3 palavras-chave em inglês; Título em português ou espanhol e em inglês; Resumo em português ou espanhol e Abstract em inglês, ambos com até 50 palavras;
12. As contribuições devem ser feitas através do website da Revista: www.seer.ufrgs.br/rbea.

CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao editor".
2. Os arquivos para submissão estão em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (não possuindo tamanho maior do que 2MB).
3. URLs para as referências foram informadas quando possível.
4. O texto está em espaço simples; usa fonte Times New Roman de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento, como anexos.
5. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Sobre a Revista.
6. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em Assegurando a avaliação pelos pares cega foram seguidas.

UFRGS
GRÁFICA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Editoração e impressão:

Gráfica da UFRGS
Rua Ramiro Barcelos, 2500
Porto Alegre/RS
(51) 3308 5083
grafica@ufrgs.br
www.ufrgs.br/graficaufrgs

NUPE – Núcleo de Produção Editorial da Gráfica da UFRGS | 2019